JULIANA NUNES RODRIGUES é professora do Departamento de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFF. Doutora em Geografia pela Université Jean Moulin Lyon 3, França. Tem mestrado e graduação em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Atualmente, coordena o Núcleo de Pesquisas sobre Pactos Político-Territoriais e Desenvolvimento (NUPACT-UFF).

LICIO CAETANO DO REGO MONTEIRO é professor do Departamento de Geografia e Políticas Públicas (UFF-Angra). Doutor em Geografia na Universidade Federal do Rio de Janeiro. É coordenador do Grupo de Estudos da Baía da Ilha Grande (GEBIG/UFF) e pesquisador do Grupo Retis/UFRJ. Atua no Programa Escolas do Território, em Paraty, e no curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Gestão de Territórios e Saberes.

Crise e reinvenção dos espaços da política foi o título do III CONGEO – Congresso Brasileiro de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território, realizado em setembro de 2018. Os capítulos deste livro foram escritos pelos/as palestrantes do evento. Os textos nos convidam a uma reflexão geográfica para interpretar o tempo de turbulências que atravessamos. Neste momento de transição e incerteza política no Brasil e no mundo, momento em que diferentes crises se combinam e pautam o debate público e acadêmico, a geografia política traz abordagens que contribuem para um diálogo que pretende ir além das fronteiras disciplinares e dos muros da universidade.

ISBN 978-85-69437-73-4

RODRIGUES E MONTEIRO (ORGS.)

Crise e reinvenção dos espaços da política

CONSEQUÊNCIA

Crise e reinvenção dos espaços da política

JULIANA NUNES RODRIGUES
LICIO CAETANO DO REGO MONTEIRO
(ORGS.)

CONSEQUÊNCIA

Textos de
Juliana Nunes Rodrigues
Licio Caetano do Rego Monteiro

André Reyes Novaes
Carlos Walter Porto-Gonçalves
Glauco Peres da Silva
Henri Acselrad
Heriberto Cairo Carou
Iná Elias de Castro
Ivaldo Gonçalves de Lima
Perla Zusman
Rogério Haesbaert
Samuel Britto das Chagas
Virginie Mamadouh
Vladimir Montoya Arango

Capa-Crise e reinvenção do espaço.indd 3 29/07/2020 19:59:25

CRISE E REINVENÇÃO DOS ESPAÇOS DA POLÍTICA

JULIANA NUNES RODRIGUES E LICIO CAETANO DO REGO MONTEIRO
(ORGANIZADORES)

Crise e reinvenção dos espaços da política

Juliana Nunes Rodrigues
Licio Caetano do Rego Monteiro
André Reyes Novaes
Carlos Walter Porto-Gonçalves
Glauco Peres da Silva
Henri Acselrad
Heriberto Cairo Carou
Iná Elias de Castro
Ivaldo Gonçalves de Lima
Perla Zusman
Rogério Haesbaert
Samuel Britto das Chagas
Virginie Mamadouh
Vladimir Montoya Arango

CONSEQUÊNCIA

© 2020, dos autores

Direitos desta edição reservados à
Consequência Editora
Rua Alcântara Machado, 36 sobreloja 210
Centro - Cep: 20.081-010
Rio de Janeiro - RJ
Brasil
Contato: (21) 2233-7935
ed@consequenciaeditora.com.br
www.consequenciaeditora.com.br

Todos os direitos reservados. A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação do copyright (Lei no 9.610/98).

Conselho editorial
João Rua
Alvaro Ferreira
Ruy Moreira
Carlos Walter Porto-Gonçalves
Marcelo Badaró Mattos
Marcos Saquet
Timo Bartholl

Coordenação editorial e projeto gráfico: Consequência Editora

Revisão: Priscilla Morandi

Capa: Letra e Imagem - Tela de Paul Klee, *Paysage à l'enfant*, 1923.

Diagramação: Luiz Oliveira

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD

C932
Crise e reinvenção dos espaços da política / organizado por Juliana Nunes Rodrigues, Licio Caetano do Rego Monteiro. - Rio de Janeiro : Consequência, 2020
296 p. ; 15,5 x 23cm.

Inclui bibliografia e índice.
ISBN: 978-85-69437-73-4
1. Geografia. 2. Geografia política. 3. Geopolítica. 4. Gestão do território. I. Rodrigues, Juliana Nunes. II. Monteiro, Licio Caetano do Rego. III. Título.

2019-2178 CDD 320.12
CDU 327

Elaborado por Vagner Rodolfo da Silva - CRB-8/9410

III CONGEO - Congresso Brasileiro de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território

Coordenação Geral

Juliana Nunes Rodrigues
Licio Caetano do Rego Monteiro

Comissão Organizadora

Adilar Antonio Cigolini - Universidade Federal do Paraná
Adriana Dorfman - Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Aldomar Ruckert - Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Ana Brasil Machado – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
Ana Giordani – Universidade Federal Fluminense (Niterói)
André Lima Alvarenga - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
André Reyes Novaes – Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Rio de Janeiro)
Augusto Cesar Pinheiro da Silva - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
Daniel Sanfelici - Universidade Federal Fluminense (Niterói)
Dirceu Cadena de Melo Filho
Eduardo Karol – Universidade do Estado do Rio de Janeiro (São Gonçalo)
Glauco Bruce Rodrigues – Universidade Federal Fluminense (Campos dos Goytacazes)
Gutemberg de Vilhena Silva - Universidade Federal do Amapá
Ivaldo Lima - Universidade Federal Fluminense (Niterói)
José Renato Sant'anna Porto – Universidade Federal Fluminense (Angra dos Reis)
Letícia Parente Ribeiro – Universidade Federal do Rio de Janeiro
Luís Paulo Batista da Silva
Marcos Paulo Ferreira de Góis – Universidade Federal Fluminense (Angra dos Reis)
Michael Chetry - Universidade Federal Fluminense (Angra dos Reis)
Pablo Ibañez – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (Seropédica)
Rafael Winter Ribeiro - Universidade Federal do Rio de Janeiro
Rebeca Steiman – Universidade Federal do Rio de Janeiro
Rejane Rodrigues – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
Valter do Carmo Cruz - Universidade Federal Fluminense. (Niterói)

III CONGEO
CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA POLÍTICA, GEOPOLÍTICA E GESTÃO DO TERRITÓRIO
CRISE E REINVENÇÃO DOS ESPAÇOS DA POLÍTICA

REDE BRASILEIRA DE GEOGRAFIA POLÍTICA, GEOPOLÍTICA E GESTÃO DE TERRITÓRIO

Universidade Federal Fluminense

Comissão Científica

Alexandre Fucilli – Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"
Alyne Maria Sousa Oliveira – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí
André Luiz de Jesus Rodrigues - Universidade Federal Fluminense (Angra dos Reis)
André Martín – Universidade de São Paulo
André Santos da Rocha - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (Seropédica)
Andrés del Río - Universidade Federal Fluminense (Angra dos Reis)
Antônio Ângelo da Fonseca - Universidade Federal da Bahia
Antônio Paulo Cargnin – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Camilo Pereira Carneiro Filho – Universidade Federal da Grande Dourados
Carlo Eugênio Nogueira - Universidade Federal do Espírito Santo
Carlos Walter Porto-Gonçalves – Universidade Federal Fluminense (Niterói)
Catherine Prost – Universidade Federal da Bahia
Catia Antonia da Silva – Universidade do Estado do Rio de Janeiro (São Gonçalo)
Claudete de Castro Silva Vitte - Universidade Estadual de Campinas
Claudio Antônio Gonçalves Egler – Universidade Federal do Rio de Janeiro
Edgar Costa - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Edson Belo Clemente de Souza – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Eloi Martins Senhoras – Universidade Federal de Roraima
Fabiano Soares Magdaleno – Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET/Rio).
Gláucio Marafon – Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Rio de Janeiro)
Heleniza Campos - Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Hervé Théry – Universidade de São Paulo e CNRS/França
Iná Elias de Castro – Universidade Federal do Rio de Janeiro
Ivani Ferreira de Faria – Universidade Federal do Amazonas
Jadson Rebelo Porto – Universidade Federal do Amapá
Janes Socorro da Luz – Universidade Estadual de Goiás
Jodival Maurício da Costa – Universidade Federal do Amapá
Juan Agulló – Universidade Federal da Integração Latino-Americana
Lia Osorio Machado – Universidade Federal do Rio de Janeiro
Linovaldo Miranda Lemos – Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Fluminense (Campos dos Goytacazes)
Lisandra Pereira Lamoso – Universidade Federal da Grande Dourados
Marco Aurélio Machado de Oliveira - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Marcos Leandro Mondardo – Universidade Federal da Grande Dourados
Paulo Cesar da Costa Gomes – Universidade Federal do Rio de Janeiro
Pedro Costa Guedes Vianna – Universidade Federal da Paraíba

Rafael Sanzio Araújo dos Anjos - Universidade de Brasília
Renato Emerson dos Santos – Universidade do Estado do Rio de Janeiro (São Gonçalo)
Ricardo José Batista Nogueira – Universidade Federal do Amazonas
Rogério Haesbaert – Universidade Federal Fluminense.
Rosmari Cazarotto – Universidade do Vale do Taquari
Victor Stuart Gabriel de Pieri – Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Teresópolis)
Wagner Costa Ribeiro – Universidade de São Paulo
Wanderley Messias da Costa – Universidade de São Paulo
Wendell Teles de Lima – Universidade Estadual do Amazonas (Tabatinga)

Comissão Científica Internacional

Adrian Flores - Universidad Anáhuac, México
Alejandro Benedetti - Universidad de Buenos Aires, Argentina
Alejandro Pimienta Betancur - Universidad de Antioquia, Colômbia
Anna Casaglia - University of Eastern Finland, Finlândia.
Bernard Bret – Université Jean Moulin Lyon III, França
Clemente Herrero Fabregat - Universidad Autónoma de Madrid, Espanha
Clive Barnett – University of Exeter, Inglaterra
Elena Dell'Agnese - Universitá de Milano-Bicocca, Itália
Fabrizio Eva - Universitá de Cà Foscari, Itália
Guadalupe Correa-Cabrera - George Mason University, Virginia, EUA
Heriberto Cairo - Universidad Complutense de Madrid, Espanha
Jacques Lévy – École Polytechnique Fédérale de Lausanne, Suíça.
João Ferrão - Universidade de Lisboa, Portugal
Jussi Laine - Karelian Institute, University of Eastern Finland, Finlândia
Kevin Cox – The Ohio State University, EUA.
Klaus Dodds - Royal Holloway, University of London, Inglaterra
Marcelo Escolar - Universidad de Buenos Aires, Argentina
Mario Vallero Martinez - Universidad de los Andes, Venezuela
Martha Patrizia Barraza de Anda - Universidad Autónoma de Ciudad Juárez, México
Perla Zusman - Universidad de Buenos Aires, Argentina
Rubén Camilo González - Universidade de Santiago de Compostela, Espanha
Stéphane Rosière - Université de Reims, França
Tony Payan - Rice University, EUA; Universidad Autónoma de Ciudad Juárez, México
Virginie Mamadouh - Universiteit van Amsterdam, Holanda
Vladimir Kolossov - Instituto de Geografia da Academia Russa de Ciências, Rússia
Vladimir Montoya Arango - Universidad de Antioquia, Colômbia

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO. Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território 11
Juliana Nunes Rodrigues, Licio Caetano do Rego Monteiro

CAPÍTULO 1. Justiça epistêmica, ciências colaborativas e pedagogias interculturais. Desafios das geografias do conhecimento na América Latina. 25
Vladimir Montoya Arango

CAPÍTULO 2. Explorações sobre a ressignificação da nação no contexto da globalização 45
Perla Zusman

CAPÍTULO 3. Amazônia "em construção": linguagem e circulação de mapas esquemáticos sobre projetos de ocupação territorial 63
André Reyes Novaes

CAPÍTULO 4. A geopolítica da violência global no sistema mundial atual 95
Heriberto Cairo

CAPÍTULO 5. O conflito: da arquipolítica à ultrapolítica 119
Ivaldo Lima

CAPÍTULO 6. A virada urbana na geopolítica: as geografias políticas das cidades na governança global 133
Virginie Mamadouh

CAPÍTULO 7. Do muro ao drone: novos-velhos dispositivos geográficos de segurança 155
Rogério Haesbaert

CAPÍTULO 8. Segurança de fronteiras no Arco Central:
dos espaços de exceção ao Estado securitário 173
Licio Caetano do Rego Monteiro

CAPÍTULO 9. Por que é preciso falar de partidos políticos, de
eleições e de democracia? 205
Iná Elias de Castro

CAPÍTULO 10. O espaço da eleição: a regionalização do voto
como evidência informacional 227
Glauco Peres da Silva

CAPÍTULO 11. A sustentabilidade e os descaminhos de um debate 247
Henri Acselrad

CAPÍTULO 12. Os Pivôs da Discórdia e a Digna Raiva: uma análise
dos conflitos por terra, água e território em Correntina/BA 257
Carlos Walter Porto-Gonçalves, Samuel Britto das Chagas

Sobre as autoras e os autores 292

APRESENTAÇÃO

Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território

O percurso de um evento e o livro

Juliana Nunes Rodrigues
Licio Caetano do Rego Monteiro
Universidade Federal Fluminense

Este livro reúne os artigos dos palestrantes convidados para a terceira edição do Congresso Brasileiro de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território (III CONGEO), realizado entre os dias 10 e 14 de setembro de 2018, na UFF, Niterói-RJ. O evento se consolidou como um espaço privilegiado para a visibilidade e o debate acerca da ampliação temática e teórico-metodológica existente na agenda da Geografia Política que se faz atualmente no Brasil. Essa ampliação passa também por diálogos interdisciplinares, diferentes áreas de atuação profissional, bem como por conexões acadêmicas nacionais e internacionais. Nesta breve apresentação, recuperaremos os principais traçados da trajetória que culminou na organização do III CONGEO, como também apresentamos o conjunto de textos que compõem esta coletânea.

O evento[1]

Espaços institucionais, malha político-administrativa e geografia política dos governos constituíram temas clássicos de um campo que se dedica ao estudo das relações entre espaço e poder político. Os primeiros trabalhos que se interessaram por essas relações estão voltados, notoriamente, ao

1 Uma primeira versão desta apresentação foi publicada na edição temática dedicada ao III CONGEO na Revista Brasileira de Geografia.

entendimento dos processos de formação dos Estados Modernos – suas fronteiras, desenhos e formatos constituíram objetos de análise clássicos dos geógrafos políticos e geopolíticos (MACHADO, 1991; COSTA, 1992; CASTRO, 2005). Destacaram-se, também, as condições de povoamento, a capital, a nação e seu território, a relação população/recursos, a posição geográfica – temas caros ao ambiente político e intelectual de finais do século XIX e início do século XX, que estiveram no cerne da própria Geografia e de outras ciências humanas e sociais. Com efeito, tais temáticas estiveram vinculadas ao contexto de institucionalização acadêmica da disciplina, acompanhando o processo de consolidação dos Estados nacionais.

As críticas direcionadas ao excesso de formalismo de uma Geografia Política de Estado e à fixidez temática e escalar – tomando o território nacional uma escala proeminente – acabaram por abrir um campo de discussões ampliado acerca dos fenômenos vinculados às diversas formas de exercício do poder, entendidas como relações históricas e sociais multidimensionais e, portanto, não restritas ao aparato político-jurídico do Estado. Essas críticas se desenvolveram por diversas fontes e origens, nos anos 1980 e 1990, com as novas geografias do poder trazidas por autores francófonos como Lacoste (1980), Claval (1979) e Raffestin (1980); com a geopolítica crítica dos anglo-saxões como Ó Tuathail e Dalby (1998) e Agnew (1998), e também no âmbito das geografias ibéricas e latinoamericanas, especialmente na geografia política brasileira.

Sem abandonar uma Geografia Política que trata do Estado como ator político incontornável, a Geografia Política contemporânea se interessa, de forma reconhecidamente plural e heterodoxa (AGNEW, 2003; ROSIÈRE, 2017), pelos modos como os conflitos criam espaços e lugares (FLINT, 2009). A agenda atual se amplifica, então, para contemplar pactos e conflitos político-territoriais muitas vezes efêmeros, fluidos, configurações reticulares e processos marcados por agenciamentos e interações que complexificam e redefinem os espaços da política nas diversas escalas. Com efeito, não apenas se reconhece uma variedade de atores e agentes políticos institucionais e institucionalizados, como também se amplia o escopo teórico-metodológico para a análise da dimensão espacial da política engendrada por atores e agentes não institucionalizados, da escala global às microescalas. Renovam-se, em síntese, as temáticas abarcadas pelo campo, assim como as possibilidades de se colocar questões e problemas teóricos clássicos a partir de um novo olhar.

Particularmente no Brasil, observamos uma renovação que se dá desde o balanço crítico da geopolítica de cunho nacionalista trazida por diversos autores (SODRÉ, 1976; ANDRADE, 1989; COSTA, 1991), passando pela reafirmação da dimensão política do espaço (BECKER, 1988; CASTRO, 2005) e pela pluralidade de influências teóricas que configuram o atual panorama reunido no CONGEO, expresso nas duas coletâneas já publicadas, oriundas das edições anteriores do evento (SILVA, 2016; RÜCKERT, SILVA, SILVA 2018).

Para recuperarmos o percurso de nosso evento, voltamos a maio de 2013, quando um grupo de pesquisadores e professores brasileiros de Geografia criou uma rede de trocas institucionais e acadêmicas, vinculada ao campo da geografia política no país. Denominado Rede Brasileira de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território (REBRAGEO), esse grupo vem procurando fortalecer as parcerias nacionais e internacionais a fim de ampliar as reflexões e discussões sobre a espacialidade da política em suas diversas escalas e configurações. Desde a origem do grupo, ficou consolidado o anseio pela realização de encontros regulares (bianuais), como modo de fortalecer as conexões da pesquisa acadêmica nessa área de conhecimento. O objetivo era conceber encontros acadêmicos que pudessem refletir a pluralidade do campo, garantir a participação coletiva em sua construção, evitando-se a centralização em uma única figura e a dispersão em eventos temáticos sem continuidade. Esse anseio tomou forma e se concretizou logo no ano seguinte, em 2014, com a realização do I CONGEO na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ, 2014). Dado o sucesso do I CONGEO e os vínculos estreitados entre os pesquisadores, a REBRAGEO se articulou também para a criação de um Grupo de Trabalho (GT) na ANPEGE, em 2017 e 2019. Outro passo foi dado em relação à aproximação da Comissão de Geografia Política da União Geográfica Internacional (UGI), que apoiou a realização do III CONGEO, em 2018.

A interação entre geografia política, geopolítica e gestão do território se mostrou acertada por reunir perspectivas particulares de abordagem da relação entre o território e a ação política, que apresentam aproximações, mas que mantêm interlocuções particulares com diferentes áreas de conhecimento. A geopolítica circula muito além da geografia. No âmbito acadêmico, aparece nas Relações Internacionais, na Ciência Política e na História, notadamente, mas estende seu campo de interesses para o exte-

rior da academia, por meio das mídias, da diplomacia e das instituições militares. A gestão do território também marca presença na esfera do planejamento estatal, nas políticas públicas, nas organizações governamentais, nas empresas, nas ONGs e nos movimentos sociais. O território tem sido um novo conceito de referência para se pensar políticas públicas e essa virada territorial é bastante propícia à maior abertura para as contribuições geográficas. Por conseguinte, embora a geopolítica e a gestão do território não se encerrem no campo mais geral da geografia política, colocá-los em interação nos possibilita o aperfeiçoamento e a atualização de conceitos, de enfoques, de temas e de metodologias, tanto de caráter mais aplicado quanto de perspectivas teóricas da produção científica. A organização de encontros regulares se concretizou, assim, a partir da crescente demanda por interlocuções em um campo em franca expansão no país. Para ilustrar, um simples levantamento feito no diretório de grupos de pesquisa do CNPq demonstrou que, em 2018, eram 17 grupos que apresentavam como palavra-chave o termo "geografia política", 45 com o termo "gestão do território" e 78 com o termo "geopolítica".

O CONGEO teve início em 2014, com sua primeira edição realizada na PUC-RJ, com 155 trabalhos apresentados, entre comunicações e pôsteres. Nessa sua 1ª edição, intitulada "Racionalidades e práticas em múltiplas escalas", o encontro privilegiou o debate sobre novas organizações políticas, econômicas, culturais e tecnológicas na contemporaneidade do século XXI. Em 2016, a segunda edição do evento foi realizada em Natal (UFRN), quando contou com público e repercussão igualmente expressivos, com 130 trabalhos apresentados. Nesse II CONGEO, intitulado "A integração sulamericana e a inserção das regiões periféricas" foram abordadas, notadamente, as contradições relativas ao processo de integração sul-americana e de inserção de regiões periféricas, tanto no sistema-mundo, quanto nos contextos nacionais, particularmente o brasileiro. Ambas as edições resultaram em publicações de livros e dos seus anais, que contribuem para a projeção e a consolidação de pesquisas na área, além de terem tido como resultados indiretos o estabelecimento de convênios e parcerias internacionais entre os pesquisadores participantes.

Importa destacar que a comissão organizadora do CONGEO tem se modificado a cada biênio, como forma de amplificar a proposta e fomentar um maior envolvimento de pesquisadores de diferentes univer-

sidades brasileiras. Na terceira edição do evento, tivemos um total de vinte e seis professores/pesquisadores diretamente implicados na organização, afora a comissão científica e a comissão de apoio formada por cerca de sessenta alunos da UFF (Niterói e Angra dos Reis), da UERJ (Rio de Janeiro e São Gonçalo) e PUC-Rio. Salientamos também que o III CONGEO agregou novos nomes à comissão científica original, com o claro objetivo de ampliar a representatividade, por meio do balanço da distribuição regional dos grupos de pesquisa em Geografia Política registrados no CNPq. Assim sendo, partimos de um conjunto de seis e sete estados representados na comissão científica dos dois primeiros congressos, respectivamente, para um total de treze estados representados em 2018. Alcançamos uma maior diversidade na composição da comissão, compreendendo ainda diversas universidades localizadas fora das capitais do país. Com esse mesmo intuito, foi também criada uma comissão científica estrangeira, que contou com representantes de quatorze países, que puderam contribuir para a divulgação e a projeção internacional do evento.

A partir da diversidade de temáticas e perspectivas de investigação abarcadas – que animam a nossa tensão criativa –, consolidamos alguns princípios norteadores, tais como: 1) a promoção do reforço das redes de conexão entre os pesquisadores de geografia política, geopolítica e gestão do território existentes no país, cujas pesquisas são realizadas, muitas vezes, de maneira isolada, em prejuízo da qualidade dos trabalhos e da melhoria da capacidade de gestão dos poderes públicos no Brasil; 2) a projeção nacional e internacional dos trabalhos e pesquisas realizados, haja vista a formação de parcerias entre os pesquisadores brasileiros da área com pesquisadores e instituições estrangeiras; 3) o estímulo à troca, à qualificação e à produção acadêmica (graduações, mestrados, doutorados) de estudantes e profissionais diversos e 4) o estabelecimento de um diálogo da Geografia com as Relações Internacionais, o Direito Ambiental, a Administração Pública, a Ciência Política, a Sociologia e as demais ciências de interface, estimulando pesquisas interdisciplinares e plurais do ponto de vista teórico e metodológico.

O III CONGEO foi, portanto, expressivo de um processo de renovação. Uma multiplicidade de temas e de possibilidades teórico-metodológicas ganhou visibilidade na forma e no conteúdo dos diferen-

tes trabalhos apresentados durante o encontro. Foram propostos aos participantes oito eixos temáticos norteadores para a submissão de trabalhos, quais sejam: 1) Geografia Política e Geopolítica: dos enfoques clássicos às renovações contemporâneas; 2) (Geo)políticas do meio ambiente, gestão dos recursos e sustentabilidades; 3) Localismos, nacionalismos, regionalismos e globalismos; 4) Fronteiras: um constante desafio territorial; 5) As escalas de gestão das políticas públicas territoriais; 6) Integração regional e novos espaços da cooperação e do conflito internacional; 7) Território, política, cidadania e democracia e 8) Geografia política e ensino: inovações temáticas, conceituais e metodológicas. Tais eixos fundamentaram a organização dos grupos de discussão, atividade que abrigou os trabalhos reunidos neste dossiê da Revista Brasileira de Geografia. As temáticas privilegiadas foram, portanto, variadas, e contemplaram debates sobre democracia, cidadania, corrupção, governança, desigualdade social, segurança, violência, regionalismos e questões regionais, dinâmicas fronteiriças, conflitos político-ambientais, além de acordos e conflitos diversos que abrangem as escalas do local, do nacional e do global. Além dos grupos de discussão, o evento teve como atividades as mesas redondas, que contaram com a participação de convidados brasileiros e estrangeiros conceituados, duas conferências de participantes estrangeiros, além da apresentação de trabalhos em formato de pôsteres, a realização de oficinas ministradas pelo IBGE e a realização de três trabalhos de campo – um no centro da cidade do Rio de Janeiro e outros dois em Mangaratiba e Angra dos Reis, culminando no campus do Retiro, da UFF-Angra.

Ressalte-se, em relação aos eventos anteriores, a formação de dois eixos temáticos novos. O eixo 7, "Território, política, cidadania e democracia", aglutinou e conferiu enquadramento a temas e objetos de estudo atuais, tais como: relações entre espaços públicos e espaços políticos; políticas da diferença e território; os novos espaços, canais e arenas do debate público; manifestações políticas, ativismos sociais e direito à cidade; territórios autônomos, territórios alternativos e política; política da paisagem, patrimônio e cultura; participação, representação e Geografia; Geografia do voto e conexão eleitoral; Geografia e direito: espacialidades das normas e exceções. Já o eixo 8, "Geografia política e ensino: inovações temáticas, conceituais e metodológicas", foi formado em consonância com uma sensibilidade crescente, sentida na

agenda da Geografia Política Brasileira, em relação a temas vinculados ao ensino de Geografia.

Nesta terceira edição, propusemos a temática geral "Crise e Reinvenção dos Espaços da Política", afinada com a conjuntura de crise e de reflexão sobre as possibilidades e os entraves para a ação e a decisão política nos contextos brasileiro e mundial. Consideramos que nossa responsabilidade e engajamento em relação ao encontro foram ainda maiores diante das inquietações do presente, que requerem lucidez e um exercício constante de análise. Apesar do acirramento das paixões suscitado pelo quadro político efervescente, acreditamos que o evento pôde trazer contribuições da Geografia Política, da Geopolítica e Gestão do Território para o entendimento de algumas das dimensões do contexto que vivenciamos em nosso país e, também, de fenômenos políticos que estão para além das particularidades político-institucionais e territoriais brasileiras.

O encontro teve um total de 527 trabalhos submetidos, dos quais foram aceitos 73 pôsteres e 394 comunicações orais. Tivemos 575 participantes inscritos de 24 unidades da federação, além de participantes estrangeiros de 11 países. No total foram 112 doutores, 140 mestres, 124 graduados e 198 graduandos. Dentre graduados e mestres, eram 204 alunos de mestrado ou doutorado, o que indica a importância do congresso no percurso formativo de pesquisadores na área. Além da publicação do Caderno de Resumos e dos Anais do III CONGEO, o evento teve ainda como produto a publicação de um número especial da Revista Brasileira de Geografia (2019) com os melhores trabalhos apresentados.

Importa ainda destacar que o III CONGEO não poderia ter sido realizado sem o empenho dos colegas de nossa comissão organizadora, a quem saudamos e agradecemos; o apoio institucional das direções do Instituto de Geociências, do Instituto de Computação e do Instituto de Física da Universidade Federal Fluminense, onde se deram as atividades do evento; os nossos estudantes de graduação e de pós-graduação, que se dispuseram a ajudar nas questões de ordem prática e técnica importantíssimas nas diversas etapas da organização do evento. Agradecemos também o apoio de todos os nossos colegas professores do Departamento de Geografia da UFF-Niteroi e do Departamento de Geografia e Políticas Públicas da UFF-Angra; a todos os programas de pós-graduação e às instituições de ensino superior implicadas na rea-

lização do evento, notadamente à Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFF e ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFRJ. Agradecemos aos técnicos e funcionários da Universidade Federal Fluminense, sobretudo aos funcionários do Instituto de Geociências e do Departamento de Geografia da UFF, em especial à Ana Paula Quintanilha e ao Daniel Goltara. Ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, pela parceria na oferta de oficinas, publicações e no apoio logístico ao evento. Finalmente, agradecemos à CAPES e à Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação da UFF, por recursos financeiros igualmente indispensáveis à viabilização das atividades.

Na seção seguinte, detemo-nos na apresentação dos textos que compõem o conjunto desta coletânea.

O livro

Cada capítulo deste livro traz uma abordagem contemporânea sobre a crise e a reinvenção dos espaços da política. Os autores exploram assuntos como a geografia do conhecimento, a nação, as fronteiras, as guerras e conflitos em diferentes escalas, as cidades, a democracia, os mapas, políticas públicas e a gestão do território.

Vladimir Montoya Arango trouxe ao III CONGEO uma importante contribuição com o capítulo *Justiça epistêmica, ciências colaborativas e pedagogias interculturais. Desafios das geografias do conhecimento na América Latina,* que percorre o debate sobre a crítica decolonial sobre conhecimento/espaço/poder, que tem se mostrado central no pensamento social latinoamericano contemporâneo. O conceito de justiça epistêmica se apresenta "como uma condição geopolítica a partir da qual os conhecimentos subalternizados espacializam a diferença e quebram as hierarquias impostas entre cultura dominante e culturas chamadas "minoritárias ou folclóricas"". Ao situar o conhecimento no lugar, com todas as implicações dessa premissa, Montoya extrai conclusões sobre a geopolítica subjacente à própria produção e circulação do conhecimento. Traz também aos leitores brasileiros o pensamento negro *cimarrón* de Manuel Zapata Olivella, a sociologia *raizal* de Orlando Fals Borda e o pensamento crítico de Estanislao Zuleta.

Em *Explorações sobre a ressignificação da nação no contexto da globalização,* Perla Zusman, geógrafa argentina bastante conhecida na geografia brasileira, traz um debate renovado sobre um tema sempre em voga, as nações e o nacionalismo. Na contramão de um discurso que opõe, de forma apressada, nação e globalização, Perla Zusman explora as contradições e nuances das significações da nação nas políticas de independência econômica dos governos progressistas da América Latina e a atuação do capital transnacional, nos conflitos políticos da vida cotidiana e nas políticas inclusivas referentes à heterogeneidade étnica e cultural. Uma pergunta chave que ecoa ao final do texto é: como a geografia pode contribuir para a construção de imaginários nacionais mais plurais e inclusivos?

O capítulo de André Reyes Novaes, *Amazônia "em construção": linguagem e circulação de mapas esquemáticos sobre projetos de ocupação territorial,* revisita as práticas cartográficas à época dos projetos de integração na região amazônica durante a ditadura militar no Brasil. Através de uma interpretação dos mapas, Novaes demonstra a circulação das imagens sobre a Amazônia entre os nichos de produção cartográfica – revistas de ampla circulação, mapeamento oficial, materiais didáticos e bibliografia militar – e sua relação com as concepções sobre o espaço amazônico sob intervenção dos projetos estatais. A partir de um caso específico, Novaes explora, de forma inovadora, a circulação entre as geopolítica formais, práticas e populares, segundo o modelo da *critical geopolitics*, a partir de uma grade de leitura da cartografia geopolítica e da história do pensamento geográfico, abordagem que vem se aprofundando de forma consistente em sucessivos trabalhos.

Em *A geopolítica da violência global no sistema mundial atual*, Heriberto Cairo Carou parte de um enfoque estrutural sobre o sistema-mundo para o entendimento de que a guerra foi, de fato, um mecanismo utilizado no capitalismo para solucionar crises cíclicas. No entanto, ressalta que as guerras se inserem nos contextos das mudanças prevalentes nos sistemas em que ocorrem, não podendo ser entendidas à margem de seus contextos espaço-temporais. Ainda, sustenta-se que "a oposição principal não é entre conflito e paz, senão entre violência e paz", fenômenos espacialmente constituídos. O autor desenvolve a compreensão de que "a contradição e o conflito são parte de qualquer sistema social, mas é sua má gestão ou gestão autointeressada que conduz à violência, seja ela entre

classes, povos, Estados etc. Uma violência que permeia nossas vidas, que não é apenas excepcional, mas de todos os dias".

Ivaldo Gonçalves de Lima, por sua vez, ilumina o conceito de conflito, inerente à toda atividade política. Ressalta as possibilidades dos antagonismos, divergências e dissensos como fundamentos da "vida política democrática". Escrutinam-se, assim, por meio de um *continuum metodológico*, as condições e os atributos das situações de "pré-conflito", do "conflito" e do "pós-conflito", "passando pela real possibilidade do confronto".

A geógrafa holandesa Virginie Mamadouh contribui com o capítulo *A virada urbana na geopolítica: as geografias políticas das cidades na governança global.* Numa visão panorâmica sobre a atual produção da geografia política em língua inglesa, explora as diferentes maneiras como as cidades são tomadas como objeto central para compreender as relações entre espaço e poder no mundo atual. A autora traz três combinações possíveis na relação entre a geopolítica e o urbano: "trazer o geopolítico para o contexto urbano", "olhar as cidades como foco dos conflitos geopolíticos" e levar em conta as cidades como atores geopolíticos. Também inspirada pela *critical geopolitics*, desenvolve sua abordagem com exemplos das geopolíticas formal, prática e popular.

Em *Do muro ao drone: novos-velhos dispositivos geográficos de segurança,* Rogério Haesbaert problematiza "a proliferação concomitante de muros fronteiriços e de drones armados, com função militar". O autor desenvolve seu texto apresentando as distintas relações espaço-temporais mobilizadas por essas tecnologias – na linguagem foucaultina, *dispositivos geográficos de segurança* –, que se multiplicam e cujos efeitos de controle se complementam no mundo contemporâneo. Há, assim, segundo o autor, "muito mais articulação e complementaridade que oposição e incompatibilidade entre os "velhos" muros e os novos drones. Ambos estão envolvidos em políticas de "prevenção de riscos" e necessitam ou implicam a definição prévia de zonas seguras e zonas inseguras ou ameaçadoras".

Em *Segurança de fronteiras no Arco Central: dos espaços de exceção ao Estado securitário*, Licio Caetano do Rego Monteiro analisa as políticas de segurança de fronteiras no Brasil e como estas se deslocaram para o Arco Central da fronteira na década de 2010, ao mesmo tempo em que se assimilavam novos dispositivos tecnopolíticos e normativos de gestão da insegurança nas fronteiras. O autor observa como a imbricação de fun-

ções policiais e militares se manifesta nas fronteiras e em outros espaços do território nacional, em especial nas metrópoles.

Iná Elias de Castro, em *Por que é preciso falar de partidos políticos, de eleições e de democracia?*, identifica uma lacuna na agenda de pesquisas da geografia humana acerca da democracia, sobretudo no que se refere aos temas da representação e da participação política. Em um primeiro momento, a autora apresenta argumentos, com base em revisão de literatura, que corroboram essa leitura. Em um segundo momento, discutem-se as muitas possibilidades da geografia do voto e do comportamento eleitoral, que expressam a inexorabilidade da dimensão espacial da ação e da decisão política. Em um terceiro momento, a autora se volta para o debate da espacialidade da política em contextos de amplas manifestações para a defesa de interesses nos espaços públicos. Por fim, apresenta os marcos para a definição do conceito de espaço político – marcos capazes de balizar a compreensão o espaço político como o "lugar do conflito de interesses", tanto em se tratando de espaços institucionais da representação e da participação, quanto de ruas e praças, quando ativadas politicamente.

Em *O espaço da eleição: a regionalização do voto como evidência informacional*, Glauco Peres da Silva inova nos estudos de Geografia eleitoral, ao incorporar a dimensão do fluxo informacional como uma dimensão de mediação da relação entre político e eleitor nas análises de padrões regionais de voto. Se as abordagens institucionalistas clássicas se voltam para o reconhecimento dos estímulos provocados pelas regras eleitorais sobre o comportamento dos candidatos e a distribuição espacial dos votos, uma abordagem renovada requer a incorporação da informação sobre as trajetórias dos candidatos e seus vínculos com regiões particulares como variáveis investigativas. As capacidades de difusão da informação afetam também, segundo o autor, não apenas as estratégias eleitorais do candidato, mas também as disputas intrapartidárias.

Segundo Henri Acselrad, "sustentabilidade é a categoria pela qual, a partir da última década do século XX, as sociedades têm problematizado as condições materiais da reprodução social, discutindo os princípios éticos e políticos que regulam o acesso e a distribuição dos recursos ambientais". Partindo dessa premissa, o autor apresenta, em *A sustentabilidade e os descaminhos de um debate,* a complexidade e as contradições dos diferentes modos de construção do debate ambiental. O conceito de sustentabilidade, que ganhou ampla expressão ao longo dos últimos qua-

renta anos, é então associado não apenas a diferentes concepções acerca dos usos dos recursos, mas também a diferentes formas de intervenção política.

Em *Os Pivôs da Discórdia e a Digna Raiva: uma análise dos conflitos por terra, água e território em Correntina/BA*, Carlos Walter Porto-Gonçalves e Samuel Britto das Chagas abordam um episódio pontual de conflito ocorrido em Correntina, na Bahia. A compreensão dos eventos precedentes e dos desdobramentos subsequentes permitem situar a violência política da população de um município do interior baiano como reação a sucessivas violências praticadas em nome do "desenvolvimento" propalado pelo agronegócio e pelos agronegociantes. A análise realizada pelos autores permite evidenciar uma geopolítica local dos conflitos pela terra e pela água, que se manifesta não só nos momentos de mediação e diálogo institucionalizados, mas na irrupção de ações diretas envolvendo milhares de habitantes da cidade. O confronto de narrativas em torno da violência e da legitimidade das ações políticas se aprofunda num confronto epistemológico, que coloca em xeque os conhecimentos e tecnologias hegemônicos que se impõem no território.

Finalmente, com a presente publicação, esperamos contribuir com o salutar debate acadêmico que se amplia, se diversifica e se renova no campo da Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território. E vida longa ao Congresso Brasileiro de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território!

Referências

AGNEW, John. *Geopolitics: re-visioning the world politics*. New York: Routledge, 1998

ANDRADE, Manuel Correia de. *Geopolítica do Brasil*. São Paulo: Ática, 1989

BECKER, Bertha K. *A geografia e o resgate da geopolítica*. Revista Brasileira de Geografia. 50, número especial t. 2, 1988

CASTRO, Iná Elias de. *Geografia e política: território, escalas de ação e instituições*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005

COSTA, Wanderley Messias da. ; THÉRY, Hervé. *Quatre-vingts ans de géopolitique au Brésil : de la géographie militaire à une pensée stratégique nationale.* Hérodote 2012/3, n° 146-147

COSTA, Wanderley Messias da. *Geografia política e geopolítica*. São Paulo: Edusp, 2008 [1991]

GUILLUY, Christophe. *Fractures françaises*. Bourin François Eds., 2010

LACOSTE, Yves. *A geografia – isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra*. Campinas: Papirus, 1988 [1976]

Ó TUATHAIL, Geraóid; DALBY, Simon. *Rethinking geopolitics*. London: Routledge, 1998

Ó TUATHAIL, Geraóid. *Critical geopolitics: the politics of writing global space*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1996

RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993

ROSIÈRE, Stéphane. "Dix ans de L'Espace politique. Géographie politique et géopolitique en question", *L'Espace Politique* [En ligne], 32 | 2017-2 Disponível em: http://journals.openedition.org/espacepolitique/4327

SODRÉ, Nelson Werneck. *Introdução à geografia*. Petrópolis: Vozes, 1976

CAPÍTULO 1

Justiça epistêmica, ciências colaborativas e pedagogias interculturais. Desafios das geografias do conhecimento na América Latina[1]

Vladimir Montoya Arango

Gostaria de começar convidando-lhes, enquanto reviso algumas ideias sobre a geografia do conhecimento, a se situarem nos desafios colocados pela diversidade epistêmica na qual coexistimos como cientistas sociais no contexto da relação entre conhecimento e poder. Trata-se de um convite a debater criativamente e enriquecer a nossa compreensão da relação entre a ciência e os espaços dos quais emerge, começando por questionar as formas de produzir conhecimento e as condições impostas pelos sistemas políticos, pelas tradições disciplinares ou pelos regulamentos econômicos e legais que determinam o horizonte da possibilidade para o exercício científico. Dessa forma, espero que em seus julgamentos estejam presentes tanto a valorização reflexiva das minhas afirmações quanto um olhar autocrítico.

Situar-nos em um debate sobre as geografias do conhecimento parte de destacar o óbvio: conhecimento/espaço/poder. Para dar conta dessa imbricação, é necessário explorar assuntos que transcendam a afirmação superficial de que a produção de conhecimento científico/hegemônico tem sido um dos motores da dominação estabelecida no regime moderno/colonial, transcendendo para alertar que, no mundo contemporâneo e como resultado de processos de emancipação da longa duração, ainda persiste uma diversidade de conhecimentos e saberes localizados que disputam a hegemonia e o caráter universalista do conhecimento técnico (e as políticas que se mobilizam), promovendo a busca permanente da justiça epistêmica. Estamos diante não apenas de conhecimentos que resistem, mas também diante de ontologias que recriam e redirecionam as políticas de conhecimento, imaginando novas geografias. Por essa razão,

1 Tradução do espanhol para o português: Lena Hauer. Revisão técnica: Licio Monteiro e Juliana Nunes Rodrigues.

falarei da justiça epistêmica como uma condição geopolítica a partir da qual os conhecimentos subalternizados espacializam a diferença e quebram as hierarquias impostas entre cultura dominante e culturas chamadas "minoritárias ou folclóricas".

A relação de conhecimento com os lugares em que se produz, bem como a tensão que permanece com os saberes situados que confrontam a intenção hegemônica do universalismo científico, é evidenciada por Agnew, ao afirmar:

> O conhecimento sempre se constrói em algum lugar, por pessoas particulares que refletem sobre suas experiências históricas. Os "universais" surgem, no geral, a partir da projeção de tais experiências em todo o mundo. O que se requer são maneiras de entender como isso acontece, e chamar a atenção para a necessidade de se negociar diferentes perspectivas, de modo que a política global possa ser menos o resultado de imposições hegemônicas (e de um diálogo de surdos), e mais o resultado do reconhecimento das diferenças e o respeito a elas, tanto culturais como intelectuais. (AGNEW, 2006, p. 52).

É fundamental compreender que a persistência de certos saberes associados a lugares e grupos sociais específicos manifesta não apenas a diversidade, mas também a constância de formas diferenciadas de se apropriar e de se produzir os espaços habitados, que se apegam às experiências, às memórias e às práticas espaciais próprias. É por isso que, para corresponder à advertência de Agnew sobre a necessidade de romper os universalismos, reconhecendo e respeitando as diferenças, em nossa América Latina, é essencial enfatizar os conhecimentos, as práticas e os saberes das comunidades nativas, afrodescendentes e camponesas, os pensamentos críticos enraizados nos locais emergentes e as ontologias das diversidades urbanas e as geografias de gênero.

De acordo com o exposto, nesta apresentação, destacarei as contribuições do pensamento negro *cimarrón* de Manuel Zapata Olivella, a sociologia *raizal* de Orlando Fals Borda e o pensamento crítico do mestre Estanislao Zuleta, famoso discípulo do filósofo Fernando González, que na "viagem a pé" descobriu uma filosofia próxima ao povo, seus territórios e seus saberes montanheiros. Trazê-los para este debate é um convite para que vocês reconheçam as heranças próximas de outros pensamentos

críticos e outras epistemologias originárias que interrogam suas próprias escolas e tradições disciplinares.

A consolidação da relação de domínio sobre o espaço se valeu, na modernidade/colonialidade, do conhecimento como um de seus principais mecanismos. Sem pretender fazer aqui uma revisão minuciosa das formas como a dominação epistêmica acompanhou a instauração de um modelo universalista da sociedade, tendo a Europa como horizonte teleológico, uma questão que já foi desenvolvida por vários autores (CASTRO-GÓMEZ, 2005; MIGNOLO, 2011; SOUSA, 2009), convido vocês a assumir como ponto de partida que na modernidade/colonialidade a primazia do conhecimento científico sobre os saberes vernáculos se fez à custa da anulação ou da invisibilização de múltiplas territorialidades e conhecimento, na tentativa de consolidar um modelo societal estratificado. O interesse das metrópoles do mundo colonial pela coleta do conhecimento dos conquistados fez com que no período entre os séculos XV e XIX as expedições corográficas, as viagens dos exploradores e as "imersões etnográficas" fossem multiplicadas, apoiadas numa lógica extrativista dos conhecimentos locais, que foram submetidos à documentação e à tradução por parte de pesquisadores, viajantes, cartógrafos, missionários, expedicionários e letrados, financiados por agências e governos alheios aos territórios estudados. As posteriores repúblicas independentes replicaram regularmente essas práticas, financiando seus intelectuais e sábios *criollos* em expedições de reconhecimento e documentação do território nacional.

Na modernidade/colonialidade, a diferença epistêmica se converteu no argumento para sustentar a subalternidade e viabilizar o controle territorial e populacional, transferindo a ciência eurocêntrica, com suas linguagens, códigos e sistema axiológico, para os territórios incorporados na órbita geopolítica das metrópoles. A geografia e as ciências sociais da matriz colonial foram cúmplices na imposição de uma escala temporal que classificou hierarquicamente os povos e territórios subalternos, catalogando suas culturas e conhecimentos como "anterioridades" do conhecimento científico/racional/civilizado. A esse respeito, Fals Borda nos guia para reconhecer o caráter intencional da produção de conhecimento e abandonar a pretensão ingênua de neutralidade valorativa:

> […] A ciência não possui valor absoluto, como se fosse um fetiche - , com própria vida, mas é um conhecimento válido útil para determinados

> propósitos e que funciona com verdades relativas. Toda ciência, como produto cultural, busca um propósito humano determinado e, portanto, carrega, implicitamente, os preconceitos valorativos das classes às quais os cientistas pertencem. Em outras palavras, favorece àqueles que a produzem e controlam (FALS BORDA, 1986, s.p.).

Os povos subalternos e suas espacialidades foram invisibilizados pela ciência estatal, documentados apenas como objetos do museu ou como coleção de relíquias, mas sem reivindicarem seus espaços sociais, seus conhecimentos nem suas capacidades coletivas de apropriar-se de seus espaços habitados, ou seja, sem atenção e compromisso com seus territórios e territorialidades. No que se passou, desde os primeiros momentos da modernidade/colonialidade até hoje, tornou-se evidente o interesse dos estados pelo controle e disposição do conhecimento como recurso para dinamizar a ocupação dos territórios sob seu domínio. Estanislao Zuleta assim caracteriza esse interesse: "O capitalismo certamente dirige e promove o desenvolvimento dos conhecimentos no sentido dos interesses do capital, principalmente. […] A ciência não se desenvolve de acordo com seus efeitos úteis gerais para a humanidade, mas a seus efeitos particulares para a acumulação de capital, evidentemente" (ZULETA, 2016 [1995], p. 132). Com isso, Zuleta nos situa na reflexão sobre o papel dos estados no controle da produção do conhecimento sobre o espaço, bem como na definição das políticas que orientam sua circulação e localização de acordo com o acúmulo de capital. Nesse sentido, a geopolítica do conhecimento e a geografia escalar do capitalismo demonstram estar fortemente articuladas.

Durante o século XX, houve mudanças nas relações de dominação na geopolítica do conhecimento que levaram, com a culminação da chamada Segunda Guerra Mundial e os desenvolvimentos tecnológicos acelerados que se seguiram, à conformação progressiva do que chamou de "sociedade do conhecimento". De acordo com D'Antonio Maceiras (2018), após essa guerra, e com a conformação dos blocos ideológicos diferenciados na Guerra Fria, foi desencadeada uma corrida pelo desenvolvimento técnico, considerado fundamental para a superioridade geopolítica, fazendo com que fosse:

> […] imprescindível que o governo invista em conhecimento e pesquisa (civil e militar) também em tempos de paz. Para isso, é fundamental o

> investimento público em pesquisa básica que, "sem procurar propósitos práticos", seja regulada por uma agência independente, que preste contas ao governo e assegure controles democráticos. Assim, em 1945 se assentam as bases de uma nova sociedade, em que o conhecimento tem de ser eficiente e inovador (ECHEVERRÍA, 2014) para ser fortemente financiado pelo governo e, portanto, deve prestar contas à sociedade. (D' ANTONIO MACEIRAS, 2018, p. 116-117).

Na "sociedade do conhecimento", o governo do espaço, como condição de possibilidade para a cristalização do poder estatal, tem no controle do conhecimento o motor da expansão geográfica do capital. É por isso que, em uma revisão sociológica da ciência, devemos voltar sobre seus conteúdos discursivos aderidos às práticas de produção do conhecimento que são condicionadas pelas realidades políticas e, claro, pelas especificidades dos territórios em que ocorre o exercício científico. Em vez de insistirmos veementemente sobre a historicidade do conhecimento, ou nos ocuparmos com suas características culturais, proponho debatermos sua geografia (ou sua geo-história), explorando com senso crítico a situacionalidade da produção do conhecimento científico. Para isso, devemos interrogar a partir do local onde ocorrem os exercícios de pesquisa e produção de conhecimento, os modos como as informações são construídas, bem como os mecanismos que se mostram funcionais para a busca de dados e para a identificação de variáveis, advertindo sobre suas condições de adesão ou submissão a condições políticas nacionais ou supranacionais. A esse respeito, Zuleta agudamente destaca:

> Em cada carreira e em cada faculdade, é preciso formular as perguntas sobre os efeitos que as relações capitalistas de produção têm sobre o tipo de conhecimentos que ali se transmitem, sobre como eles são transmitidos e sobre como seus efeitos revolucionários são limitados e neutralizados. (ZULETA, 2016 [1995], p. 137).

Os efeitos dessas relações capitalistas estabelecem mecanismos de disciplinamento ou "formalização" do conhecimento científico, evidentes hoje em seus modos de reconhecimento, validação e circulação. A este respeito, D'Antonio Maceiras adverte que foi na segunda metade do século XX que se consolidou a relação entre governos, capital privado e

conhecimento científico, fazendo com que se favorecesse, assim, como mecanismo predileto para a geração de valor e acumulação de capital derivado da circulação do conhecimento, as editoras comerciais e suas revistas localizadas no Norte geopolítico:

> A evolução do sistema de publicações levou a um processo de concentração oligopolista em que cinco editoras comerciais (RELX, Taylor & Francis, Blackwell, Springer e Sage, as *big-five*) controlaram progressivamente o mercado de periódicos. Só elas publicaram pouco mais de 20% dos artigos coletados na Web of Science (WoS) — ou seja, os bons — em 1973 e 30% em 1996, atingindo 70% em áreas como as Ciências Sociais. (RIVIÈRE *et al.*, 2015 *apud* D'ANTONIO MACEIRAS, 2018, p. 122).

Isso posto, para o caso da geografia política como disciplina social, bem como para aquelas que lhe são próximas, coloca-se em tensão a relação existente entre conhecimento e poder e abre caminho para uma interessante exploração sociológica da ciência, em que se poderia identificar articulações, explícitas ou ocultas, entre alguns mecanismos de dominação e controle social e as produções científicas. Particularmente marcantes são, por exemplo, algumas formas de controle geo/bio/político que operam por meio do conhecimento geográfico para a normalização das relações de desigualdade social, que são representadas como fenômenos característicos da natureza, ou da deterioração ambiental, ignorando ingenuamente – ou invisibilizando habilmente – as condições políticas que as provocam. Isso é visível em alguns estudos de impacto das grandes obras de infraestrutura, nos quais quase sempre se examinam os efeitos sobre a biodiversidade, a água, a fauna e a flora, mas raramente se questionam os impactos sociais e as diretrizes políticas que implantam a expansão geográfica do modelo desenvolvimentista às custas dos conceitos locais de desenvolvimento, dignidade, justiça ou bem-estar.

Conhecimentos "legítimos": validação ou "certificação" como hierarquia geopolítica de saberes

O ímpeto com que os estados modernos/coloniais ocuparam a produção de conhecimento nos convoca a revisar criticamente os espaço-tempos

da ciência, indagando os conteúdos ideológicos adicionados às práxis disciplinares, que condicionam tanto os marcos conceituais como os horizontes analíticos e de interpretação e estabelecem parâmetros para a informação válida, a produção de dados (as metodologias) e as formas de circulação do novo conhecimento. Em relação a isso, é bastante precisa a reflexão colocada por Agnew:

> De qualquer forma, o conhecimento nunca está livre de compromissos ontológicos, sejam eles nacionais, de classe, de gênero ou de qualquer outro tipo. Este é precisamente o ponto quando nos referimos à geografia do conhecimento: a questão de onde se reúne, sob a rubrica da diferença espacial, uma ampla gama de efeitos ontológicos. Ao mesmo tempo, mudanças amplas e profundas no mundo estão moldando mudanças (independentemente de com quem ou onde estamos) nas maneiras como nos envolvemos na forma como se ordena e circula o conhecimento. (AGNEW, 2006, p. 52).

Essas mudanças anunciadas por Agnew na forma como "se ordena e circula o conhecimento" correspondem a mecanismos geopolíticos por meio dos quais a práxis científica é condicionada/disciplinada, colocando hoje as ciências sociais e humanas latino-americanas em uma séria encruzilhada. A constituição de *rankings* universitários, a consolidação de grandes bases de dados e o privilégio dos periódicos de certas editoras comerciais representam a consolidação de mecanismos geopolíticos de validação dos conhecimentos que fecham as possibilidades de interlocução com outros saberes e conhecimentos, além de desconectarem progressivamente a prática científica dos locais e de sua gente, fazendo do "prestígio" o objetivo e o símbolo através do qual o conhecimento é legitimado. É assim que parece se dar cada vez mais importância a "de onde é dito" e "quem diz" do que a "o que é dito". A fim de ascender as escalas de poder da geopolítica do conhecimento, privilegiam-se formas concretas de dizer, priorizam-se os tecnicismos e impõe-se a tradução para a língua inglesa, afastando a ciência social e o conhecimento que ela produz dos territórios de onde eles emergem. Isso implica a promoção de formas de conhecimento que não dialogam com os modos de compreensão do mundo típico de nossas sociedades, nas quais, como Fals Borda nos lembra, "em termos camponeses: se conhece vendo, lembrando, comparan-

do e trabalhando" (FALS BORDA, 1986, s.d.). Apesar disso, diz Vessuri, "[…] apesar de professar um sentimento democrático, a ciência ainda faz parte da cultura da elite. Sua própria linguagem, explícita, lógica, formalizada e tecnicamente esotérica, requer um estilo de pensamento quase totalmente restrito àqueles que recebem uma educação prolongada (e cara)" (VESSURI, 2014, p. 170).

A compreensão dos efeitos que os mecanismos geopolíticos têm para validar o conhecimento em nossas práticas disciplinares nos convida a nos situarmos na longa duração dos processos de configuração de nossas academias latino-americanas. Como observei num trabalho anterior:

> […] A imposição de uma lógica de produção de conhecimento, autorreconhecida como universal e ubíqua, própria da modernidade, teve lugar nos processos de imposição das línguas colonizadoras com a alfabetização e a evangelização e, posteriormente, com a implantação da estrutura acadêmica universitária e a inerente tradução das práticas disciplinares. (MONTOYA, 2018, p. 154).

A implantação de uma matriz de dominação epistêmica colonial levou à sobreposição espacial de conhecimentos que se incorporaram em uma escala hierárquica em que a epistemologia ocidental foi concebida como superior em face de outras formas de conhecer que foram invalidadas por seu caráter mágico ou supersticioso. Foi então de uma sólida condição colonial que emergiram nossas academias, e, é claro, a institucionalização dos modos de validação do conhecimento se derivou desta relação colonial. Na segunda metade do século XX, durante o processo de modernização dos estados latino-americanos, as chamadas faculdades ou institutos de etnologia, antropologia, geografia e sociologia se ocuparam da criação ou do fortalecimento de academias nacionais próprias, que foram promovidas como padrões da contribuição científica para o desenvolvimento das nações. Na Colômbia, por exemplo, de acordo com Valderrama e Olaya (2014), na década de 1930 foram iniciadas reformas políticas para a transformação do país, articulada à reestruturação do sistema educacional, criando o Serviço Arqueológico Nacional (1931), o Instituto Etnológico Nacional e o Instituto Caro y Cuervo (1942) (VALDERRAMA; OLAYA, 2014, p. 80). Foram assim se institucionalizando as ciências sociais, que, após os anos de 1950, foram aliadas funcionais para

o projeto da modernização nacional, para o qual foi exigida a produção de conhecimentos pertinentes para o progresso e para a superação do subdesenvolvimento.

Com a vigência do neoliberalismo das últimas décadas, as desvantagens das academias do sul geopolítico se tornaram cada vez mais evidentes, e os condicionamentos próprios do chamado "capitalismo cognitivo" aumentaram. Dada a força dos mecanismos globalizados de certificação e circulação do conhecimento, em nossos países se tem empreendido uma espécie de carreira para alcançar uma posição de destaque na geopolítica do conhecimento, que tem sido acompanhado quase sempre pela precarização do sistema público universitário e da transferência dos recursos de pesquisa para o setor privado, considerado mais eficiente e funcional para a subida no *ranking*. No entanto, também têm havido resistências a esses mecanismos da geopolítica do conhecimento e tem-se alertado sobre a necessidade de fortalecer a autonomia de nossas academias, como ressalta Beigel:

> Por trás dos *rankings* universitários, há uma noção de hierarquia descendente que é construída com base em modelos de universidades muito específicas, como Harvard, Stanford ou Cambridge, sem contemplar diversos estilos institucionais, culturas científicas e, muito menos o impacto social. […] A partir da América Latina, a Conferência Regional Superior (CRES) apontou as limitações dos *rankings* universitários e solicitou critérios regionais para a certificação universitária. O caráter da Universidade foi considerado como um bem social e público e foram apontados os riscos associados a priorizar os critérios "globais" a regionais/nacionais/locais. (BEIGEL, 2018, p. 18).

Um exemplo dessas controvérsias com a vertente hegemônica da ciência *mainstream* vem ocorrendo na Universidade de Antioquia, Colômbia, onde surgiu um movimento crítico na área de ciências sociais e humanas, que, durante os últimos anos, tem levantado reflexões sobre como, a partir do sistema nacional de ciência, tecnologia e inovação, as chamadas "ciências duras" são privilegiadas e os cientistas sociais têm sido obrigados a adotar seus mecanismos de validação e circulação de conhecimento como a única maneira de fazer com que seu trabalho seja reconhecido, e também condicionando o salário dos professores. De acordo com Piñe-

res, Vélez e Montes (2017), no caso da Universidade de Antioquia, a hipertrofia de prestígio neste modelo de validação e circulação de conhecimento incide no surgimento de uma práxis científica condicionada pela "luta pelo reconhecimento", que é uma expressão de que:

> A ciência também é um campo de forças dotado de uma estrutura (agentes e instituições) e, ao mesmo tempo, um campo de lutas socialmente construído, "no qual os agentes dotados de diferentes recursos são confrontados para conservar ou transformar as correlações de forças existentes" (BOURDIEU, 2003, p. 67). Como produto da história cultural, a ciência não está isenta de processos sociais e, precisamente por essa razão, é pertinente 'fazer uso' da categoria de luta pelo reconhecimento para entender alguns dos processos que acontecem nele. (PIÑERES; VÉLEZ; MONTES, 2017, p. 264).

Sobre como tal luta pelo reconhecimento condiciona o trabalho dos pesquisadores, destaca-se o seguinte testemunho: "Em vez de incentivar a pesquisa, o sistema tornou-se o próprio objetivo da pesquisa. Portanto, é um sistema que "modifica as formas de trabalho substancialmente, o que foi um apoio e um suporte tornou-se a meta em si" (PIÑERES; VÉLEZ; MONTES, 2017, p. 276).

A situação exposta à Universidade de Antioquia nos permite alertar que os sistemas nacionais de pesquisa e ensino superior estão articulados em diferentes escalas como lugares de poder a partir dos quais se definem os parâmetros de autoridade do conhecimento, que são

> […] padrões de estratificação global [que] medeiam o acesso aos lugares de prestígio/poder, enquanto as consequências dessa globalização são vivenciadas de maneiras diferentes. As elites científicas nas áreas metropolitanas globais estão hoje muito mais estreitamente integradas e buscam maior controle sobre as redes globais. (VESSURI, 2014, p. 172).

Esses padrões de estratificação atuam como limitantes ao pensamento crítico, o que é subestimado diante do pensamento técnico-funcional, que se concentra na obtenção de produtos úteis para a aproximação aos lugares de prestígio. Mais uma vez, Piñeres, Vélez e Montes introduzem um valioso testemunho a esse respeito:

> As exigências do sistema deixam de lado experiências importantes da vida das pesquisas acadêmicas que vão além da publicação e da produção do conhecimento. O desejo de publicar e produzir não só pode estar contra a qualidade do trabalho científico, que já é problemático, mas também coloca de lado outros aspectos igualmente importantes de toda a vida universitária. (PIÑERES; VÉLEZ; MONTES, 2017, p. 274).

Uma das consequências desse sistema de validação do conhecimento é o descaso das considerações éticas nos processos de pesquisa, por causa da ênfase que se dá na obtenção de produtos verificáveis e padronizados, que não só afetam o vínculo de nossa pesquisa com os territórios a partir dos quais emerge, mas também tiram o mérito do valor coletivo do conhecimento produzido. Sobre isso, é valiosa a consideração de D'Antonio Maceiras:

> […] na medida em que o prestígio é validado por índices internacionais, e a maioria das revistas indexadas são publicadas no Norte Global e em inglês, sistematicamente se discriminam ou se subvalorizam as linhas de pesquisa sobre questões locais ou problemas que afetam a grande maioria da população mundial, que vive no Sul Global. (D'ANTONIO MACEIRAS, 2018, p. 121).

Os espaços alternativos da ciência latino-americana

O circuito da ciência *mainstream*, embora tenha um caráter dominante na atual geopolítica do conhecimento, ainda não significou o desaparecimento dos conhecimentos vernáculos, nem tem implicado a anulação de formas alternativas de compreender a ciência social na América Latina. No pensamento de Zapata Olivella, era assim que se manifestava o poder da resistência negra:

> Afastando-nos da suposta objetividade dos documentos escritos ao longo da conquista, da colonização e da independência, sempre atentos aos cronistas ou arquivos, temos dado o mérito da certeza histórica à tradição oral, mitos e lendas, considerando que compõem um corpus válido e plenamente justificado pelos sentimentos, rebeldia e reivindicações

> transmitidas à viva voz, de gerações a gerações, por aqueles que nunca foram ouvidos nos porões dos navios traficantes, nos túneis das minas, nos palenques e nos batalhões patriotas. Portanto, esta é a oportunidade de escutar os iletrados, 50% dos descendentes dos avós, que não puderam, no momento, deixar o testemunho escrito das indignidades sofridas. (ZAPATA, 2014, p. 87).

Essa chamada de Zapata Olivella exige a reivindicação de formas de conhecimentos alternativas à ciência convencional, bem como a proposição de mecanismos de validação que reconheçam fontes orais e outras não necessariamente correspondentes aos parâmetros disciplinares. Esse é o ponto de partida de formas de produção de conhecimentos que reconhecem os cientistas como atores ativos nos processos coletivos, em que seus interlocutores e lugares também são agentes ativos. Freire, consciente disso, afirmou:

> Nas minhas relações político-pedagógicas com os grupos populares, de nenhuma maneira por desconsiderar seu conhecimento da experiência, sua explicação do mundo, da qual faz parte a compreensão de sua própria presença no mundo. […] Se, de um lado, não posso me adaptar ou me "converter" ao saber ingênuo dos grupos populares, de outro, não posso, se realmente progressista, impor-lhes arrogantemente o meu saber como o saber verdadeiro. (FREIRE, 2012, p. 104).

Na América Latina, houve diferentes manifestações dessa luta epistêmica expressas na sobrevivência dos conhecimentos locais que desafiam o suposto universalismo da ciência convencional e propõem formas criativas de relação entre os chamados "cientistas" e os chamados "leigos". Poderíamos identificar nas geografias radicais uma expressão dessa oposição à ideia de que há apenas uma maneira de produzir, validar e circular o conhecimento, mas também podemos perceber isso no pensamento crítico e em vertentes críticas das ciências sociais como a pesquisa-ação participativa, a pedagogia emancipatória e intercultural e a educação popular.

Para as vertentes críticas da ciência latino-americana, não só é importante reconhecer a coexistência de múltiplos saberes, ou seja, a diversidade epistêmica constitutiva de nossas nações mestiças, mas também são es-

senciais as reflexões sobre: a relação entre política, poder e metodologia; o lugar de enunciação dos sujeitos envolvidos nos processos de pesquisa; a implicação entre o conhecimento e o território a partir do qual emerge e o papel ativo e prolífico das memórias sociais com as quais se interage nas pesquisas. Essas vertentes críticas se caracterizam pelo recurso a metodologias abertas ao diálogo, colaboração e participação, bem como pelo reconhecimento de diversas fontes – tais como as cartografias sociais, os arquivos comunitários, as oficinas de narrativa oral, os planos de vida, as oficinas de memória, as rotas territoriais (conhecer-andando-conhecendo), a autoetnografia, a reconstrução coletiva de memórias, as narrativas dos objetos, as histórias orais – e, em geral, pela disposição de estratégias para a produção coletiva e concertada de informação nos diferentes momentos que integram o processo de produção de conhecimento.

A diversidade não é aqui assumida apenas como um fenômeno cultural, mas como um fenômeno histórico e político de longa duração. Fals Borda deixou uma reflexão importante sobre isso:

> Destaco a importância da diversidade, porque ela só se forma no tempo e com o tempo. Não é um fenômeno contemporâneo ou discreto, mas um processo constante que faz parte da vida, daí a sua força e seu mérito. Qualquer diversidade, se for importante, tem raízes profundas e antigas que, felizmente, não são fáceis de erradicar, porque proporcionam a necessidade dinâmica de continuidade nas sociedades. São elementos de sobrevivência natural. (FALS BORDA, 2013, p. 44).

A valorização da diversidade epistêmica traz o questionamento aos mecanismos geopolíticos para a validação do conhecimento. A esse respeito, Olivé (2009) defendeu a ideia de "pluralismo epistemológico", que, segundo afirma,

> […] é necessário para enfrentar a posição muito frequente de que muitos dos chamados saberes tradicionais são o resultado de práticas epistêmicas que não podem reivindicar legitimidade, pois que são considerados como conhecimentos técnicos sem base científica, e que, caso as aplicabilidades de tais conhecimentos sejam eficazes, requerem explicações científicas, por vezes fornecidas pelas pesquisas financiadas por empresas modernas de inovação. (OLIVÉ, 2009, p. 28-29).

Para a afirmação de tal pluralismo epistêmico, é necessário mobilizar politicamente o reconhecimento de que em nossas sociedades coexistem múltiplos sistemas axiológicos, corretos em relação às práticas e meios dos quais emergem. Portanto, segundo Olivé, os mecanismos de validação do conhecimento devem envolver relações com os lugares, uma vez que

> A diversidade axiológica das práticas cognitivas é o resultado normal e esperado da própria natureza de tais práticas e o fato de que eles são necessariamente desenvolvidos em meios específicos que variam entre si. Essa é a ideia central para fundamentar a tese de que os saberes devem ser avaliados em termos de práticas epistêmicas que geram, transmitem e aplicam, e do meio cultural em que essas práticas epistêmicas são desenvolvidas e fazem sentido. (OLIVÉ, 2009, p. 28).

Que implicações isso tem sobre a legitimação do conhecimento científico na América Latina? De acordo com Fals Borda, os critérios de avaliação deveriam ser construídos independentemente dos parâmetros estabelecidos pelas regiões dominantes do mundo, de modo que

> […] os produtos do nosso trabalho devem ser julgados principalmente por sua originalidade, pertencimento e utilidade para a nossa própria sociedade. Não podem ser mais valorizados pelo mero fato de se comunicarem em inglês, francês ou alemão, entre outras línguas europeias, ou por serem publicados em revistas de países avançados. (FALS BORDA, 2013, p. 207).

No entanto, como mostra D'Antonio Maceiras (2018), a tendência predominante é incorporar os formatos de medição do Norte global, que se expressam em países como Brasil, Colômbia, Espanha, China e Índia, entre outros: "[…] tomam-se os índices de impacto superior progressivamente como os únicos aceitáveis para o seu pessoal universitário" (D'ANTONIO MACEIRAS, 2018, p. 131). Para reverter essa tendência, há que se apelar a critérios de validação do conhecimento que se distanciem dos condicionamentos globais, considerando-se variáveis que relacionem nossos modos de ser e de fazer ciência. Segundo Beigel, "uma medição da produção científica desde a periferia im-

plica uma transição não apenas técnica, mas também conceitual, do paradigma da internacionalização para o da circulação, incorporando todas as interações: local, nacional, regional, transnacional e internacional" (BEIGEL, 2018, p. 18). Nas propostas emergentes de medição da produção científica, o ponto de partida está na contracorrente dos circuitos normalizados do capitalismo cognitivo, apontando para a construção de sistemas axiológicos inclusivos de nossas academias e de nossa diversidade epistêmica.

Para continuar a debater...

Mesmo com a poderosa força da dominação epistêmica moderna/colonial, não foi possível erradicar outras epistemologias e diversas formas de produção de conhecimento em nossa América Latina. A resistência de nossos povos nativos, afrodescendentes e mestiços não tem sido só física e cultural, mas também epistêmica, o que demonstra sua profunda compreensão da relação entre conhecimento e poder, que tem mobilizado através da manutenção de suas línguas, memórias, saberes, espiritualidade, tradições orais e formas de conhecer, a partir da qual defendem as condições de possibilidade de seu espaço social.

Para a geografia política, a persistência dessa diversidade epistêmica representa uma importante oportunidade para revisar criticamente nossas práticas científicas. Apoiar-se nos movimentos sociais, nos pensamentos críticos e nas epistemologias outras permite gerar processos colaborativos e dialógicos, além de contribuir para imaginar novos espaços na geopolítica do conhecimento, nos quais se questione a falácia das fronteiras disciplinares e se busque erodi-la, indo inclusive para a criação de diálogos complexos entre as práxis disciplinares e os conhecimentos que os precedem nos territórios.

A invenção de novos espaços na geopolítica do conhecimento próprios de uma práxis científica emancipatória parte da revisão crítica da relação entre espaço/conhecimento/poder, que pode contribuir para o surgimento de algumas "ciências sociais lugarizadas", isto é, reflexivas e críticas para a situacionalidade e as implicações geográficas do conhecimento. Vale a pena aqui lembrar o que foi anunciado por Fals Borda:

> […] parece teoricamente viável, portanto, uma ciência do povo como um processo endógeno – talvez como um elemento de equilíbrio de certas tendências destrutivas da ciência dominante –, uma ciência popular em que o conhecimento adquirido e sistematizado com o rigor necessário sirva aos interesses das classes exploradas. (FALS BORDA, 1986, s.p.).

Outros autores apelaram para a pertinência de uma "ciência mestiça" ou para o surgimento de uma escola crítica latino-americana (MARQUES; GOBBI, 1999; CHECA, 2012, p. 5). Articulado a isso, tornou-se evidente em diferentes lugares da América Latina a demanda por uma educação intercultural que promova a autonomia e fortaleça os conhecimentos locais e as experiências comunitárias (BERTELY; MARTÍNEZ; MUÑOZ, 2015), que tem levado, por exemplo, à criação de modelos curriculares interculturais em Chiapas (SARTORELLO, 2014), na Universidad Veracruzana e em outras universidades interculturais no México. Na Colômbia, destaca-se a Licenciatura em Pedagogia da Mãe Terra, criada pela Universidad de Antioquia e a Organización Indígena de Antioquia, na qual

> […] a educação se articula mais diretamente com a política e a política com a educação em um objetivo comum na defesa da Mãe Terra; nesse sentido, cria-se a Licenciatura em Pedagogia da Mãe Terra como um processo de formação de professores e professoras líderes dos povos e, ao mesmo tempo, líderes professores e professoras com pedagogia e *coração bom* (UNIVERSIDAD DE ANTIOQUIA, s.p.).

Essas iniciativas vão na contracorrente do capitalismo cognitivo e mostram como os movimentos sociais e a intelectualidade crítica são entendidos como um produto cultural localizado no Sul geopolítico e, consequentemente, trazem a diversidade crítica epistêmica para o seio de nossas universidades. Fals Borda refletia assim sobre a importância de transformar o ensino superior:

> Necessitamos de universidades democráticas e altruístas que estimulem a participação criativa dos estudantes na busca de novos conhecimentos e, em tal medida, considerem a pesquisa como ferramenta pedagógica de maior valor, pilar da autonomia acadêmica […]. Queremos universi-

> dades participativas, comprometidas com o bem comum, especialmente com a urgência das comunidades de base, que, por meio de técnicas de educação, pesquisa e ação combinadas, levem em conta a formação de cidadãos capazes de emitir juízos baseados no conhecimento das realidades sociais e naturais. As universidades participativas devem ser redutos centrais dos mecanismos de criação, acumulação, ensino e difusão do conhecimento. (FALS BORDA, 2013, p. 208).

Para encerrar a reflexão proposta nesta apresentação sobre a geografia do conhecimento e sua relação com a criação de novos espaços de política, quero salientar quatro desafios levantados na América Latina pela busca da justiça epistêmica, as emergentes ciências colaborativas, lugarizadas ou mestiças, e as pedagogias interculturais:

1. A subversão da lógica hegemônica da representação do espaço, indo além da produção real que deriva nas práxis disciplinares convencionais da aplicação rigorosa de instrumentos, técnicas e método científico.
2. A inclusão na agenda das políticas do conhecimento de um debate sobre a longa duração da dominação epistêmica, que tem tentado impor os universalismos das lógicas de representação do espaço que não conhecem a incomensurabilidade dos saberes.
3. O posicionamento político na contracorrente do capitalismo cognitivo, que implica a crítica da carreira desmedida pelos lugares de privilégio/orgulho/distinção/poder e, em vez disso, a abertura à produção de conhecimentos com ética e compromisso com os saberes situados.
4. O questionamento às nossas práticas disciplinares, metodologias e formas de validação e circulação do conhecimento que esquece/oculta a participação como eixo estruturante da produção de conhecimento.

Estamos dispostos a considerar que o conhecimento científico não seja o único portador da autoridade cognitiva? Abriremos as práxis disciplinares para a interação com os saberes, as memórias, os conhecimentos e as práticas espaciais que foram invisibilizadas na geopolítica do conhecimento? Estamos dispostos a contribuir, a partir de nossos exercícios científicos, para a busca da justiça epistêmica e de pedagogias emancipatórias que promovam uma imaginação geográfica esperançosa e transformadora?

Referências

AGNEW, John. Geografías del conocimiento en la política mundial. *Tábula Rasa*, v. 4, p. 49-58, 2006. Disponível em: http://www.revistatabularasa.org/numero-4/agnew.pdf.

BEIGEL, Fernanda. Las relaciones de poder en la ciencia mundial. Un anti-ranking para conocer la ciencia producida en la periferia. *Nueva Sociedad*, v. 274, p. 13-28, 2018. Disponível em: http://nuso.org/media/articles/downloads/TG.Beigel_274.pdf.

BERTELY, María; MARTÍNEZ, María; MUÑOZ, Rubén. Autonomía, territorio y educación intercultural. Actores locales y experiencias comunitarias latinoamericanas. *Desacatos*, v. 48, p. 6-11, 2015. Disponível em: http://www.scielo.org.mx/pdf/desacatos/n48/n48a1.pdf.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago. *La hybris del punto cero.* Ciencia, raza e ilustración en la Nueva Granada (1750-1816). Bogotá: Pontificia Universidad Javeriana, 2005.

CHECA, Fernando. Jorge Fernández: artífice del pensamiento comunicacional latinoamericano. *Revista Latinoamericana de comunicación Chasqui*, v. 118, p. 3-5, 2012. Disponível em: http://chasqui.ciespal.org/index.php/chasqui/article/view/198/207.

D'ANTONIO MACEIRAS, Sergio. Eppur continua a muoversi. La dinámica colonial del conocimiento científico a través de las revistas y los índices de impacto. *Geopolítica(s): Revista de estudios sobre espacio y poder*, v. 9, n. 1, p. 113-136, 2018. Disponível em: http://revistas.ucm.es/index.php/GEOP/article/view/57886/4564456547585.

FALS BORDA, Orlando. *Conocimiento y poder popular: lecciones con campesinos de Nicaragua, México y Colombia*. Bogotá: Siglo XXI, 1986.

_____. *Socialismo raizal y el ordenamiento territorial*. Bogotá: Ediciones desde abajo, 2013.

FREIRE, Paulo. *Pedagogía de la indignación*. Cartas pedagógicas en un mundo revuelto. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2012.

MARQUÉS, J.; GOBBI, M. (Eds.). *Génesis del pensamiento comunicacional Latinoamericano*. El protagonismo de las instituciones pioneras: CIESPAL, ICINFORM, ININCO. São Paulo: UMESP; Cátedra UNESCO, 1999.

MIGNOLO, Walter. *Historias locales/diseños globales.* Colonialidad, conocimientos subalternos y pensamiento fronterizo. Sevilla: Akal, 2011 [2000].

MONTOYA ARANGO, Vladimir. Cartografías y diversidad epistémica en la producción de conocimiento. *In:* ESCHENHAGEN, María; VÉLEZ, Gabriel; GUERRERO, Germán (Eds.). *Construcción de problemas de investigación:* diálogos entre el interior y el exterior. Medellín: Universidad de Antioquia, Universidad Pontificia Bolivariana, 2018. p. 149-173.

OLIVÉ, León. Por una auténtica interculturalidad basada en el reconocimiento de la pluralidad epistemológica. *In:* SABLICH, Lucas (Ed.). *Pluralismo epistemológico.* La Paz: Muela del Diablo Editores, CLACSO, 2009. p. 19-30. Disponível em: http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/coediciones/20100630102859/olive.pdf.

PIÑERES, Juan; VÉLEZ, Gabriel; MONTES, Carolina. Lucha por el reconocimiento en los modelos de medición: el caso de la Universidad de Antioquia. *Andamios*, v. 14, n. 34, p. 259-281, 2017. Disponível em: https://andamios.uacm.edu.mx/index.php/andamios/article/view/589/936.

SARTORELLO, Stefano. La co-teorización intercultural de un modelo curricular en Chiapas, México. *Revista Mexicana de Investigación Educativa*, v. 19, n. 69, p. 73-101, 2014. Disponível em: http://www.scielo.org.mx/pdf/rmie/v19n60/v19n60a5.pdf.

SOUSA, Boaventura. Más allá del pensamiento abismal: de las líneas globales a una ecología de saberes. *In:* TAPIA, L. (Coord.). *Pluralismo epistemológico*. La Paz: Muela del Diablo, Comuna, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales y CIDES-UMSA, 2009. p. 31-84.

VALDERRAMA, Carlos; OLAYA, Vladimir. Ciencias sociales y modernización: tejidos entre el saber, la subjetividad y la política. *Revista Nómadas*, n. 41, p. 79-95, 2014. Disponível em: http://nomadas.ucentral.edu.co/nomadas/pdf/nomadas_41/41_5VO_Ciencias_sociales_y_modernizacion.pdf.

VESSURI, Hebe. Cambios en las ciencias ante el impacto de la globalización. *Revista de Estudios Sociales*, Bogotá, v. 50, p. 167-173, sept./dic. 2014. Disponível em: http://www.redalyc.org/pdf/815/81532439017.pdf.

ZAPATA OLIVELLA, Manuel. *El árbol brujo de la libertad*. África en Colombia. Orígenes-transculturación-presencia. Bogotá: Ediciones Desde Abajo, 2014.

ZULETA, Estanislao. *Educación y democracia*. Bogotá: Editorial Planeta Colombiana, 2016 [1995].

CAPÍTULO 2

Explorações sobre a ressignificação da nação no contexto da globalização[1]

Perla Zusman

Introdução

No ano de 2016, no início da temporada da Liga Nacional de Futebol Americano (NFL), o jogador da equipe do San Francisco 49ers, Colin Kaepernick, agachou-se no momento do hino nacional como forma de protesto contra a violência policial à qual a população negra foi submetida. A atitude de Kaepernick desencadeou um debate em todo o país.

No *site* da NFL, Kaepernick justificou sua decisão com as seguintes palavras: "Não vou me levantar para mostrar orgulho pela bandeira de um país que oprime o povo negro e as pessoas de cor". A atitude de Kaepernick, seguida por outros colegas, provocou a ira de alguns fãs da NFL. O próprio presidente, Donald Trump, declarou que os jogadores haviam desrespeitado a bandeira americana, o país e o hino.

A polêmica gerada fez com que a rede de televisão que fazia a transmissão dos jogos da NFL decidisse não mostrar, naquela temporada, o momento da execução do hino para evitar controvérsias. A partir dessa atitude, Kaepernick e outros jogadores do San Francisco 49ers que o imitaram não foram contratados por nenhuma das 32 equipes da NFL.

Em setembro de 2018, a imagem de Colin Kaepernick apareceu em uma publicidade comemorativa do 30º aniversário da Nike (empresa transnacional dedicada à produção de artigos esportivos). O *slogan* da

1 Essas reflexões enquadram-se no campo do desenvolvimento do projeto "Geografias discursivas e visuais nos processos de (re)configuração territorial. Do estado de formação para as reivindicações de identidade do início do século XXI", financiado pelo CONICET (Argentina).
Tradução do espanhol para o português: Lena Hauer. Revisão técnica: Licio Monteiro.

campanha, **"***Believe in something. Even if it means sacrificing everything. Just Do It***"** (Acredite em alguma coisa. Mesmo que isso signifique sacrificar tudo. Apenas faça), foi considerado uma clara referência ao ocorrido.

Em oposição a essa campanha, os seguidores de Trump decidiram mudar o *slogan* da Nike, "*Just Do it*" (Apenas faça), por "*Just Burn it*" (Apenas queime), filmando e viralizando vídeos onde eles queimavam tênis da Nike.

A aparição de Kaepernick na publicidade da Nike não só teve impacto social e político, mas também significou um aumento no número de vendas dessa empresa transnacional (empresa, aliás, muito questionada pela exploração de mão de obra feminina e infantil e pela condições dos ambientes de trabalho no sudeste da Ásia) (AMIR, 04/9/2018).

Os eventos associados à imagem do ex-jogador do San Francisco 49ers e suas ressonâncias políticas, econômicas e sociais nos oferecem pistas para refletirmos sobre a importância da nação como um elemento de coesão social hoje. Na verdade, a encenação feita por Kaepernick, no início da NFL, desafia a sacralidade da nação. Seu caráter unificador naturalizou os conflitos étnicos e de classe denunciados por esse jogador de futebol americano. Através da publicidade da Nike, Kaepernick mercantiliza sua imagem e torna-se um ícone global. No entanto, as críticas sobre sua participação no anúncio nos mostram, de forma particular, como se articula a relação entre o nacional e o global. Disputas que tiveram lugar a nível nacional são transferidas e adquirem novos significados na esfera global.

O acontecimento que estamos debatendo nos afasta daquelas visões que surgiram na década de 1990, que, assim como supuseram o fim do Estado (APPADURAI, 1999) e o fim do território (BADIE, 1995; VIRILIO, 1997; NEGRI; HARDT, 2001), também consideraram a possibilidade de falar do fim da nação. Na mesma década, a socióloga brasileira Lucia Lippi Oliveira, especialista em estudos sobre a identidade nacional e social brasileira, em seu artigo sobre Modernidade e a Questão Nacional (1990), perguntou-se se fazia sentido falar de nação no contexto da internacionalização do mercado e da indústria cultural. De seu ponto de vista, apenas o campo dos esportes poderia oferecer elementos para analisar as formas como a nação sobrevivia, uma vez que, por exemplo, as vitórias de Ayrton Senna nas corridas internacionais eram consideradas um triunfo brasileiro, mesmo sendo a McLaren, equipe pela qual ele corria, de origem britânica.

Nos últimos anos, tem-se produzido bibliografias em ciências sociais que criticam a ideia do fim do Estado e tem-se abordado sua reconfiguração a partir dos vínculos que se articulam com os organismos supranacionais ou globais (SASSEN, 2010) ou que discutem o fim dos territórios para trabalhar processos de territorialização, desterritorialização, confinamento e multiterritorialidade (HAESBAERT, 2007). Em menor grau, a ideia de fim da nação foi desafiada a pensar sua reconceitualização e articulação com os processos que definem a escala global. Tim Edensor, especialista inglês em geografia cultural, defende que "globalização e identidade nacional não devem ser concebidos como termos dicotômicos, mas como dois processos inextricáveis. Processos globais podem reduzir a consciência nacional ou podem fortalecê-la" (EDENSOR, 2002, p. 29).

De acordo com Edensor, à medida que os fluxos culturais globais se estendem cada vez mais, "podem facilitar a expansão das identidades nacionais e fornecer recursos que podem ser domesticados, envoltos nas culturas nacionais, populares e cotidianas" (EDENSOR, 2002, p. 29).

Nesse sentido, tanto as ideias de nação e de Estado como a de território estão em constante reconfiguração no âmbito das disputas sociais e políticas nas quais esses significantes se inserem. A globalização, por sua vez, por meio de corporações transnacionais, instituições supranacionais ou organizações não governamentais, incorpora-se às lutas que contribuem para a recriação da nação.

A noção da nação possui fortes vínculos com a geografia enquanto disciplina. De fato, a geografia acadêmica na Europa e na América Latina tem se comprometido com os processos de formação dos Estados nacionais (MORAES, 1991; HOOSON, 1994; ESCOLAR, 1996; DRIVER, 2000; CICALESE, 2009). Estudos como o de Moraes (1991) indicaram que a associação entre a nação e a construção simbólica do território permitiu que se criasse uma ideia de homogeneidade e que se apagassem as diferenças étnicas e de classe.

A crítica que tem sido feita ao compromisso entre geografia e nação não parece ter levado a compreender sua significação na época atual, particularmente na geografia latino-americana.

Como defende Benedict Anderson (2008), a nação pode ser pensada como uma comunidade imaginada. Esta se projeta a partir da criação de certas narrativas, descrições, mitos, ícones, dispositivos (como o mapa, o museu ou o censo). Estes são socializados por meio da imprensa ou

educação.[2] Assim, estabelece-se uma comunidade cultural entre pessoas que não são conhecidas entre si, mas que estabelecem laços fraternos de caráter horizontal. O conteúdo da comunidade imaginada foi recriado ao longo da história de cada um dos países. Entre as décadas de 1940 e 1960, na América Latina, por exemplo, esses conteúdos estilizados, mas considerados como representativos das culturas próprias (o Pampa, a savana, o sertão, o índio, o gaúcho, o *llanero*), foram substituídos por outros que ligavam a Nação à independência econômica. Essas ideias legitimaram, por exemplo, políticas territoriais orientadas para o desenvolvimento industrial ou de energético. Da mesma forma, a articulação entre a ideia de nação e as posições anti-imperialistas endossou as alianças que cada Estado estabeleceu no campo das relações internacionais.

Neste capítulo, estamos interessados em abordar alguns dos significados que a ideia de nação adquire nos dias atuais. Longe de estar ausente em nossas sociedades, a nação é parte constitutiva das mesmas. Ela atravessa distintas disputas e, em particular, articula-se com os processos de globalização.

Se os imaginários em torno da nação acompanharam e constituíram o processo de formação dos Estados e seus territórios,[3] existem alguns imaginários relacionados à globalização que contribuem para a geração e a reprodução política e econômica da nação.[4]

A relação entre nação e globalização adquire o caráter de um vínculo escalar (HEROD, 2003). A partir dessa ligação, as ideias da nação podem se tornar contraponto, podem ser incorporadas ou negociadas com as práticas próprias da globalização. Nesse caso, a noção de uma nação clássica, homogênea, que extingue as diferenças de classe, de gênero e de

2 García Canclini (1999) e Martín-Barbero (1992) destacam o papel das tecnologias de comunicação, como a televisão, na incorporação de maiorias na nação.

3 A reflexão afasta-se das discussões que estão ocorrendo atualmente em torno do papel do nacionalismo histórico europeu. Sobre isso, veja Alvarez Junco (2016).

4 Diferentes autores identificaram alguns dos imaginários da globalização. Milton Santos (2000) afirma que a globalização neoliberal se debruça nas fábulas do fim do Estado e da aldeia global (ou seja, todas as sociedades estão continuamente interligadas). Por outro lado, Herod (2003) destaca a representação recorrente do global como um espaço abstrato, livre para a circulação de mercadorias e capitais, com mais poder do que o âmbito local. Hardt e Negri (2002) recuperam a ideia do espaço liso de Deleuze para caracterizar o espaço do Império. Do ponto de vista dos movimentos sociais, o "salto" para o espaço global é aquele que assegura a visibilidade de suas reivindicações (SMITH, 1993; YÚDICE, 2008).

etnia, é ressignificada à luz das demandas sociais que são dadas tanto a nível local quanto estatal ou global. Poderíamos dizer, portanto, que seus sentidos são "múltiplos" e "instáveis" (DELANNOI, 1993 *apud* MELLADO, 2008).

Este capítulo é dividido em três partes. Na primeira, intitulada "Nação e capital transnacional. O Estado como articulador no âmbito dos governos latino-americanos do início do século XXI", foram revisadas a relação entre as propostas de independência econômica das políticas dos governos progressistas/neodesenvolvimentista da América Latina no início do século XXI e a intervenção do capital transnacional na exploração dos recursos naturais. A segunda, "O nacionalismo banal. Entre as disputas de seus significados e sua mercantilização", iniciou-se com reconhecimento da presença sutil da nação em elementos incorporados à vida cotidiana, como as cores correspondentes à bandeira nacional e sua apropriação por certos setores sociais no caso de dois confrontos sociopolíticos na Argentina: o chamado "conflito do campo" (2008) e a discussão no Congresso da lei do aborto seguro, legal e livre (2018). Posteriormente foi abordado o processo de recriação das paisagens construídas como nacionais e dos alimentos concebidos como representantes da cultura local a partir de sua colocação no mercado global através das práticas gastronômicas e turísticas. Finalmente, na terceira seção, "Entre homogeneidade e heterogeneidade da nação. O imaginário geográfico como a possibilidade de construir projetos inclusivos da nação", recuperam-se as críticas de Partha Chatterjee à ideia de nação de Benedict Anderson para pensá-la como um tempo e espaço heterogêneo, plural, que incorpore os imaginários dos povos indígenas, dos afrodescendentes, das mulheres e dos transexuais. Pode a geografia contribuir para a criação desses imaginários?

Nação e capital transnacional: o Estado como articulador no caso dos governos latino-americanos do início do século XXI

Durante o início dos anos 2000, muitos governos dos países latino-americanos, reconhecidos como progressistas ou neodesenvolvimentistas, realizaram políticas que buscavam garantir a independência econômica na ciência e na tecnologia. Procuraram estabelecer, por sua vez, relações de cooperação econômica, política e de comunicação, a fim de fortale-

cer os laços entre os países da região e de desafiar a geometria do poder formada concomitantemente pelo modelo neoliberal e pelas relações de dependência com os países centrais (ARROYO, 2010, MASSEY, 2012).[5] Esse processo foi articulado simbolicamente com a celebração do bicentenário das independências no contexto em que se enalteceram as ideias da união latino-americana e da construção da Pátria Grande formulada por Manuel Ugarte (GUTMAN; MOLINOS, 2012; GUTMAN; VERSACE, 2016).

Na Argentina, essas propostas de autonomia política, econômica e tecnológica foram acompanhadas da recriação de um conjunto de ícones recuperados de algumas versões revisionistas da história dos séculos XIX e XX. Assim, durante a reivindicação do projeto de unidade latino-americana, figuras humanizadas do passado, isto é, liberadas da rigidez que lhes havia outorgado a história oficial e que participaram do processo de independência, foram muito destacadas em discursos oficiais, filmes e séries animadas infantis.[6] Por sua vez, paralelamente às demandas do movimento feminista que cresceram na região, algumas mulheres invisibilizadas na história oficial e que participaram do projeto de emancipa-

5 Na prática, as relações com os países centrais, especialmente com os Estados Unidos, foram ambivalentes. Se, por um lado, a Argentina, o Brasil, o Uruguai, o Paraguai e a Venezuela rejeitaram o projeto de criação de uma área de livre comércio das Américas promovida pelos Estados Unidos e a organização de uma comunidade de países da América Latina e do Caribe (CELAC), que foi deixada de fora do controle do país norte-americano (MORGENFELD, 2016), em matéria de segurança, muitos dos países da região mostraram seu alinhamento com os Estados Unidos. Por exemplo, a Argentina, durante o governo de Cristina Fernández de Kirchner, aprovou a Lei Antiterrorista (2011), uma demanda dos Estados Unidos, através do FATF (grupo de ação financeira contra lavagem de dinheiro), a fim de evitar a lavagem de dinheiro como um meio de financiamento para o chamado terrorismo internacional. Por sua vez, o Pentágono estabeleceu um acordo com o Ministério da Defesa da Argentina para ditar cursos ao seu pessoal. As negociações também foram iniciadas com empresas petrolíferas dos EUA, como a Chevron e a Exxon-Mobil, para ingressar no mercado de hidrocarbonetos da Argentina (MORGENFELD, 2012).

6 Assim, por exemplo, Manuel Belgrano e José de San Martín foram incorporados como personagens de uma série de desenho animado chamada Zamba. Zamba é apresentado como uma criança nascida em uma província do noroeste da Argentina (Formosa) que, através da escola, viajou no tempo e participou de alguns eventos da história da Argentina. A série foi criada e disseminada pelo canal de televisão aberta Paka-Paka, voltado para meninos e meninas.

ção da Coroa Espanhola, como Juana Azurduy,[7] entraram no Panteão dos heróis nacionais.

No mesmo período, a construção simbólica da nação recuperou algumas reivindicações geopolíticas clássicas. Assim, as Ilhas Malvinas foram apresentadas como parte do território argentino, confrontando os interesses imperialistas britânicos no Atlântico Sul. Por sua vez, no ano 2013 pela lei nº 26.651, o mapa bicontinental foi reconhecido como o oficial da Argentina. Nesse mapa, a parte continental e a porção da Antártida pretendida pela Argentina eram representadas na mesma escala[8]. Ambas as propostas encontram suas raízes no nacionalismo territorial, quer dizer, em um imaginário sobre a extensão e as características do espaço que teria que estar sob domínio do Estado argentino (CAVALERI, 2004). A não coincidência entre esse imaginário e o domínio territorial efetivo representaria uma perda não só territorial, mas também de poder por parte do Estado.

No entanto, o conteúdo nacionalista dos projetos políticos dos governos reconhecidos como progressistas/neodesenvolvimentistas colidiu com a intensa penetração do capital transnacional para a exploração de recursos naturais, altamente valorizados no mercado internacional como *commodities*.

7 Juana Azurduy participou das guerras da independência no Alto Peru. Como parte da celebração do bicentenário da independência dos países latino-americanos, Juana Azurduy se tornou o "emblema das mulheres na luta pela emancipação, a mobilização dos setores populares e a conquista pela visibilidade do movimento indígena" (ORTEMBERG, 2016, p. 112). Este é o contexto em que a Bolívia doa ao governo argentino um monumento em homenagem à Juana Azurduy, que é inaugurado em 2015. Desta vez a escultura é colocada no centro da cidade de Buenos Aires, atrás da casa do governo, onde anteriormente estava uma estátua de Cristóvão Colombo, doada pela comunidade italiana na Argentina em 1910 (por ocasião da celebração do centenário da independência). Depois de assumir como presidente, Mauricio Macri (que não compartilhava os significados atribuídos à escultura) decide mover o monumento de Juana Azurduy para um lugar menos central, como a Plaza del Correo no ano 2017.

8 Segundo uma das autoridades do Ministério da Defesa desse período, essa representação colocaria o centro da Argentina perto da cidade de Ushuaia e mostraria que a província com a maior superfície seria Terra do Fogo, Antártica e Ilhas do Atlântico Sul. Essa percepção não levaria em conta que a porção da Antártica representada na cartografia é só uma expressão de um "desejo territorial" que apenas poderá ser efetivado depois da renegociação do Tratado da Antártida Pelo referido Tratado (assinado em 1961 e renovado em 1991), as reivindicações de soberania neste continente foram suspensas (Lois, 2012; Cicalese, 2015).

Os governos latino-americanos em questão consideraram que os investimentos do capital transnacional na produção de soja ou em projetos de mineração a céu aberto teriam impacto na reativação das economias locais e da geração de emprego. Tais governos argumentaram que o dinheiro proveniente de exportações poderia ser usado para as políticas redistributivas que a maior parte deles promoveu (GUDYNAS, 2011). Assim, o vice-presidente da Bolívia, Álvaro García Linera, afirmou que o extrativismo se tornou uma fonte para a obtenção de excedentes e poderia impulsionar políticas que permitiriam superar a pobreza, promover a industrialização do país, ter recursos para reduzir os impactos no meio ambiente e, finalmente, "contar com uma maior capacidade técnico-produtiva para o controle dos processos globais de produção" (GARCÍA LINERA, 2013, p. 112).

Essas ideias nos levam a compreender que, do ponto de vista dos líderes destes países, o desenvolvimento de políticas redistributivas exigiu alianças com corporações transnacionais (agronegócio, mineração, silvicultura). Os Estados ofereceram vantagens jurídicas e fiscais para essas empresas, a fim de garantir seus investimentos sem questionar o custo ecológico de suas ações (SVAMPA; VIALE, 2014).

Em síntese, do ponto de vista dos governos progressistas, ou neodesenvolvimentistas, o enaltecimento da nação não entrou em contradição com a abertura do território aos investimentos do capitalismo transnacional extrativista. A ideia de nação acompanhou o retorno à cena de um estado que, ao procurar abordar as demandas sociais em termos de redistribuição de renda e de reconhecimento cultural, não renunciou a compromissos com os atores do capital global. Pelo contrário, favoreceu ainda mais sua inserção nas economias regionais ou locais para fins de (segundo a leitura dos governantes) contar com os recursos econômicos para realizar seus projetos no campo da política social.

O nacionalismo banal: entre as disputas de seus significados e sua mercantilização

A nação torna-se visível não somente em discursos e em práticas estatais, como também por estar presente na vida cotidiana. É nesse contexto que o cientista social britânico Michael Billig considera que a nação é lem-

brada constantemente, de maneiras sutis e inumeráveis. Expressa-se por meio de crenças, práticas e rotinas encarnadas na vida social, tanto na reprodução de significados históricos quanto na criação de outros significados (BILLIG, 1998; 2014).

Através dessas dinâmicas, a nação e seus ícones são incorporados, por um lado, às disputas sociais que acontecem no âmbito dos estados e, por outro, nos processos de mercantilização de natureza global. Nesse sentido, as paisagens ou os componentes gastronômicos concebidos como representativos das culturas nacionais tornam-se atraentes para serem consumidos no mercado turístico global.

A apropriação da nação nas disputas sociais e políticas

Em primeiro lugar, vejamos como a ideia de uma nação é apropriada por certos setores na ocasião dos conflitos que ocorreram na história recente na Argentina. O objetivo é apresentar dois cenários em que ícones representativos da nação são incorporados em disputas.

O primeiro cenário corresponde ao chamado "conflito do campo". No ano de 2008, no governo de Cristina Fernández de Kirchner, propôs-se estabelecer um sistema tributário impositivo de retenção na origem móveis para soja, trigo e milho (Resolução nº 125/2008). Nesse contexto, a soja, em particular, tornou-se uma cultura altamente rentável devido ao seu elevado preço internacional e à sua procura no mercado chinês. Apesar dos danos ambientais causados por seu cultivo, a sua produção foi, cada vez mais, difundindo-se pelas áreas pampeiras e extrapampeiras. Diversas organizações representantes de diferentes setores agropecuários (Sociedade Rural Argentina, Confederações Rurais Argentinas, CONINAGRO e Federação Agrária Argentina) opuseram-se à implementação desse sistema de retenção. Esses setores sócioprodutivos organizaram uma greve de transportadores e um bloqueio de rotas que dificultaram o abastecimento nos centros urbanos por mais de dois meses. A partir das diversas mobilizações, os setores que se opunham à adoção da Resolução nº 125 incorporaram a bandeira Argentina para demonstrar que representavam os interesses "da pátria". Dessa forma, também foi recuperada uma vertente da construção de nação que se gerou no final do século XIX, em que o campo era considera-

do como reservatório da nação (MONTALDO, 1993). Nessa luta pela captação do excedente econômico e pelo acúmulo de poder social ou político (BARSKY; DÁVILA, 2008, p. 5), os setores representantes das vozes rurais se mostravam como aqueles que defenderiam os interesses da nação.

O segundo cenário corresponde ao debate em torno da aprovação da lei sobre a interrupção voluntária da gestação. No mês de março de 2018, a discussão de um regulamento que procurou descriminalizar e garantir o aborto seguro, legal e livre teve lugar no Congresso argentino. Esse debate foi promovido por vários movimentos feministas após treze anos de trabalho. Em 2003, no Congresso Nacional de Mulheres realizado em Rosário, lançou-se a campanha nacional pelo direito ao aborto legal, seguro e livre. Essa campanha instituíra o lenço verde como símbolo da posição favorável à passagem da lei. O lenço carrega a mensagem "educação sexual para decidir, contraceptivos para não abortar, aborto legal para não morrer". No ano de 2018, o lenço verde não só passou a ser usado nas manifestações em espaços públicos, como foi incorporado à vida urbana diária de mulheres, homens e transexuais, sem distinção de idade, etnia e classe, que começaram a carregá-lo em suas mochilas, bolsas e bonecas como um símbolo de apoio à aprovação da lei.

Aqueles que se manifestaram contra a aprovação (representantes e fiéis das igrejas católica e evangélica, ONGs, entre outros) buscaram a cor celeste e a insígnia argentina (com as cores celeste e branca) para mostrar sua dissidência com os setores que usavam o lenço verde. Tanto os lenços celestes como as insígnias argentinas incluíam o lema "salvar as duas vidas". O uso do lenço celeste foi promovido pela Organização Não Governamental + Vida. O presidente dessa ONG reconheceu que sua eleição teve a ver com sua associação às cores patriotas (RÍOS, 2018). Cabe destacar que, em algumas manifestações públicas dos que se opunham à aprovação da lei, bandeiras argentinas também apareceram (ROSENE; PERTOT, 2018). Algumas autoras, como Yuval Davis (2004), identificam nessas posições uma relação entre o aumento da população e o crescimento da nação.

Em ambos os cenários, ícones como a bandeira, os lenços celestes ou a insígnia argentina, que aparecem nas lutas apresentadas, foram apropriados por aquelas posições que se autorreconhecem como representantes

da nação. Dessa forma, são atualizadas as narrativas históricas que consideram o campo como o espaço depositário dos valores patrióticos e o aumento da população como um recurso que garantiria o "crescimento" do poder do Estado.

A mercantilização da nação

No contexto da globalização neoliberal, acentuou-se o processo de incorporação de elementos histórico-culturais no mercado global. Assim, a cultura se tornou um recurso econômico, subordinado ao valor de troca próprio da lógica capitalista contemporânea (YÚDICE, 2008; COMAROFF; COMAROFF, 2012). David Harvey (2007) entende que os componentes da cultura permitem que certos setores do capital gerem uma "renda monopolista", na medida em que conseguem ganhar controle exclusivo desses elementos e valorizar sua excepcionalidade, originalidade e autenticidade. Interessa aqui identificar dois processos a partir dos quais a ideia de nação entra no mercado por meio de portadores como a paisagem ou produtos com denominação de origem.

O primeiro processo tem a ver com a patrimonialização das paisagens pela UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e da Cultura), através do ICOMOS (Conselho Internacional de Monumentos e Sítios). Isso ocorreu com a valorização de Quebrada de Humahuaca (Argentina, 2003), do Eje Cafetero (Colômbia, 2011) e da zona agaveira de Jalisco (México, 2006), a nível mundial, a partir do reconhecimento de cada um deles como paisagens culturais da humanidade (CASTRO; ZUSMAN, 2007; HERNÁNDEZ, 2011; TRONCOSO, 2013; MAYORGA CASTAÑO, 2015). No caso da Argentina, a Quebrada de Humahuaca se configurou como uma paisagem nacional na década de 1930 através de práticas pictóricas, imagens fotográficas e a disseminação de suas representações em cartões postais ou relatos de viajantes que chegavam de carro ou trem. Essas narrativas foram divulgadas em livros e revistas ilustradas da época (ZUSMAN, 2012).

O segundo processo está relacionado à concessão da certificação de indicação geográfica aos produtos agrícolas, cuja qualidade estaria supostamente associada ao local de origem. As condições agroecoló-

gicas ou o *know-how* histórico dos produtores transportariam para os alimentos (queijos, vinhos, doce de leite, entre outros) uma marca de distinção que os transformariam em repositórios de identidade territorial (às vezes de caráter nacional) (CASTRO; CINALLI, 2018). A isso podem-se acrescentar as ações da UNESCO para reconhecer como "patrimônio imaterial da humanidade", "culinária nacionais", como a francesa (2010) ou a mexicana (2010) (PÉREZ WINTER; CASTRO, 2019).

Desse modo, a ideia de uma nação, muitas vezes nas mãos das instituições estatais,[9] entra no mercado como atributo que qualifica elementos histórico-culturais. É o próprio Estado que veicula o "salto" dessas paisagens ou gêneros alimentícios da escala nacional à global. Nesse sentido, o significado construído para um "nós" é estereotipado com o objetivo de atender às demandas dos mercados. As paisagens e os alimentos se tornam um "outro" objeto exótico de consumo turístico e gastronômico global. A patrimonialização das cozinhas nacionais, em particular, é submetida a um processo de "gourmetização" através do qual os pratos concebidos como típicos são estilizados quando entram no cardápio de restaurantes exclusivos (MATA, 2012; PÉREZ WINTER; CASTRO, 2019).

Entre a homogeneidade e a heterogeneidade da nação: o imaginário geográfico como a possibilidade de construir projetos inclusivos da nação

No início do capítulo, a visão de nação foi recuperada como uma comunidade imaginada, segundo a proposta de Benedict Anderson. Essa noção considera que a ideia de nação é configurada com base em um tempo homogêneo e vazio. Ou seja, é um tempo (e um espaço, também poderíamos dizer) que não carrega a bagagem de experiência histórica (e geográfica) e, portanto, está em posição de ser preenchido com os dife-

9 Na Argentina, por exemplo, a concessão de certificações de indicações geográficas foi incentivada pelo Ministério da Agricultura/Agronegócio da Nação, pelo selo "Alimentos Argentinos, uma escolha natural" e as ferramentas "Indicação Geográfica e Denominação de Origem" (ver CASTRO; CINALLI, 2018).

rentes tipos de significados estabelecidos pelas classes responsáveis pela organização do Estado.

Estudos desenvolvidos a partir da perspectiva pós-colonial e decolonial criticaram o caráter homogêneo e vazio da comunidade imaginada proposta por Benedict Anderson. Tal é o caso de Partha Chatterjee, fundador do Grupo de Estudos Subalternos. Chatterjee coloca a questão: "Se os nacionalismos no restante do mundo tiveram que escolher sua 'comunidade imaginada' a partir de determinados formatos modulares que Europa e América lhes proporcionavam, então o que era deixado à sua imaginação?" (CHATTERJEE, 2008, p. 92). O Estado nacional que se constitui logo após os processos de descolonização encontra no campo espiritual próprio, não ocidental, os aspectos criativos e historicamente significativos. Por sua vez (e como se observa particularmente nos estados latino-americanos), o tempo da nação nunca é vazio e homogêneo, mas denso e heterogêneo (RIVERA CUSICANQUI, 2010). É, portanto, válido propor, como sugere Chatterjee, que a nação poderia ser composta de tempos heterogêneos; e essa densidade não é apenas temporal, mas também espacial.

Em sua palestra "O que é a nação?", de 1882, o historiador francês Ernest Renan defendeu que a construção da nação implica acordos sobre os acontecimentos que são lembrados e que são deixados no esquecimento (por exemplo, atos de violência) (RENAN, 2010). Podemos afirmar que alguns dos elementos esquecidos no processo de construção da nação em outras conjunturas hoje procuram ser incorporados na sua (re)criação (na Argentina/América Latina).

De fato, populações indígenas e afrodescendentes questionaram a ideia homogênea da nação, pois apaga os processos de saque, dor e violência a que foram submetidas. A proposta de configurar o imaginário plurinacional (como aconteceu no caso da Bolívia), ou seja, incorporar essas histórias e geografias vivenciadas por essas populações subalternizadas, procurou resgatar esse déficit. Atitudes semelhantes mostraram estudos feministas e trans que apontam que a ideia de nação foi definida a partir de um horizonte de dominação patriarcal. O trabalho nesse campo é propenso ao reconhecimento de sociedades multiétnicas, multiculturais e diversificadas (LOZA, 2018; YUVAL DAVIS, 2004).

Essas aproximações se afastam daqueles imaginários da globalização que celebraram a multiculturalidade e a diferença e deixaram de lado as

lutas contra a discriminação, por reconhecimento social e por distribuição de renda.

A busca pela construção de sociedades plurais supõe narrar e descrever as nações a partir de imaginários criados por histórias e geografias que supõem a coexistência na multiplicidade (MASSEY, 2008). Poderíamos contribuir, a partir da geografia, para a construção desses imaginários heterogêneos? Os imaginários geográficos falam dos valores, crenças, conceitos, mitos e fantasias que são tecidos em torno dos lugares, paisagens e territórios das sociedades. Eles não só têm finalidades de dominação (SAID, 2008), como também podem ter propósitos criativos (COSGROVE, 2008). Eles podem ser úteis ao propósito de criar outros mundos, permeados por uma geometria de poder em que têm preeminência a colaboração, a solidariedade e a abertura a outras formas de cidadania que até então foram tecidas nos marcos do Estado-Nação.

Referências

ALVAREZ JUNCO, J. *Dioses* útiles. *Naciones y nacionalismos.* Barcelona: Galaxia Gutenberg, 2016.

AMIR, Vera. How National Anthem protests took Colin Kaepernick from star QB to unemployment to a bold Nike ad. *CNN*, Atlanta, sept. 4th 2018. Disponível em: https://edition.cnn.com/2018/09/04/us/colin-kaepernick-controversy-q-and-a/index.html. Acesso em: 10 sept. 2018.

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas. Reflexões sobre a origem e difusão do nacionalismo.* São Paulo, 2008.

APPADURAI, Arjun. Soberanía sin territorialidad. Notas para una geografía posnacional. *Nueva Sociedad*, n. 163, p. 109-125, sept./oct. 1999.

ARROYO, Mónica. Mercosul: redefinição do pacto territorial vinte anos depois. *In:* ARROYO, M.; ZUSMAN, P. (Orgs.). *Argentina e Brasil:* possibilidades e obstáculos no processo de integração territorial. São Paulo: Humanitas, Buenos Aires: Facultad de Filosofía y Letras, 2010. p. 59-80.

BADIE, Allan. *La fin des territoires.* Paris: Fayard, 1995.

BARSKY, Osvaldo; DÁVILA, Mabel. *La rebelión del campo.* Historia del conflicto agrario argentino. Buenos Aires: Sudamericana, 2008.

BILLIG, Michael. El nacionalismo banal y la reproducción de la identidad nacional. *Revista Mexicana de Sociología,* v. 60, n. 1, p. 37-57, 1998.

BILLIG, Michael. *Nacionalismo Banal.* Madrid: Capitan Swing, 2014.

CASTRO, Hortensia; CINALLI, Franco. Lo rural como distinción. Procesos y debates en torno a la promoción de indicaciones geográficas. *In:* CASTRO, H.; ARZENO, M. (Orgs.). *Lo rural en redefinición.* Aproximaciones y estrategias desde la Geografía. Buenos Aires: Biblos, 2018. p. 281-301.

CASTRO, Hortensia; ZUSMAN, Perla. Redes escalares en la construcción de los patrimonios de la Humanidad. El caso de la patrimonialización de la Quebrada de Humahuaca. *Revista Geousp*, n. 21, p. 173-184, 2007.

CAVALERI, Paulo. *La restauración del Virreinato.* Orígenes del nacionalismo territorial argentino. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes, 2004.

CHATTERJEE, Partha. *La Nación en tiempos heterogéneos*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2008.

CICALESE, Guillermo. Geografía, guerra y nacionalismo. La Sociedad Argentina de Estudios Geográficos (GAEA) en las encrucijadas patrióticas del gobierno militar, 1976-1983. *Scripta Nova*, v. 13, n. 308, 2009. Disponível em: http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-308.htm. Acesso em: 10 de sept. 2018.

CICALESE, Guillermo. El mapa bicontinental argentino. La venganza póstuma del geógrafo nacionalista Raúl Rey Balmaceda. *La Capital*, Mar del Plata, Enlace Universitario, p. 12, 11 oct. 2015.

COMAROFF, John; COMAROFF, Jean. *Etnicidad S.A*. Buenos Aires: Katz, 2012.

COSGROVE, D. *Geography and vision.* Londres: I.B. Tauris, 2008.

DRIVER, Felix. *Geography militant.* Cultures of exploration and empire. London: Wiley, 2000.

EDENSOR, Tim. *National identity, popular culture, and everyday life.* Oxford; New York: Berg Publishers, 2002.

ESCOLAR, Marcelo. *Crítica do discurso geográfico.* São Paulo: Hucitec, 1996.

GARCÍA CANCLINI, Néstor. *La Globalización Imaginada.* Buenos Aires: Paidós, 1999.

GARCÍA LINERAS, A. *Geopolítica de la Amazonia.* Poder hacendal-patrimonial y acumulación capitalista. La Paz, Bolivia: Vicepresidencia

del Estado Plurinacional Presidencia de la Asamblea Legislativa Plurinacional, 2013.

GUDYNAS, E. El nuevo extractivismo progresista en América del Sur. *In:* ACOSTA, A.; GUDYNAS, E.; HOUTART, F.; RAMÍREZ SOLERS, H.; MARTÍNEZ ALLIER, J.; MACAS, L.;SILIPRANDI, E. (Eds.). *Colonialismos del siglo XXI.* Negocios extractivos y defensa del territorio en América Latina. Barcelona: Icaria Editorial, 2011. p. 75-92.

GUTMAN, Margarita; MOLINOS, Rita. *Construir bicentenarios latinoamericanos en la era de la globalización*. Buenos Aires: Ediciones Infinito, 2012.

GUTMAN, Margarita; VERSACE, Ileana. *Bicentenarios en acción*. Conmemoración y movilización política en América Latina. Buenos Aires: Ediciones Infinito, 2016.

HAESBAERT, Rogério. *O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" á multiterritorialidade.* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

HARVEY, David. El arte de la renta: la globalización y la mercantilización de la cultura. *In:* _____. *Espacios del capital.* Hacia una Geografía crítica. Madrid: Akal, 2007. p. 417-445.

HERNÁNDEZ LÓPEZ, José de Jesús. El paisaje agavero, patrimonio cultural de la humanidad. *In:* DE LA PEÑA, Guillermo (Coord.). *La antropología y el patrimonio cultural de México.* México: Dirección General de Publicaciones del Consejo Nacional para la Cultura y las Artes, 2011. p. 248-304.

HEROD, A. Scale: the local and the global. *In:* HOLLOWAY, S. L.; RICE S. P.; VALENTINE, G. (Eds.). *Key concepts in Geography*. London: Sage Publications, 2003.

HOOSON, David. *Geography and national identity.* London: Wiley-Blackwell, 1994.

LIPPI OLIVEIRA, Lucia. Modernidade e questão nacional. *Lua Nova. Revista de cultura e política*, n 20, p. 41-69, maio 1990.

LOIS, Carla. La patria es una e indivisible. Los modos de narrar la historia territorial de la Argentina. *Terra Brasilis* (Nova Série), n. 1, 2012. Disponível em: http://terrabrasilis.revues.org/138. Acesso em: 9 enero 2019.

LOZA, Jorgelina. De la nación mestiza a la nació pluricultural. Un recorrido por los análisis críticos de las formaciones latinoamericanas. *Estudios Sociales Contemporáneos*, n. 18, p. 175-185, jun. 2018.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. Pensar la sociedad desde la comunicación. Un lugar estratégico para el debate a la modernidad. *Diálogos de la Comunicación*, n. 32, p. 1-8, 1992. Disponível em: http://dialogos-felafacs.net/wp-content/uploads/2015/74/74-revista-dialogos-pensar-la-sociedad-desde-la-comunicacion.pdf. Acesso em: 9 enero 2019.

MASSEY, D. *Pelo espaco*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

_____. Learning from Latin America. *Soundings*, n. 50, p. 131-141, 2012.

MATTA, Raúl. Cocinando una nación de consumidores: el Perú como marca global. *Consensus*, v. 17, n. 1, p. 49-60, enero 2012.

MAYORGA CASTAÑO, Diego. Paisaje Cultural Cafetero, Patrimonio de la Humanidad. La cuestión del discurso patrimonial en contraste con el paisaje de la caficultura. *Territorios*, v. 32, p. 35-59, enero/jun. 2015.

MELLADO, Luciana Andrea. Aproximaciones a la idea de nación: convergencias y ambivalencias de una comunidad imaginada. *ALPHA*, n. 26, p. 29-45, 2008.

MONTALDO, Graciela. *De pronto el campo.* Literatura y tradición rural. Rosario: Viterbo, 1993.

MORAES, A. C. R. *Ideologias geográficas*. São Paulo: Hucitec, 1991.

MORGENFELD, Leandro. Argentina y Estados Unidos. Vicisitudes de una relación. *Le monde diplomatique*, n. 161, p. 1-5, nov. 2012.

MORGENFELD, Leandro. Estados Unidos y sus vecinos del sur en las Cumbres de las Américas. De la subordinación al desafío. *In:* GANDÁSEGUI HIJO, M. A. (Ed.). *Estados Unidos y la nueva correlación de fuerzas internacional*. Buenos Aires: CLACSO, 2016. p. 381-410.

NEGRI, Antonio; HARDT, Michael; *Império*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

ORTEMBERG, Pablo. Monumentos, memorialización y espacio público: reflexiones a propósito de la escultura de Juana Azurduy. *TAREA*, v. 3, n. 3, p. 96-125, 2016.

PÉREZ WINTER, Cecilia; CASTRO, Hortensia. ¿Alimentos con identidad?: el Dulce de Leche como producto argentino. *In:* GRUPO DE ESTUDOS EM CULTURA E TURISMO. *Alimentação e processos sociais.* Rio de Janeiro: Editora do Centro de Comunicação, Turismo e Artes, Universidade Federal de Paraíba. (2019), pp.

RENAN, E. ¿Qué es una nación? *In:* BHABHA, H. *Narrando La Nación.* Entre la ilusión de una identidad y las diferencias culturales. Buenos Aires: Siglo XXI, 2010 [1882]. p. 21-38.

RIOS, Lucía "Campaña pro-vida": ¿Cómo nación el pañuelo celeste? *Telam*, 16 mayo 2018. Disponível em: https://www.telam.com.ar/notas/201805/281613-panuelo-celeste-provida.html. Acesso: 9 enero 2019.

RIVERA CUSICANQUI, Silvia. *Ch'ixinakaxutxiwa:* una reflexión sobre prácticas y discursos descolonizadores. Buenos Aires: Tinta Limón, 2010.

ROSENDE, L.; PERTOT, W. ¿Quiénes llevan los pañuelos celestes? *Revista Anfibia,* 10 agosto 2018. Disponível em: http://revistaanfibia.com/cronica/quienes-llevan-los-panuelos-celestes/.

SASSEN, Saskia. *Territorio, autoridad, derechos:* de lo ensamblajes medievales a los ensamblajes globales. Buenos Aires: Katz, 2010.

SAID, Edward. *Orientalismo.* O Oriente como invenção de Ocidente. São Paulo, Companhia das Letras, 2007 [1978].

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal.* Rio de Janeiro: Record, 2000.

SMITH, N. Homeless/global: scaling places. *In:* BIRD, J.; CURTIS, B.; PUTNAM, T.; ROBERTSON, G.; TICKNER, T. (Eds.). *Mapping the futures*: local cultures, global change. London: Routledge, 1993. p. 87-119.

SVAMPA, M.; VIALE, E. *Maldesarrollo.* Buenos Aires: Katz, 2014.

TRONCOSO, Claudia La estetización de la Quebrada de Humahuaca (Jujuy, Argentina): turismo, patrimonio y adecuaciones del lugar para el consumo turístico. *Eria*, n. 91, p. 167-181, 2013.

VIRILIO, Paul. Un monde surexposé: fin de l'histoire, ou fin de la géographie? *Le Monde Diplomatique*, v. 44, n. 521, p. 17, aug. 1997. Disponível em: Acesso: 2 enero 2018.

YÚDICE, George. *El recurso de la cultura.* Usos de la cultura en la era global. Barcelona: Gedisa, 2008.

YUVAL DAVIS, N. *Género y Nación.* Lima: Flora Tristán, 2004.

ZUSMAN, P. La *Revista Geográfica Americana* en la década de 1930: entre el modelo de la *National Geographic* y la invención de los paisajes argentinos orientados a la práctica turística. Revista Registros, n 9, p. 81-96, 2012

CAPÍTULO 3

Amazônia "em construção": linguagem e circulação de mapas esquemáticos sobre projetos de ocupação territorial

André Reyes Novaes

Após publicar livros sobre teorias geopolíticas e a posição do Brasil na política mundial, o general Carlos de Meira Mattos dedicou um livro à região amazônica em 1980. *Uma Geopolítica Pan-Amazônica* descrevia as tentativas de conquista econômica e analisava com entusiasmo os projetos recentemente formulados para integrar e explorar a região. Embora destacasse o papel do Tratado de Cooperação Amazônica, assinado em 1978, as ideias de Mattos não eram novas e o autor reconhecia a importância da Amazônia no pensamento geopolítico brasileiro ao longo do século XX.[1]

Ao descrever projetos econômicos e de infraestrutura desenvolvidos pelos militares nos anos 1970, Mattos aponta para a construção de uma Amazônia integrada e dinâmica, sendo o território brasileiro um meio para articular as capitais e regiões dos diferentes países latino-americanos que compõem a bacia hidrográfica. A imagem da capa do livro (Figura 1) destaca uma região transnacional articulada a partir de três centros formadores de fronteiras[2]. No entanto, ao abrir a primeira página, essa imagem impactante contrasta com a epígrafe escolhida pelo autor. Antes

1 Embora a presente pesquisa tenha investigado projetos de integração da segunda metade do século XX, é importante destacar que o próprio Mattos (1975), em trabalho anterior, alertava que os projetos de integração nacional acompanham a geopolítica brasileira em períodos pretéritos. Os planos de integração do século XIX, como Ramos de Queiroz (1874) e Oliveira Bulhões (1882), são exemplos utilizados pelo autor para apresentar a longevidade da temática (MATTOS, 1975, p. 5).

2 Os centros formadores de fronteira, destacados com círculos brancos na imagem, são semelhantes aqueles identificados por Jaime Cortesão. Ao comentar o trabalho do historiador português, Mattos escreve que "aí viemos encontrar, com surpresa nossa, destaca-

de qualquer palavra, Mattos (1980) cita um trecho de uma reportagem de Euclides da Cunha publicada em 1905, na qual o famoso escritor classifica a Amazônia como uma região "à margem da história":

Figura 1. Capa do livro *Uma Geopolítica Pan-Amazônica*

> "Amazônia é a última página ainda a escrever-se, do Gênesis, […] com tanta grandeza e com tanta emoção que parece latejar de febre! É uma guerra de mil anos contra o desconhecido cujo triunfo só virá ao fim de trabalhos incalculáveis em futuro remotíssimo, ao arrancarem-se os derradeiros véus da paragem maravilhosa. Por enquanto ela é a terra moça, a terra infante, a terra em ser, a terra que ainda está crescendo" (Euclides da Cunha 1905).

Fonte: Carlos de Meira Mattos, 1980. Biblioteca do Exército.

O contraste entre a projeção futura de uma Amazônia conectada na imagem da capa e a permanência na categorização desse espaço como um vazio populacional não civilizado no texto da epígrafe pode exemplificar uma narrativa persistente nas preocupações geopolíticas brasileiras. Por um lado, a Amazônia chegava às últimas décadas do século XX ainda sendo frequentemente qualificada como uma terra *incógnita* ou uma *finisterra*, termos muito utilizados na história da cartografia para separar espaços bárbaros e civilizados (HIATT, 2008; LOIS, 2018). Por outro, a região apresenta-se como uma terra aberta a muitas oportunidades de

das pelo autor, as mesmas três áreas interiores de intercâmbio fronteiriço que selecionamos antes de termos nos reparado com o referido mapa histórico" (Mattos 1980, 170).

desenvolvimento, com grandes possibilidades de contribuir para a economia do país em um curto prazo. Em muitas narrativas geopolíticas da época, a floresta aparece como fronteira do capital, que em breve seria intensamente explorada para garantir o desenvolvimento nacional[3].

Tomando essa representação dual da Amazônia como ponto de partida, o presente capítulo tem como objetivo identificar diferentes práticas cartográficas utilizadas para propor ou projetar políticas públicas para a região durante o período da ditadura militar no Brasil (1964-1985). As imagens aqui coletadas precederam a publicação do livro de Meira Mattos e circularam por meio de diferentes suportes e audiências. Não se trata, portanto, de contar a história do mapeamento técnico que passou a ser crescentemente produzido na segunda metade do século XX por meio de trabalhos de campo e levantamentos geológicos,[4] mas, sim, considerar diferentes tipos de mapas esquemáticos feitos para convencer o governo e a sociedade sobre a necessidade de ocupação e desenvolvimento da área considerada como "espaço vazio" e "sistema fechado" (MACHADO, 1995). É sobre esta cartografia esquemática projetiva para a Amazônia que se debruça este capítulo, enfatizando principalmente a representação de estradas e empreendimentos concebidos para "construir" uma nova Amazônia.

No intuito de definir os recortes metodológicos e terminológicos da pesquisa, na primeira seção buscarei identificar pontos de encontro entre abordagens responsáveis por ressignificar a palavra "geopolítica" nas pesquisas acadêmicas da década de 1990. Inspirado tanto pela *geopolitique* de Michel Foucher (1991) quanto pela *critical geopolitics* de Thuathail

3 Este texto trata exclusivamente do período da ditadura militar no Brasil. No entanto, nota-se como a narrativa que identifica a Amazônia como espaço vazio a ser integrado por meio de políticas centralizadas de desenvolvimento persiste no Brasil contemporâneo. No momento de submissão desse texto, a Amazônia figura com destaque no noticiário nacional e internacional. Como afirma Carlos Walter Porto-Gonçalves (2019), a Amazônia "volta a arder" e o debate sobre o seu desenvolvimento novamente parece ignorar demandas e conhecimentos dos povos que a habitam. Além da retomada das narrativas militares e geopolíticas sobre a Amazônia, a cartografia esquemática também segue tendo influente papel para promover e sistematizar planos de ação sobre a região, como fica evidente em reportagem de Tatiana Dias, publicada pelo *Intercept* em 20 de setembro de 2019.

4 Um objeto de estudos interessante para esse fim seria o acervo de mapas produzido pelo projeto Radam Brasil, que buscava produzir um levantamento topográfico e geológico inédito na Amazônia no mesmo período considerado para o presente estudo.

(1996), minha intenção será identificar a circulação de mapas com projetos para a Amazônia considerando não apenas as "geopolíticas formais", mas também aquelas exercidas nas esferas "práticas" e "populares". Na segunda seção, buscarei enumerar diversas tentativas de incorporação da Amazônia, considerando a circulação de mapas entre livros acadêmicos e relatórios de programas governamentais.[5] Por fim, buscarei exemplificar a existência de uma geopolítica popular sobre os projetos rodoviários e econômicos para a Amazônia, considerando a circulação de mapas em materiais didáticos e na mídia impressa.[6] Ao explorar a interação entre essas diferentes esferas ou registros da geopolítica, esse capítulo busca evidenciar como a cartografia esquemática teve papel fundamental na formulação, na divulgação e na formação de consensos sobre projetos geopolíticos para a região amazônica.

Considerações metodológicas e as "esferas" da geopolítica

Na apresentação de *Uma Geopolítica Pan-Amazônica*, Leandro Tocantins exalta como o pensamento de Mattos se distancia do "colapso na fase negra de Karl Haushofer", quando se "maculou com distorções lamentáveis" a seriedade da geopolítica e sua importância na formulação de planos que viabilizassem o desenvolvimento do país (TOCANTINS, 1980, p. 13). Para Tocantins (1980, p. 14), Mattos retomaria aquilo que os norte-americanos designam de *prospect ahead* e de *development programs*, tornando a geopolítica um tipo de "sociologia projetiva do agrado dos futurólogos".

A apresentação de Tocantins (1980) evidencia uma atitude muito comum entre os geopolíticos militares sul-americanos após a Segunda Guerra Mundial, quando a *Geopolitik* alemã perde espaço acadêmico e reconhecimento como campo de pesquisa. A associação, muitas vezes anacrônica e mítica de autores como Ratzel e Haushofer com a política externa Nazista, é tida na historiografia do campo como a causa de um ostracismo no uso da palavra "geopolítica" nas décadas subsequentes à

5 Os documentos analisados são majoritariamente relativos à Sudam (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia) e ao PIN (Plano de Integração Nacional).
6 O material didático analisado será o *Atlas das Potencialidades Brasileiras*, publicado pela Fundação Nacional de Material Didático, e o material da imprensa selecionado foi uma reportagem especial da *Revista Realidade* de 1971.

Segunda Guerra Mundial (BASSIN, 1987). Nesse contexto, a cartografia esquemática alemã foi muitas vezes classificada como "não científica", "persuasiva" ou mesmo "hipnótica" (SPEIER, 1941; QUAM, 1942; MONMONIER, 1991). Essa acusação ideológica, somada ao novo momento geopolítico mundial, estimulou os militares brasileiros a citarem mais autores norte-americanos e ingleses e recorrentemente criticarem as bases alemãs da *Geopolitik*.[7]

Muito embora o afastamento das referências alemãs seja notório na geopolítica brasileira na segunda metade do século XX, a leitura de autores como Golbery do Couto e Silva e Carlos de Meira Mattos revela uma persistência tanto no uso da palavra "geopolítica" quanto na aplicação das ferramentas desse campo para compreender e representar o território brasileiro (NOVAES, 2015). Não por acaso, os escritos desses militares brasileiros foram recorrentemente estudados por autores de diversos países, interessados no ressurgimento da geopolítica nos anos 1970 (CHILD, 1979; HEPPLE, 1986a; FOUCHER, 1991). Michel Foucher (1991), por exemplo, identifica uma "geopolítica obsoleta" entre os militares sul-americanos após a Segunda Guerra Mundial, focada em questões como segurança nacional e desenvolvimento regional. Segundo o autor, esse conjunto de ideias estaria ancorando regimes autoritários e a ocupação da Amazônia deveria ser entendida como uma estratégia que misturava muitos atores, envolvendo grandes grupos comerciais de produção de alimento, investidores atentos a interações com os países vizinhos e governantes preocupados em controlar as margens do seu país.

Essa "persistência" da geopolítica na América do Sul e os seus usos nas políticas estatais também foram objeto de estudo de autores anglo-saxões, como Leslie Hepple (1986), que dedicou um artigo para a "geopolítica, os generais e o estado no Brasil". Hepple exaltava o interesse recente dos norte-americanos pelos usos da geopolítica na América Latina (PITTMAN, 1981; CHILD, 1979) e afirmava que o Brasil ocupa uma posição pivô na difusão dessas ideias no continente. Em seu artigo, Hepple (1986a) debate as relações entre o pensamento geopolítico e a aplicação de políticas públicas durante as ditaduras militares no Brasil, afirmando

7 Um exemplo bastante contundente dessa transformação no contexto de citação dos autores são as queixas e a própria trajetória de Everardo Backeuser. Com extrema influência da geopolítica alemã, o autor foi excluído de muitos ciclos acadêmicos após a Segunda Guerra Mundial (NOVAES, 2015).

que, embora os programas de desenvolvimento nacional na Amazônia aplicassem objetivos advogados por autores como Mário Travassos, Golbery do Couto e Silva e Carlos de Meira Mattos, esses projetos continham pouca discussão ou terminologia geopolítica. Mesmo de forma cautelosa, Hepple (1986a) reconhece a forte influência da geopolítica nos rumos futuros da região amazônica e inclusive cita o livro de Meira Mattos de 1980 sobre a região, destacando a importância dos comentários do autor sobre o tratado amazônico, assinado entre os países da bacia em 1978.

Os debates sobre a geopolítica na América Latina certamente influenciaram o "renascimento" do termo na década de 1970 (HEPPLE, 1986b). No entanto, são muitos os "caminhos cruzados" e os "pontos cegos" (REGO MONTEIRO, 2013) que explicam o retorno da palavra geopolítica nas narrativas de governantes, acadêmicos e jornalistas. Nos Estados Unidos, a palavra voltou a se popularizar por meio da narrativa de políticos como Henry Kissinger, que entendiam a geopolítica como sinônimo de balanço mundial de poder e usavam frequentemente a mídia para fazer declarações sobre o campo (TUATHAIL; DALBY; ROUTLEDGE, 2006). Na França, o retorno da geopolítica retoma debates acadêmicos envolvendo autores como Michael Foucault e Yves Lacoste (REGO MONTEIRO, 2013). A mudança de título na revista de Yves Lacoste em 1982 torna-se um marco na popularização da palavra: *Hérodote; Revue de géographie et de géopolitique*. Mas, apesar dessa retomada significativa de debates sobre a geopolítica na década de 1980, foi durante a década de 1990 que a palavra foi mais sistematicamente absorvida e operacionalizada por meio de abordagens inovadoras. A metodologia proposta para esse capítulo buscou identificar pontos de encontro entre essas abordagens, responsáveis por ressignificar a palavra "geopolítica" nas pesquisas acadêmicas da década de 1990.

As narrativas sobre a ocupação da Amazônia serão aqui estudadas tendo como inspiração tanto a *geopolitique* de Michel Foucher (1991) quanto a *critical geopolitics* de Thuathail (1996). Ao refletir sobre a história das fronteiras e suas principais chaves de entendimento, o geógrafo francês Michel Foucher (1991) buscou reconstruir uma agenda de estudos considerando três registros de uso da geopolítica. Como método, a geopolítica estaria centrada no estudo das relações internacionais, na estrutura interna dos estados e na historicidade dos fenômenos em diversas escalas. Como prática, a geopolítica estaria vinculada às estratégias de in-

tervenção, os guias de ação e toda a intencionalidade política que se aplica sobre o espaço. Por fim, como representação, a geopolítica considera os discursos e narrativas que ajudam a criar "visões de mundo", e o autor inclui os mapas como parte importante desses discursos. Foucher (1991) chama a atenção para a interação e a interdependência desses registros de uso da geopolítica, pois as representações muitas vezes precedem as ações sobre os espaços, como é o caso da delimitação de muitas fronteiras e das grandes estradas projetadas sobre a região amazônica.

No contexto anglo-saxão, o geógrafo Gearóid Ó Thuathail se juntou a geógrafos políticos ingleses no início dos anos 1990 para conceituar a geopolítica enquanto prática discursiva (TUATHAIL; AGNEW 1992). Desenvolvendo a chamada "geopolítica crítica" (THUATHAIL, 1996), esse autor valorizou discursos sobre os territórios e a política como objetos de estudo. A ênfase nas práticas representacionais, por meio das quais "as culturas constroem criativamente seus mundos de significados" (TUATHAIL; AGNEW, 1992, p. 191), também leva Tuathail a diferenciar três esferas distintas da geopolítica. A geopolítica formal estudaria as teorias e visões mais gerais produzidas por geopolíticos e estrategistas estatais, representando aqueles grupos de teorias que comumente associamos à geopolítica na academia. A geopolítica prática seria associada às narrativas usada por políticos, governantes e diplomatas, considerando as ações e as políticas públicas como elementos centrais. Já a geopolítica popular estudaria as narrativas sobre política mundial em produtos culturais, como filmes (CRAMPTON e POWELL, 2005), revistas (SHARP, 1996), cartuns (DODDS, 2008), quadrinhos (DITTMER, 2005; 2007) e mapas esquemáticos (VUJAKOVIC, 1998; KOSONEN, 1999), evidenciando que a geopolítica não pode ser limitada a "grandes ideias de grandes homens" (HALBERSTAM, 1972).

Assim como Foucher (1991), Thuathail (2003, p. 9) também destaca que essas esferas geopolíticas devem ter suas fronteiras borradas e não podem ser entendidas como grupos estanques. Ao considerar essas categorias, o objetivo desse capítulo é justamente identificar diálogos e influências mútuas entre diferentes nichos de produção e reprodução de mapas esquemáticos com projetos para a Amazônia. A linguagem dos mapas esquemáticos é profundamente diversificada, mas muitas práticas se reproduzem nas geopolíticas formais, práticas e populares e podem gerar novas geografias imaginativas sobre as regiões re-

presentadas. Ao considerar essa aproximação metodológica entre os "registros" de uso identificados na *geopolitique* de Foucher (1991) e as "esferas" de análise formuladas na *critical geopolitics* de Thuathail (1996), a intenção desse capítulo é destacar justamente a centralidade dos processos de trânsito, tradução e circulação de práticas representacionais. Em outras palavras, as categorias propostas não serão aqui usadas para fixar os mapas esquemáticos a certos nichos de produção e consumo, mas sim para identificar a reprodução e a adaptação dessas práticas em materiais produzidos em diferentes contextos e com diferentes propósitos.

Na seção seguinte, buscarei apresentar a narrativa de Mattos (1980) sobre as diversas tentativas de ocupação da região amazônica, tendo como objetivo explorar diálogos e trânsitos entre as geopolíticas práticas dos relatórios das agências governamentais e as geopolíticas formais nos livros dos geopolíticos militares. A reprodução de práticas cartográficas em diferentes nichos de produção e consumo possibilitou a emergência de uma nova imagem da Amazônia, recorrentemente projetada enquanto um espaço conectado e economicamente ativo.

Produção de mapas esquemáticos e geopolítica prática para construir a Amazônia

A contradição entre a imagem da capa e as palavras na epígrafe do livro de Meira Mattos (1980, p. 80) fica evidente na tese do autor em seu capítulo sobre as "tentativas de conquista econômica da Amazônia". Segundo Mattos, desde os tempos coloniais, várias tentativas foram feitas para incorporar a Amazônia ao espaço econômico brasileiro, mas, apesar de "heroicas", estas foram "insuficientes", "muito aquém das dimensões do desafio". Sendo assim, o desafio econômico da região seria uma "batalha tantas vezes tentada e tantas vezes frustrada" (MATTOS, 1980, p. 81).

O primeiro conjunto de ações destacado por Mattos remonta ao século XVII, quando o Marquês de Pombal atuou a partir da criação da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão (1755) no intuito de estabelecer o monopólio da navegação, do comércio exterior e do tráfico de escravos na região. Esse mesmo período também viu aumen-

tar o conhecimento cartográfico da região, por meio da atuação das comissões de delimitação de fronteira estabelecidas pelo Tradado de Madrid (1750) e Santo Ildefonso (1777)[8]. Mas, apesar de importante e pioneira, essa primeira fase teria sucedido um período onde "tudo caiu novamente no abandono, no predomínio da atividade coletora" (MATTOS, 1980, p. 82).

O segundo conjunto de ações para a conquista econômica teria ocorrido na segunda metade do século XIX, quando a economia da borracha trouxe grande desenvolvimento para a região. Ao tratar desse período, Mattos (1980) dá ênfase especial à imigração nordestina e ao povoamento. Utilizando o levantamento feito por Dornelas Câmara em seu memorial de 1919, o autor afirma que mais de 500 mil nordestinos teriam se deslocado para a Amazônia entre 1821 e 1912 (MATTOS, 1980, p. 87). Mattos admite que, "em termos geopolíticos", esse período teve resultados marcantes, como o surgimento de duas grandes cidades – Belém e Manaus –, que se tornariam "duas extraordinárias bases logísticas para apoiar qualquer tipo de iniciativa de progresso" (p. 91). Ainda que a região tenha uma reconhecida aceleração do povoamento e a consolidação de uma intensa navegação nos seus rios, Mattos (1980, p. 91) segue considerando as iniciativas "insuficientes".

A queda da borracha nas primeiras décadas do século XX trouxe a necessidade de novos planos econômicos de desenvolvimento, e em 1912 o governo Hermes da Fonseca buscou enfrentar a crise com o primeiro Plano de Valorização da Amazônia (Lei 2442-A), classificado por Mattos (1980) como a terceira tentativa de desenvolvimento econômico da região. Esta teria sido uma primeira experiência de racionalização do "problema" da Amazônia, "antecipando as modernas técnicas de programação econômica" (MATTOS, 1980, p. 92). Este plano, no entanto, também teria fracassado pela dificuldade de operacionalização e a Amazônia entrou novamente em uma grande crise de 30 anos, resultando em uma retração da fronteira econômica e um "alastramento do pauperismo" (MATTOS, 1980).

8 Mattos cita Mendonça Furtado e Lobo d'Almada como importantes agentes no processo de mapeamento da Amazônia, pois estes atuaram como chefes das comissões demarcadoras de fronteira nesses dois tratados.

A irrupção da Segunda Guerra Mundial teria justificado um quarto conjunto de ações para o desenvolvimento, quando em 1942, como resultado do Acordo de Washington, ficou previsto um reaquecimento da produção de borracha para atender às necessidades das forças aliadas. Apesar de efêmero, esse período teria criado instrumentos políticos importantes, como o Banco de Crédito da Amazônia, que introduziu o sistema de crédito na região. A entrada de capital internacional também se intensifica com o acordo, que previa investimentos de instituições como a Fundação Rockfeller para a realização de pesquisas para a produção de borracha. Os fracassos sucessivos da chamada "batalha da borracha" despertaram um interesse marcante no desenvolvimento da Amazônia, e as pressões políticas se intensificaram durante a constituinte de 1946. Nesse contexto, é aprovada uma lei de autoria do deputado amazonense Leopoldo Peres que obrigava o governo federal a aplicar por pelo menos 20 anos uma quantia não inferior a 3% da renda tributária em políticas públicas para a região.

Segundo Ferreira e Bastos (2016), ao contrário do que é apontado por grande parte da literatura econômica sobre planejamento regional no Brasil, a Sudene, institucionalizada em 1959, não foi a primeira experiência de planejamento regional em ampla magnitude. Os autores argumentam que essa primazia caberia à Superintendência da Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), criada em 1953 para dar aplicabilidade à lei constitucional. Em 6 de janeiro de 1953, a Lei nº 1.806 estabeleceu diversas medidas para a região, como a definição da Amazônia Legal, a elaboração do Plano de Valorização e a criação da Superintendência de Valorização Econômica da Amazônia.

Ao estudar os fracassos nas tentativas de aplicação das políticas e na aprovação de leis, Marques (2013) defende que o planejamento emergencial, presidido por Arthur Reis, teve dificuldades políticas de aplicação. As alterações orçamentárias e a interferência de membros dirigentes com objetivos políticos dificultaram a profunda transformação "dos quadros materiais e espirituais da vida", como desejava Arthur Reis[9] (MARQUES, 2013). Observando essas limitações, Mattos (1980, 96) segue reafirman-

9 Arthur Reis era então governador do estado do Amazonas e grande entusiasta dos projetos de desenvolvimento econômico da região. É interessante observar que Mattos (1980) reproduz na íntegra, no apêndice 1 do seu livro, o "plano de emergência" da SPVEA de 1954, escrito sob coordenação de Arthur Reis.

do sua tese, pois "os resultados foram aquém da magnitude dos objetivos esperados", e, mais uma vez, a "vastidão dos problemas amazônicos suplantou as inteligências e os meios empenhados".

Finalmente, o quinto conjunto de ações identificado por Mattos (1980) faz referência às medidas dos governos militares que assumiram o poder a partir de 1964 por meio de um golpe, que é chamado por Mattos (1980, p. 97) de o "advento da revolução". A partir de 1966, a SPVEA é transformada em Sudam (Lei nº 5.173, de 27 de outubro de 1966) e ganha centralidade nas ações do governo militar do presidente Castelo Branco. Mesmo escrevendo em 1980, Mattos considera que a estratégia traçada a partir deste momento "prolonga-se até os nossos dias, implementada pelos quatro governos revolucionários que o sucederam" (MATTOS, 1980, p. 98). Nesse período, a narrativa de uma Amazônia vazia e estagnada é paulatinamente substituída por discursos associados ao progresso e ao planejamento, o que justifica a imagem entusiasmada de uma Amazônia integrada na capa do livro de Mattos.

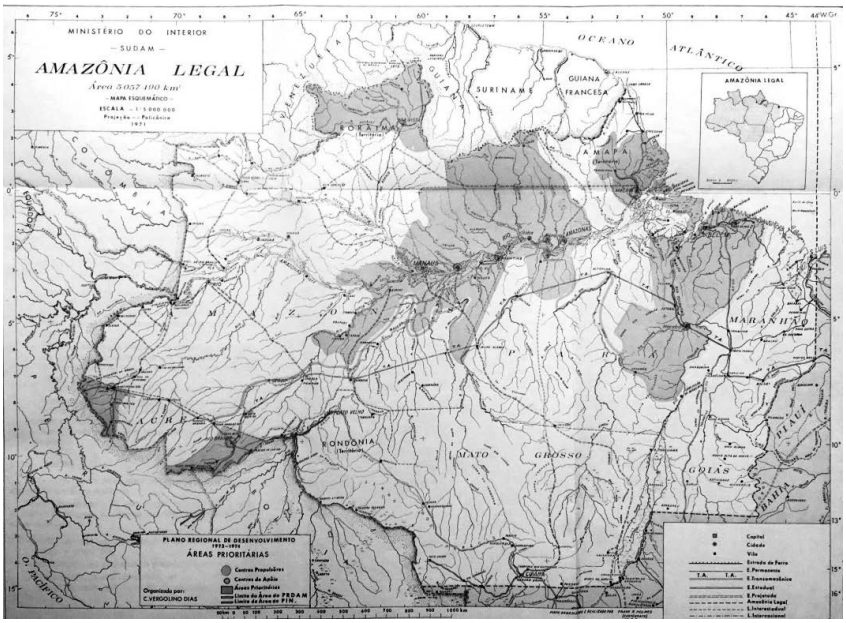
É sobre este quinto período – e a cartografia esquemática a ele relacionada – que se debruça esta investigação. Embora os mapas já atuassem há bastante tempo em narrativas que buscavam transformar a Amazônia de terra incógnita em algo mensurado e conhecido, no período aqui estudado a cartografia ganha destaque como instrumento para divulgar os planos e projetos para o desenvolvimento da região. Se toda terra incógnita significa uma "ignorância provisória" que o progresso viria findar (LOIS, 2018, p. 10), os mapas de planejamento que circularam durante as ditaduras militares contribuíram para operar transformações na geografia imaginativa da região Amazônica.

Os documentos da Sudam, por exemplo, utilizavam a cartografia produzida nas instituições governamentais como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística[10] no intuito de representar uma região que passava a ser entendida como "funcional". Na abertura do Plano de Desenvolvimento da Amazônia, publicado pela Sudam em 1971, os autores explicitam que a Amazônia Legal deve ser vista como uma região povoada e funcional, não apenas uma região natural definida pela homogeneidade

10 Para uma análise mais profunda das relações entre o planejamento regional no Brasil e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, ver os trabalhos de Bonfim (2005), Smitch (1995), entre outros.

ambiental. O objetivo principal do plano da Sudam seria utilizar uma "estratégia que promova o progresso de novas áreas e a ocupação de espaços vazios" (BRASIL, 1971, p. 13). A concepção de região funcional fica bastante explícita no primeiro mapa do documento, onde a Amazônia Legal é representada identificando "centros propulsores" e "centros de apoio". As áreas prioritárias são definidas em azul, e a legenda identifica ainda os limites das áreas de programas específicos como o PIN – Programa de Integração Nacional (Figura 2).

Figura 2. Plano de Desenvolvimento da Amazônia (1972-1974)



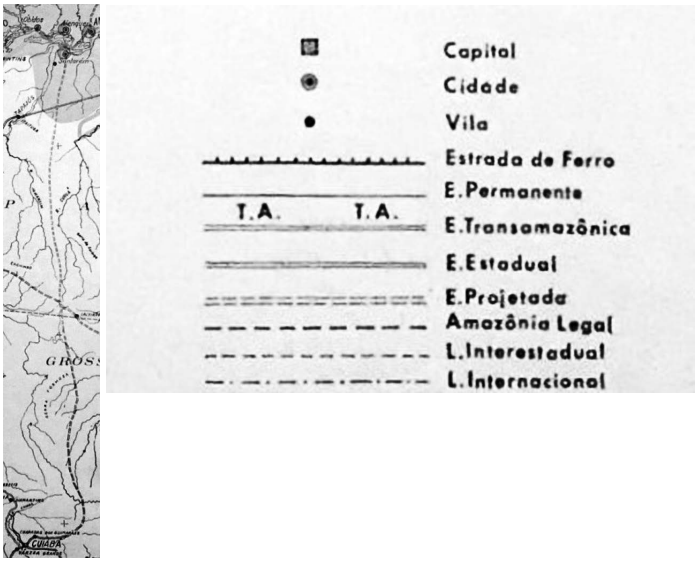
Fonte: Sudam, Ministério do Interior (Agosto de 1971)

Ao incorporar um "mapa esquemático"[11] organizado pelo cartógrafo do IBGE Frank R. Holmes, o Plano de Desenvolvimento da Amazônia cria setores e áreas prioritárias de atuação, oferecendo um espaço racionalizado e cógnito. As linhas das estradas descritas na legenda (Figura 3) sugerem que finalmente ocorreria a integração de uma região que "esteve

11 É relevante observar que esta denominação, "mapa esquemático", encontra-se no título do mapa em questão.veiculado pela SUDAM (Figura 2).

durante três séculos e meio praticamente isolada do Sudeste brasileiro" (p. 9). A conexão nessa região teria iniciado "na década de 60, com a abertura de eixos rodoviários – a Belém Brasília e a Belém-Acre" (BRASIL, 1971, p. 9), mas a quantidade de "estradas projetadas" evidenciava uma ambiciosa intervenção rumo à conexão da Amazônia com o restante do país. A ligação entre Cuiabá e Santarém, por exemplo, aparece no mapa como um projeto – "estrada projetada" – que tinha o seu recurso garantido pelo Programa de Integração Nacional (Figura 3).

Figura 3. Plano de Desenvolvimento da Amazônia (1972-1974) – Detalhe: Estrada e Legenda.

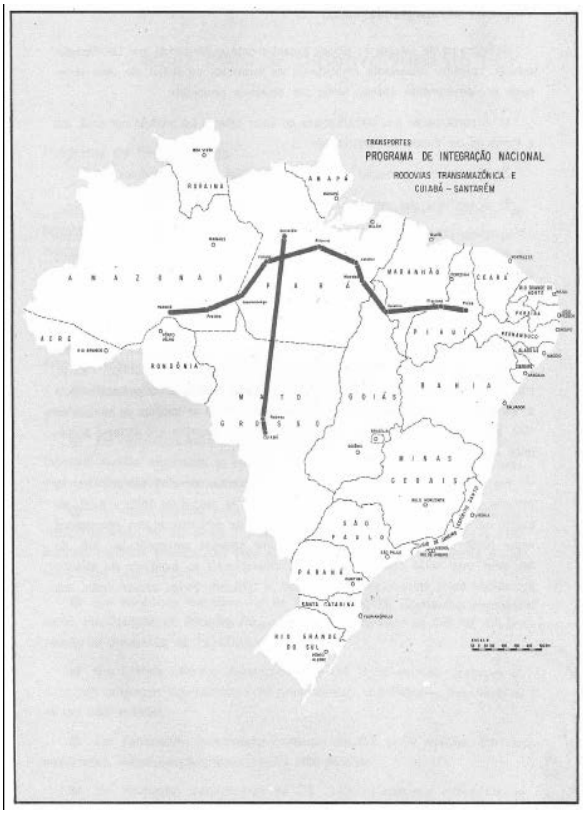


Fonte: Sudam, Ministério do Interior (Agosto de 1971)

O Programa de Integração Nacional, que tem sua área delimitada com uma linha verde na legenda, foi instituído pelo Decreto-Lei nº 1.106, de 16 de junho de 1970, durante o governo do general Emílio Garrastazu Médici. O objetivo do programa era justamente financiar obras de infraestrutura no Norte e no Nordeste do país, sendo a integração rodoviária da Amazônia apresentada como uma prioridade. No documento de "metas e bases para a ação do governo", publicado pela Presidência da República em agosto de 1970, um mapa muito simples representava as estradas que deveriam ser construídas. O objetivo explícito do plano seria

"deslocar a fronteira econômica, e, notadamente, a fronteira agrícola para as margens do Rio Amazônas". Para isso, seria fundamental "a construção da Rodovia Transamazônica e da Cuiabá-Santarém, cuja primeira etapa é estimada em Cr$ 350 milhões" (BRASIL, 1970, p. 30). Com linguagens muito diferentes, os mapas esquemáticos circulavam imagens dos projetos de intervenção rodoviária na Amazônia, evidenciando a importância da cartografia na geopolítica prática brasileira (Figura 4).

Figura 4. Metas e bases para a ação do governo



Fonte: Presidência da República (1970)

Esses mapas, presentes em documentos oficiais de planejamento, estavam disponíveis para Meira Mattos durante a escrita do seu livro sobre uma *Geopolítica Pan-Amazônica*, publicado em 1980, e possivelmente

influenciavam as suas perspectivas e projeções para o espaço amazônico. As relações entre geopolítica formal e geopolítica prática já foram bastante analisadas, considerando como concepções teóricas sobre o território ganham dimensões práticas nos planos de ação dos governos (HEPLLE, 1993). Mas é interessante observar também como um trabalho "formal" sobre a Amazônia, de autoria de um militar ligado à Escola Superior de Guerra, por exemplo, pode ser influenciado por imagens difundidas em documentos de planejamento prático, formulados por técnicos e funcionários do governo. A cartografia esquemática representando os projetos práticos de construção de estradas para a Amazônia é, portanto, reproduzida nas geopolíticas formais associadas a estudos acadêmicos em centros militares.

Um exemplo bastante contundente da circulação dessas imagens pode ser encontrado em um livro de 1972, publicado pelo ex-governador do Amazonas, Arthur César Reis. Intitulado *O impacto amazônico na civilização brasileira*, o livro de Reis relata com entusiasmo a "construção de grandes estradas em regiões virgens". Para Reis (1972, p. 159), a construção da Transamazônica e da Cuiabá-Santarém seria o "mais audaz projeto rodoviário em qualquer tempo empreendido pelo homem". Ao construir essas estradas, o Brasil estaria cumprindo sua "missão histórica no processo da integração social e econômica do povo brasileiro". A narrativa de Rios evidencia a permanência e a historicidade de um discurso que entende a Amazônia como atraso e potência. Explorando a mesma lógica presente no livro de Mattos (1980), o desafio dos brasileiros seria o de converter "o valioso legado político recebido de seus ancestrais – em legado econômico a ser oferecido às futuras gerações" (REIS, 1972, p. 160).

Para representar os cenários futuros e os empreendimentos a serem realizados na Amazônia, Reis também utiliza mapas esquemáticos reproduzidos de documentos publicados por órgão oficiais de planejamento. As "atividades rodoviárias na Amazônia", por exemplo, são apresentadas por Reis por meio de um mapa feito pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (Figura 5). Seguindo a mesma prática cartográfica da Figura 2, retirada do projeto da Sudam, este mapa utiliza legendas para diferenciar as estradas construídas daquelas que estariam "em projeto" ou "em construção". A Transamazônica e as estradas a serem construídas pelo programa Cepram também são representadas na legenda, e o resultado é uma Amazônia cruzada por variadas linhas de conexão.

Figura 5. *O impacto amazônico na civilização brasileira* **(1972)**

Fonte: Arthur César Ferreira Reis, 1972. Paralelo – MEC

Essa imagem da Amazônia com as estradas em construção aparece em inúmeros documentos técnicos no início dos anos 1970.[12] O resultado visual desse mapa é bastante similar àquele alcançado pelo mapa que ilustrava a capa do livro de Mattos (1980) (Figura 1). A utilização de categorias como "em projeto" ou "em estudo" em um mapa de uma região considerada isolada e "virgem" gera um resultado visual com grande impacto, capaz de difundir novas geografias imaginativas sobre a Amazônia.

Ao projetar um cenário de sucesso para os empreendimentos dos governos militares de forma simples e rápida, esse mapa apresentava potencial considerável para circular em uma ampla audiência. Considerando a circulação desses mapas esquemáticos nas geopolíticas populares, a seção seguinte pretende analisar justamente essas imagens que transbordaram as esferas institucionais do governo e da academia, circulando entre outras audiências. Conectando geopolítica formal, prática e popular por meio da materialidade dos mapas, a seção final analisa como os projetos rodoviários circularam na propaganda, na imprensa e em materiais didáticos durante os anos 1970.

12 No relatório do Ministério dos Transportes assinado por seu secretário geral Mario David Andrezza em 1974, por exemplo, aparece uma versão muito similar, utilizada no relatório como imagem de um futuro próspero e integrado para a Amazônia (NETO, 2013).

Circulação de mapas e a geopolítica popular para construir a Amazônia

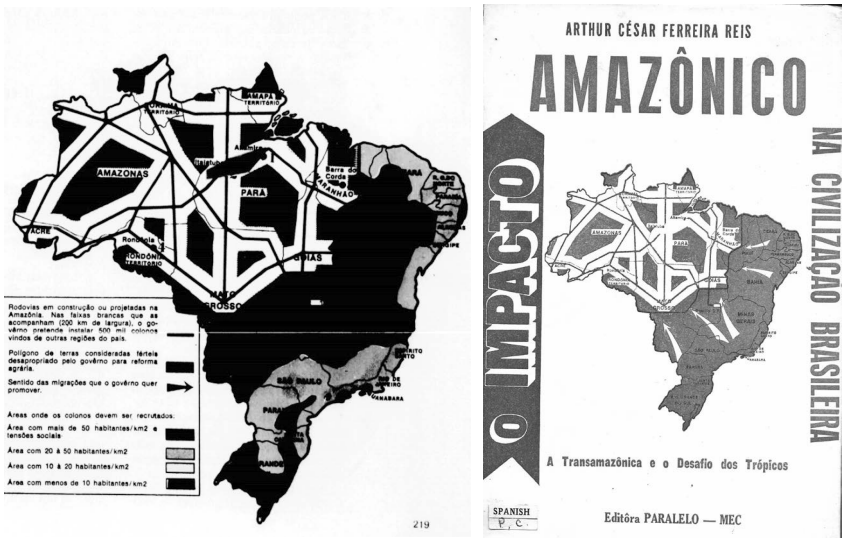
São muitos os suportes possíveis para difundir uma geopolítica popular sobre os projetos de ocupação da Amazônia. Um primeiro uso pode ser identificado nas próprias agências de propaganda do governo, que reproduziam os mapas feitos para relatórios práticos em novos materiais e contextos de circulação. O uso propagandístico de uma versão muito similar do mapa reproduzido no livro de Arthur Rios (1972) aparece, por exemplo, em uma fotografia em que o então presidente brasileiro Emílio Garrastazu Médici recebia jovens estudantes para celebrar a construção da estrada Cuiabá-Santarém. O presidente recebe flores de uma pequena estudante em frente a um gigantesco mapa impresso em um outdoor que segue as mesmas práticas cartográficas – o uso de legenda e linhas com estágios de construção das estradas – para representar estradas "construídas", "em construção", "em estudo", "planejada", "pavimentada" e "em pavimentação".

Figura 6. Visita do ex-presidente Médici à Transamazônica, em 1972.

Fonte: Arquivo Nacional /Memórias Reveladas. Abril de 1972

A quantidade de categorias que diferenciam as estradas no mapa é bastante surpreendente para um "mapa-logo" (ANDERSON, 1991), que geralmente não é analisado em seus detalhes, mas, sim, explorado em seu conjunto, como um símbolo apreendido de forma imediata. A existência de seis categorias pode dificultar uma leitura individualizada de cada tipo de linha, o que revelaria que grande parte das estradas ainda estaria "em estudo", "planejada" ou "em construção". Contrastando com uma análise detalhada da imagem, o uso propagandístico oferta maior visibilidade para o título, e não há uma correspondência entre o estágio de construção das estradas e a intensidade de representação das linhas. As estradas "em estudo", por exemplo, as quais grande parte não foi construída ou mesmo planejada até os dias atuais, aparecem marcadas por linhas contínuas duplas, dando a impressão de um caráter bastante avançado das "atividades rodoviárias" na região.

Figura 7. *Revista Realidade* **(1971) e Arthur Reis,** *O impacto amazônico na civilização brasileira* **(1972)**



Fonte: Revista Realidade, outubro de 1971. Arthur César Ferreira Reis, 1972. Paralelo – MEC

Como podemos observar, a geopolítica popular e a geopolítica formal reproduzem e adaptam mapas esquemáticos das geopolíticas práticas, formulados em grande parte por técnicos de agências governamentais. Para ampliar a circulação desses mapas, as imagens foram também mui-

tas vezes adaptadas e transformadas. A extração da legenda, por exemplo, é um caminho bastante conhecido para "maximizar os efeitos psicológicos na audiência dos mapas" (HAUSHOFER, 1932). O geopolítico alemão Rupert von Schumacher (1935) já alertava que, para "fazer do mapa uma arma", era importante evitar o uso de legendas e simplificar ao máximo a informação (HERB, 1989). Para intensificar os efeitos de um mapa que mostre diferentes estágios de planejamento e execução de estradas, por exemplo, pode-se simplesmente extrair a legenda e fundir todas as estradas em uma única categoria, como no caso da imagem publicada em 26 de outubro de 1971 pela *Revista Realidade*.

Ao unificar todas as estradas representadas nos projetos como "rodovias em construção ou projetadas", a revista oferece um "mapa logo" (ANDERSON, 1992) que também foi reproduzido em outros suportes, como na capa do livro de Arthur Rios, publicado um ano após a reportagem (RIOS, 1972). Além de não diferenciar as etapas de construção das estradas, o mapa também destaca uma área branca de "200 km de largura", onde o "governo pretende instalar 500 mil colonos vindos de outras regiões do país". Os polígonos representam áreas férteis, que seriam desapropriadas pelo governo para fazer reforma agrária. Já as setas, muito utilizadas na cartografia geopolítica, mostravam a direção do litoral para o interior, sugerindo uma intensa migração das zonas mais povoadas para o imenso "vazio" no interior do país. Reproduzido em revistas (geopolítica popular) ou capas de livro (geopolítica formal), este mapa sintetizava grande parte das intenções governamentais para o futuro da Amazônia, que seria rapidamente conectada por vias rodoviárias e colonizada pela intensa migração.

No entanto, a identificação da reprodução de mapas em diferentes suportes não pode desconsiderar as especificidades nos veículos que passaram a difundir essas imagens. A *Revista Realidade*, que veiculou esta imagem um ano antes da publicação do livro de Rios (1972), havia sido criada em 1966. Seguindo o caminho de outras publicações ilustradas da época, como a *Revista Cruzeiro* e a *Manchete*, as reportagens da *Realidade* eram extensas e faziam uso frequente de fotografias, desenhos e mapas. No final da década de 1960, a revista ficou conhecida por tratar de temas polêmicos, como o papel das mulheres, os menores abandonados e a fome no Nordeste, tendo inclusive um número censurado pelo governo do estado do Rio de Janeiro. Após algumas mudanças no corpo editorial,

a *Revista Realidade* tomou uma direção bastante alinhada com o governo militar na década de 1970. Nesse contexto, muitos números foram publicados tratando das potencialidades e dos entraves em várias regiões brasileiras, como o número especial sobre a Amazônia publicado em 1971.

Na apresentação desse número, os editores buscaram justificar o interesse pela região, citando uma pesquisa feita com moradores de São Paulo, Porto Alegre e Rio de Janeiro que evidenciava como os brasileiros tinham pouco conhecimento espacial sobre a Amazônia. Nessas capitais, 46% dos entrevistados achavam que a Amazônia cobriria menos de 30% do território nacional, quando sua área pode se estender por 59,4%. Muitos entrevistados não tinham noção da falta de transporte rodoviário na região e pareciam acreditar em uma conectividade bem maior do que a existente. Reproduzindo uma percepção da Amazônia integrada, 47% dos entrevistados pressupunham que poderiam ir de carro de Manaus a Belém, 54% acreditavam que poderiam usar a conexão viária Santarém-Belém e 39% dos entrevistados responderam que poderiam ir de carro de São Paulo até Manaus. Considerando essa percepção da Amazônia enquanto uma região já integrada ao Sul e ao Sudeste, pode-se perguntar se os mapas esquemáticos com projetos rodoviários para a região não poderiam estar influenciando nessa geografia imaginativa renovada. Contrastando com uma ideia de isolamento que imperava em grande parte das descrições da região na primeira metade do século XX, os mapas podem ter ajudado a circular a imagem de uma Amazônia acessível ao automóvel.

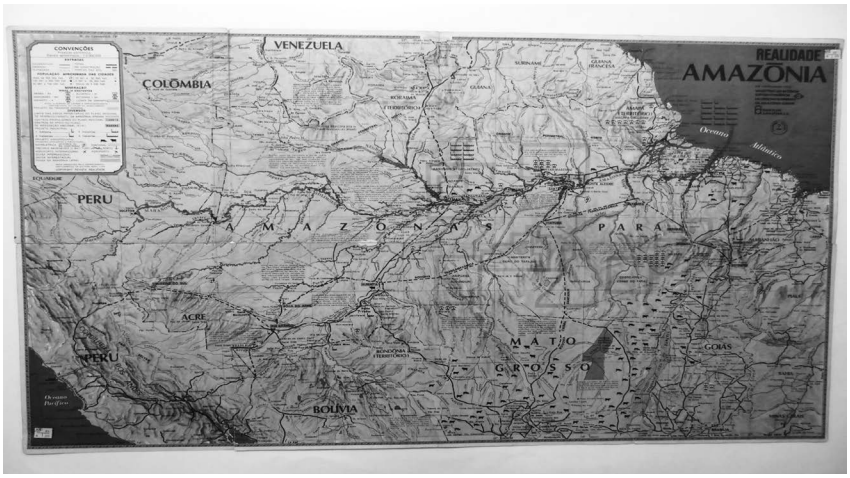
A audiência da *Revista Realidade*, que teve uma tiragem inicial de 475 mil exemplares vendidos, era ampla o suficiente para compartilhar geografias imaginativas renovadas sobre a região amazônica. Mas, apesar de ter uma boa circulação, a revista deixava claro o perfil elitista dos seus leitores: "Realidade parte do princípio de que seus leitores são adultos, inteligentes e interessados em saber a verdade" (1966, p. 3). Sendo assim, a reportagem sobre a Amazônia, por exemplo, não tinha como objetivo apenas "informar corretamente a opinião pública brasileira sobre o maior de seus mitos", mas também "documentar o instante mais extraordinário da vida dessa última grande reserva natural do planeta". Considerando que "12 mil quilômetros de rodovias" estavam sendo abertos no "coração da floresta" e que foram instalados dezenas de projetos relacionados a pecuária e o extrativismo, a reportagem segue a mesma narrativa presente na visão geopolítica de Mattos (1980), entendendo a Amazônia como

"última fronteira terrestre a ser civilizada", que em breve seria completamente ocupada.

No entanto, é importante considerar que a audiência atenta e interessada da *Revista Realidade* certamente apresenta outras demandas tanto dos textos quanto das imagens das reportagens. Nesse contexto de produção, os mapas não podem ser entendidos como objetos simplificados e generalistas, feitos para produzir uma compreensão rápida em poucos segundos de exibição. Os leitores da revista também buscavam um alto grau de detalhamento nas representações veiculadas, e a dimensão da reportagem sobre a Amazônia não seria condizente com uma cartografia extremamente simplificada. De acordo com o editorial desse número, a edição teria sido fruto de cinco meses de viagens pela Amazônia, "feitos com a maior equipe e o maior orçamento para a cobertura de um único assunto em toda a história de REALIDADE e, possivelmente, da imprensa nacional". Esta seria, portanto, a "mais longa, custosa e apaixonada reportagem" da revista, que "levou um contingente imenso de repórteres para todos os pontos da região", como dizia a propaganda que anunciou a edição especial em outros veículos de comunicação (*Veja*, set. 1971).

Apesar de grande parte dos estudos sobre popularização das informações geopolíticas serem focados na simplificação e na generalização (HERB, 1989), é interessante observar que em alguns casos o efeito pode ser contrário, quando a imprensa se torna um nicho de reunião de informações e produção de mapas originais. Ao buscar informar um grupo específico de leitores sobre o conjunto das atividades que estariam ocorrendo na Amazônia, esses nichos de produção cartográfica podem produzir imagens bastante complexas e inovadoras. Além do exemplo de simplificação apresentado (Figura 7), a *Revista Realidade* também utilizou um mapa que não foi copiado diretamente de nenhum relatório técnico ou livro sobre geopolítica da Amazônia, mas, sim, produzido pela própria equipe da revista (Figura 8). Como fica explícito no texto abaixo da legenda, o mapa foi produzido pelo "departamento de cartografia da editora Abril" sendo o *copyright* da imagem associado à *Revista Realidade*. Curiosamente, esse mapa produzido pela imprensa apresenta um grau de complexidade das informações bem superior ao daqueles mapas reproduzidos em propagandas governamentais ou livros de geopolítica.

Figura 8. *Revista Realidade* **(1971)**



Fonte: Revista Realidade, outubro de 1971

Seguindo a prática que foi constante nos mapas selecionados nesse capítulo, esse exemplo também diferencia as estradas "pavimentadas", de "terra", "caminhos", "em construção" e "planejada". Observamos que em 1971 a maioria das estradas importantes, como a Cuiabá-Santarém e a Transamazônica, aparece classificada como "em construção". A escolha da espessura das linhas que representam essas estradas produziu um efeito mais modesto sobre a construção das estradas na Amazônia. Embora o espaço amazônico apareça conectado, as linhas cortam de forma mais tímida a imensidão verde, e a conectividade ainda parece um desafio a ser enfrentado. Se compararmos esse mapa com aquele publicado na mesma edição da revista (Figura 7), também notaremos um exemplo contundente de como a espessura e a intensidade da cor das linhas alteram completamente o efeito visual dos mapas esquemáticos.

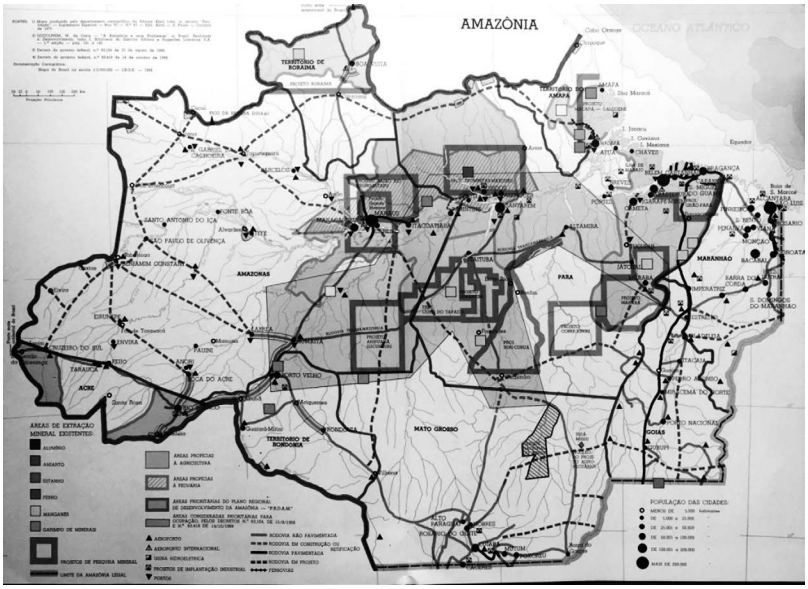
A linguagem dos mapas esquemáticos sobre a ocupação da Amazônia varia, portanto, dependendo dos seus contextos de produção e reprodução. O mapa veiculado na imprensa, por exemplo, representa uma série de empreendimentos com símbolos pictóricos, prática muito comum nos chamados "mapas jornalísticos" (RISTOW, 1957). É por meio dos símbolos pictóricos que o mapa representa a localização de empreendimentos relacionados à mineração, à pecuária, à agricultura e à indústria, e muitas informações sobre esses empreendimentos são adicionadas de forma textual. A quantidade de textos detalhando as localidades e as formas de

exploração evidenciam que o mapa veiculado pela *Revista Realidade* não era uma imagem para ser observada rapidamente, como um mapa de propaganda que pode ocupar um *outdoor*. Considerando que os leitores da revista eram "adultos e inteligentes", parte-se do pressuposto de que estes doariam um tempo considerável para ler as informações das reportagens, contrastando com um "mapa-logo" que geralmente busca uma comunicação rápida e pode circular por meio de um *outdoor*, uma capa de livro ou um jornal diário.

Ao produzir uma imagem bastante rica em informações e práticas representacionais, a *Revista Realidade* não apenas influencia a produção de outros mapas na imprensa brasileira, como também podem servir de fonte para mapas feitos por agências de governos. Este foi o caso do mapa produzido pela Fundação Nacional de Material Didático em 1974, que, ao declarar o mapa jornalístico como fonte, evidenciou como existem trocas constantes entre variadas "esferas" ou "modos" geopolíticos. O *Atlas das Potencialidades Brasileiras* representava dados de "geografia física, geografia econômica, geografia política e geografia humana" no intuito de expor as informações com a maior "amenidade" possível e transmitir a imagem de um Brasil "grande e forte". Através de numerosos "diagramas e mapas, quadros estatísticos e ilustrações", o Atlas pretendia operar uma "humanização do conhecimento". Em meio a essas variadas representações, estava um mapa sobre os projetos recentes para a Amazônia brasileira (Figura 9).

Como nos exemplos anteriores, as estradas são apresentadas em diferentes categorias, e muitos trajetos, como a Cuiabá-Santarém, aparecem classificados como "Rodovia em projeto". Assim como o mapa da imprensa, a legenda desse mapa não se limita a representar as estradas e também é utilizada para localizar vários empreendimentos e potenciais de uso relacionados com o extrativismo, a agricultura e a pecuária. As áreas de extração mineral existentes são representadas por símbolos de quadrado que identificam a localização de minérios como alumínio, amianto, estanho, ferro e manganês. O mapa classifica ainda as "áreas propícias à agricultura" e as "áreas propícias à pecuária" e mostra áreas prioritárias para aplicação dos recursos do plano regional de desenvolvimento da Amazônia (PRDAM). Essa grande quantidade de informação possibilitava que os alunos e alunas entendessem detalhadamente os projetos de ocupação da região Amazônia, vistos no contexto das "potencialidades" do Brasil.

Figura 9. Atlas das potencialidades brasileiras. Brasil forte e grande (1974)



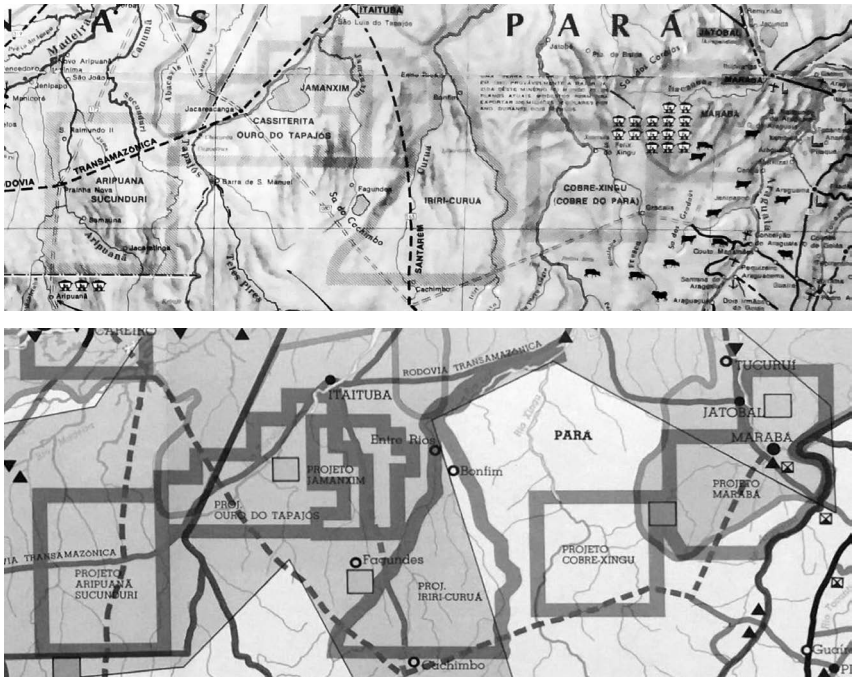
Fonte: Departamento Editorial das Edições Melhoramentos. FENAME. 1974

O texto do Atlas ensina os estudantes sobre os projetos recentes do governo federal, destacando a vinculação entre a construção das estradas e o Programa de Integração Nacional. O projeto RADAM é destacado como fundamental para o levantamento sistemático da região, principalmente considerando os seus recursos minerais. O projeto RADAM ocorria sob a coordenação do Ministério de Minas e Energia e "efetuava levantamentos geológicos, hidrológicos, geográficos e florestais", sendo responsável ainda pela produção de uma "base cartográfica que sirva de apoio aos projetos de aproveitamento dos recursos minerais da Amazônia" (p. 144). Como as condições climáticas e topográficas da Amazônia dificultavam muito o uso da aerofotogrametria, o projeto RADAM utilizou o sistema SLAR (*Side Looking Airborne Radar*), aplicando radares para mapear mais detalhadamente a topografia da região.

Mas, apesar do crescimento considerável da produção de mapas sobre a Amazônia nos órgãos de planejamento, é interessante observar que o material didático publicado pelo Ministério da Educação tem como primeira referência o mapa da *Revista Realidade*, que havia sido publicado três anos antes do Atlas. Assim como o mapa da imprensa, o atlas esco-

lar representa uma forma de popularização do conhecimento que não necessariamente conduzia a uma simplificação das práticas cartográficas aplicadas, representando um grande conjunto de informações. Se observarmos mais atentamente os padrões dos mapas, nota-se que as áreas dos projetos de pesquisa mineral, marcados com muito destaque no mapa do atlas escolar, foram retiradas diretamente no mapa veiculado na *Revista Realidade*. A revista, porém, utilizou uma cor muito mais fraca para delimitar essas áreas, o que trouxe um destaque menor para os projetos de mineração na ocupação do território (Figura 10).

Figura 10. *Revista Realidade* **(1971) e** *Atlas das Potencialidades Brasileiras***. Brasil forte e grande (1974) – Detalhes**



Fonte: Revista Realidade, outubro de 1971. Departamento Editorial das Edições Melhoramentos. FENAME. 1974

Apesar da influência declarada e visível entre os mapas, é interessante notar como a escala do mapa da *Revista Realidade* não foi reproduzida fielmente no Atlas didático. Enquanto o mapa da imprensa nomeia os países vizinhos e representa a cordilheira dos Andes, o viés nacionalista

do Atlas acabou gerando um enfoque apenas no território brasileiro. Nesse sentido, o mapa da *Revista Realidade* se assemelha ao primeiro mapa debatido nesse capítulo, selecionado por Mattos para ilustrar a capa do seu livro sobre uma *Geopolítica Pan-Amazônica*. Mesmo fracas e pouco destacadas, as estradas feitas na Amazônia se irradiam para os países vizinhos, evidenciando uma ambição de colonização e empreendimento que iam além do território brasileiro. É claro que o discurso desse momento não é explicitamente intervencionista ou expansionista, pois o livro de Mattos fortalece a ideia de soberania e considera a necessidade de integração política no contexto do Tratado de Cooperação Amazônica. Mas as interações são sempre obtidas e coordenadas a partir do território brasileiro, que teria um protagonismo marcante na construção de uma coordenação econômica na bacia amazônica.

A avalanche de imagens sobre a ocupação da Amazônia que invade os ambientes das geopolíticas formais, práticas e populares vão progressivamente mudando a imaginação geográfica nacional sobre a região durante a década de 1970. As duas principais características atribuídas à Amazônia, entendida como "sistema fechado" e "espaço vazio" (MACHADO, 1989), vão sendo alteradas progressivamente por uma série de imagens que mostravam esse espaço sendo ocupado e conectado ao Brasil e aos países limítrofes. Apesar da grande difusão dessas imagens, muitos dos projetos representados nunca saíram do papel. O projeto das estradas, por exemplo, foi muito mais limitado do que o esperado e grande parte das propostas oferecidas nesses mapas não se concretizou no terreno. No entanto, o poder da imagem ajudou a iniciar um processo de entendimento da Amazônia enquanto um espaço mais integrado à economia do país e aos países limítrofes.

Conclusão

Ao explorar diversas ferramentas que possibilitam a compreensão dos Estados Nacionais enquanto "comunidades imaginadas", o historiador Benedict Anderson (1991) destaca a importância dos mapas esquemáticos na definição de um "geo-corpo" nacional. Somados aos censos e aos museus, os mapas seriam "instituições" fundamentais para gerar um sentimento de pertencimento à nação e poderiam atuar como um "logo",

ingressando em uma "série que podia ser reproduzida ao infinito". Para exemplificar essa forma de utilização dos mapas, Anderson cita o famoso trabalho do historiador tailandês Thongchai Winichakul (1988), que rastreou os processos complexos de surgimento de um "Sião" com fronteiras próprias entre 1850 e 1910. Como destaca o historiador, no seu caso de estudo, os mapas não seriam uma abstração científica da realidade, representando algo que "já existe objetivamente ali", mas, sim, uma "antecipação espacial". Ou seja, um mapa seria "um modelo para o que (e não um modelo do que) se pretendia representar", tornando-se um "instrumento real para concretizar projeções sobre superfície terrestre".

De forma similar aos mapas estudados por Winichakul (1988), que criavam limites ainda completamente inexistentes no terreno da atual Tailândia, a cartografia esquemática dos projetos de ocupação da Amazônia também influenciou consideravelmente a imaginação geográfica no Estado Nacional brasileiro. Além de servirem como um "logo" propagandístico para divulgar os projetos governamentais, esses mapas também promoviam uma clara "antecipação espacial", representando estradas e investimentos que ainda estavam longe de se tornarem uma materialidade concreta no terreno. Atuando como signos de desenvolvimento e progresso, esses mapas reforçavam uma tradição na geopolítica brasileira, que desde o século XIX projetava ações práticas nos "espaços vazios" da região amazônica.

Para reforçar essa narrativa, os mapas esquemáticos estudados também operavam uma série de "silêncios cartográficos" (HARLEY, 1989), que, embora não tenham sido analisados no presente capítulo, podem ser objeto de um estudo mais aprofundado futuramente. Segundo o historiador da cartografia Brian Harley (1989), os silêncios são um conceito central em toda argumentação concernente à influência das mensagens políticas ocultas dos mapas, pois a influência social das imagens é exercida tanto pelos elementos representados quanto por aqueles omitidos pelo cartógrafo. No caso estudado neste capítulo, existe um silêncio bastante evidente relacionado aos grupos indígenas e populações ribeirinhas, que ocuparam a Amazônia durante todos os períodos de tentativa de colonização e ocupação dessa região. A construção da Amazônia enquanto um "espaço vazio" tem como eixo central o apagamento dessas populações, que parecem não existir nos mapas produzidos para representar grandes projetos de ocupação.

Os únicos mapas aqui selecionados que fazem referência às populações indígenas são aqueles veiculados na *Revista Realidade* e no atlas

didático (Figuras 8 e 9), que apresentam uma área caracterizada como "Parque Nacional do Xingu". Ao limitar a presença indígena a um espaço institucionalizado e demarcado, os mapas em questão silenciam a presença marcante dos indígenas por toda a área "em construção", omitindo o intenso povoamento existente nesses "espaços vazios". Considerando os mapas produzidos durante a colonização europeia, Harley (1988) afirma que, quando as "nações indígenas" apareciam nos mapas, estas indicariam uma expansão colonial futura dos europeus, como um "direito divino" de apropriação territorial. Nesse sentido, os silêncios cartográficos seriam fundamentais para expressar e legitimar "profecias sobre geografia e poder" (HARLEY, 1988), prática que parece ter sido adaptada e utilizada no colonialismo interno praticado pelo governo brasileiro na região amazônica.

Como observamos nesse capítulo, as narrativas que relacionam a Amazônia a um "espaço vazio" e projetam sua colonização triunfante não são limitadas a uma geopolítica formal, enquanto um método debatido por estadistas e acadêmicos, mas também alcançam dimensões práticas nas políticas públicas e populares com a difusão de imagens em materiais propagandísticos, midiáticos e escolares. A interação frequente entre as diferentes esferas ou dimensões da geopolítica pode ser uma chave importante para compreender não apenas como se dá a construção de consensos, mas também como esses consensos são produzidos por meio de linguagens cartográficas. O estudo da circulação desses mapas, considerando os seus distintos nichos de produção e recepção, pode sugerir uma agenda de pesquisa pertinente sobre a visualidade das narrativas geopolíticas na América Latina.

Referências

ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas*. Reflexões sobre a Origem e a Difusão do Nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. "Censo, Mapa, Museu", p. 226-255.

BASSIN, Mark. Race contra Space: The Conflict Between Geopolitik and National Socialism. *Political Geographers Quarterly*, v. 6, p. 115-134, 1987.

BRASIL. Presidência da República. *Metas e bases para a ação de governo*. Brasília, 1970.

BRASIL. SUDAM. Departamento Nacional de Estradas de Rodagem. *Transamazônica*. Brasília, 1971.

BRASIL. Presidência da República. *Projeto do II Plano Nacional de Desenvolvimento, PND*. Brasília, 1974.

BRASIL. Fundação Nacional de Material Escolar Atlas das Potencialidades Brasileiras. *Brasil Grande e Forte*. Rio de Janeiro: Fename, 1974.

CHILD, J. Geopolitical Thinking in Latin America. *Latin America Research Review*, n. 14, p. 89-111, 1979.

CRAMPTON, A.; POWELL, M. Reel Geopolitics: Cinemato-graphing Political Space. *Geopolitics*, v. 10, p. 193-203, 2005.

CUNHA, E. da. *À margem da história*. São Paulo: Martin Claret, 2006

DIAS, Tatiana. Movido a paranoia. *The Intercept Brasil*, 20 set 2019. Disponível em https://theintercept.com/2019/09/19/plano-bolsonaro--paranoia-amazonia/

DITTMER, J. Captain America's empire: reflections on identity, popular culture, and pos-9:11 geopolitics. *Annals of the Association of American Geographers*, v. 95, p. 626-643, 2005.

DODDS, K. Hollywood and the popular geopolitics of the war on terror. *Third World Quarterly*, v. 29, n. 8, p. 1621-1637, 2008.

FOUCHER, M. *Fronts et frontières*. Un tour du monde géopolitique. 2. ed. Paris: Fayard, 1991.

HALBERSTAM, D. *The Best and the Brightest*. New York: Penguin, 1972.

HARLEY, J. B. Silences and secrecy: the hidden agenda of cartography in early modern Europe. *Imago Mundi*, v. 40, p. 57-76, 1988.

HAUSHOFER, Karl. Rückblick und Vorschau auf das geopolitische Kartenwesen. *Zeitschrift für Geopolitik*, v. 9, p. 735-745, 1932.

HEPPLE, L. W. Geopolitics, generals and the state in Brazil. *Political Geography Quarterly*, v. 5, n. 4, S79-S90, oct. 1986a.

HEPPLE, W. The Revival of Geopolitics. *Political Geography Quarterly*, v. 5, n. 4, p. 21-36, 1986b.

HERB, H. G. Persuasive Cartography in Geopolitik and National Socialism. *Political Geography Quarterly*, v. 8, n. 3, p. 289-303, 1989.

HIATT, A. *Terra Incognita*. Mapping the Antipodes before 1600. London: British Library, 2008.

KOSONEN, K. Maps, newspapers and nationalism: the Finnish historical experience. *GeoJournal*, v. 48, p. 91-100, 1999.

LOIS, Carla. *Terrae Incognitae, modos de pensar y mapear geografias desconocidas*. Buenos Aires: Eudeba, 2018.

MACHADO, L. O. Sistemas "longe do equilíbrio" e reestruturação espacial na Amazônia. *Cadernos do IPPUR*, ano IX, n. ¼, p. 83-106, jan./dez. 1995.

MARQUES, Gilberto. SPVEA: o Estado na crise do desenvolvimento regional amazônico. *Revista Soc. Bras. Economia Política*, São Paulo, n. 34, p. 163-198, 2013.

MEIRA MATTOS, C. *Uma Geopolítica Pan-Amazônica*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1980.

MONMONIER, M. *How to lie with maps*. Chicago: University of Chicago Press, 1991.

NOVAES, A. A Geopolítica pelas Imagens. Linguagem Cartográfica e Circulação de Ideias Geopolíticas no Brasil. *Revista Terra Brasilis* (Nova Série), v. 6, 2015.

PITTMAN, H. *Geopolitics in ABC counties*: a comparison. Whashington: The American University, 1981. Unpublished Phd thesis.

PORTO GONÇALVES, C. V. A Amazônia é nossa. De quem mesmo? Instituto de Estudos Latino-Americanos, 2019. Disponível em: http://www.iela.ufsc.br/noticia/amazonia-e-nossa-de-quem-mesmo.

QUAM, L. The use of maps in propaganda. *Journal of Geography*, v. 42, p. 21-42, 1943.

REGO MONTEIRO, L. C. Linhas Cruzadas no Resgate da Geopolítica Pós anos 1970. *Revista GEONORTE*, Edição Especial 3, v. 7, n. 1, p. 167-182, 2013.

REVISTA REALIDADE, 26 out. 1971.

REIS, Arthur Cesar Ferreira. *Impacto amazônico na civilização brasileira*. Rio de Janeiro: Paralelo, 1972.

RISTOW, W. Journalistic Cartography. *Surveying and Mapping*, v. 17, n. 4, p. 369-390, 1957.

SCHUMACHER, R. von. Zur Theorie der geopolitischen Signatur. *Zeitschrift für Geopolitik*, v. 12, p. 247-265, 1935.

SHARP, J. Hegemony, popular culture and geopolitics: The Reader's Digest and the construction of danger. *Political Geography*, v. 15, n. 6/7, p. 557-570, 1996.

SPEIER, H. Magic Geography. *Social Research*, v. 8, p. 310-330, 1941.

TOCANTINS, L. Apresentação. *In:* MEIRA MATTOS, Carlos. *Uma Geopolítica Pan-Amazônica*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1980.

TUATHAIL, G.; AGNEW, J. Geopolitics and Discourse: Practical Geopolitical Reasoning in American Foreign Policy. *Political Geography*, v. 11, p. 190-204, 1992.

TUATHAIL, G. Critical Geopolitics: The Politics of Writing Global Space. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1996.

TUATHAIL, G. Dalby, S.; ROUTLEDGE, P. (Eds.). The Geopolitics Reader. London, New York: Routledge, 2006.

VEJA, set. 1971.

VUAJAKOVIC, P. Reading Between the Lines: using news media materials for geography. *Journal of Geography in Higher education*, v. 22, n. 1, p. 147-55, 1998.

WINICHAKUL, T. *Siam Mapped*. A History of the Geo-Body of a Nation. Honolulu: Hawai'i, 1994.

CAPÍTULO 4

A geopolítica da violência global no sistema mundial atual

Heriberto Cairo

> O armamento nuclear teve um propósito vital na Estratégia de Segurança Nacional Nuclear dos Estados Unidos [da América] durante os últimos 70 anos. Foi o fundamento de nossa estratégia para preservar a paz e a estabilidade ao dissuadir as agressões contra os Estados Unidos, nossos aliados e nossos sócios. Ainda que as estratégias de dissuasão nuclear não possam prevenir todos os conflitos, são essenciais para prevenir ataques nucleares, ataques estratégicos não nucleares e agressões convencionais de grande escala. (WHITE HOUSE, 2017, p. 30).

Assim começa o tópico sobre armamento nuclear da Estratégia de Segurança Nacional de Estados Unidos de 2017, sob a presidência de Donald Trump, para em seguida criticar a inflexão ao desarmamento nuclear de seus predecessores desde o fim da Guerra Fria. Enquanto os Estados Unidos estariam menosprezando sua capacidade de dissuasão estratégica, o documento argumenta que o resto dos países modernizava e aumentava seu arsenal, em particular a China e a Rússia, mas também potências menores, como o Irã ou a Coreia do Norte, cuja ameaça não teria sido efetivamente percebida por aqueles dirigentes políticos dos EUA, decididos a buscar com eles um acordo nuclear, no mínimo, problemático aos olhos do atual governo (WHITE HOUSE, 2017, p. i).

Esse giro radical na política nuclear do governo dos Estados Unidos é mais preocupante porque admite abertamente o uso de armamento nuclear não só em caso de um ataque nuclear prévio (a já conhecida e manipulada retaliação – *retaliation* – do período da Guerra Fria). Assim, afirma-se no tópico de Ações Prioritárias: "Devemos manter reservas [de armas nucleares] suficientes para dissuadir a nossos adversários,

garantir a segurança de nossos sócios e aliados, e atingir os objetivos de Estados Unidos se a dissuasão falha" (WHITE HOUSE, 2017, p. 30).

Há outros sinais de que nos encontramos ante a Estratégia de Segurança Nacional estadunidense mais militarista desde a época da Guerra Fria: a consideração de que "o acesso sem restrições ao espaço exterior e a liberdade de operação ali é de vital interesse [para os Estados Unidos]" (WHITE HOUSE, 2017, p. 30) conduziu, em poucos meses, à decisão de militarizar o espaço, que acaba com um dos poucos acordos duradouros de desarmamento assinados durante a época da confrontação entre as duas superpotências; A decisão de "fazer frente usando todos os meios adequados, desde o diálogo às medidas de imposição, a todas as práticas comerciais injustas que distorcem os mercados" (WHITE HOUSE, 2017, p. 20) conduziu ao início de várias guerras comerciais com a União Europeia e China, principalmente, mas também com outras potências, como mostra o caso de Turquia. Quiçá esse documento seja o melhor cânone da "militarização da segurança nacional" de que fala Cynthia Enloe (2016, p. 55), que "não deixa lugar a nenhuma sensibilidade: [parte da base de que] um tem que se ser capaz de enfrentar fatos desagradáveis 'sem pestanejar'".

Se a tudo isso acrescentamos a política agressiva de outros governos, aberta (por exemplo, as ameaças de Vladimir Putin de usar seu arsenal nuclear se eram atacados por suas invasões na Geórgia ou na Ucrânia) ou velada (por exemplo, a constante e discreta carreira de armamentos do governo da República Popular Chinesa encabeçada por Xi Jinping), certamente inferimos que o perigo de um confronto global entre potências do centro e da semiperiferia, mas com capacidade de arrastar todo o sistema-mundo, aumentou vertiginosamente.

Nessa situação, não é de estranhar que o prestigioso *Bulletin of the Atomic Scientists* tenha situado seu Relógio do Julgamento Final a dois minutos para a meia-noite (Figura 1). Desde sua criação, em 1947, tinha-se situado só uma vez tão cerca do precipício, em 1953, no mais agudo da Guerra Fria, quando a União Soviética fez explodir sua primeira bomba de hidrogênio, após os ensaios de Estados Unidos em Eniwetok e outros atóis do Pacífico. Então, tinha chegado o momento em que cada superpotência tinha "a capacidade de destruir, à sua vontade, a civilização urbana de qualquer outra nação" (RABINOWITCH, 1953, p. 294). Em 2018, a situação é extremamente perigosa por diversas circunstâncias:

> O programa de armamento nuclear da Coreia do Norte fez progressos notáveis em 2017 […]. Estados Unidos e Rússia mantêm seus desacordos, continuando a realização de exercícios militares ao longo das fronteiras da OTAN, socavando o Tratado de Forças Nucleares de Alcance Intermediário [e] atualizando seus arsenais nucleares […]. Cresceram as tensões em torno do mar do sul da China, onde Estados Unidos e China [são] incapazes de restabelecer uma situação de segurança estável […]. Paquistão e Índia continuaram equipando-se com arsenais de armamento nuclear cada vez maiores. E […] [existe] incerteza sobre a continuação do apoio dos Estados Unidos ao transcendental acordo nuclear com o Irã […]. Falar da situação nuclear mundial como desesperada é entender o perigo existente – e a urgência de lhe fazer frente. (MECKLIN, 2018, p. 2).

Figura 1. *Doomsday Clock* **em 2018**

IT IS 2 MINUTES TO MIDNIGHT

Fonte: *Bulletin of the Atomic Scientists*. Fonte: https://thebulletin.org/doomsday-clock/. Acesso em: 15 ago. 2018.

Por outro lado, alguns autores, dentro do enfoque de sistemas-mundo, e outros, dentro de perspectivas diversas sobre a análise dos ciclos político-militares da política global, alertam que entre 2030 e 2050 haverá notável incremento do perigo de que se produza uma guerra global (DENEMARK, 2018) para desvelar uma nova ordem geopolítica, com uma nova potência hegemônica. Reconhecendo que isso é só um cenário possível, não uma condenação segura, o fato é que a situação seria mais alarmante porque seria a primeira vez que, numa guerra global, os beligerantes principais têm a capacidade (nuclear) de destruir toda a vida sobre o planeta.

Sendo assim, as causas conjunturais, derivadas do fato de que muitos dos governos dos Estados mais importantes estejam em mãos de "machos alpha", ansiosos por mostrar sua masculinidade agressiva, não podem explicar por si mesmas as guerras globais que, como as que conhecemos historicamente, produziram milhões de vítimas. Nesse caso, temos de ir a explicações que tenham mais a ver com características profundas do sistema social em que elas se produzem, com estruturas, se preferirmos, ainda que sem entendê-las como determinantes de uma conduta, mas, antes, como elementos coadjuvantes da mesma. Os geógrafos entenderão isso bem se recordarem do debate entre os "deterministas" e os "possibilistas" durante a primeira metade do século XX, que tentaram solucionar os "probabilistas" (SPATE, 1957). Em linhas gerais, sua solução argumentava que o meio condiciona, mas não impede, a ação humana, por mais inadequada que possa ser. Se os seres humanos assim o decidem, podem cultivar bananas na Groenlândia, ainda que em termos econômicos não seja nada rentável e gastronomicamente consigamos produtos de ínfima categoria. Por isso, buscamos explicações que mostrem a matriz espaço-temporal característica da formação social histórica na qual nos encontramos.

Nossa investigação se inscreve no âmbito da "virada espacial" (spatial-turn), produzida recentemente nos Estudos sobre Paz e Conflitos (BJÖRKDAHL; KAPPLER, 2017), e acompanhada, no âmbito da Geografia, pela reivindicação do estudo da paz em um contexto geográfico (MEGORAN, 2011; KOOPMAN, 2011), que se somou a movimentos similares em outras disciplinas das ciências sociais e humanidades (WARF; ARIAS, 2009). Trata-se de entender que a paz e a guerra estão espacialmente constituídas e não podem ser entendidas à margem dos lugares em que se desenvolvem e das práticas espaciais globais, mais ou menos enrijecidas ou estruturadas, em que se inscrevem – especialmente no caso das guerras globais.

Outro aspecto da nova "virada espacial" de estudo é que a paz não está em um estado fixo, mas é algo que sempre se constrói – e reconstrói – em diversos níveis da ordem social. Historicamente é denunciada e renovada continuamente. Está intrinsecamente vinculada à violência, mas não se resume à sua ausência. Por isso, a questão da paz deve ser estudada não só porque pode constituir um estado a se atingir, um objetivo social que, portanto, definiria diversas políticas estatais e suas

correspondentes sociedades, mas porque a tensão entre paz e violência forma um elemento constitutivo fundamental de qualquer ordem mundial. Então, se determinadas formas de violência, como as guerras, podem ser analisadas claramente como processos, o mesmo vale para os períodos de paz (LOYD, 2012).

Para o objetivo de nossa análise neste trabalho, será mais frutífero buscar explicações de caráter mais estrutural, como as que contêm um já relativamente antigo trabalho de Johnston, O'Loughlin e Taylor (1987) – aos que aproveito para render tributo aqui, porque sem o trabalho deles a geografia política, tal como hoje a conhecemos, não teria sido possível – sobre a geografia da violência e a morte prematura, recorrendo a um enfoque de análise de sistemas-mundo. Faz pouco mais de trinta anos que este pequeno trabalho, que foi longamente ignorado pelos pesquisadores posteriores,[1] pretendia abordar o estudo da geografia da violência em todas as suas formas, segundo as definições de Galtung (1969), já extensamente conhecidas naquele momento. Tem a virtude de assinalar as condições nas quais se engendra a violência e em que lugares é mais intensa. Algo tão singelo como necessário para desenvolver posteriormente estratégias de paz. Ademais, centra-nos em uma questão transcendental: a oposição principal não é entre conflito e paz, senão entre violência e paz. Podemos avançar que a contradição e o conflito são parte de qualquer sistema social, mas é sua má gestão ou gestão autointeressada que conduz à violência,[2] seja ela entre classes, povos, Estados etc. Uma violência que permeia nossas vidas, que não é apenas excepcional, mas de todos os dias, como tão duramente nos lembra Marcus Doel (2017), em um recente trabalho, particularmente perturbador.

1. Violência: definição, tipos e escopo

O que é violência? Estamos entendendo-a apenas como o uso da força contra pessoas ou grupos para forçá-los a se comportar de maneira di-

1 Só tem 19 citações segundo Google Scholar.
2 Destes e de outros temas bélicos ocupo-me mais amplamente em um trabalho recente (CAIRO, 2018).

versa da que eles próprios desejariam? Ou, se os resultados de tal conduta são ferimentos ou morte de pessoas, é possível estender o uso do conceito a outros comportamentos que produzam o mesmo resultado? Esses são, em geral, os termos do debate que pesquisadores sobre a paz abriram na década de 1960.

Galtung é um dos principais autores na abordagem do tema.[3] A verificação de que a luta pela paz, se reduzida apenas a se opor aos atos que causam danos corporais ou morte as pessoas, deixa em pé "ordens sociais altamente inaceitáveis" (GALTUNG, 1969, p. 168) leva-o a procurar uma definição ampla de violência para incluir todas as suas dimensões. Propõe, então, que "a violência está presente quando os seres humanos são influenciados para que suas realizações reais somáticas e mentais fiquem abaixo de sua realização potencial" (GALTUNG, 1969, p. 168).

Em um de seus primeiros pensamentos sobre o conceito, Galtung (1969, p. 170-182) lista vários tipos de violência que levam ao mesmo ponto: danos e/ou morte prematura de seres humanos. A partir disso, ele distingue dois tipos fundamentais: a estrutural e a pessoal, cuja distinção é a existência, ou não, de um ator que a exerça diretamente. Em outras palavras, será violência pessoal se é possível responsabilizar qualquer ator – individual ou institucional – de forma mais ou menos direta, enquanto a violência estrutural não é passível de atribuição a um ator concreto.

Um pouco mais tarde, Galtung (1985, p. 146), avaliando a trajetória da pesquisa pela paz, propôs entender "a violência como um obstáculo para a satisfação das necessidades básicas", uma maior especificação do conceito que o levou a identificar quatro tipos básicos de violência: violência física, pobreza, repressão e alienação (Figura 2).

3 O trabalho seminal de Johan Galtung (1969), que apresenta a diferença entre a violência estrutural e outros tipos de violência, é "Violência, paz e investigação para a paz". A partir de sua publicação admite-se geralmente sua natureza diferencial, pelo menos entre os pesquisadores para a paz.

Figura 2. Necessidades humanas e tipos de violência

	Violência direta (Gerada por atores)	*Violência estrutural (Gerada em estruturas)*
Necessidades mais somáticas (Materiais)	Sobrevivência / Violência física	Bem-estar / Miséria
Necessidades mais espirituais (Imateriais)	Liberdade / Repressão	Identidade / Alienação

Fonte: Adaptado de Galtung (1985, p. 146).

Em consonância com a definição galtungniana, Johnston, O'Loughlin e Taylor (1987) identificaram dois tipos de violência que levam à morte prematura: "violência comportamental" (*behavioural violence*) e "violência estrutural" (*structural violence*), que correspondem totalmente às categorias de "violência pessoal" (*personal violence*) e "violência estrutural" (*structural violence*) que usou Galtung. Mas, no âmbito da violência comportamental, os autores distinguiam, em primeiro lugar, a "violência comportamental pessoal" (*personal behavioural violence*), em que o responsável conhece a vítima e tem a intenção de castigo, vingança ou de liquidação de um desacordo; em segundo lugar, estaria a "violência comportamental relacionada à propriedade" (*property-related behavioural violence*), efeito colateral da tentativa de obter uma propriedade da vítima, que não necessariamente é conhecida anteriormente pelo ator violento; e, finalmente, a "violência comportamental relacionada com a política" (*politically-related behavioural violence*), na qual

> […] a violência é parte integrante de uma campanha política. Pode ser dirigida a indivíduos particulares […]; pode afetar indivíduos apenas por estarem eles em determinado lugar, em dado momento […] e pode estar enfrentando um grande número de indivíduos, geralmente todos aqueles que estão em um lugar particular. Esta última é claramente uma característica dos atos de agressão interestatal e guerra. (JOHNSTON; O'LOUGHLIN; TAYLOR, 1987, p. 245).

Esses autores analisam a guerra – ou seja, a violência comportamental relacionada com a política que enfrenta um grande número de indiví-

duos em um lugar particular – no contexto do sistema global, nesse caso particular à economia-mundo capitalista, na medida em que adotam a perspectiva de análise de sistemas-mundo. Depois de considerar as ações de todos os atores básicos possíveis, chegam à conclusão de que haveria oito categorias de conflito bélico: 1) *violência de fronteira* para estender o sistema global, em que Estados já dentro do sistema tentam expandir as suas fronteiras; 2) *violência imperialista* para expandir as esferas de influência do centro, como a exercida por um Estado central contra uma nação periférica; 3) *violência colonial* para manter as esferas de influência, quando os povos da periferia estão tentando se livrar da dominação colonial, e eles são reprimidos; 4) *violência neocolonial* apoiando "regimes fantoches", em que países central agem para manter (se foram amigáveis) ou derrubar (se foram hostis) governos periféricos; 5) *violência colaboracionista*, envolvendo a repressão por parte do estado, realizadas por grupos da classe dominante periférica em colaboração com ou induzida por grupos da classe dominante central; 6) *violência de resistência*, na maioria das vezes dentro de um país e como resultado dos antagonismos de classe; 7) *violência estatal de resistência*, consequência da oposição da periferia ao centro, na que "os estados da periferia atacam aos do centro em seus territórios" (JOHNSTON; O'LOUGHLIN; TAYLOR, 1987, p. 250), e 8) *violência territorial* entre Estados, como resultado habitual de soluções não satisfatórias de conflitos anteriores.

As guerras mundiais que devastaram a Europa no século XIX e o planeta no século XX não são descritas neste modelo, porque são uma mistura de vários dos tipos apresentados. No entanto, embora o modelo de Johnston, O'Loughlin e Taylor não se destinasse a explicar essas guerras, que abrangem o sistema capitalista global e que são o objetivo mais concreto desta comunicação, sua orientação metodológica mais geral nos servirá de inspiração. Isto é, tentaremos entender antes a relação mais geral entre a guerra e a formação social histórica concreta na qual nos encontramos: o capitalismo. De fato, estabelecer correspondências entre os "modos de produção" e os "modos de guerra"[4] sem cair em clichês não é uma tarefa fácil. Esse desafio foi encarado por diferentes autores de diferentes maneiras, como veremos a seguir.

4 O conceito de "modo de guerra" (*mode of warfare*), análogo para o "modo de produção", foi elaborado por Mary Kaldor (1982).

2. As guerras globais na mudança de ordens geopolíticas

Kaldor (1982), por exemplo, entende que existe uma relação contraditória entre guerra e capitalismo: por um lado, são antitéticos, na medida em que conflitos armados interrompem o processo de produção de mercadorias, que é a base do capitalismo; por outro lado, são uma consequência inevitável da lógica do sistema, uma vez que o capitalismo seria necessário ao funcionamento de um sistema de estados cujo caráter militarista é intrínseco, e, em seguida, levaria os dois como para a explosão de guerras destrutivas. Esta caracterização do problema é certa apenas parcialmente, porque se baseia no pressuposto de que o arsenal de guerra e sua produção são elementos parasíticos no capitalismo, o que significa ignorar a existência de uma crise de superprodução e a consequente necessidade de buscar soluções para ela.

Na minha opinião, quando se trata de analisar a relação entre a guerra e o capitalismo, é preciso ter em conta dois processos que, na realidade, são desenvolvidos de forma inseparável, mas que é apropriada para distinguir por que eles respondem a objetivos diferentes dentro do sistema global. São eles: de um lado, a necessidade de um sistema de Estados em concorrência permanente para incentivar a acumulação de capital em todo o mundo; e, de outro, a utilidade da guerra, enquanto destruição violenta de capital, para resolver a crise de excesso de produção no capitalismo.

No capitalismo, há uma tendência para a formação de "alianças de classe regionais" (HARVEY, 1985, 2001), que geralmente tomam a forma de Estados para defender valores incorporados à estrutura espacial regional, à coerência da estrutura regional, e promover as condições favoráveis à acumulação de capital na região. Ou seja, tais alianças tentam retificar uma estrutura espacial que permita a continuação do processo de circulação do capital. No centro do sistema mundial, afirma-se a luta pela hegemonia, que incentivaria esse acúmulo; tanto que as classes dominantes que controlam o estado na periferia colaboraram, através de repressão interna, com as classes dominantes dos estados do centro na manutenção das relações de exploração que são produzidas no âmbito da divisão internacional do trabalho. A fim de manter ou melhorar esse relacionamento, podem entrar em conflito com outros Estados de nível hierárquico comparável. Em áreas semiperiféricas,

sendo realidades extremamente dinâmicas cujo destino envolve o movimento no sentido do "centro" ou "periferia", as chances de conflito são derivadas do fato de que as "alianças de classe regionais" se esforçam em expandir, ou parar o declínio, dependendo do caso, das bases da acumulação, incluindo o domínio, formal ou não, do território.

Mas é preciso entender que as "alianças de classe regionais" não são realidades permanentes; existem três fatores, engendrados pela dinâmica do sistema, que as desestabilizam: (1) a acumulação e a sobreacumulação, (2) a mudança tecnológica e (3) a luta de classes. Com relação ao primeiro fator, as ameaças de crise fazem com que os Estados busquem a melhor situação possível para a enfrentar e tentem lançar ao exterior essas tendências destrutivas de diversas maneiras:

> Guerras comerciais, *dumping*, tarifas e quotas, restrições no fluxo de capitais e de câmbio, guerras sobre as taxas de juros, políticas de imigração, conquista colonial, subjugação e dominação de economias tributárias, a reorganização forçada da divisão territorial do trabalho dentro de impérios econômicos e, finalmente, *a destruição física e a desvalorização forçada conseguida mediante a confrontação militar e a guerra, a tudo pode se chegar como parte essencial dos processos de formação e resolução de crise*. (HARVEY, 1985, p. 157, grifos meus).

Em termos gerais, a questão, tal qual propõe Harvey (1985) a partir das características centrais do processo de circulação do capital, é que existe uma contradição central entre dois aspectos necessários: o crescimento e o progresso tecnológico (segundo fator desestabilizador). Esta contradição conduz a crises periódicas, em que "os excedentes tanto de capital como de trabalho que o capitalismo precisa para sua sobrevivência não podem ser absorvidos por mais tempo […]. Os excedentes que não podem ser absorvidos são desvalorizados, algumas vezes inclusive fisicamente destruídos" (HARVEY, 1985, p. 132).

O terceiro fator desestabilizador, a luta de classes, tem também a sua base em contradições do sistema capitalista:

> O domínio do valor de uso sobre o valor de troca; a especulação financeira desvinculada do valor social do trabalho; as tensões entre a propriedade privada e os interesses individuais contra a propriedade pública e

> interesses coletivos; a incapacidade do estado para mediar essas tensões; a contínua apropriação privada pelos capitalistas da riqueza coletiva dos trabalhadores despossuídos e, em geral, a incapacidade crescente de refrear a redistribuição da riqueza em direção aos mais poderosos. (CHASE-DUNN; KHUTKYY, 2015).

Definitivamente, a guerra *pode* ser – de fato, *foi* – um mecanismo utilizado no capitalismo para solucionar as crises cíclicas, e, ao menos estruturalmente, podemos entender que guerra e capitalismo estão estreitamente inter-relacionados.

Mas haveria de se perguntar se as contradições do sistema conduzem inevitavelmente a uma guerra. Para responder a isso, iremos primeiro aos estudiosos dos ciclos na economia e à política do capitalismo, para logo tentar precisar uma resposta não determinista ao problema.

Esses estudos distinguem as guerras que fariam parte dos ciclos evolutivos do capitalismo, engendradas no centro do sistema-mundo, mas que se estendem, na prática, a todo o mundo: são as conhecidas "guerras mundiais", que Wallerstein (1984, p. 41) definia como "uma guerra baseada em terra que implica a todas as grandes potências militares da época – não necessariamente de forma contínua –, uma guerra muito destrutiva da terra e a população". Na formação social histórica em que nos encontramos, a economia-mundo capitalista, segundo ele, seria possível distinguir três, associadas aos três ciclos de hegemonia existentes (Quadro 1): a Guerra dos Trinta anos, depois da qual os interesses holandeses prevaleceram sobre os da casa de Áustria; as Guerras Napoleônicas, em que a Inglaterra triunfou sobre a França; e as Guerras Euroasiáticas, nas quais os Estados Unidos acabaram vencendo a Alemanha.[5]

5 Para uma aplicação geográfico-política do modelo de Wallerstein, ver Taylor e Flint (2000).

Quadro 1. Guerras mundiais e ciclos hegemônicos econômicos

Ascensão	*Guerra Mundial*	*Hegemonia*	*Decadência*
	Guerra α (Guerra dos Trinta Anos, 1618-1648) Holanda-Habsburgo	Holanda, 1620-1672	1672-1790
1790-1798	Guerra ß (Guerras Napoleônicas, 1792-1815) Reino Unido-França	Inglaterra 1815-1873	1873-1890
1890-1896	Guerra γ (Guerras Euroasiáticas, 1914-1945) Alemanha-EUA	Estados Unidos 1945-67	1973-
?	*China-EUA, Rússia-China, Rússia--EUA*	*?*	*?*

Fonte: Elaboração própria a partir de Wallerstein (1984).

Wallerstein argumenta que as guerras globais permitem dirimir qual é a nova potência hegemônica no sistema-mundo. Os campos em confronto são liderados pelas potências emergentes, que deslocam o hegemon em declínio. Essas guerras seriam, evidentemente, a mostra perfeita da utilidade da guerra para o capitalismo: um mecanismo regulador e uma válvula de escape.

O outro grande modelo de análise dos ciclos longos em que as guerras mundiais desempenham um papel fundamental é o de Modelski (1987, p. 20), que se inscreve na tradição parsoniana de análise dos sistemas sociais e, assim, define o "sistema mundial" (*world system* sem hífen) como "um sistema social constituído por Estados e processos de interação social da espécie humana". Seguindo o esquema funcionalista de que todos os sistemas estão submetidos a mudanças cíclicas, produto da retroalimentação de diversos fatores, "o ciclo do sistema político global compreende tanto retroalimentação positiva como negativa" (MODELSKI, 1987, p. 29). As variáveis da dinâmica do sistema são a demanda por liderança e a capacidade de liderança. Segundo o modelo, cada ciclo estaria composto de quatro fases: uma primeira de conflito, com demanda alta por liderança

e pouca capacidade para exercê-la; uma segunda de ordem propriamente dita, com alta demanda e alta capacidade; uma terça de deslegitimação, quando baixa a demanda por ordem, mas segue havendo alta capacidade de exercê-la, e uma quarta de "desconcentração", onde tanto a demanda como a concentração são baixas (Quadro 2).

Para Modelski (1987, p. 30), as guerras mundiais são fases de "intenso conflito político […], em que a preferência pela ordem atinge níveis excepcionais, mas é difícil atingi-la, dadas as condições de desordem geral". Segundo Modelski, há cinco períodos de hegemonia no sistema mundial, cada um originado em uma guerra mundial, que se produz após uma longa decadência do hegemon. Seus prognósticos para o último ciclo eram de que a fase de deslegitimação dos Estados Unidos, começada em 1973, terminaria ao redor do ano 2000 – é muito atraente interpretar o atentado do 11 de setembro de 2001 como o final desse período de deslegitimação –, momento em que começaria a decadência, prolongando-se até o ano 2030.

Quadro 2. Guerras globais e hegemonias de ciclos longos

Guerra mundial	*Potência hegemônica*	*Deslegitimação*	*Decadência*
Guerras italianas 1494-1516	Portugal, 1516-1540	1540-1560	1560-1580 Espanha
Guerras de independência holandesa 1579-1609	Países Baixos, 1609-1642	1640-1660	1660-1688 França
Guerras de Luis XIV 1688-1713	Inglaterra, 1714-1739	1740-1763	1764-1792 França
Guerras Napoleônicas 1792-1815	Inglaterra, 1815-1849	1850-1873	1874-1914 Alemanha
Guerras alemãs 1914-1945	Estados Unidos, 1945-1973	1973-2000	2000-2030 União Soviética
Guerras americanas? 1990-2011	*Estados Unidos?*		

Fonte: Adaptado de Modelski (1987, p. 40).

Mas, segundo a interpretação de Wallerstein, só há três períodos de hegemonia no sistema-mundo moderno, que também estão vinculados

a guerras mundiais, ainda que não da mesma maneira, já que o modelo de ciclos de hegemonia de Wallerstein não é militar, mas econômico. Em qualquer caso, Wallerstein (2008) considera que não se pode dar outro ciclo de hegemonia porque não existem condições econômicas para que o sistema possa superar seu sucesso:

> Os três custos básicos da produção capitalista (pessoal, matérias-primas e impostos) subiram constantemente [nos últimos quinhentos anos] em termos relativos ao possível preço das vendas, de tal modo que hoje em dia se faz impossível obter grandes benefícios da produção quase monopolizada, que foi sempre a base de acumulação significativa de capital.

Em outras palavras, existiria uma tendência descendente da taxa de benefícios, que levaria primeiro à financeirização especulativa da economia-mundo e finalmente a uma crise sistêmica. Desse modo, o sistema-mundo moderno entraria em colapso total com grandes turbulências – que podem entranhar uma guerra mundial – entre 2030 e 2060 (WALLERSTEIN, 2008).

Ainda que não fossem verdadeiras essas predições de caos global final, poderíamos estar vivendo um quinto ciclo de Kondratieff, iniciado aproximadamente em 1989 e atualmente em sua fase de B, ao qual poderia seguir um sexto ciclo no século XXI. Nesse cenário, uma guerra mundial seria provável como solução à crise cíclica.

Então, tomemos tanto o modelo teórico de Modelski como o de Wallerstein. Uma guerra mundial teria de se produzir a curto ou médio prazo, se os ciclos identificados pelos mesmos tiverem continuidade. À hora de vislumbrar um palco futuro, a diferença mais notável entre os dois modelos é o papel dos Estados Unidos na hipotética guerra: enquanto no modelo de Modelski poderia se iniciar outro ciclo de sua hegemonia, o modelo de Wallerstein assinalaria outras potências com maior probabilidade.[6]

Está fora de toda dúvida a decadência econômica e política dos Estados Unidos (WALLERSTEIN, 2003; CHASE-DUNN *et al.*, 2011).

6 De fato, no passado, uma vez identificado o início da decadência estadunidense a partir de 1973, Wallerstein (1984, p. 43) aventurou-se a assinalar Japão e União Europeia como os prováveis contendentes – presunção que 35 anos depois se percebe como altamente improvável.

Em termos econômicos, já passaram os tempos em que a abertura dos mercados exteriores era um problema de segurança nacional; em sua política de "América primeiro", o primeiro governo depois da grande crise que começou em 2008 inclui taxas e impostos para proteger o mercado interno estadunidense. Militarmente, os Estados Unidos não só tiveram que se retirar formalmente da primeira linha da guerra no Afeganistão e no Iraque, após as "não vitórias" obtidas, mas também não atingiram nem de longe seus objetivos na Síria, vendo-se superados por outros competidores. A capacidade de financiar as guerras exteriores e o enorme dispositivo de bases exteriores – 865, segundo Johnson (2010) – residem na capacidade dos Estados Unidos de emitir a moeda "mundial", o dólar, que é a divisa de reserva, como o era a libra esterlina no final do século XIX. O governo dos Estados Unidos pode vender bônus no mercado, e o setor financeiro estadunidense paga impostos e taxa ao governo federal, que lhe permitem manter suas operações no exterior (MANN, 2012; CHASE-DUNN; INOUE, 2017). Mas os rivais econômicos e políticos de Estados Unidos, como a China, questionam crescentemente esta situação.

Devemos avaliar com mais calma as predições catastrofistas das teorias cíclicas, tentando, por um lado, entender que as estruturas de um sistema social não constituem correntes inexoráveis que conduzem a uma determinada conclusão, mas pautas de comportamento "solidificadas" que se podem modificar em decorrência do tempo, e, por outro, questionar o papel "parteiro" das guerras mundiais nas ordens geopolíticas. Sobre o primeiro aspecto, revisitaremos a teoria da estruturação de Anthony Giddens, ao passo que, para a segunda questão, vamos à geopolítica crítica de John Agnew.

3. A gestação da violência: contradição, conflito e guerra no contexto de um sistema social

A análise dos fatos sociais – e, portanto, dos espaciais, sendo a guerra um dentre eles – só adquire sentido se é compreendido o sistema social em que estes se inscrevem. O sistema social "composto por pautas de relações entre atores ou coletividades" (GIDDENS, 1981, p. 27) incorpora em sua gênese e sua reprodução um espaço e um tempo concreto e

real, que requerem ser especificados. Em suma, os sistemas sociais realmente existentes são históricos, estão geograficamente definidos e não podem ser entendidos à margem de seus contextos espaço-temporais.

Para tratar de superar os reducionismos inerentes à adoção de uma perspectiva ora do agente, ora da estrutura, a teoria da estruturação de Giddens (1979, 1981) tenta explicar as estruturas simplesmente como práticas sociais recorrentes, que se vão "solidificando", porque os agentes as realizam uma e outra vez, sem se questionar o porquê, já que se constituíram no "natural", no que tem de ser feito. Mas essas estruturas mudam ao longo do tempo, porque há contradições no sistema.

Quando falamos de "contradição", estamos nos situando em um nível de análise que corresponde à estrutura de um sistema de organização social. Tal e como é argumentado por Giddens (1981, p. 29),

> a contradição pode ser definida de forma frutífera como uma oposição ou disjunção entre princípios estruturais de um sistema social, de tal forma que o sistema opera em [contínua] negação. Isto é, a operação de um princípio estrutural presume outro que o nega.

Na medida em que as estruturas só têm uma "existência virtual", há que se entender que as contradições concernem ao funcionamento do sistema, mas não têm uma encarnação real; além disso, não são um produto *deliberado* das ações dos agentes humanos, ainda que sejam "ao mesmo tempo meio e resultado das práticas que constituem os sistemas sociais" (GIDDENS, 1981, p. 28). Desse modo, tem-se de entender que uma contradição existe à margem da vontade dos atores sociais, que não podem evitá-la em sua prática.

O conceito de contradição costuma ser utilizado por autores marxistas para mostrar a singularidade de sua análise social (GIDDENS, 1981), ainda que o próprio Marx a tenha tomado originalmente do sistema lógico hegeliano. Falar do "modo de produção capitalista" como um sistema fundamentalmente "contraditório" constituiu, em muitas ocasiões, um elemento de diferenciação de tal pensamento. Mas o uso do termo contradição por muitos marxistas pode gerar problemas, já que é utilizado com frequência de forma intercambiável com o de conflito, o que leva, por vezes, a conclusões precipitadas e incertas. De fato, a violência e sua gênese costumam ser explicadas exclusiva e linearmente mediante a

sequência *modo de produção→ formação de classe → luta de classes*, sem distinguir tipos de violência (social, interestatal etc.) nem possíveis motivações diferentes à indicada. Perfila-se, assim, uma interpretação determinista do comportamento, que não deixa lugar a nenhuma autonomia na ação humana.

Por tudo isso, é necessário, em primeiro lugar, diferenciar "contradição" e "conflito". Assim, "há dois sentidos nos que cabe entender o conflito […]. Um é conflito no sentido de oposição de interesses entre indivíduos ou coletividades; o outro é o conflito no sentido de luta ativa entre tais indivíduos ou coletividades" (GIDDENS, 1981, p. 232). A partir dessa diferenciação, não podemos concluir que contradição e conflito sejam conceitos sem relação ou excludentes; antes o contrário: "os conflitos de interesse, a curto e longo prazo, e a luta ativa tendem a agrupar-se em torno da interseção de contradições na reprodução do sistema social" (GIDDENS, 1981, p. 232).

Portanto, pode-se estabelecer uma relação consecutiva, não determinante, na sequência *contradição → conflito*. Mas o principal problema é o próximo passo: acreditar que as soluções militares são as mais eficazes para a resolução de litígios, o que constitui o militarismo inerente aos Estados modernos (GIDDENS, 1987), e que parece estabelecer a determinação consecutiva *conflito → guerra*. Mas essa determinação não é certa. Forma parte de uma interpretação teleológica da história, que partilham tanto os autores que se situam dentro da perspectiva de análise de sistemas-mundo como os partidários de uma geopolítica realista. "Uma teoria crítica responsiva às demandas do nosso tempo", em palavras de Giddens (1987, p. 338), tem de interpretar os processos de mudança e construir modelos de "boa sociedade". Em tais modelos, a resolução dos conflitos deveria ser não violenta.

Se ainda é válido o que sugeria Giddens (1987, p. 338), que "os problemas mais urgentes a que fazemos frente hoje são os que têm a ver com a ordem militar mundial, a industrialização da guerra e a existência de armamento nuclear", desde uma perspectiva espacial, a tarefa passa por elaborar geoestratégias de paz, como as que levaram a construir as "zonas livres de armamento nuclear" (PITT; THOMPSON, 1987) e as "zonas de paz" (HANCOCK; MITCHELL, 2007; KACOWICZ, 1995, 1998), que abrangem principalmente o hemisfério sul do planeta.

4. A hegemonia sem hegemon

Agnew (2003) considera que o sistema de Estados está regido por uma luta pela supremacia, mas adverte fortemente que isso se faz em condições diferentes ao longo da história. As condições vêm impostas pelas características geográficas da economia política internacional do período. Desse modo, a luta pela supremacia não é uma luta pela hegemonia, que deriva em uma "sucessão apostólica de Grandes Potências a um status hegemônico", já que "a hegemonia se refere às regras e práticas que constituem uma ordem geopolítico" (AGNEW; CORBRIDGE, 1995, p. 45); regras e práticas sobre a economia global e o sistema de Estados sobre as quais está de acordo um bloco de elites em diferentes Estados. Isto é, não se requer que exista um ator dominante para que haja hegemonia: "sempre há hegemonia, mas nem sempre há hegemons" (AGNEW; CORBRIDGE, 1995, p. 17).

Ao conceber assim a hegemonia, a geopolítica crítica de Agnew não atribui às guerras mundiais o papel central que têm nos modelos de Wallerstein-Taylor ou de Modelski. Evidentemente elas existem e supõem graves turbulências dentro do sistema, mas não são "sistêmicas", resultam também de circunstâncias extrassistêmicas, por exemplo:

> A Primeira Guerra Mundial pode ver-se como o resultado do desafio alemão à hegemonia britânica. Mas quiçá se poderia tê-la evitado, ou o conflito subjacente ter-se manejado de outra maneira se as atitudes militaristas e o nacionalismo generalizado do período não tivessem sido tão fortes. (AGNEW; CORBRIDGE, 1995, p. 36).

E isso se pode aplicar a qualquer período anterior a uma guerra, tal qual o atual, que comentamos ao princípio. As condições políticas podem favorecer a guerra mundial, mas esta se pode evitar.

Em certa medida, o problema surge com o erro de estender para a frente e para trás a hegemonia dos Estados Unidos no século XX, que, a rigor, começa depois de duas guerras mundiais consecutivas e estabelece um quadro jurídico e econômico após um tratado legitimador. É discutível se as guerras mundiais precedentes, por exemplo, a hegemonia holandesa, foram do mesmo escopo e importância das Guerras Napoleônicas do início do século XIX ou das guerras alemãs da primeira metade do

século XX. Em particular, o modo de guerra "total" do século XX é muito diferente das guerras limitadas dos séculos XVI ao XIX que Clausewitz tem em mente: "Com o advento da guerra industrializada, o conjunto da população fica implicado, inevitavelmente, com a vitória, demandando o esmagamento do sistema de produção que é a necessária base do esforço de guerra" (GIDDENS, 1987, p. 330).

Olhando para o futuro, também é pouco razoável pensar que as guerras mundiais vão se desenvolver simetricamente às anteriores e, acima de tudo, tão facilmente. Na verdade, Agnew (2005) ressalta que há três mudanças substanciais que reduzem as possibilidades de guerra entre Estados e, portanto, globais. Primeiro, o impacto das armas nucleares e sua extraordinária capacidade de destruição dificultam a guerra entre adversários que as possuam. Em segundo lugar, o custo econômico da guerra excede os benefícios potenciais que podem ser obtidos a partir deles. Em terceiro lugar, "o uso da força militar está enfrentando uma crise de legitimidade" (AGNEW, 2005, p. 67), porque as sociedades avançadas não estão dispostas a suportar os custos humanos da guerra.

Há também duas mudanças econômicas que fazem a guerra entre Estados desinteressante na luta pela hegemonia. Em primeiro lugar, os Estados agora não competem para obter recursos, mas para atrair investimentos. Em segundo lugar, e relacionado com o acima exposto, os setores mais competitivos da produção não são aqueles baseados no uso intensivo de recursos, mas, antes, as indústrias de tecnologia e o setor de serviços. Como ressalta Agnew (2005, p. 68), "em um mundo de rápida circulação econômica, a ligação racional entre Estados e força militar enfraqueceu, mas ainda não se cortou".

Em definitivo, o mundo do século XXI não é o mesmo que o de séculos passados. Entende-se melhor o sistema mundial contemporâneo se não se está à procura de um só hegemon. Ou não consideramos hegemons, ou consideramos vários hegemons, como faz Galtung (2015, p. 124-125): EUA, EU, Rússia, Turquia, Índia, China e Japão, que conformam um mundo heptapolar. O importante é lembrar que "a geografia também importa", como nos lembrava Doreen Massey e John Allen (1984), o que significa que, à hora de aventurar qualquer prospecção acerca da possibilidade iminente de uma guerra mundial, temos o dever de analisar as regiões mundiais existentes e as relações entre elas, como faz Galtung (2015), com maior ou menor sucesso.

Recapitulando e concluindo

Primeiro. De todo o supradito *não se pode deduzir uma pauta geral de explicação para todas as guerras*, nem para as guerras que se produzem na economiamundo capitalista, nem sequer para as guerras mundiais. Nesse sentido, produzem-se "constelações belicistas"[7] com diferentes fatores que têm de ser interpretados no contexto das mudanças que ocorrem no modo de guerra prevalente no sistema mundial. Por outro lado, é possível que seja necessário estabelecer diferenças importantes entre as guerras, de acordo com seu alcance espacial; em um contínuo, pode-se situar os dois extremos naquelas guerras que se produzem dentro dos mesmos Estados, por classes ou mesmo povos, e as guerras globais derivadas da lógica geopolítica do capitalismo, já que *o alcance das diferentes estruturas da ação é diferente em cada caso*.

Segundo. A política de escala articula o local com o internacional e o nacional,[8] porque as mudanças de escala não se fazem entre conjuntos espaciais desligados, mas estão transversalmente conectados. Com efeito, a hierarquia de escalas é subvertida nos espaços de agência, já que a ação local não responde exclusivamente a fatos e fatores locais, mas pode responder a políticas ou legislações nacionais, e inclusive às dinâmicas globais (FLINT, 2006, p. 11 e ss.). Isto é muito importante no que se refere a engajar a população na tarefa de evitar guerras globais.

Terceiro. O horror da extinção da espécie, o "especicídio"[9] de que falava Galtung, não nos pode fazer esquecer que a principal fonte de mortes prematuras no mundo não é a violência direta. A violência estrutural segue sendo, após mais de cinco séculos de expansão da formação social atual, a principal causa de morte. A partir dos dados da FAO, calcula-se um bilhão de mortos por subnutrição no primeiro semestre de 2009. Em palavras de Tortosa (2010, p. 50):

7 Em outra oportunidade (CAIRO, 2002), desenvolvemos o conceito de "constelação belicista". Parte dos argumentos empregados aqui já se encontravam ali.

8 Neil Smith trabalhou extensamente sobre a questão da política de escala, e uma boa análise de sua obra encontra-se em Jones *et al.* (2017).

9 Os meios modernos de destruição em massa, "em suas consequências finais, são armas omnicidas" (GALTUNG, 1984, p. 15), ou seja, causam o extermínio de seres humanos e seus assentamentos (genocídio), suas estruturas sociais e culturais (sociocídio) e os sistemas físicos e biológicos do planeta (ecocídio), ou talvez, até mesmo, por parte do universo (cosmocídio).

> A violência direta é importante, mas ainda mais o é a violência estrutural. Em outras palavras, sem negar a importância da construção da paz, não cairia mal se preocupar mais pela promoção da justiça. A injustiça (a violência estrutural) está muitas vezes por trás da violência direta e, se não se quer esta, melhor evitar aquela. As novas violências fazem ainda mais inviável o velho princípio de "*se vis pacem, para bellum*", se queres a paz, prepara a guerra.

Finalmente, para evitar a guerra, nós devemos projetar geoestratégias adequadas e eficazes – de *courte durée*, de *moyenne durée* ou de *longue durée* (TAYLOR, 1991) – para derrotar o nacionalismo soberanista desenfreado e o militarismo. Essa é a continuação do trabalho que nós fizemos aqui. Nesse ínterim, não podemos esquecer a transcendência que o problema da paz e da guerra tem para a espécie humana, resumida na contundente advertência de Bunge (1988, p. 1):

O PLANETA É SUFICIENTEMENTE GRANDE PARA A PAZ,
MAS DEMASIADO PEQUENO PARA A GUERRA.

Referências

AGNEW, John. *Geopolitics*: re-visioning world politics. 2. ed. London: Routledge, 2003.

AGNEW, John. *Hegemony*: the new shape of global power. Philadelphia: Temple University Press, 2005.

AGNEW, John; CORBRIDGE, Stuart. *Mastering space*: hegemony, territory and international political economy. London, New York: Routledge, 1995.

BJÖRKDAHL, Annika; KAPPLER, Stefanie. *Peacebuilding and spatial transformation*. Abingdom, New York: Routledge, 2017.

BUNGE, William W. *Nuclear war atlas*. Oxford: Basil Blackwell, 1988.

CAIRO, Heriberto. El retorno de la geopolítica: nuevos y viejos conflictos bélicos. *Sociedad y Utopía: Revista de Ciencias Sociales*, n. 19, p. 201-228, 2002.

CAIRO, Heriberto. *Las guerras "virtuosas" de George W. Bush*. Madrid: Trama Editorial, 2018.

CHASE-DUNN, Christopher; INOUE, Hiroko. *Problems of peaceful change*: interregnum, deglobalization and the evolution of global governance. Institute for Research on World-Systems, University of California Riverside, 2017. (IROWS Working Paper, n. 117). Disponível em: http//:irows.ucr.edu/papers/irows117/irows117.htm. Acesso em: 12 ago. 2018.

CHASE-DUNN, Christopher; KHUTKYY, Dmytro. *The evolution of geopolitics and imperialism in interpolity systems*. Institute for Research on World-Systems, University of California Riverside, 2015. (IROWS Working Paper, n. 93). Disponível em: http://irows.ucr.edu/papers/irows93/irows93.htm. Acesso em: 12 ago. 2018.

CHASE-DUNN, Christopher; KWON, Roy; LAWRENCE, Kirk; INOUE, Hiroko. Last of the hegemons: U.S. decline and global governance. *International Review of Modern Sociology*, v. 37, n. 1, p. 1-29, 2011.

DENEMARK, Robert A. Nuclear War in the Rivalry Phase of the Modern World-System. *Journal of World-Systems Research*, v. 24, n. 2, p. 349-371, 2018.

DOEL, Marcus A. *Geographies of violence*. London: SAGE, 2017.

ENLOE, Cynthia. *Globalization & militarism:* feminist make the link. 2. ed. Lanham: Rowman & Littlefield, 2016.

FLINT, Colin. *Introduction to geopolitics*. London, New York: Routledge, 2006.

GALTUNG, Johan. Violence, peace and peace research. *Journal of Peace Research*, v. 6, p. 167-191, 1969.

GALTUNG, Johan. *There are alternatives!* Nottingham: Spokeman, 1984.

GALTUNG, Johan. Twenty-five years of peace research: Ten challenges and some responses. *Journal of Peace Research*, v. 22, p. 141-158, 1985.

GALTUNG, Johan. *World politics of peace and war, geopolitics in another key*: geography and civilization. New York: Hampton Press, 2015.

GIDDENS, Anthony. *Central problems in social theory*: action, structure and contradiction in social analysis. London: Macmillan/Berkeley: University of California Press, 1979.

GIDDENS, Anthony. *A contemporary critique of historical materialism*. Vol. 1 Power, property and the state. London: Macmillan, 1981.

GIDDENS, Anthony. *The nation-state and violence*. Volume two of a contemporary critique of historical materialism. Berkeley: University of California Press, 1987.

HANCOCK, Landon; MITCHELL, Christopher (Eds.). *Zones of Peace*. Bloomfiels: Kumarian Press, 2007.

HARVEY, David. The Geopolitics of capitalism. *In:* GREGORY, D.; URRY, J. (Eds.). *Social relations and spatial structures*. London: Macmillan, 1985. p. 128-163.

HARVEY, David. *Spaces of capital*: towards a critical geography. London, New York: Routledge, 2001.

JONES, John Paul; LEITNER, Helga; MARSTON, Sallie A.; SHEPPARD, Eric. Neil Smith's Scale. *Antipode*, v. 49, n. S1, p. 138-152, 2017.

JOHNSON, Chalmer. *Dismantling the empire*: America's last best hope. New York: Metropolitan Books, 2010.

JOHNSTON, Ronald J.; O'LOUGHLIN, John; TAYLOR, Peter J. The geography of violence and premature death: a world-system approach. *In:* VÄYRYNEN, R. (Ed.). *The quest for peace*. London: Sage-ISSC, 1987. p. 241-259.

KACOWICZ, Arie M. Explaining zones of peace: democracies as satisfied powers? *Journal of Peace Research*, v. 32, n. 3, p. 265-276, 1995.

KACOWICZ, Arie M. *Zones of peace in the third world:* South America and west Africa in comparative perspective. Albany, NY: State University of New York Press, 1998.

KALDOR, Mary. Warfare and capitalism. *In:* THOMPSON, E. P. (Ed.). *Exterminism and cold war*. London: New Left Books/Verso, 1982. p. 261-288.

KOOPMAN, Sara. Let's Take Peace to Pieces. *Political Geography*, v. 30, n. 4, p. 193-194, 2011.

LOYD, Jenna M. Geographies of peace and antiviolence. *Geography Compass*, v. 6, n. 8, p. 477-489, 2012.

MANN, Michael. *The sources of social power.* Volume 4, Globalizations, 1945-2011. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.

MASSEY, Doreen; ALLEN, John (Eds.). *Geography matters!* A reader. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.

MECKLIN, John (Ed.). It is 2 minutes to midnight. 2018 Doomsday Clock Statement. *Bulletin of the Atomic Scientists* (Science and Security Board), 2018. Disponível em: https://thebulletin.org/sites/default/fi-

les/2018%20Doomsday%20Clock%20Statement.pdf. Acesso em: 18 ago. 2018.

MEGORAN, Nick. War and peace? An agenda for peace research and practice in geography. *Political Geography*, v. 30, n. 4, p. 178-189, 2011.

MODELSKI, George. *Long cycles in world politics*. Seattle: University of Washington Press, 1987.

PITT, David; THOMPSON, Gordon (Eds.). *Nuclear free zones*. London, New York: Croom Helm, 1987.

RABINOWITCH, Eugene. The Narrowing Way. *Bulletin of atomic scientists*, p. 294-304, 1953. Disponível em: https://thebulletin.org/sites/default/files/1953%20Clock%20Statement%201.pdf. Acesso em: 18 ago. 2018.

SPATE, O. H. K. How determined is possibilism? *Geographical Studies*, v.4., n. 1, p. 3-12, 1957.

TAYLOR, Peter J. If cold war is the problema, is hot peace the solution? *In:* KLIOT, N.; WATERMAN, S. (Eds.). *The political geography of conflict and peace*. London: Belhaven Press, 1991. p. 71-82.

TAYLOR, Peter J.; FLINT, Colin. *Political geography*: world-economy, nation-state and locality. 3. ed. London: Longman, 2000.

TORTOSA, José María. Las nuevas violencias en la crisis global. Íconos. Revista de Ciencias Sociales, n.36, p.41-52, 2010.

WALLERSTEIN, Immanuel. *The politics of the world-economy: the states, the movements, and the civilizations.* Cambridge: Cambridge University Press, 1984.

WALLERSTEIN, Immanuel. *The decline of american power*. New York y London: The New Press, 2003.

WALLERSTEIN, Immanuel. The depression: a long-term view. *Commentary*, n.243, 2008 Disponível em: https://www.binghamton.edu/fbc/archive/243en.htm. Acesso em: 13 ago. 2018.

WARF, Barney; ARIAS, Santa (eds.) *The spatial turn: interdisciplinary perspectives*. Abingdom e New York: Routledge, 2009.

WHITE HOUSE. *National security strategy of the United States*. Washington, D. C.: The White House, 2017. Disponível em: https://www.whitehouse.gov/wp-content/uploads/2017/12/NSS-Final-12-18-2017-0905.pdf. Acesso em: 9 ago. 2018.

CAPÍTULO 5

O conflito: da arquipolítica à ultrapolítica

Ivaldo Lima

Introdução

> *Uma vida sem conflito sequer é uma vida.*
> Edgar Morin

A condição humana encerra características próprias que sugerem, no mínimo, a potencialidade da divergência, do dissenso e do conflito na própria definição da espécie. Então, deve-se abandonar a visão unilateral que define o ser humano apenas pela racionalidade (*Homo sapiens*), pela técnica (*Homo faber*), pelas atividades utilitárias (*Homo economicus*), pelas necessidades obrigatórias (*Homo prosaicus*) e partir para uma visão complexa que define esse ser como simultaneamente *sapiens* e *demens*, *faber* e *ludens*, *empiricus* e *imaginarius*, *economicus* e *consumans*, *prosaicus* e *poeticus*. Todas essas características constituem o estofo propriamente humano, levando-nos à definição do *Homo complexus* (MORIN, 2000, p. 58). É justamente essa complexa condição humana que nos remete à potencialidade e à manifestação da divergência, do dissenso e do conflito desde a escala intrapessoal até as variadas escalas sociais. Essa condição também nos permite conceber o ser humano a partir dos antagonismos complementares que revelam a sua natureza dialógica.

Igualmente, consideramos crucial reconhecer a construção social dessa condição humana. Deve-se ter em mira, pois, as circunstâncias que definem tal condição, a ponto de situá-la na lógica da afirmação da diferença. E, a partir daí, reconhecer a potência latente da multiplicidade e da diversidade no processo de emancipação do ser social. Nesse sentido, recuperamos as ponderações de M. Lazzarato (*apud* AGUILAR-FORERO, 2016, p. 152), que propõe a emancipação humana como "um processo de

subjetivação e de **conflito** no qual se jogam dinâmicas de 'des-identificação' e 'des-classificação', em que o político resulta ser a constituição de um lugar comum no qual tem espaço o **dissenso** e a divisão" (grifos nossos). Eis os termos-chave de nossa discussão sobre o conflito: condição humana dialógica e divergência sociopolítica.

Dito isso, partimos da premissa de que o conflito é (inter)posto à própria condição humana. Por conseguinte, gostaríamos de discutir aqui o significado do conceito de conflito para uma das atividades humanas mais proeminentes: a política. Mais do que isso: vislumbrar o potencial da emancipação dos sujeitos políticos antes, a partir de, através, concomitantemente e depois do conflito. Assim, do pré-conflito ao pós-conflito, passando pela radical possibilidade do confronto, segue a trajetória da vida política. Evidentemente, uma trajetória datada e situada, da qual deriva a oportunidade de falar de uma história e de uma geografia do conflito. Em outras palavras, falar de uma certa geografia política, aquela baseada no conceito de conflito.

Este texto está estruturado em duas partes principais. Na primeira, destacamos a premência de se reconhecer os antagonismos, divergências e dissensos como fundamentais à vida política democrática. Na segunda parte, enfatizamos a distinção entre conflito e confronto, vislumbrando um *continuum* metodológico entre pré-conflito e pós-conflito. Por fim, apresenta-se uma breve conclusão.

Da arquipolítica à ultrapolítica: ressituando os antagonismos do *status quo*

A discussão conceitual aqui ensejada implica a crítica do discurso dominante que identifica a racionalidade política ao consenso e o consenso ao princípio mesmo da democracia. Com essas palavras, Jacques Rancière inicia suas ponderações sobre o dissenso. Em correspondência, fazemo-las as nossas palavras iniciais. Outras palavras que nos inspiram a iniciar o debate vêm de George Simmel, quando afirma que está fora de dúvida a relevância sociológica do conceito de conflito, porquanto gerador ou modificador de comunidades de interesses, unidades e organizações. Pois bem, parece-nos cristalina a relevância e a pertinência do conflito para a geografia política, na medida em que esse conceito ilumina a es-

fera de contradições e antagonismos intrínsecos à produção do espaço, isto é, inerentes à esfera da divergência de interesses que tensiona, em linguagem lefebvriana, as representações do espaço face aos espaços de representação.

Reconhecendo algum traço de maniqueísmo, Coser (1996, p. 121) afirma que "existe uma tendência do pensamento conservador de enfatizar as funções negativas do conflito e dos radicais, a celebrá-lo como veículo de transformação social". O autor também reconhece que os conflitos "não são sempre, de forma alguma, fatores negativos a minar a vida coletiva. Em geral contribuem para a manutenção e o crescimento de grupos e coletividades, bem como para reforçar relações interpessoais" (COSER, 1996, p. 121). Advogamos uma cultura teórica e política que redirecione o conflito de sua racionalidade meramente negativa para uma dialógica criadora de sentido, em poucas palavras, que conceba o conflito como um híbrido social, antagônico e complementar a outras formas de socialização política. Nessa cultura teórica e política, situa-se o conflito como híbrido de positividade e negatividade. Trata-se de ultrapassar uma racionalidade que somente vê espaços normatizados, em inabalável ordenamento, passando a enxergar espaços de conflito; "um **conflito necessário e criativo** que dá passo ao diálogo, à compreensão, à tolerância e à hibridez" (ALBET *et al.*, 2006, p. 406; grifo nosso). Com isso não declaramos que todo espaço é "espaço de conflito", tampouco que a produção do espaço seja inteira e incontornavelmente conflitiva, mas, sim, que o conflito de interesses condiciona direta ou indiretamente as práticas econômicas, políticas e culturais imanentes à produção do espaço, no sentido teórico que lhe atribui a geógrafa Sonia Barrios (1986, p. 2), ou seja, de que "não existe teoria do espaço que não seja parte de uma teoria social geral". Diríamos que não seja parte de uma teoria social crítica.

A relação formada entre conflito, poder e política é controversa. Nessa relação, podem-se entrever interpretações que apontam exclusão ou convocação mútua entre os termos. De nossa parte, seguimos defendendo a hibridação entre eles, na medida em que a política é a arte da negociação e, enquanto tal, pressupõe a divergência de interesses, ideias e ações que se estão a negociar. E que o poder é a capacidade e o consentimento de tomar decisões e de mantê-las na área de interesse de outrem, pressupondo a rivalidade de interesses. Reduzido ao confronto, à guerra ou à violência, o conflito está, para alguns intérpretes, sumariamente expur-

gado da atividade política, posto que ele equivaleria a sua ultrapassagem ou a sua continuidade por outros meios. Em outras ocasiões interpretativas, a manifestação do conflito pressupõe a continuidade das relações sociopolíticas, sobretudo quando o conflito implica resistência – a qual é inerente ao fenômeno do poder, como o quer Michel Foucault (1999) em suas proposições. Esse último caso é lapidarmente explorado por Jacques Rancière (2006, p. 368) quando afirma que o dissenso é "um modo de racionalidade próprio à política" e que aquilo que chamam de consenso da razão política é o esquecimento desse modo de racionalidade.

Jacques Rancière declara que não pretende, com o termo dissenso, simplesmente valorizar a diferença e o conflito sob suas diversas formas. Para ele, "a racionalidade da política é a de um mundo comum instituído, tornado comum, pela própria divisão" (RANCIÈRE, 2006, p. 368). Segue o autor fazendo referência à capacidade dos contrários, enfatizando o antagonismo, a oposição, a divergência, o dissenso, enfim, o conflito para pensar a arte da política:

> A política não é em primeiro lugar a maneira como indivíduos e grupos em geral combinam seus interesses e seus sentimentos. É, antes, um modo de ser da comunidade que se opõe a outro modo de ser, um recorte do mundo sensível que se opõe a outro recorte do mudo sensível. […] A política, em última instância, repousa sobre um único princípio, a igualdade. Só que esse princípio só tem efeito por um desvio ou **uma torção específica: o dissenso**, ou seja, a ruptura das formas sensíveis de comunidade. […] **A política é um conflito sobre a configuração do mundo sensível** na qual podem aparecer atores e objetos desses conflitos. (RANCIÈRE, 2006, p. 368-370. Grifos nossos).

O que se pretende explorar nesse texto é justamente o significado político-geográfico dessa "torção específica" – aqui redesignada como conflito – no mundo sensível. Antes de seguir, recobremos mais uma definição defendida por Jacques Rancière:

> Noções habitualmente aceitas designam com a palavra **política** o conjunto de processos pelos quais se operam a agregação e o consentimento das coletividades, a organização dos poderes e a gestão das populações, a distribuição dos lugares e das funções e os sistemas de legitimação dessa

> distribuição. Proponho dar a esse conjunto de processos um outro nome. Proponho chamá-lo polícia. […] Proponho reservar a palavra **política** ao conjunto das atividades que vêm perturbar a ordem da polícia pela inscrição de uma pressuposição que lhe é inteiramente heterogênea. Essa pressuposição é a igualdade de qualquer ser falante com qualquer outro ser falante. […] Manifesta-se apenas pelo dissenso, no sentido mais originário do termo: uma perturbação no sensível, uma modificação singular do que é visível, dizível e contável. (RANCIÈRE, 2006, p. 372. Grifos no original).

Assim, para Rancière (2006, p. 373. Grifos nossos), "**o dissenso**, antes de ser a oposição entre um governo e pessoas que o contestam, é **um conflito sobre a própria configuração do sensível**". Ora, estamos diante de uma leitura teórico-política do conflito/dissenso que o ressitua epistemologicamente. Uma geografia política crítica deveria acatar a ideia de que o conflito faz parte das práticas sociais que encerram diferentes usos do espaço, especialmente o uso político do espaço. Poderíamos arriscar a dizer que é precisamente por essa natureza conflitual que a produção do espaço enseja um elevado potencial político, justificando a configuração e a análise de geografias políticas particulares.

Utilizando como argumento de uma narrativa a questão de os plebeus poderem ou não falar, Rancière introduz a noção de "cena de conflito". Para ele, uma cena de conflito não é apenas a oposição de dois grupos, mas a reunião conflituosa de dois mundos sensíveis, e acrescenta:

> É isso que chamo **dissenso**: não um conflito de pontos de vista nem mesmo um conflito pelo reconhecimento, mas **um conflito sobre a constituição mesma do mundo comum** sobre o que nele se vê e se ouve, sobre os títulos dos que nele falam para ser ouvidos e sobre a visibilidade dos objetos que nele são designados. O dissenso não é a guerra de todos contra todos. Ele dá ensejo a situações de conflito ordenadas, a situações de discussão e argumentação (RANCIÈRE, 2006, p. 374. Grifos nossos).

Do exposto, fica patente que, na constituição do mundo comum, há situações de divergência que implicam a invenção conflitual. Nas cenas de conflito desse processo, os sujeitos políticos se interpõem como protagonistas. Segundo Rancière (2006, p. 377), os "sujeitos políticos são

potências de enunciação e de manifestação do litígio que se inscrevem como algo a mais, algo sobreposto, em relação a qualquer composição do corpo social". Consoante o autor, os "sujeitos políticos não existem como entidades estáveis. Existem como sujeito em ato, como capacidades pontuais e locais de construir, em sua universalidade virtual, aqueles mundos polêmicos que desfazem a ordem policial" (RANCIÈRE, 2006, p. 378).

A trama processual que envolve sujeitos políticos e a produção do espaço, perpassando o modo de socialização designado conflito, permite-nos reconhecer tipos do acontecer político. Em outras palavras, nos permite identificar configurações específicas da atividade política tomando-se como referencial a lógica do conflito. É desse modo que se pode falar em arquipolítica, parapolítica, metapolítica, infrapolítica e ultrapolítica – termos propostos por Jacques Rancière e retomados por autores do calibre intelectual de Slavoj Zizek.

Tendo em vista a lógica do conflito político – francamente inspirado em Jacques Rancière –, Slavoj Zizek (2016, p. 209-2010) afirma que o potencial desestabilizador do político, de renegá-lo e/ou regulá-lo de um modo ou de outro, leva à possibilidade de se reconhecer:

- A **arquipolítica**: as tentativas "comunitárias" para definir um espaço social homogêneo, organicamente estruturado, fechado, tradicional, que não permita nenhum vazio em que possa emergir o acontecimento-momento político.
- A **parapolítica:** a tentativa de despolitizar a política (traduzi-la para a lógica da polícia); o conflito político é aceito, mas é reformulado na forma de uma competição entre parte/agentes reconhecidos. A tentativa de "desantagonizar" a política formulando regras claras que devem ser obedecidas, de modo que o procedimento agonístico do litígio não venha a explodir na política propriamente dita.
- A **metapolítica** marxista (ou socialista utópica): o conflito é afirmado sem reservas, mas como um teatro de sombras em que são encenados eventos cujo lugar apropriado é em Outra Cena.
- A **ultrapolítica**: a versão mais astuta e radical da negação do conflito. A tentativa de despolitizar o conflito, levando-o a um extremo pela militarização direta da política – reformulando-o como uma guerra entre "Nós" e "Eles", nosso inimigo, na qual não haveria base comum para o conflito simbólico.

Na lista de Slavoj Zizek não consta o termo **infrapolítica**, que Jacques Rancière (2006, p. 381) define como "a gestão estatal dos interesses compostos dos grupos sociais". O que, afinal, essas formas de "política" nos informam? Elas encerram tentativas interpretativas, mas também prático-sensíveis, de desantagonizar a política, quer dizer, de abstrair o valor intrínseco que o conflito desempenha no próprio da atividade política. Estamos diante de duas armadilhas da aplicação e da implicação do conceito de conflito: i) expurgá-lo pela assunção do consenso, em nome de uma condução "democrática" da vida política; ii) reduzi-lo ao confronto, ao embate, como veremos adiante. É urgente que tais armadilhas sejam desativadas em prol de uma análise crítica das situações sociopolíticas, como podem ser as de natureza geográfica.

Entre o conflito e o pós-conflito: o risco do confronto

> *Todo conflito tem sua origem em um bem ou valor que se deseja alcançar ou conservar.*
> José Antonio Marina & María de la Válgoma (2008, p. 61)

Conflito é dessas palavras paradigmáticas que assustam – e seduzem. Chega-se até a falar em "teoria do conflito", em referência à vasta obra de Karl Marx. Situá-la numa cultura teórica e política que lhe explicite algum significado explicativo, isto é, alçá-la ao patamar de conceito teórico de eficaz valor heurístico, é tarefa de fôlego. Por isso, trataremos de delinear as linhas mestras que balizam essa tarefa, sem a pretensão de verticalizá-la. Nosso intuito primaz é situar uma discussão em torno do conceito de conflito, de tal modo que ele possa ser aplicado convenientemente aos estudos de geografia política crítica.

Neste texto, furtamo-nos ao enfoque avançado sobre os diversos fatores que deflagram conflitos – sua prevenção, resolução ou desencadeamento – no seio das sociedades. Esse debate, sobejamente empreendido por sociólogos, de modo geral aponta a perspectiva marxista, que vê como conflito fundamental aquele que leva à revolução social, cuja base está na desigualdade de classe; e a perspectiva weberiana, que valoriza a política e a subjetividade na regulação da vida social, partindo da noção de "fechamento", determinante na caracterização da desigualdade que

desencadeia o conflito (AYERBE, 2006). Distintamente desse enfoque, concentramos nossos esforços na clarificação do conceito de conflito intrínseco ao uso político do espaço geográfico. Igualmente, furtamo-nos de apresentar e explicar uma exaustiva tipologia de conflitos, ainda que façamos referência a alguns desses tipos.

Poderíamos recuperar uma genérica definição de conflito para prosseguir o debate:

> Definido como uma contenda a respeito de valores, ou por reivindicações de status, poder e recursos escassos, na qual os objetivos das partes conflitantes são não apenas obter os valores desejados, mas também neutralizar seus rivais, causar-lhes dano ou eliminá-los, o conflito pode ocorrer entre indivíduos ou entre coletividades. (COSER, 1996, p. 120).

Para Gilmartin (2012, p. 227), o "conflito resulta da persecução de objetivos incompatíveis por diferentes pessoas, grupos ou instituições", afirmando que os geógrafos políticos geralmente focalizam três causas principais do conflito: território, recursos ou ideologia, em suas múltiplas combinações. A autora reconhece ainda que a guerra e a violência direta não deixam de ser importantes nos estudos de geografia política do conflito, mas que isso conduz frequentemente à exclusão de outras formas de conflito. Então, seria lícita a incorporação dessas outras formas, como os conflitos interpessoais. E, também, seria interessante que se distinguissem os termos conflito e contestação. Gilmartin (2012, p. 228) lembra que "o termo 'contestação' é frequentemente usado para descrever disputas baseadas mais na localidade e na identidade, enquanto o termo 'conflito' é mais usado para descrever disputas centradas nos Estados". Mas, como expandir as análises da geografia política do conflito ao pós-conflito?

O termo pós-conflito se aplica à vida depois da guerra. De acordo com Dahlman (2012, p. 235), "um período pós-conflito começa com o fim da guerra. Em seu uso comum, 'pós-conflito' denota a cessação do conflito armado e usualmente o começo de um período de reconstrução e recuperação". O pós-conflito implica a tarefa de se definir quem protagoniza o exercício do poder. "As situações de pós-conflito são marcadas com frequência pela continuação da guerra por outros meios, como, por exemplo, a competição de grupos pelo redesenho das constituições, dos sistemas eleitorais e do desenvolvimento da ajuda" (DAHLMAN, 2012,

p. 236). No mundo atual, essas situações derivam comumente de novas guerras civis e de guerrilhas, nos mais diferentes contextos de insurgência. As situações de pós-conflito são marcadas, então, por um enorme número de tarefas que permanecem sensíveis aos termos do conflito original, afirma Mary Dahlman (2012, p. 239), restando saber "que necessidades precisam ser satisfeitas, como isso será feito e por quem". Então, pode-se facilmente concluir com a autora que o pós-conflito descreve a condição que se forma depois do conflito armado, mas não necessariamente a resolução daquele conflito.

Neste ponto da discussão, destacamos uma advertência. Quando nos referimos ao termo pré-conflito, em hipótese alguma estamos a sugerir uma situação sociopolítica na qual a potencialidade do conflito ou a "invenção conflitual" esteja banida, como se poderia deduzir da tentativa arquipolítica. Com esse termo, gostaríamos de sublinhar a passagem sutil entre o momento ou acontecimento político em que o conflito se configura como pulsão e aquele em que o conflito está plenamente manifesto como evento. Por outro lado, quando nos referimos ao termo pós-conflito, estamos a reconhecer uma situação sociopolítica datada e situada, na qual um conflito já teria se manifestado na ultrapolítica, deixando a sua pegada na vida cotidiana das sociedades.

Os comentários de Mia Couto nos revelam um pouco da situação de pós-conflito por ele vivenciada. Comentando sobre a guerra em Moçambique e de como sobreviventes, dissidentes e residentes se sentem, o escritor declara:

> O que aprender com o pós-guerra moçambicano? A história de Moçambique é uma história de guerras que se somaram e se seguiram. **Esses conflitos geraram sempre situações mal resolvidas**, e a percepção comum é que o melhor é não recordar esses momentos de tensão. […] O esquecimento é o remédio para essas feridas mal saradas. **O refúgio que se procura em outro lugar**, em outra vida ou existência, seja o que for, não é uma coisa de agora. […] É claro que o meu drama é muito menor do que o de alguém que está atravessando a geografia do medo num pequeno barco, com riscos reais de vida. Os sofrimentos não podem ser comparados, mas, de alguma maneira, acho que criamos **um regime de viver** que obriga quase todos nós a **essa procura de um refúgio** que fica além do horizonte. (COUTO, 2019, p. 36. Grifos nossos).

Muito embora façamos referência aos conflitos armados para cogitar o uso dos termos pré e pós-conflito, é imperioso sublinhar que as situações sociopolíticas não se resumem a tais tipos de conflito. Para esclarecer melhor esse inciso, bastaria citar o *Atlas das Guerras e dos Conflitos*, editado por Amaël Cattaruzza em 2014. O próprio título da obra aponta uma distinção entre a guerra – sinônimo de conflito armado – e o termo genérico conflito, ainda que a ênfase da obra recaia sobre a guerra. Mas não é só isso. Existem concepções de conflito em que a eliminação do outro nelas está prescrita. Exemplificamos como a concepção apresentada por Coser (1996, p. 121), que diferencia conflito e competição, posto que "o conflito visa sempre não apenas obter valores desejados, mas ferir ou eliminar agentes que se coloquem no caminho. A competição pode ser concebida como semelhante a uma corrida, enquanto o conflito pode ser visto como análogo a uma luta de boxe". O quê? Contudo, há uma distinção estruturante que se nos impõe: aquela que diferencia conflito e confronto. Para esclarecer tal distinção, recorreremos ao diálogo entre o filósofo Mario Sergio Cortella e o psicólogo Yves La Taille.

> É claro que **o conflito é inerente à convivência**, mas o que não pode existir, que é típico do agrupamento [humano], é confronto. Afinal de contas, o conflito é divergência de postura, mas visando à continuidade da relação. **O confronto é a busca da anulação do outro**, é típico da relação que pressupõe "eu de um lado e eles de outro". Já o conflito é inerente. (CORTELLA; LA TAILLE, 2010, p. 34. Grifos nossos).

Da diferenciação proposta por Mario Cortella, deduzimos que o conceito de conflito é intrínseco às circunstâncias que a geografia política se ocupa em analisar. Como diz o próprio Lewis Coser (1996, p. 123), "[o] conflito é parte inerradicável da vida conjunta dos seres humanos". O confronto é uma violação da ética na exata medida em que o outro é tratado como *alius*, como a ameaça que deve ser eliminada– se preciso for, à força –, ao passo que, em nossa visão de mundo comum, o outro deveria sempre ser tratado como *alter*, como o diferente, e não como o estranho ameaçador. O que está em jogo é uma noção de conflito que seja eficaz para o regime democrático, como sugerido por Carrasco (2019, p. 84) ao se referir à autonomia política dos sujeitos que permita expressar "dissensos e consensos", no que ele designa como "democracia para

a convivência". Rancière (2006, p. 380) sentencia que, quando "se quer substituir a condução política dos litígios pelo tratamento gestionário dos problemas, vê-se reaparecer o conflito sob uma forma mais radical, como impossibilidade de coexistir, como puro ódio ao outro". Nesse sentido, é novamente Mia Couto quem nos ilumina o pensamento quando afirma que "[t]udo se modifica quando estamos numa guerra. Há um processo de desumanização que atinge o outro, mas também nos atinge. […] O outro deve ser convertido numa coisa, num rato, num monstro" (COUTO, 2019, p. 36).

O confronto é, pois, a radicalização do conflito, é a sua forma ou expressão paroxística, na qual a eliminação do outro se torna condição básica para a sua realização. Entre o pré-conflito e o pós-conflito, o risco do confronto é sempre iminente. Retomando o mencionado Atlas, parece-nos relevante observar que o geógrafo e diplomata Michel Foucher (2014, p. 6) o apresenta como uma obra sobre "o mundo geopolítico das guerras e dos conflitos", insinuando a distinção que salientamos entre conflito e confronto (guerra). Na mesma obra, Cattaruzza (2014, p. 7) afirma que "o conflito repousa, antes de tudo, sobre as clivagens construídas e difundidas pelos atores políticos", ressaltando que as formas e tipos de conflito dependem de um contexto e de uma época. Para Cattaruzza (2014, p. 7):

> A guerra em si mesma é igualmente afetada pelas grandes transformações da sociedade: os conflitos assumem novas dimensões econômicas (privatização da guerra), tecnológicas (revolução nos assuntos militares, robotização, guerra do ciberespaço) ou ainda ecológicas (guerra pelos recursos, potencial guerra climática).

No Atlas, são apresentadas sete chaves – de fato, recursos de método da análise geopolítica – para se compreender os conflitos armados do mundo contemporâneo. São elas: 1) Para compreender os conflitos, é preciso variar as **escalas de análise** e saber suas implicações locais, regionais e internacionais; 2) A multiplicação de atores nos conflitos implica levar em conta as suas **representações**, ou seja, as maneiras como eles se identificam e legitimam sua ação em nome de valores culturais ou políticos, de uma história ou de uma ideologia; 3) As **representações cartográficas** dos conflitos e as consequências da visão de mundo ali proposta; 4) A mudança dos conflitos que foram majoritariamente

entre Estados e passam atualmente a ocorrer no seio dos Estados, implicando com frequência **populações civis e atores não estatais**; 5) As guerras são mais e mais localizadas no seio das populações, e, nesse contexto, a **cidade** tende a se tornar o lugar privilegiado dos combates; 6) As jogadas econômicas dos conflitos têm evidenciado o papel crescente das indústrias de defesa e a multiplicação de atores como as sociedades militares privadas, transformando o desenrolar dos conflitos e de seus custos. Uma **privatização da guerra?**; 7) O armamento, desde algumas décadas, tem se tornado objeto jurídico e de limitação por tratados e convenções, em especial para o caso das **armas de destruição maciça**, ditas não convencionais.

Nos manuais de geografia, geografia política e geopolítica, é possível encontrar definições lacônicas de conflito, tal como "choque aberto ou disputa entre duas forças, de acordo com diferenças ideológicas ou políticas e de oposição, rivalidade ou enfrentamento entre dois ou mais Estados ou grupos políticos" (LÓPEZ TRIGAL, 2013, p. 70). O autor ainda identifica tipos de conflito, tais como o conflito territorial, o conflito estratégico e o conflito étnico. Roger Brunet *et al.* (1993, p. 122) identificam conflito com "choque, afrontamento". Para os autores, "os conflitos contribuem a modelar o espaço, nas suas racionalidades e suas aparentes aberrações" (BRUNET et al., 1993). Com Yves Lacoste (2003, p. 98), encontramos: "do latim *conflictus*, choque. Os territórios são por excelência objetos da reflexão geográfica, mas deve-se salientar que cada um deles foi e ainda é contexto [enjeu] de numerosos conflitos".

Finalizaremos nossa incursão na cultura teórica e política do conceito de conflito resgatando a definição elaborada por López Trigal e Benito del Pozo (1999, p. 280):

> Conflito é a situação política que constitui o meio de verificação democrática da organização social. Esta situação conflitual exige um antagonismo de interesses dos participantes, uma representatividade dos interesses que concorrem e um compromisso que reconheça os interesses democráticos.

Com essa definição, retomamos os termos-chave anunciados em nossa introdução: a condição humana dialógica que pressupõe a organização social e a divergência sociopolítica que pressupõe o antagonismo de interesses.

Conclusão

Assumimos uma posição francamente contrária à "desantagonização" da política, da geografia política. Afirmativamente, defendemos o reposicionamento dinâmico do conceito de conflito numa cultura teórica e política que seja capaz de impedir a sua redução ao confronto e, por conseguinte, capaz de libertá-lo das prisões epistêmicas da arquipolítica, da parapolítica e da ultrapolítica. Como sentenciava Georg Simmel (2010, p. 20) há mais de cem anos:

> Não é certo que a vida coletiva seria mais rica e plena se eliminássemos as energias repulsivas que, consideradas isoladamente, são também destrutivas: o resultado seria tão distorcido e irrealizável como o que decorreria se se pretendessem eliminar as energias cooperativas, a simpatia, a solidariedade ou a convergência de interesses.

Referências

AGUILAR-FORERO, N. Left wing renewal in Colombia: a youth matter? *Universitas, Revista de Ciencias Sociales y Humanas*, ano XIV, n. 24, p. 143-171, jan./jun. 2016.

ALBET, A. *et al.* Resistencias urbanas y conflicto creativo: lo público como espacio de reconocimiento. *In:* NOGUÉ, J.; ROMERO, J. (Eds.). *Otras geografías*. Valencia: Tirant Lo Blanch, 2006.

AYERBE, L. *Ordem, poder e conflito no século XXI*. São Paulo: Unesp, 2006.

BARRIOS, S. A produção do espaço. *In :* SOUZA, M.; SANTOS, M. (Orgs.). *A Construção do Espaço*. São Paulo: Nobel, 1986.

BRUNET, R. *et al. Les mots de la géographie. dictionnaire critique*. Montpellier: Reclus, 1993.

CARRASCO, P. Territorios y democracia para la convivencia. In: ENRÍQUEZ BERMEO, F. (Coord.). *Territorialización de la política pública y gobernanza*. Quito: Abya Yala, 2019.

CATTARUZZA, A. *Atlas des Guerres et Conflits*. Un tour du monde géopolitique. Paris: Autrement, 2014.

CORTELLA, M.; LA TAILLE, Y. *Nos labirintos da moral*. Campinas: Papirus, 2010.

COSER, L. Conflito. *In :* OUTHWAITE, W. *et al.* (Ed.). *Dicionário do pensamento social do século XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

COUTO, M. A guerra na vida dos sobreviventes, dissidentes e residentes. *Le Monde Diplomatique Brasil*, ano 12, n. 141, abr. 2019.

DAHLMAN, C. Post-conflict. *In:* GALLAHER, C. *et al.* (Ed.). *Key concepts in political geography*. Londres: Sage, 2012.

FOUCAULT, M. *A história da sexualidade 1*. A vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

FOUCHER, M. Préface. *In:* CATTARUZZA, A. *Atlas des guerres et conflits*. Paris: Autrement, 2014.

GILMARTIN, M. Conflict. *In:* GALLAHER, C. *et al.* (Ed.). *Key concepts in political geography*. London: Sage, 2012.

LACOSTE, Y. *De la géopolitique aux paysages*. Dictionnaire de la géographie. Paris: Armand Colin, 2003.

LAZZARATO, M. *Por una política menor*. Acontecimiento y política en las sociedades de control. Madri: Traficantes de Sueños, 2006.

LÓPEZ TRIGAL, L.; BENITO DEL POZO, P. *Geografía política*. Madri: Cátedra, 1999.

LÓPEZ TRIGAL, L. *Diccionario de geografía política y geopolítica*. León: Universidade de León, 2013.

MARINA, J.; VÁLGOMA, M. *La lucha por la dignidad*. Barcelona: Anagrama, 2008.

MORIN, E. *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. Porto Alegre: Cortez, 2000.

RANCIÈRE, J. O Dissenso. *In:* Novaes, A. (Org.). *A Crise da Razão*. São Paulo: Cia. das Letras; Rio de Janeiro: Funarte, 2006.

SIMMEL, G. *El Conflicto*. Sociología del antagonismo. Madri: Sequitur, 2010 [1908]

ZIZEK, S. *O Sujeito Incômodo*. O centro ausente da ontologia política. São Paulo: Boitempo, 2016 [1999].

CAPÍTULO 6

A virada urbana na geopolítica: as geografias políticas das cidades na governança global[1]

Virginie Mamadouh

Introdução

Por que cidades na geografia política e na geopolítica? Minha intenção é mostrar a importância desse tema, fazendo com que os geógrafos políticos se dediquem mais a trabalhar sobre as cidades. Eu usei a expressão "virada urbana" não como se já houvesse muita geopolítica urbana, mas como uma convocação para a ampliação dos estudos na escala local.

É claro que nós, geógrafos políticos, também estudamos as cidades, temos nos interessado por elas. Esse foi o caso de Jean Gottmann (1915-1994). Ele é um exemplo de geógrafo cosmopolita.[2] Na geografia política, nós conhecemos o trabalho de Jean Gottmann, em francês e em inglês, sobre o significado dos territórios e sua importância na geografia política dos estados. Outros geógrafos, por exemplo, onde eu trabalho – na Holanda e demais países da Europa Ocidental – conhecem Gottmann graças ao seu estudo sobre as cidades. Seu trabalho sobre megalópoles é bastante conhecido. Ele cunhou o termo megalópole estudando a conurbação na Costa Leste dos Estados Unidos. Que eu saiba, ele não escreveu sobre cidades e estados (ou sobre a geografia política das cidades) numa mesma obra, porém sua conceituação das realidades espaciais nos livros sobre o territó-

1 Tradução: Débora Mendes Pizzio. Revisão: Débora Mendes Pizzio, Adriana Dorfman e Licio Monteiro.

2 Gottmann nasceu na Rússia, fugiu da Revolução, foi para a França e de lá fugiu quando fora ocupada pela Alemanha nazista. Foi para os Estados Unidos e voltou para França, para o Reino Unido. É alguém que trabalhou em muitos lugares diferentes e em muitas línguas diferentes, principalmente em francês e em inglês.

rio estatal (GOTTMANN, 1952, 1973) e nos livros sobre as cidades (mais especificamente GOTTMANN, 1956) estava em grande parte conectada. A iconografia do estado, por um lado, e as conexões da cidade, por outro, são complementares.

Pretendo falar, em primeiro lugar, sobre o urbano e o geopolítico. Esses dois termos não são tão óbvios, e, quando os combinamos, o quadro fica ainda mais complexo. Em segundo lugar, busco apresentar uma visão geral dos usos da geopolítica urbana na geografia anglófona. Então, vou diferenciar três formas de fazer geopolítica urbana, três abordagens distintas. Finalmente, vamos detalhar a terceira dessas abordagens, que é sobre cidades como atores geopolíticos, numa análise a partir da geopolítica crítica.

Cabe lembrar que há uma limitação em minha exposição, pois falo a partir do que se consideraria a geografia internacional, mas que na verdade é uma geografia anglófona. A geografia anglófona não é feita apenas pelos falantes nativos de inglês, eu mesma não o sou. Mas eu trabalho principalmente em inglês, porque a minha universidade assim o quis e porque eu me interesso pelas trocas internacionais, como as que acontecem neste congresso. A dita geografia internacional envolve o que acontece nos chamados periódicos acadêmicos internacionais, nas conferências acadêmicas internacionais e em projetos de pesquisa internacionais, todos principalmente em língua inglesa. Na Europa, onde nós temos muitos projetos patrocinados pela União Europeia e temos 24 línguas oficiais, acabamos publicando mais em inglês, por conveniência. Eu estou ciente de que existem muitos problemas em relação a isso.

2. O urbano e a geopolítica tradicional e crítica

O termo "urbano" parece simples, mas não é. Nós sabemos que vivemos em um mundo em urbanização. Quando falamos do urbano, estamos falando de cidades? Estamos falando apenas das cidades globais – hoje chamadas de cidades mundiais, os lugares onde são tomadas as decisões? Ou estamos falando também das cidades menores – das cidades médias, dos municípios? Na geografia política, tendemos a dizer que as cidades são estados locais, no nível dos municípios. Mesmo considerando que o urbano e a cidade dizem respeito ao tamanho e à densidade da relação social, há muito a dizer sobre o que é tão particular no termo urbano. E os

estudos urbanos são um campo especialmente forte, um campo interdisciplinar que está crescendo. Os geógrafos são importantes nesse campo, mas certamente não são os únicos a estudá-lo.

Vivemos com a ideia de um mundo cada vez mais urbanizado. A ONU repete constantemente que atualmente mais da metade da população do mundo vive em ambientes urbanos, num processo que segue se acelerando. A nossa imaginação geográfica toma as cidades como os grandes marcos do mundo.

Geopolítica é um termo ainda mais difícil de apreender. Trata-se de geografia e de política, trata-se de espaço e de poder, mas há muitas formas de fazer geopolítica. Existem, pelo menos, duas grandes tradições: a geopolítica tradicional, aquela de Kjéllen e Haushofer, inspirada em Ratzel (1893) e Mackinder (1904), que não empregavam a palavra "geopolítica", mas propunham uma certa maneira de fazer relações internacionais, colocando no centro os aspectos geográficos (DODDS; ATKINSON, 2000). Nesse contexto, a geopolítica tradicional aborda basicamente as características geográficas e físicas e o seu impacto nas relações internacionais, o impacto da posição dos diversos estados e de suas inter-relações.

Mais próxima de nós, desde os anos 1990, podemos dizer que existe uma escola forte de geopolítica crítica, inspirada por pessoas como Gearóid Ó Tuathail, Simon Dalby, Klaus Dodds e Jo Sharp (Ó TUATHAIL, 1996; Ó TUATHAIL; DALBY, 1998; Ó TUATHAIL; DALBY; ROUTLEDGE, 1998, 2006; DODDS, 2005, 2007, 2009; SHARP, 2000; DODDS; KUUS; SHARP, 2013; DITTMER; SHARP, 2014; FLINT, 2017). Na geopolítica crítica, a atenção é desviada da geografia física para a geografia social, humana, e para a imaginação geográfica, para a representação geopolítica e para seu impacto em como as pessoas pensam e atuam politicamente. Em outras palavras, muito da geopolítica crítica é um exame crítico da geopolítica tradicional.

Por exemplo, James Sidaway e Marcus Power (2005) nos apresentam a imaginação imperial portuguesa, num famoso mapa dos anos 1930 que reagia à posição marginal de Portugal na política europeia.[3] A partir da cartografia, projetando na Europa as áreas coloniais do império português, a figura tenta mostrar que Portugal não é tão pequeno, comparado com a França e outros grandes atores europeus. Claramente, é uma ex-

3 Este mapa pode ser consultado em: https://i.redd.it/ddi2mnof1a431.png.

pressão do complexo de inferioridade de Portugal, sendo um exemplo de como a geopolítica crítica começou a operar, estudando a representação geopolítica e a imaginação geográfica por trás da geopolítica tradicional, passando depois para outros aspectos.

3. As três vertentes da geopolítica urbana

Há três maneiras de combinar a geopolítica e o urbano. Uma é trazer o geopolítico para o contexto urbano, local. Outra é olhar as cidades como foco dos conflitos geopolíticos e ver como elas são afetadas por eles. A terceira maneira centra-se na agência das cidades, em analisá-las como atores geopolíticos, como produtores de representação geopolítica. São esses os três sentidos que discutirei neste capítulo.

A política urbana, em seus diversos sentidos, é um campo emergente de pesquisa para os geógrafos e também para internacionalistas, sociólogos urbanos e vários outros especialistas. Por ser muito diversificado, não existe um único campo, uma única perspectiva, uma única forma de fazer geopolítica. Pelo contrário, há várias formas, epistemologias e metodologias possíveis. Vemos a influência de uma virada discursiva, quer dizer, uma ênfase no discurso, nas representações. Mas também há uma virada material na Geografia, ou seja, a redescoberta dos aspectos materiais, por exemplo, através da teoria do ator-rede.

3.1. A geopolítica urbana da escala local do território

Esta primeira abordagem trata de enquadrar as lutas de poder entre atores que planejam controlar o território na escala local como conflitos geopolíticos. A geopolítica urbana é, na verdade, uma geopolítica local.

Podemos encontrar um exemplo dessa vertente em *Urban political geographies*, dos geógrafos italianos Ugo Rossi e Alberto Vanolo (2012). É basicamente um livro-texto que trabalha com a ideia de usar o enquadramento geopolítico na análise da política na escala urbana. Eles diferenciam três tipos de geografias políticas urbanas: da representação, do governo e da resistência.

Outro exemplo pode ser encontrado em Steve Herbert, que escreveu sobre a geopolítica da polícia (1996), alinhando muitos trabalhos empí-

ricos sobre Los Angeles, em que o autor tentou usar a geopolítica crítica para analisar como a polícia da cidade tenta controlar o território e como os habitantes podem escapar desse tipo de vigilância.

Outro exemplo ainda pode ser encontrado em Phillipe Subra (2012), que discute a geopolítica local na França, de forma semelhante a Yves Lacoste e suas ideias de analisar os conflitos locais como conflitos geopolíticos entre grupos, como controle do território, em comportamentos estratégicos em busca do controle do espaço. Para Subra, haveria três grupos de conflitos: o mais tradicional, entre estados, os conflitos entre regiões subnacionais e os conflitos locais. O ponto comum entre todos é a consideração dos conflitos a partir de estratégias geopolíticas dos atores e de suas reivindicações.

3.2. A geopolítica do impacto das guerras sobre as cidades

A segunda vertente é um pouco diferente. É uma escola muito forte no Reino Unido e diz respeito aos impacto dos conflitos geopolíticos sobre as cidades. A cidade aparece como um alvo da violência política, por exemplo, na guerrilha ou guerra urbana ou até no que é chamado de *urbicídio*. Stephen Graham cunhou essa palavra trabalhando sobre Belfast, na Irlanda do Norte, analisando a forma como o ambiente construído em Belfast foi afetado pelas bombas do IRA e como as autoridades reagiam para prevenir os ataques urbanos. O mesmo acontecia em Londres, na época. Esquecemo-nos dos atentados do IRA, mas foi a partir daí que surgiu essa ideia e outras aqui mencionadas, que analisam como os conflitos afetam as cidades, vistas como alvos para a ação violenta de tais movimentos.

Por exemplo, uma foto famosa da Guerra Civil Espanhola em Barcelona nos mostra a cidade como um ponto focal do conflito. E a mais importante tragédia dessa guerra aconteceu em Guernica, uma cidade no País Basco que se tornou o ícone da guerra por causa do quadro de Pablo Picasso representando o bombardeio na cidade. A ideia de bombardear cidades surgiu nos anos 1920, quando os britânicos buscavam controlar o território colonial no atual Iraque. Mais tarde, a Força Aérea Alemã atacou o País Basco por solicitação de Franco. Em Guernica, o bombardeio dos civis foi usado como forma de convencer o outro lado a se render. Depois disso, muitas cidades foram totalmente destruídas pelas forças aéreas de ambos os lados: Rotterdam no começo da guerra; Coventry e as cidades britânicas durante o *Blitzkrieg* e, no

final da guerra, Berlim, Dresden e outras cidades alemãs, e também as cidades japonesas de Hiroshima e Nagasaki. O bombardeio de cidades então se tornou uma maneira legítima de guerrear. Infelizmente, houve outros casos recentes, como o de Beirute (FREGONESE, 2009); Sarajevo, nos anos 1990; Grozny, nos anos 2000; e Aleppo, nos anos 2010.

Não se trata apenas de um movimento tático dos exércitos, mas da própria cidade, da urbanidade, da cidade como símbolo. No caso da guerra da Bósnia, Sarajevo era uma cidade onde grupos diferentes viviam misturados, o que era visto como impuro e inaceitável pelos sérvios, e por isso a cidade foi atacada. Foi no contexto da guerra da Bósnia que surgiu o conceito do *urbicídio*, semelhante ao genocídio. O termo foi cunhado para transmitir a ideia de que a cidade pode se tornar o alvo. Como exemplo mais recente, temos Aleppo, na Síria.

Existem também cidades que foram vítimas da conjuntura geopolítica, como são os casos de Berlim e seu muro, de Nicósia e sua linha azul, de Jerusalém e da cerca em torno de sua porção oriental. Nas cidades que foram divididas segundo zonas de ocupação militar, construíram-se muros, e a vida das pessoas foi interrompida e dividida.

Também há cidades que foram reunidas, mas cuja reunificação é contestada. Isso acontece com Jerusalém, que foi reunificada de fato pelos israelenses, reunificação esta contestada por parte das autoridades palestinas e pela comunidade internacional, que continua advogando que Jerusalém deveria ser uma área internacional.

E, finalmente, as cidades e sua proeminência são alvos de ataques localizados, como Belfast, Nova York, Madri, Londres, Paris, Istambul, Buenos Aires e tantas outras cidades da Europa e da América do Sul (ver COAFFEE, 2003, 2004; GRAHAM, 2004; FREGONESE, 2012; ROKEM *et al*., 2018).

3.3. A cidade como ator geopolítico

A terceira vertente da geopolítica urbana considera as cidades como atores geopolíticos. A cidade não é apenas o espaço físico onde os eventos acontecem, ela é entendida como um ator geopolítico a partir, principalmente, do papel crescente que as cidades desempenham na política e na governança global. Essa é a discussão proposta por Saskia Sassen (2012), que escreveu um texto interessante chamado "Geopolítica urbana emergente", que exemplifica exatamente o que quero dizer aqui:

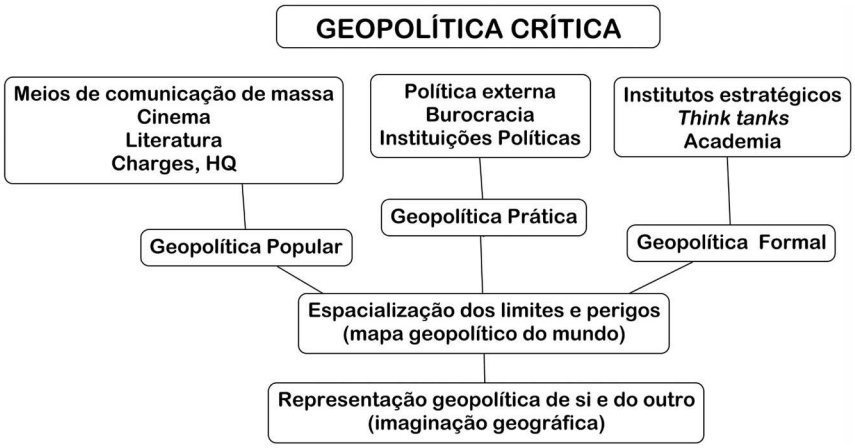
> Nosso espaço geopolítico está ficando lotado. [Ou seja, temos os estados, e também os organismos multilaterais, como a União Europeia e a ONU.] Vemos a emergência de uma rede de atores complexos, com múltiplas capacidades, que se encontram na vanguarda dos grandes desafios, desde o meio ambiente até o terrorismo. […] Eu vejo emergir uma geopolítica urbana centrada em redes de cidades. Principalmente, mas não exclusivamente, em redes de cidades globais. (SASSEN, 2012, p.1).

Vou me deter nessa vertente da geopolítica urbana, analisando as representações geopolíticas e as imaginações geográficas, assim como a ideia de que cada vez mais pensamos as cidades como atores geopolíticos, e não apenas quando tratamos de governança global.

4. Os três domínios da geopolítica crítica

Na Geopolítica Crítica, tendemos a diferenciar três domínios. Escolhi esta representação (Figura 1) da geopolítica crítica, proposta por Ó Tuathail e Dalby (1998). Refiro-me à representação geopolítica do eu e do outro, de si e do outro.

Figura 1. Os três domínios da geopolítica crítica



Fonte: Traduzido de Ó Tuathail e Dalby (1998).

Os três domínios da geopolítica crítica são os seguintes. Em primeiro lugar, temos a *geopolítica formal*, que é o trabalho acadêmico, de institutos estratégicos, *think tanks* e congêneres, pessoas que tentam entender o mundo de maneira mais abstrata para desenvolver uma conceituação sobre como ele funciona. Depois, temos o domínio da *geopolítica prática*, que é o domínio do fazer política exterior, de atores como o presidente norte-americano, o ministro das relações exteriores, dos diplomatas, dos burocratas, das instituições políticas, e o tipo de representação que pode ser identificado em seus discursos e suas ações políticas. E o terceiro e último domínio é o da *geopolítica popular*, identificado com a cultura popular. Aqui estamos falando do que circula, do que as pessoas comuns sabem sobre o mundo. Não porque conhecem a situação de um local que tenham visitado ou porque tenham família e amigos em outro país, ou interajam com pessoas de outros países, mas através da mediação da cobertura de notícias, em meios de comunicação convencionais ou novos. O que sabemos sobre o resto do mundo é moldado pelo que aprendemos na escola, nos livros, na mídia, nos romances, nos cinemas, nas redes sociais etc.

Esses três domínios estão obviamente conectados, principalmente em países democráticos, onde os formuladores das políticas não têm ideias muito diferentes das ideias de seu eleitorado, para evitar serem derrotados nas próximas eleições. Vamos ver como a cidade aparece como ator geopolítico em cada um desses três domínios.

4.1. As cidades e a geopolítica formal

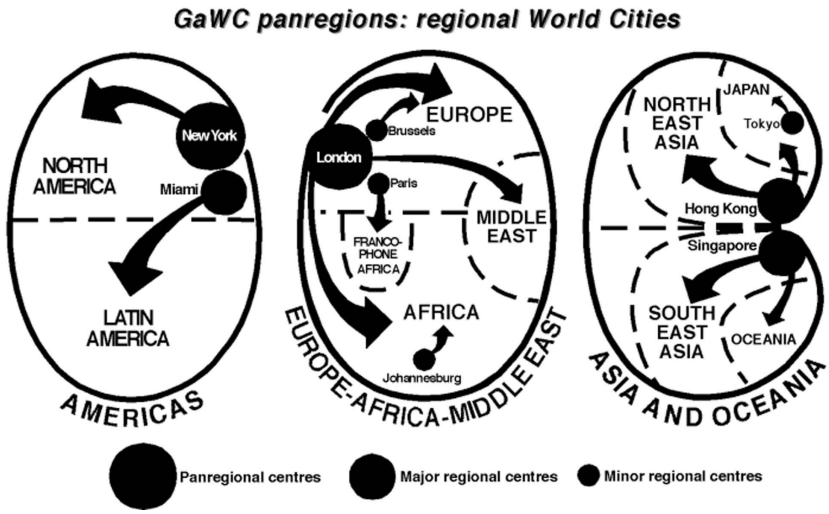
Iniciarei pelo domínio da geopolítica formal, discutindo como as cidades são representadas na academia, pelos intelectuais que se propõem a teorizar sobre o papel das cidades na geopolítica e governança global. Saskia Sassen propôs a ideia de cidade global, desencadeando uma discussão sobre como defini-la e estudá-la (SASSEN, 1991, 1994, 1996, 1998, 2000, 2002, 2006). A ideia é que algo vem acontecendo desde os anos 1980, quando certas cidades se tornaram centros de decisões para a economia global, centros de decisões financeiras, principalmente nos novos tipos de serviços. Nova York, Londres e Tóquio são as cidades que a autora escolheu e que muitas pessoas tentam estudar mais a fundo, por exemplo,

com os rankings de cidades para tentar entender a conectividade entre elas.

Um autor muito importante nesse campo é Peter J. Taylor, um geógrafo político que analisou, nos anos 1980, o sistema-mundo. Na virada do século, ele começou a trabalhar com as cidades globais e criou a Rede de Pesquisa de Cidades Mundiais e Globalização (Globalization and World Cities – GaWC), sediada na Universidade de Loughborough, que é muito produtiva e influente. Peter Taylor pretendia encontrar uma maneira de documentar de modo sistemático a conectividade, contornando o problema das estatísticas. Sabemos que, etimologicamente, a estatística trata do estado, o que talvez explique por que as estatísticas oficiais que temos, produzidas tanto por institutos nacionais quanto por organizações internacionais, se referem aos estados, mas quase nunca aos fluxos.

Na página *web* da rede GaWC[4] encontramos a Figura 2, o mapa de um exercício de visualização das conexões entre as cidades globais. Cada cor representa um nível hierárquico diferente, mais ou menos central.

Figura 2. As cidades mundiais por regiões, de acordo com estimativas da rede de pesquisa GaWC

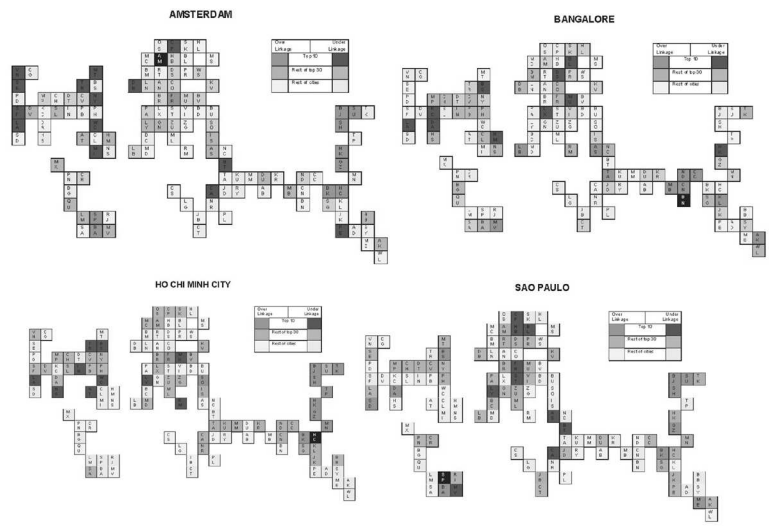


Fonte: Taylor, Walker e Beaverstock (s/d). Disponível em: https://www.lboro.ac.uk/gawc/intro.html

4 Ver: www.lboro.ac.uk/gawc.

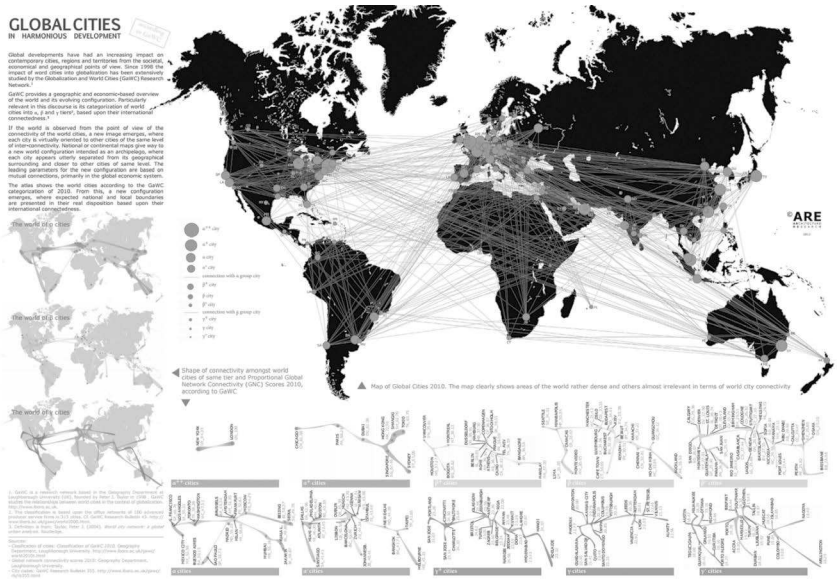
Observando todas as conexões atentamente, haveria muito a dizer, mas minha intenção aqui é apenas destacar os esforços que estão sendo feitos para representar o mundo de outra maneira, para reimaginá-lo, mostrando conexões, grupos, *clusters*. São exercícios diferentes, todos baseados em estatísticas, em conexões, em fatores relevantes para a globalização de serviços. Eles fazem esse tipo de mapa para cada cidade. Por exemplo, Amsterdã não tem as mesmas conexões de São Paulo (Figura 3). Algumas informações são surpreendentes, como verificar que, segundo esses parâmetros, Miami ocupa o lugar de cidade mais global... da América do Sul (Figura 2). Essa é a maneira mais tradicional de se retratar as conexões, visto que é um retrato mais reconhecível do mundo (Figura 4).

Figura 3. Redes de cidades selecionadas: Amsterdã, São Paulo, Bangalore e Ho Chi Minh City



Fonte: *The Atlas of Hinterworlds* do GaWC. Disponível em: https://www.lboro.ac.uk/gawc/visual/hwatlas.html

Figura 4. Conectividade entre cidades globais numa representação cartográfica tradicional (sem fronteiras estatais)



Fonte: GaWC. Disponível em: https://studylib.net/doc/8327973/global-cities---loughborough-university

Fora da geografia também temos pessoas tentando conceituar esse processo. Eles não fazem mapas, mas igualmente defendem que as cidades são atores geopolíticos, na sua relação com a economia global e com o estado. Existem dois exemplos, muito influentes na América do Norte e na Europa Ocidental. O primeiro é o trabalho de Parag Khanna, de origem indiana, que publicou alguns livros sobre as novas relações geopolíticas no mundo. Essa citação resume sua tese: "O século 21 não será dominado pelos Estados Unidos, China, Brasil ou Índia, mas sim pela Cidade" (2010). Não uma cidade, mas a Cidade, a Cidade eclipsando o estado. É outra representação de conectividade, a representação que salienta o predomínio das cidades na economia contemporânea.

O segundo autor influente é Benjamin R. Barber, um cientista político norte-americano que escreveu, nos anos 1990, o livro *Jihad* vs. *McWorld*, um livro sobre a globalização e seu confronto com o local. Recentemente, ele começou a pensar as cidades e publicou um livro po-

lêmico, *If mayors ruled the world* ("Se os prefeitos governassem o mundo"). Ele vê os estados como entidades que estão falindo, que não conseguem cumprir suas promessas, tornando-se disfuncionais. As cidades e os prefeitos têm o potencial de ocupar o espaço político (do debate ambiental e das mudanças climáticas), tomando decisões melhores e mais rápidas porque, a seu ver, são mais pragmáticos, mais próximos do que os cidadãos precisam e estão mais acostumados a lidar com questões práticas.

Outro autor importante é Peter J. Taylor, de novo, na problematização na relação cidade/estado (TAYLOR, 2007a, 2007b, 2013; SIDAWAY, 2007). Traçando um quadro da longa duração, ele afirma que é importante não olhar só para como as cidades têm um papel crescente nesse estado que está falhando, como Barber mostrou. Ele mostra que a submissão da cidade ao estado é um fenômeno recente, do século XIX, do estado territorial moderno. Para tanto, ele aplica uma tipologia muito interessante, proposta por Jane Jacobs, socióloga urbana de Nova York, que distingue as síndromes do *comércio* e do *guardião* (JACOBS, 1992). Ela escreveu isso em um livro sobre "sistemas de sobrevivência" e incluiu no seu livro sobre cidades. Segundo Jacobs, há dois grupos de valores – valores que são contraditórios, mas, ao mesmo tempo, complementares. De um lado, a síndrome do guardião diz respeito à hierarquia, tradição e lealdade para governar o território ligado ao estado. E, por outro lado, haveria o que ela chama de síndrome do comércio, que tem mais a ver com as trocas comerciais, a produção, o respeito aos contratos, a eficiência e a competição, estando associada à cidade. Jane Jacobs e Peter Taylor afirmam que são funções complementares e que na história tivemos várias combinações diferentes entre elas.

4.2. As cidades e a geopolítica prática

O domínio prático discute o papel das representações na política das cidades, principalmente se referindo à paradiplomacia das cidades. A geopolítica prática enfatiza as relações internacionais das cidades, paralelas à diplomacia dos estados e relacionadas às agendas urbanas de organizações internacionais. Isso porque as cidades, mesmo sendo subor-

dinadas ao estado nos séculos XX e XXI, colaboram com outras cidades em aspectos técnicos como habitação, saúde pública e outros temas, no que ficou conhecido também como municipalismo.

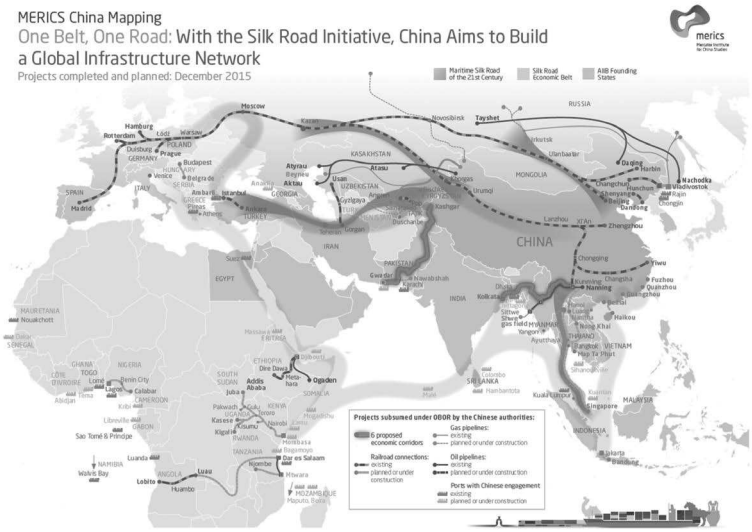
Houve também muita colaboração relacionada às situações pós-Segunda Guerra Mundial: geminações de cidades de antigos inimigos na Europa e programas de cidades-irmãs localizadas nos Estados Unidos e no Japão. O propósito das cidades-irmãs é promover a colaboração entre cidades, permitindo às pessoas entenderem melhor o outro, anteriormente representado como inimigo, reduzindo o risco de uma nova guerra.

Mais tarde, surgiu a solidariedade, isto é, o auxílio ao desenvolvimento entre cidades no norte e no sul global. Na Europa, depois de 1989, tivemos geminações entre cidades da Europa Ocidental e da ex-Europa do Leste, para promover a transferência de políticas durante a transição para a democracia e o livre mercado. E, mais recentemente, temos geminações ligadas à migração (por exemplo, cidades europeias que tentam se geminar com cidades do país de origem de migrantes) e geminações motivadas por questões econômicas (como entre portos produtores na Europa e na China).

A paradiplomacia das cidades geralmente corre em paralelo à diplomacia entre estados, mas eventualmente essa coincidência pode não acontecer. Por exemplo, Amsterdã e Manágua eram cidades-irmãs, e outras cidades holandesas também faziam o movimento de se associarem a cidades da Nicarágua governada pelos sandinistas, ao mesmo tempo em que o governo holandês apoiava a política dos Estados Unidos de financiar os contras, opostos aos sandinistas. Havia um conflito de interesses.

Mas frequentemente há uma sinergia, há interesses econômicos compartilhados. Vejamos esse mapa da Nova Rota da Seda proposta pela China (Figura 5). É verdade que o presidente Xi Jinping foi para a Alemanha se encontrar com o ministro da Economia, em março de 2014, mas, observando o mapa, vemos que a Nova Rota da Seda é uma conexão ferroviária entre cidades da China e da Europa Ocidental para acelerar a logística. No mapa, as cidades estão em destaque, não só porque o trem vai ligá-las, mas porque elas competem entre si, o que leva a um envolvimento geopolítico das cidades.

Figura 5. Mapa da MERICS da Nova Rota da Seda (originalmente chamada *One belt, One Road* e agora conhecida como *Belt and Road Initiative*, ou Iniciativa Cinturão e Estrada.



Disponível em: www.cidob.org/ca/publicacions/series_de_publicacio/notes_internacionals/n1_148_one_belt_one_road_el_sueno_chino_y_su_impacto_sobre_europa/one_belt_one_road_the_chinese_dream_and_its_impact_on_europe

Vejamos Rotterdam, incluída na Nova Rota da Seda. Rotterdam compete com Amsterdã e com Hamburgo para ser o lugar onde vai chegar o fluxo de mercadorias viabilizado por essa ligação ferroviária. E há questões políticas, como a crescente influência do governo chinês, através do investimento, nos portos de Atenas (Grécia), Trieste (Itália) ou Sines (Portugal).

Outro exemplo pode ser encontrado na reação de Amsterdã às leis russas anti-LGBTs surgidas em 2013. O prefeito de Amsterdã assumiu uma postura de protesto ativo, aproveitando que Amsterdã sediava muitos eventos culturais dentro da programação do Ano da Amizade Russa-Holandesa. A cidade se posicionou de forma muito mais radical que o estado da Holanda, até porque tinha mais liberdade para fazê-lo. Da mesma forma, na crise da imigração europeia, houve uma mobilização de prefeitos de muitas cidades, como Van der Laan, de Amsterdã, e Ka-

minis, de Atenas, buscando se promover ao mostrar que suas cidades conseguiam ser mais ágeis que os estados na busca de soluções para os imigrantes e refugiados.

Mais um exemplo holandês pode ser encontrado na paradiplomacia de Haia, ligada a aspectos da geminação, e também das redes e associações. Haia é uma entidade municipal bastante especial, pelo papel que tem desempenhado, historicamente, nas negociações internacionais. Haia se promove como tal, fazendo uma política externa em que se apresenta como um ator pela paz. A cidade é sede de organizações internacionais, a exemplo do Tribunal Internacional de Justiça da Organização das Nações Unidas (ONU), e também atrai ativamente várias organizações não governamentais (ONGs) que querem influenciar esse tipo de instituição.

Ban Ki-moon, quando era secretário-geral da ONU (2007-2017), chamou Haia de "a cidade da paz e da justiça". A população ficou tão feliz que adotou isso como o lema de Haia, incluindo a frase no brasão municipal e tratando de desenvolver essa imagem como marca da cidade. Já promoveram uma conferência mundial sobre a diplomacia das cidades, reunindo prefeitos que desejavam buscar a prevenção de conflitos, a paz pós-conflito e a reconstrução. De modo geral, encontramos mais uma vez a ideia de que os prefeitos são mais pragmáticos e têm mais liberdade para negociar do que os diplomatas a nível nacional. Haia também tem o Parlamento Global de Prefeitos, uma instituição criada por Benjamin R. Barber.

Outro aspecto prático da geopolítica das cidades é, ao lado da diplomacia de cidades específicas, o papel das redes urbanas. Várias redes são reconhecidas como atores importantes, algumas são nacionais, outras são macrorregionais – na Europa temos muitas – e algumas são de escopo global. Um exemplo dessas redes são as *Eurocities*, que formam redes para a formulação de políticas, e de fato são influentes na política europeia. Lembremos, novamente, do Parlamento Global de Prefeitos.

Temos ainda o grupo de cidades C40, das 40 Grandes Cidades para Liderança no Clima, capitaneado por Michael Bloomberg, que foi prefeito de Nova York (2002-2013). Era uma rede muito ativa e foi estudada sistematicamente por Bouteglier (2013). Ela chama a atenção para o fato de que essas redes não são tão horizontais como alguns ingenuamente pensam. Alguns atores são muito mais poderosos e influentes na rede do que outros. Ela vê um abismo entre Norte e Sul Globais nessas redes mu-

nicipais transnacionais, com relações hierárquicas em que o Sul Global é incluído para aprender com o Norte Global, mas não o contrário.

Temos ainda as agendas urbanas. Refiro-me à ONU e a outras organizações internacionais que reconhecem um lugar formal para as cidades. A ONU adotou uma nova agenda urbana em Quito, em outubro de 2016, no Congresso Habitat III, de metas de desenvolvimento urbano sustentável. A União Europeia também possui uma agenda urbana, que foi adotada em junho de 2016, depois de 20 anos de discussões, em que se busca dar voz às cidades na formulação de políticas. Eles escolheram 12 tópicos e 12 parcerias. Alguns tópicos são bem tradicionais, como habitação, pobreza e mobilidade urbana; outros são novos, como transição digital e economia circular. Na realidade, essas parcerias são pequenas, têm pouco dinheiro, mas servem ao propósito de preencher a lacuna entre as cidades, os estados-membros e a Comissão Europeia. Em cada parceria se aliam cinco Estados-membros, cinco cidades e outros cinco parceiros (como a Direção-Geral da Comissão Europeia, *Eurocities* ou uma parte interessada). O propósito dessa iniciativa é testar a legislação europeia em cidades, acompanhando seu impacto. É uma estratégia para refinar as políticas, porque nós vimos – e isso não é específico da União Europeia – que é somente no momento em que as políticas setoriais são implementadas pelas cidades ou municípios que suas contradições vêm à tona. Isso se chama *urban proofing* ou *urban mainstreaming*, isto é, o teste e a generalização das políticas urbanas. Dois outros objetivos da agenda urbana europeia são melhorar o acesso ao financiamento e ampliar a troca de conhecimento entre as cidades.

Estudei uma dessas parcerias, dedicada à inclusão de migrantes e refugiados, que a cidade de Amsterdã está coordenando. Esses são os participantes:

Cidades: Amsterdã, Atenas, Berlim, Helsinki, Barcelona
Estados-membros: Portugal, Itália, Grécia, Dinamarca
Outros: Eurocities, Urbact, Conselho dos Municípios e Regiões da Europa, Conselho Europeu para os Refugiados e Exilados, Banco Europeu de Investimento, Grupo de Política Migratória, Direção-Geral da Comissão Europeia para Assuntos Internos (DG Home), Direção-Geral da Comissão Europeia para Políticas Regionais (DG Regio) e Direção-Geral da Comissão Europeia para Emprego (DG Empl)

É interessante que quase todos querem colaborar e que imediatamente surgem certas tensões entre os participantes. Por exemplo, nessa parceria há um problema entre os estados e as cidades em torno do que na Europa são chamados de migrantes ilegais. Por um lado, os estados dizem que essas pessoas não existem, que não deveriam estar na Europa, e, por outro lado, as cidades reconhecem a presença dessas pessoas no espaço urbano, e que a nível municipal não se pode ignorá-las, alguma coisa precisa ser feita. Logo, há uma tensão em torno disso. Essa parceria tenta avançar as políticas, pois as cidades querem discutir, mas os estados não querem. Outra tensão interessante é entre a Comissão Europeia e as cidades, visto que as cidades querem falar sobre todos os tipos de migrantes, incluindo aqueles de outros Estados-membros da União Europeia, mas a Comissão nega e defende que essas pessoas não são migrantes, são cidadãos europeus móveis, mudando de um estado para o outro, o que seria completamente diferente. Entretanto, a nível local, eles têm os mesmos tipos de problemas para se integrar: os municípios alegam problemas de acesso à saúde, de língua, da escolarização das crianças no novo país etc.

Num artigo de André Novaes (2014) sobre as favelas do Rio de Janeiro, vemos que o mapeamento do silêncio exemplifica o tipo de representação do qual estou falando: começa com a contestação, por atores do Rio, da representação da cidade com muitas favelas no Google Maps e analisa a importância desse tipo de representação, então é uma combinação entre geopolíticas prática e popular.

4.3 As cidades e a geopolítica popular

Finalmente, tratemos da geopolítica popular, aquela das representações. Voltando a falar dos prefeitos como celebridades, é óbvio que eles sempre foram muito importantes na escala local, mas cada vez mais são vistos como celebridades em outros lugares do mundo. Só em Nova York temos dois exemplos: o primeiro é Rudy Giuliani, que não só transformou Nova York ou afirmou transformar Nova York, mas usou a Times Square, por exemplo, para mudar a cidade. Depois do 11 de setembro, ele passou a representar um "prefeito para todos os americanos", porque o presidente George W. Bush esteve um pouco ausente. Depois do seu mandato, publicou um livro chamado *Leadership* ("Liderança") e começou a vender

esse conhecimento, principalmente para a Cidade do México, tentando exportar sua política. Seu sucessor, Mike Bloomberg, foi outro prefeito muito influente na rede C40, e McNamara e McNeill (2012) falam da sua força diplomática e de sua influência no mundo. Benjamin R. Barber, em seu livro sobre os prefeitos, também circula esse tipo de imagem sobre os prefeitos que vão salvar o mundo, por serem tão pragmáticos, com retratos de influentes prefeitos. Também o Rio de Janeiro foi importante na C40 – o contrário também ocorreu, pois o C40 foi importante para a projeção do Rio de Janeiro.

O último ponto que eu gostaria de abordar é que as cidades também são redes de resistência, de mobilização de base. Logo, se pensarmos na Praça Tahrir, no centro de Cairo em 2011, na Primavera Árabe, no movimento *Occupy*, nos Indignados, em movimentos urbanos em cidades diferentes, vemos pessoas se conectando para compartilhar conhecimento sobre resistência, sobre as forças que eles enfrentam, inspirando uns aos outros. Então essa é outra maneira pela qual as cidades moldam a imaginação geográfica e as representações políticas.

Em meu estudo de protestos contra medidas de austeridade na Europa (MAMADOUH, 2018b), encontrei uma foto das "moças de Berlim" protestando em Atenas contra a política de Merkel, contra o pacote de austeridade imposto à população grega. Essa é uma demonstração da solidariedade entre cidades.[5] No Brasil, também teve um papel muito importante a mobilização de base no Fórum Social Mundial de Porto Alegre, em que as pessoas se reuniram para trocar a nível global conhecimento e visões de outro mundo possível.

Não quero sugerir que a cidade seja a solução para tudo. A ideia é que as cidades são atores, não substituindo os estados, mas complementando-os; mais do que contrárias, elas são alternativas à diplomacia dos estados; e que essa representação geopolítica alternativa desloca o foco centrado no estado.

Há vencedores e perdedores: a interconexão frequentemente invade a concorrência, há competição e violência estrutural entre as cidades e também dentro delas. Devemos considerar que este terceiro tipo de geopolítica urbana também é mobilizada no conflito local. É importante estudar a vertente da geopolítica urbana que examina o território na escala

5 Ver: https://www.flickr.com/photos/teacherdudebbq2/8079526206.

local e entender as justificativas da violência estrutural contra as cidades e urbanidades que encontramos na geopolítica do impacto das guerras sobre as cidades.

Referências

BARBER, B. *Jihad* vs. *McWorld*. New York: Ballantine Books, 1995.

_____. *If mayors ruled the world:* dysfunctional nations, rising cities. New Haven: Yale University Press, 2013.

_____. *Cool cities:* urban sovereignty and the fix for global warming. New Haven, London: Yale University Press, 2017.

COAFFEE, J. *Terrorism, risk and the city:* the making of a contemporary urban landscape. Aldershot: Ashgate, 2003.

_____. Rings of steel, rings of concrete and rings of confidence: designing out terrorism in Central London pre and post September 11th. *International Journal of Urban and Regional Research*, v. 28, n. 1, p. 201-211, 2004.

DITTMER, J.; SHARP, J. (Eds.). *Geopolitics:* an introductory reader. London: Routledge, 2014.

DODDS, K. *Global geopolitics, a critical introduction*. Harlow: Pearson Education, 2005.

_____. *Geopolitics*: a very short introduction. Oxford: Oxford University Press, 2007.

_____. (Ed.). *Geopolitics*. London: Sage, 2009.

DODDS, K.; KUUS, M.; SHARP, J. P. (Eds.). *The Ashgate research companion to critical geopolitics*. Farham: Ashgate, 2013.

DODDS, K.; ATKINSON, D. (Eds.). *Geopolitical traditions, a century of geopolitical thought*. London: Routledge, 2000.

FLINT, C. *Introduction to geopolitics*. 3. ed. London: Routledge, 2017.

FREGONESE, S. The urbicide of Beirut? Geopolitics and the built environment in the Lebanese civil war (1975-1976). *Political Geography*, v. 28, n. 5, p. 309-318, 2009.

_____. Urban geopolitics 8 years on. *Geography Compass*, v. 6, n. 5, p. 290-303, 2012.

GOTTMANN, J. *La politique des États et leur géographie*. Paris: Armand Colin, 1952.

_____. *Megalopolis:* the urbanized northeastern seaboard of the United States. New York: The Twentieth Century Fund, 1961.

_____. *The Significance of Territory*. Charlottesville: The University Press of Virginia, 1973.

GRAHAM, S. (Ed.). *Cities, war and terrorism:* towards an urban geopolitics. Malden: Blackwell, 2004.

HERBERT, S. The geopolitics of the police: Foucault, the disciplinary power and the tactics of the Los Angeles Police Department. *Political Geography*, v. 15, n. 1, p. 47-57, 1996.

HEWITT, K. Providing grounds of urbicide: civil and urban perspectives on the bombing of capital cities. *ACME - An International E-Journal for Critical Geographies*, v. 8, n. 2, p. 340-375, 2009.

JACOBS, J. *The death and life of great american cities*. New York: Random House, 1961.

_____. *Systems of survival*. New York: Random House, 1992.

KHANNA, Parag. Beyond city limits. *Foreign Policy*, 6 ago 2010.

LACOSTE, Y. *La géographie, ça sert, d'abord, à faire la guerre*. Paris: François Maspéro, 1976.

_____. The geography of warfare. An illustration of geographical warfare: Bombing of the dikes on the Red River, North Vietnam. *In:* PEET, R. (Ed.). *Radical geography*. London: Methuen, 1977. p. 244-262.

MACKINDER, H. J. The geographical pivot of history. *Geographical Journal*, v. 23, n. 4, p. 421-437, 1904.

MAMADOUH, V. The city, the (Member) state, and the European Union. *Urban Geography*, v. 39, n. 9, p. 1435-1439, 2018a.

_____. Transient linguistic landscapes of activism: protesting against austerity policies in the Eurozone. *In:* KRAUS, P. A.; GRIN, F. (Eds.). *The politics of multilingualism europeanisation, globalisation and linguistic governance*. Amsterdam: John Benjamins, 2018b. p. 101-142.

MCNAMARA, K.; MCNEILL, D. The city personified: the geopolitical narratives of Rudy Giuliani. *Communication and Critical/Cultural Studies*, v. 9, n. 3, p. 259-278, 2012.

NOVAES. A. R. Favelas and the divided city: mapping silences and calculations in Rio de Janeiro's journalistic cartography. *Social & Cultural Geography*, v. 15, n. 2, p. 201-225, 2014.

Ó TUATHAIL, G. *Critical geopolitics, the politics of writing global space*. London: Routledge, 1996.

Ó TUATHAIL, G.; DALBY, S. (Eds.). *Rethinking geopolitics*. London: Routledge, 1998.

Ó TUATHAIL, G.; DALBY, S.; ROUTLEDGE, P. (Eds.). *The geopolitics reader*. London: Routledge, 1998.

_____. (Eds.). *The geopolitics reader*. 2. ed. London: Routledge, 2006.

RATZEL, F. *Politische geographie*. München, Leipzig: R. Oldenbourg, 1893.

ROKEM, J.; FREGONESE, S.; RAMADAN, A.; PASCUCCI, E.; ROSEN, G.; C. I. Interventions in urban geopolitics. *Political Geography*, v. 61, p. 253-262, 2017.

ROSSI, U.; VANOLO, A. *Urban political geography:* a global perspective. Los Angeles: SAGE, 2012.

SASSEN, S. *The global city:* New York, London, Tokyo. Princeton: Princeton University Press, 1991.

_____. *Cities in a world economy*. Thousand Oaks: Pine Forge Press, 1994.

_____. *Losing control?* Sovereignty in an age of globalization. New York: Columbia University Press, 1996.

_____. *Globalization and its discontents*. New York: The New Press, 1998.

_____. The global city: strategic site/new frontier. In: ISIN, E. F. (Ed.). *Democracy, citizenship and the global city*. London: Routledge, 2000. p. 48-61.

_____. (Ed.). *Global networks, linked cities*. New York: Routledge, 2002.

_____. *Territory - Authority - Rights:* from medieval to global assemblages. Princeton: Princeton University Press, 2006.

_____. *An emergent urban geopolitics*. 2012. Disponível em: http://www.saskiasassen.com/pdfs/london/an-emergent-urban-geopolitics.pdf.

SHARP, J. P. *Condensing the Cold War, Reader's Digest and American Identity*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2000.

SIDAWAY, J. D. Globalizing the geohistory of city/state relations: a commentary on "Problematizing city/state relations: towards a geohistorical understanding of contemporary globalization". *Transactions*, v. 33, n. 1, p. 149-151, 2007.

SIDAWAY, J. D.; POWER, M. "The tears of Portugal": Empire, identity, "race", and destiny in Portuguese geopolitical narratives. *Environment & Planning D: Society & Space*, v. 23, p. 527-554, 2005.

SUBRA. Ph. Geopolitics: A unique or multidimensional concept? Place, issues and tools of local geopolitics. *Hérodote*, n. 146-147, p. 45-70, 2012.

TAYLOR, P. J. City-states and globalisation: a reply to Sidaway. *Transactions*, v. 33, n. 1, p. 152-153, 2007a.

_____. Problematizing city/state relations: towards a geohistorical understanding of contemporary globalization. *Transactions*, v. 32, n. 1, p. 133-150, 2007b.

_____. *Extraordinary Cities; Millennia of moral syndromes, world-systems and city/state relations*. Cheltenham: Edward Elgar, 2013.

CAPÍTULO 7

Do muro ao drone: novos-velhos dispositivos geográficos de segurança

Rogério Haesbaert

Há tempos venho me referindo à problemática dos muros numa perspectiva geográfica, especialmente aqueles das fronteiras internacionais (ver, por ex., HAESBAERT, 2011, 2017). O desafio proposto neste capítulo, a partir do convite feito pelo III Congresso Brasileiro de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território (CONGEO) para participar da mesa "Conflitos e Segurança no Mundo Contemporâneo", é o de problematizar a proliferação concomitante de muros fronteiriços e de drones armados, com função militar. Aparentemente contrapostas em termos espaciais e temporais, essas duas tecnologias convivem e multiplicam-se pelo mundo, na condição do que aqui, sob inspiração foucaultiana, denominar-se-ão dispositivos geográficos de segurança. Ressalte-se, contudo, que se trata de um exercício ainda inicial, mais levantando questões do que propriamente propondo resultados, notadamente no que se refere aos drones, tema no qual invisto aqui pela primeira vez. Meu contato acadêmico com o tema data de dois anos atrás, ao realizar a leitura do texto inspirador de Grégoire Chamayou, "Teoria do Drone", publicado em português em 2015 e que aborda a questão também de um ponto de vista geográfico.

Assim, de modo mais preciso, pode-se enunciar a questão a ser tratada: nesta complexa sociedade de controle/biopolítica ou de segurança em que vivemos (utilizando uma linguagem deleuze-foucaultiana), como se explica, ao mesmo tempo e muitas vezes nos mesmos espaços, a proliferação inédita da velha tecnologia dos muros fronteiriços e a inovadora difusão tecnológica, também inédita, dos drones de uso militar? De saída, propõe-se que, pelo menos enquanto dispositivos geográficos de segurança, em seus distintos, mas provavelmente complementares efeitos

de controle espacial, esses dois fenômenos possibilitam a elaboração de um diálogo integrado, conjunto.

Sociedade de segurança

Em primeiro lugar, ainda que de forma breve, até porque o tema já foi aprofundado em outros momentos, é importante definir o termo "sociedade (biopolítica) de segurança" ou "de controle", em que podem ser inseridos esses dois grandes dispositivos de segurança, o muro e o drone militarizado. Em meio à enorme dificuldade de encontrar uma nomenclatura que sintetize a complexidade do tempo presente, muitos autores propuseram identificar a sociedade contemporânea como sociedade de segurança, porque um de seus principais atributos, especialmente no sentido político, é o cálculo de riscos e a gestão de crises e/ou emergências (ou mesmo de desastres, como indica o "capitalismo de catástrofe" de Klein [2008]). Propõe-se, assim, minimizar seus efeitos, em discursos e estratégias de "evitação do pior" para o maior conjunto possível da população – ou, pelo menos, numa ótica neoliberal, para sua parcela mais "eficiente" e "empreendedora".

Numa linguagem foucaultiana, a sociedade de segurança ou biopolítica é aquela que tem como objeto primeiro a segurança da população – mais até do que do território, numa visão simplificada de território como fundamento espacial da soberania estatal. População aqui é vista sobretudo em sua reprodução biológica e através de seus mecanismos de circulação. Interfere-se no território, é possível acrescentar, a fim de gerir, de administrar a reprodução e a mobilidade da espécie humana – inclusive no controle (quando não manipulação) de sua composição genética. Deleuze (1992), por sua vez, utilizando o termo "sociedade de controle", enfatizará o controle enquanto checagem, verificação ou monitoramento, fundamental, penso, tanto nos muros contemporâneos (repletos muitas vezes de *checkpoints*, como no caso paradigmático do muro entre Israel e Palestina) quanto de muitos drones que, antes de servir diretamente como armas, escrutinam e mapeiam determinado espaço geográfico.

No atual neoliberalismo altamente seletivo geograficamente, mesmo tomando a ótica mais estritamente econômica, verificamos que se trata o tempo inteiro de monitorar e selecionar espaços (zonas especiais inte-

riores ou fronteiras internacionais), como acontece com os dois maiores modelos, a China (e seu "neoliberalismo de exceção", nos termos de Ong [2006]) e os Estados Unidos, cada vez mais seletivamente protecionistas para fora e neoliberais para dentro. É nesse sentido, também, que Mezzadra (2016) propõe falar, mesmo sob a globalização, de uma multiplicação ou proliferação de fronteiras no mundo contemporâneo.

Em sentido às vezes excessivamente amplo, autores como Mark Neocleous sugerem que a própria sociedade liberal moderno-ocidental teria como categoria central a segurança, e não a liberdade, pois, partindo da visão de Locke, de que a "liberdade é natural", afirma ele, segurança requer autoridade política, Estado. Segurança acabaria sendo "a justificação ideológica para 'civilização' (isto é, capitalismo) por oposição a 'barbárie' (isto é, modos de produção não capitalistas)" (NEOCLEOUS, 2008, p. 31). O autor acrescenta:

> Para todo o discurso do *laissez-faire*, o fenômeno "natural" do trabalho, dos salários e do lucro tem de ser policiado e mantido em segurança. Assim, segurança envolve o conceito de polícia, garantindo tanto quanto pressupondo que a sociedade existe para assegurar a conservação de um tipo particular de subjetividade (conhecida como "pessoas") e os direitos de propriedade associados com essa subjetividade. (...) se segurança é o conceito supremo da sociedade burguesa, ele é igualmente o conceito supremo da ideologia liberal. Nessa perspectiva, devemos ler o liberalismo menos como uma filosofia da liberdade e mais como uma técnica de segurança, como propõe Mitchell Dean, uma estratégia de governança em que a segurança é empregada como liberdade (p. 31).

Enquanto o poder mais estritamente disciplinar acreditava na construção de uma nova ordem territorial, a segurança – ou a biopolítica – irá trabalhar o espaço a partir do já existente, enfrentar suas limitações, maximizando os "elementos positivos", as boas circulações, e minimizando os riscos, trabalhando constantemente com cálculos de probabilidade. Como afirma Giorgio Agamben (2002):

> Enquanto o poder disciplinar isola e fecha territórios [aqui ampliando em muito a noção de território utilizada por Foucault], as medidas de segurança conduzem a uma abertura e à globalização; enquanto a lei deseja

> prever e regular, a segurança intervém [concretamente] nos processos em curso a fim de dirigi-los. Em suma, a disciplina quer produzir a ordem, a segurança quer regular a desordem. (p. 145)

Pois bem, é em relação ao controle da circulação – não só do capital, mas também da população, e da população não só como classe e força de trabalho, mas também em seus componentes étnicos, de gênero, religiosos e etários (ou geracionais) –, que gostaria de situar a proposição crescente desses novos-velhos dispositivos de segurança – ou de controle – representados por muros fronteiriços e drones militarizados – à primeira vista tão antagônicos, um parecendo constranger, impedir, cercear, através do reforço de limites; o outro, ultrapassando, rompendo, ignorando esses limites.

Dispositivos geográficos de segurança

De início, é importante definir uma característica comum que, no ponto de vista aqui defendido, permite traçar uma primeira relação, pelo menos conceitual, entre muro fronteiriço e drone militar: ambos podem ser considerados como dispositivos de segurança. O que se pode entender, assim, por dispositivo de controle ou de segurança e, mais especificamente, o que aqui se propõe como dispositivo geográfico de segurança?

Os "dispositivos de controle" propostos por Michel Foucault são fundamentais para a gestão da multiplicidade humana, envolvendo as estratégias de controle pela disposição no espaço, seja dos indivíduos enquanto corpos (mais no poder disciplinar), seja da massa da população enquanto espécie (mais no biopoder). Embora muitas vezes seja visto apenas em sua dimensão material, técnica, o dispositivo é uma noção ampla que envolve, para Foucault, a rede que pode ser estabelecida pela conjugação de diversos elementos muito heterogêneos, discursivos e não discursivos, englobando instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, enunciados científicos, morais... em outras palavras, "estratégias de relações de força sustentando tipos de saber e sendo sustentadas por ele" (FOUCAULT, 1985, p. 244).

Agamben retoma o debate proposto por Foucault reportando-se à origem etimológica da palavra dispositivo para lembrar a importância da *dis-positio*, do *dis-ponere*, que diz respeito, podemos afirmar, à boa disposição, ao bom ordenamento dos objetos e dos fluxos no espaço – o que tem tudo a ver, por exemplo, com uma "sociedade murada", nos termos de Brown (2009). Desse modo, Agamben define dispositivo como "a capacidade de capturar, orientar, determinar, interceptar, modelar, controlar e assegurar os gestos, as condutas, as opiniões e os discursos" (2014, p. 39). A dimensão espacial ou geográfica, como no caso do muro, torna-se, portanto, fundamental. O muro adquire então um papel distinto enquanto dispositivo geográfico de segurança acoplado a um conjunto de saberes – e também de simbolismos e subjetividades (desejos) – sob cada sociedade particular, momento histórico e/ou modalidade de realização do poder.

O geógrafo francês Michel Lussault elaborou a definição de "dispositivo espacial legítimo" para falar de um "agenciamento espacial" de caráter operacional e normativo, proposto especialmente por grupos hegemônicos (ou, na sua perspectiva teórica, "atores de capital social elevado"). Para o autor, "um dispositivo espacial procede de uma intencionalidade e visa produzir efeitos de regulação do campo social e político" (LÉVY; LUSSAULT, 2003, p. 266), como no caso dos dispositivos disciplinares foucaultianos.

Se um dispositivo é "geográfico", é também porque ele é materializado e/ou porque ele materializa, ou melhor, relacionalmente falando, condensa, sintetiza ações – algo aparentemente banal, mas que, nesta sociedade "imaterial" em que vivemos, muitas vezes é menosprezado. Costumo dizer que uma das especificidades de nosso olhar geográfico sobre o mundo é manter sempre "os pés no chão", mostrando justamente essas conexões – ou mesmo indissociabilidade – entre material e imaterial, potencial e efetivo, destrinchando os efeitos concretos dessas tramas espaciais em que estamos inseridos.

Manifestado como dispositivo, o espaço – seja ele tomado na perspectiva de um muro ou através da ação de um drone – deve ser visto não como simples objeto material em si mesmo, perfeitamente delimitável, mas como um conjunto contextualizado de sujeitos, ações concretas e discursos dentro dos quais esses objetos são forjados e que, ao mesmo tempo, eles ajudam a forjar.

Muros fronteiriços

Comecemos pelos muros fronteiriços, ou, em termos mais adequados, pelo amplo e complexo processo que pode ser denominado de emuramento contemporâneo, que inclui não apenas muros em sentido mais tradicional, mas também diferentes modalidades de cercas, torres de vigilância e sistemas de monitoramento fronteiriços. Não é fácil tecer análises generalizantes sobre o emuramento do nosso tempo, mas há alguns fatos irrefutáveis: coincidentemente, tal como a proliferação de drones armados, letais, que se deu na primeira década deste novo século, a maioria deles foi construída após os atos terroristas de 2001. Sua difusão é tamanha que há autores identificando uma política específica dos muros ou das barreiras físicas fronteiriças, como Rosière (2015), que fala em uma "teicopolítica" (de *teicos*, muro em grego), paralela a uma "teicoeconomia", a economia envolvida na construção e na gestão desses muros.

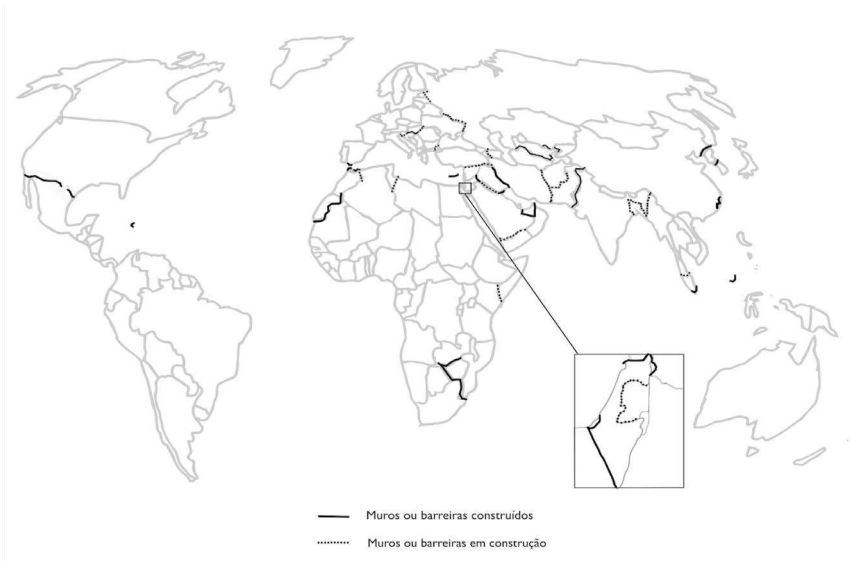
Hoje, cerca de 50 países do mundo possuem algum trecho de fronteira murada, e a lista tem aumentado. Até mesmo na América do Sul, embora em escala bastante restrita, tem havido propostas e construção de muros, como os da ponte internacional entre Posadas e Encarnación, na fronteira Argentina-Paraguai, e no limite entre Argentina e Bolívia. No Brasil também chegou a ser proposta, mas não executada, a construção de um muro às margens do rio Paraná, sob a ponte de ligação com o Paraguai, em Foz do Iguaçu.

A ocorrência de muros fronteiriços pode se concentrar tanto entre regiões pobres e países mais ricos, como é o caso da União Europeia (em relação à Turquia e à África) e dos Estados Unidos (em relação ao México), quanto entre países pobres, como no caso do centro e do sudoeste da Ásia, mas é muito mais rara entre países ricos (ver Mapa 1). Assim, embora nem sempre determinante, mesmo entre países periféricos, algum desnível socioeconômico marca a construção de grande parte dos muros fronteiriços. Junto a essa marca, espécie de reforço na delimitação da desigualdade, ainda que às vezes sutil (como no caso da região leste da Índia no muro com Bangladesh, ou entre o Irã e o Afeganistão), aparecem questões militares envolvendo ou não disputas territoriais (muito evidentes em casos como o de Israel, de Chipre e do Marrocos). Paralelamente, verificamos que, tanto por motivações socioeconômicas quanto militares – às quais se acrescentam ainda as de ordem cultural (origem étnica, reli-

giosa...) –, busca-se, em maior ou menor grau, também, controlar o fluxo de pessoas. Assim, o argumento anti-imigração torna-se prioritário, por exemplo, no caso dos muros e cercas construídos por países europeus (Espanha, Grécia, Bulgária, Hungria) e pelos Estados Unidos na fronteira com o México.

Em alguns casos aparece também a defesa de argumentos biossanitários, como o da cerca entre Zimbábue e Botsuana, em que se alegou o controle da expansão da doença da vaca louca, mas que na verdade atuava como um empecilho à imigração de pobres de Zimbábue para um país de maior crescimento econômico. Casos como o da Coreia são emblemáticos de uma mudança gradual, ainda que cumulativa, de funções: de controle predominantemente ideológico-militar durante a Guerra Fria para controle socioeconômico de migrantes pobres atualmente – até mesmo a China, principal parceiro, inclusive político-ideológico, da Coreia do Norte, está fortalecendo uma barreira na fronteira com esse país.

Mapa 1. Muros e barreiras no mundo



Fonte: diversos artigos de revistas e jornais (entre eles *The Guardian* e *Courrier International* [ver, por ex.: https://www.courrierinternational.com/grand-format/cartographie-murs-barrieres-clotures-comment-le-monde-se-referme#&gid=1&pid=1. Acesso em: jul. 2017]).

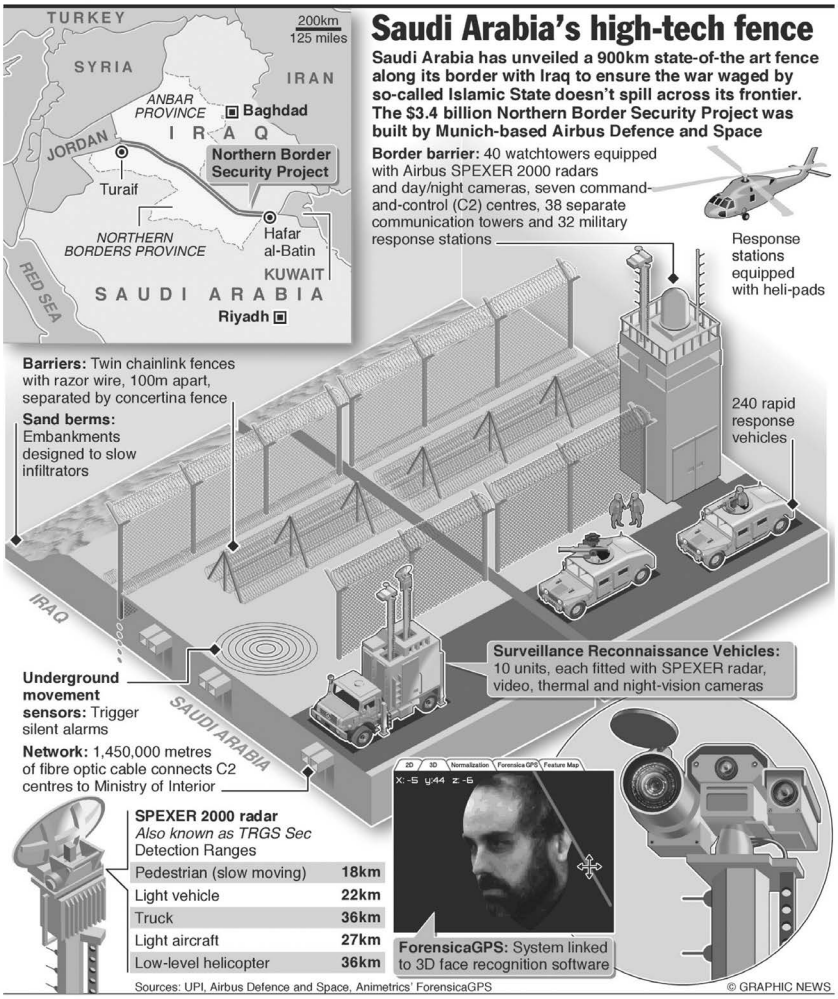
Por sempre incluírem, em diferentes níveis, esse componente socioeconômico e demográfico, os muros fronteiriços contemporâneos podem ser denominados, grosso modo, muros de contenção territorial, seletivos, dirigidos a certos grupos ou classes e, assim, marcados pelo monitoramento e a checagem (com a presença, em maior ou menor grau, de *checkpoints*). É aí que podemos acrescentar, de modo conjugado e/ou complementar, o papel dos drones. Muros/cercas mais recentes, como alguns da Europa Oriental, sofisticando sua base técnica, foram dotados de flexibilidade, podendo ser constituídos por cercas moduláveis, deslocáveis conforme exigir a questão em foco – no caso, o fluxo migratório. Projetos mais sofisticados, como o da Arábia Saudita, em sua fronteira com o Iraque (Figura 1), incluem torres de monitoramento, câmeras de radar, centros de comando e veículos de vigilância.

Além dessas conotações político-econômicas e militares (evidentes, de modo conjugado, no caso da fronteira Arábia Saudita-Iraque), os muros fronteiriços contemporâneos carregam, concomitantemente, um viés simbólico. Étienne Balibar, em seu prefácio ao livro de Wendy Brown (2015), ressalta que, para a autora, a relevância dos muros reside ao mesmo tempo em sua duvidosa eficácia e em sua ostentatória visibilidade – envolta também em uma espécie de fantasia ou de teatralização. Isso na medida em que o Estado-nação, perdendo certos atributos – e, com isso, certo poder –, especialmente sob a globalização financeira, acaba, com a construção de muros, dando um recado, uma resposta, pelo menos no campo das representações, à população que demanda ("deseja", dirá ela) segurança. Dotado de ampla visibilidade material e força discursiva, construir muros significa dizer "(ainda) estamos aqui" e "fazemos algo", intervindo em prol da sua segurança – mesmo que os efeitos concretos desses dispositivos sejam amplamente questionáveis.

Além disso, aparece aí associado o papel dos muros fronteiriços na "explicitação" da divisão entre centros e periferias, nós e os Outros, concebidos como inferiores ou mesmo como bárbaros e inimigos (como no caso do imigrante pobre ou etnicamente distinto, tomado muitas vezes como bode expiatório em relação a outras questões político-sociais). O processo de emuramento participa, assim, de um processo e de uma demanda por distinção, por separação de um Outro que acaba também sendo identificado como uma (ou a principal) origem do mal. O discurso anti-imigração – muitas vezes associado ao discurso antiterrorismo, cri-

minalizador do migrante – em curso em tantos países do mundo, com a paralela reascensão dos nacionalismos, "exige" uma clara delimitação de um exterior cuja definição, sem ambiguidades, está claramente em crise. O muro responde, assim, à crise de limites do nosso tempo, exposta, de certo modo de forma cabal, por uma tecnologia – ou um outro dispositivo geográfico de segurança –, que é o drone.

Figura 1. A barreira de alta tecnologia da Arábia Saudita



Fonte: https://www.graphicnews.com/en/pages/32568/SAUDI-ARABIA-High-tech-border-fence. Acesso em: jul. 2017.

Os drones de uso bélico

Os drones são veículos aéreos não tripulados (VANT, em português, ou UAV, *Unmanned Aerial Vehicle*, em inglês), dos quais interessam diretamente aqui aqueles dotados de armamento, chamados também "drones caçadores-matadores", com explícita função bélica. Eles se encontram concentrados nos Estados Unidos (cerca de 6 mil aparelhos em 2017), onde a Air Force desenvolveu, de 1994 a 2018, o Predator (Predador), programa que incluiu um investimento de 2,6 bilhões de dólares.[1] Ainda que com um peso de até uma tonelada quando carregado, o Predator necessitava de apenas três pessoas para ser operado: um piloto, um operador de sensor e um analista de inteligência. Esses drones foram utilizados em ações que incluíram Balcãs, Paquistão, Afeganistão, Iraque, Iêmen, Somália, Irã, Líbia e Filipinas. Eles são ou foram operados também por países como Itália, Turquia, Emirados Árabes e Marrocos.[2]

Apesar de apregoado como um dispositivo seguro e de ação pontual, "cirúrgica", o resultado das ações dos drones armados em termos de vítimas fatais é alarmante. Na guerra da Síria e no Paquistão, estima-se cerca de 3 mil mortos por meio de drones entre 2004 e 2012. Em 2018 o número total acumulado de mortos em ataques por drones situou-se no intervalo entre 8.153 e 11.650, incluindo de 751 a 1.609 civis, e, entre estes, de 252 a 369 crianças.[3]

O poder exercido via drone envolve como característica básica o controle à distância, e sua tecnologia tem origem no período da Segunda Guerra Mundial, quando, para descrever a modalidade, Hershey (1944) criou o termo "poder teleárquico" ou por telecomando. David Deptula, oficial da Air Force norte-americana, afirmou que a "verdadeira vantagem" dos drones "é que permitem projetar poder ['estender a força militar para fora das fronteiras'] sem projetar vulnerabilidade ['remoção do

1 Para uma breve história dos drones, ver: https://www.thebureauinvestigates.com/explainers/history-of-drone-warfare. Acesso em: 15 jul. 2018.

2 Para uma ampla análise geopolítica desse projeto, ver Shaw (2013 e 2016). O autor propõe o termo "Império Predador" para designar "o poder biopolítico que digitaliza, cataloga e elimina 'padrões de vida' ameaçadores através de um amplo espaço de batalha" (2013, p. 536).

3 Fonte: The Bureau of Investigation Journalism. Disponível em: https://www.thebureauinvestigates.com/projects/drone-war. Acesso em: 15 nov. 2018.

corpo vulnerável, deixando-o fora do alcance']" (*apud* CHAMAYOU, 2015, p. 20). Como o envio de tropas não é mais necessário, constrói-se uma separação humana entre aquele que aperta o "gatilho" (homem) e aquele que dispara a "bomba" (drone), ou seja, entre a "distância do alcance" [arma →alvo] e a distância do telecomando [operador →arma]. Como numa caça, o inimigo é reduzido a simples alvo, transformando o "combate" em "campanha de abate" (CHAMAYOU, 2015, p. 20). O "julgamento" é feito com base em suspeita (mapeando-se regularidades de deslocamentos, por exemplo), e a ação é denominada "preventiva". Sobre a passagem de uma guerra "assimétrica" para uma guerra "unilateral", Chamayou afirma:

> Quando o dispositivo telecomandado torna-se máquina de guerra, o inimigo é que é tratado como material perigoso. Eliminam-no de longe, observando-o morrer na tela a partir de um casulo aconchegante de uma *safe zone* [zona segura] climatizada. A guerra assimétrica se radicaliza para se tornar unilateral. Pois é claro que ainda se morre, mas só de um lado. (CHAMAYOU, 2015, p. 32).

O drone torna-se, assim, na linguagem do autor, "objeto violento não identificado", e há uma intensa perturbação de noções elementares, como as "categorias geográficas e ontológicas" de zona e lugar, as "categorias éticas" de virtude ou bravura e as categorias ao mesmo tempo "estratégicas e jurídico-políticas" de guerra e conflito (CHAMAYOU, 2015, p. 22-23). Segundo o autor, ocorre a eliminação de "qualquer relacao de reciprocidade", o que ele identifica como a primeira dimensão analítica da teoria do drone (2015, p. 23). Essa mudança altera a própria concepção de guerra. Oliveira (2015) afirma que as "guerras drônicas"

> […] são mais perigosas do que as guerras do passado. Não porque são feitas com máquinas, e sim porque nelas os próprios soldados podem agir como se fossem máquinas, sem poder ou precisar demonstrar qualquer empatia pela condição humana de suas vítimas. Bem-vindos às Guerras Drônicas, o estágio final da desumanização da própria guerra.

Mas essa "desumanização" não é simples. Há muitas contradições nesse processo. O geógrafo Derek Gregory (2014), por exemplo, mos-

tra como muitos militares destacados para dirigir e acionar as armas dos drones acabam emocionalmente afetados, em especial quando seguem, às vezes por semanas ou meses, o deslocamento de membros de uma mesma família. De algum modo, ainda que com pessoas "sem rosto", acabam criando intimidade com elas pelo simples fato de acompanharem reiteradamente suas trajetórias cotidianas. O mesmo autor aponta outra ambiguidade: ao mesmo tempo que parece uma guerra sem um espaço definido, pelo fato de que, em tese, pode ocorrer em qualquer lugar do mundo, ao final ela ocorre em um local, e um local muito específico – ainda que tratado prioritariamente como um espaço topológico abstraído de sua concretude e/ou corporeidade.

Sem dúvida, com a ação dos drones bélicos, mortais, tenta-se abstrair completamente a historicidade e a corporeidade dos homens-alvo, "sem rosto". Sua história cotidiana se reduz ao espaço absoluto de um conjunto de trajetórias espaciais abstratamente cartografadas. Segundo Gregory, esvai-se o espaço normativo de guerra até aqui dominante, com seus perímetros definidos por fronteiras nacionais. Em tese, em nome do combate ao terror, qualquer ponto da superfície terrestre pode ser agora objeto de ações letais através dos drones, pois estes agem inclusive sobre países frente aos quais não necessariamente existe declaração de guerra.

É como se o Estado definitivamente subvertesse sua razão territorial zonal em nome de uma "resposta em rede" frente à ação reticular/rizomática de organizações terroristas tidas por muitos como desterritorializadas, por colocarem em xeque a configuração dos territórios zonais tradicionais.[4] Inserem-se, portanto, dentro de políticas de exceção territorialmente "móveis", que marcam a ação estatal contemporânea. Com os drones, exacerbou-se, assim, ainda que de maneira velada, a condição explicitada por Agamben de que o Estado, em nome do combate ao terrorismo, decretando leis de exceção como regra, pode tornar-se, ele próprio, terrorista.

Assim, a fabricação de drones de função militar torna-se um novo fator na geopolítica mundial. A China, por exemplo, também é hoje um grande fornecedor de drones para fins bélicos em países como Paquistão, Bangladesh, Myanmar, Egito, Arábia Saudita, Nigéria e Iraque. O Paquis-

4 Questionei essa condição "desterritorializada" de organizações terroristas, como a Al Qaeda, defendendo, ao invés disso, seu caráter multiterritorial, em Haesbaert (2002).

tão, numa tentativa de reversão da violação de seu território por ataques de drones norte-americanos, também passou a produzir seus próprios drones militares. Autores como Akhter (2019) citam a "dronificação" bélica de Estados como Paquistão, Nigéria e Turquia como exemplo de redefinição de relações centro-periferia em nível intranacional, através de sua ação "colonial" (uma espécie de colonialismo interno) contra minorias étnicas como as das "áreas tribais" do noroeste paquistanês, os curdos do sudeste da Turquia e os muçulmanos do norte da Nigéria.

Muros e drones: geografias opostas e combinadas

Numa primeira leitura, mais apressada, os drones constituiriam dispositivos opostos aos muros: móveis, dotados de grande ubiquidade, produtos de alta tecnologia e criados para, na vinculação com os próprios objetos, excluírem totalmente a presença humana direta. Mas não é tão simples, pois, como vimos, por exemplo, também existem hoje muros – ou melhor, cercas – móveis (embora numa mobilidade relativa) e constituídos de ou associados a novas tecnologias, já que raramente se trata de meras barreiras físicas, como observado no caso da Arábia Saudita. Muitos emergem acoplados a um denso sistema de monitoramento por câmeras (que também podem ter caráter móvel, instaladas em drones) e barreiras informacionais e/ou tácitas.

Enquanto barreiras físicas, como os muros e cercas fronteiriços, pretendem estabelecer com clareza a condição de quem está de cada lado, definindo um exterior e um interior, o drone subverte os constrangimentos das fronteiras físicas e oculta até mesmo a fonte, a origem das ações. Mas não é de surpreender que o próprio autor de *Teoria do Drone*, ainda que de maneira sutil, reconheça o funcionamento conjunto do drone e do muro. Numa nota de rodapé ele afirma que os dois "articulam-se de forma coerente em um modelo de segurança que combina fechamento do espaço doméstico e intervenção externa desprovida de qualquer envolvimento vital. O ideal da força telecomandada é perfeitamente congruente com o de um Estado-bolha" (CHAMAYOU, 2015, p. 252), de certa forma expresso na atual política norte-americana de Donald Trump.

Há, assim, muito mais articulação e complementaridade que oposição e incompatibilidade entre os "velhos" muros e os novos drones. Ambos

estão envolvidos em políticas de "prevenção de riscos" e necessitam ou implicam a definição prévia de zonas seguras e zonas inseguras ou ameaçadoras, onde pode ser legitimada a "morte por suspeição". A zona hostil ou potencialmente agressiva não pode ser simplesmente bloqueada, com a circulação material, no terreno, fortemente controlada – o que, pelo menos no discurso, seria o papel dos muros físicos. É preciso também monitorar a ação, em termos de extensão e mobilidade, dentro da própria área onde se situa a potencial ameaça. Um dos pontos de partida, assim, inclui esse "princípio de zoneamento e de 'santuarização'", como denomina Chamayou (2015).

Podemos acrescentar um elemento fundamental, mas às vezes ignorado, que é a dimensão geográfica priorizada por cada um desses dispositivos: enquanto o muro visa promover sempre um controle zonal, em termos de áreas, o drone tem uma ação mais pontual, com um foco principal no interior de uma trama ou rede. Isso, obviamente, é mais claro quando se trata de um drone letal, de finalidades bélicas, pois outros podem vir associados ao monitoramento em área, por exemplo, com o mapeamento e o esquadrinhamento de uma extensão horizontal em zona.

Tanto o muro quanto o drone podem ser associados à noção que Foucault propõe como a que dá melhor conta da dimensão espacial do biopoder: ele se exerce sobre um "meio", por sua vez vinculado, mas não restrito, no nosso ponto de vista, à noção de rede. Buscando as origens da utilização do termo na Biologia (com Lamarck) e na Física (com Newton), Foucault define o meio como "o que é necessário para explicar a ação à distância de um corpo sobre o outro. […] o suporte e o elemento de circulação de uma ação" (FOUCAULT, 2008, p. 27).

Enquanto o muro costuma atuar interferindo "no meio do caminho", o drone quer intervir sobre "o (pretenso) ponto focal original" de uma ação. É claro que, como a ação do drone é considerada "cirúrgica", focada em um ponto muito restrito, por mais que se afirme, ele não estará agindo sobre "a causa", mas sobre alguns de seus efeitos, e ainda com uma margem expressiva de equívoco e de "danos colaterais", como nas inúmeras perdas civis que tem implicado. É como se a intervenção do muro "pecasse" por não ir à origem, à fonte primeira da questão, atacando apenas a dinâmica já em seu desdobramento, e o drone de alguma forma atingisse a origem, mas atacando apenas um ponto, esquecendo o processo, a di-

nâmica e a própria área – ou malha – mais ampla e complexa em que se desdobra o problema.

É um pouco como se as intervenções via muro fronteiriço, visto como dispositivo geográfico de segurança, fossem moldadas privilegiando a dimensão do espaço enquanto área, superfície, e o drone quisesse dar mais profundidade, volume, a esse espaço. Enquanto o muro espera desempenhar a dupla e ambígua função de definir um dentro e um fora ainda nítidos, protegendo os "de dentro" e delimitando – ou simplesmente barrando, contendo – a insegurança dos de fora, o drone pretende subverter essa divisão zonal, demonstrando claramente o poder de ação unilateral em rede de quem está dentro da bolha.

Essa distinção estatal-zonal entre dentro e fora, contudo, bem sabemos, na sociedade biopolítica de (in)segurança em que vivemos, há muito está colocada em xeque. Não só o "campo" de Agamben explicitou a condição ambivalente do abandonado ou do refugiado, que está dentro e fora ao mesmo tempo, como novas formas territoriais e novas fronteiras internas se estabelecem e proliferam.

Por outro lado, enfim, não podemos ignorar que a propagação de muros e fronteiras se dá em diferentes escalas, incluindo a de bairros e propriedades privadas, e que a ação do drone militarizado não se restringe às grandes periferias nacionais do planeta. É evidente, assim, que muro e drone participam de um mesmo processo capitalista (e do chamado papel [neo]colonial do Estado) de proliferação e redefinição de periferias, conforme defende Akhter (2019). Uma periferização se projeta e se dispersa por diferentes escalas, e tanto o muro quanto o drone militarizado participam ativamente dessa nova e complexa geopolítica onde "zonas de sujeição racial/colonial", como define Akhner, continuam se difundindo pelo mundo, em múltiplas escalas.

Apenas para abrir uma nova perspectiva de investigação e considerar as dinâmicas que se contrapõem a essas políticas, encerraria com a lembrança de que o muro e o drone, como dispositivos (também) técnicos, convivem e podem se complementar não somente através da legitimação de projetos político-militares de grupos hegemônicos; eles também podem, evidentemente, fortalecer movimentos de resistência, como já tive oportunidade de constatar pela utilização de drones na organização de movimento contra a construção de uma hidrelétrica em território mapuche, no sul do Chile, e na construção de barreiras de controle na

comunidade purépecha de Cherán, no centro do México, que construiu *checkpoints* nas entradas do município a fim de controlar a ação do narcotráfico e dos exploradores de madeira, todas iniciativas inseridas em projetos para fortalecer a autonomia e melhor organizar a defesa de seus territórios. Mas esta é uma vasta questão para ser desdobrada em pesquisas futuras.

Referências

AGAMBEN, G. *O que é um dispositivo & O amigo*. Chapecó: Argos, 2014 (2007).

_____. Sobre a segurança e o terror. *In:* COCCO, G.; HOPSTEIN, G. (Orgs.). *As multidões e o Império*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

AKHTER, M. The proliferation of peripheries: militarized drones and the reconfiguration of global space. *Progress in Human Geography*, v. 43, n. 1, 2019.

BROWN, W. *Estados amurallados, soberanía en declive*. Barcelona: Herder, 2015 (2010).

_____. *Murs*: les murs de separations et de déclin de la souveraineté étatique. Paris: Les Prairies Ordinaires, 2009.

CHAMAYOU, G. *Teoria do Drone*. São Paulo: Cosac Naify, 2015.

DELEUZE, G. *Post-scriptum à sociedade de controle*. Conversações. São Paulo: Editora 34, 1992.

FOUCAULT, M. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1985 (1979).

_____. *Segurança, Território e População*. São Paulo: Martins Fontes, 2008 (2004).

GREGORY, D. Drone Geographies. *Radical Philosophy*, n. 183, jan./fev. 2014.

HAESBAERT, R. Questões conceituais para entender a des-territorialização no espaço urbano e o exemplo dos muros. *In:* FRIDMAN, Fania (Org.). *Espaço urbano latino-americano: ensaios sobre história e política territorial*. Rio de Janeiro: Garamond, 2017.

_____ . *Viver no Limite*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

_____. Da multiterritorialidade aos novos muros: paradoxos da des-territorialização contemporânea. *In:* JESUS, E. (Org.). *Arte e Novas Espacialidades*: relações contemporâneas. Rio de Janeiro: F10, Oi Futuro,

2011. (versão em espanhol: De la multiterritorialidad a los nuevos muros: paradojas contemporáneas de la desterritorialización. *Locale*, v. 1, 2016).

_____ . *A multiterritorialidade do mundo e o exemplo da Al Qaeda*. Terra Livre, n. 18. São Paulo: Associação de Geógrafos Brasileiros, 2002. p. 37-46.

HERSHEY, B. *Skyways of tomorrow*. Nova York: Foreign Policy Association, 1944.

KLEIN, N. *A doutrina de choque*: a ascensão do capitalismo de catástrofe. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

LÉVY, J.; LUSSAULT, M. *Dictionnaire de Géographie et de l'espace des sociétés*. Paris: Belin, 2003.

MEZZADRA, S.; NELSON, B. *La frontera como método*: o la multiplicación del trabajo. Buenos Aires: Tinta Limón, 2016.

NEOCLEOUS, M. *Critique of Security.* Montreal e Kingston : McGill-Queen's University Press, 2008.

OLIVEIRA, F. O. *Teoria do Drone*: resenha do livro de Gregoire Chamayou. 2015. Disponível em: https://jornalggn.com.br/blog/fabio-de-oliveira-ribeiro/teoria-do-drone-resenha-do-livro-de-gregoire-chamayou. Acesso em: ago. 2018.

ONG, A. *Neoliberalism as exception*: mutations in citizenship and sovereignity. Durham, Londres: Duke University Press, 2006.

ROSIÉRE, S. Mundialização e teicopolíticas: análise do fechamento contemporâneo das fronteiras internacionais. *Boletim Gaúcho de Geografia*, v. 42, n. 2, 2015.

SHAW, I. Predator empire: the geopolitics of US drone warfare. *Geopolitics*, v. 18, n. 3, 2013.

_____. *Predator Empire*: Drone Warfare and Full Spectrum Dominance. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2016.

CAPÍTULO 8

Segurança de fronteiras no Arco Central: dos espaços de exceção ao Estado securitário

Licio Caetano do Rego Monteiro

Introdução

A política de segurança fronteiriça brasileira deslocou seu foco do Arco Norte para o Arco Central na passagem dos anos 2000 para os anos 2010. Esse deslocamento foi acompanhado por mudanças organizacionais, tecnológicas e políticas ainda pouco analisadas. Buscamos explorar as consequências dessas mudanças através de uma interpretação geográfica e política do deslocamento promovido pelas diferentes formas de atuação do Estado brasileiro em sua fronteira continental.

A partir da situação empírica analisada, buscamos debater o conceito de segurança nas fronteiras e a maneira como a segurança tem se tornado um dispositivo ordenador do espaço político nacional e das relações fronteiriças e binacionais. Nossa hipótese é a de que a fronteira não deve ser operada como um espaço marginal, de maneira essencialista. Antes, a fronteira deve ser pensada como um espaço em que a soberania estatal se produz e se decide, justamente porque na fronteira estão em jogo, potencialmente, situações de exceção e risco em que a natureza do poder político se expressa de maneira aguda e crítica. As imbricações entre exceção e norma (AGAMBEN, 1995, 2003) e entre ambiências interna (segurança pública) e externa (defesa nacional) (BIGO, 2005), exploradas em sucessivos artigos de Lia Machado sobre uma emergente geopolítica da segurança (MACHADO, 2011; 2014), são centrais na formulação desta hipótese.

Uma análise acurada da difusão dos repertórios de práticas de segurança em diferentes contextos permite evitar conclusões precipitadas que plasmam a temporalidade e a espacialidade dos processos em curso. As condições para a difusão de um modelo de segurança fronteiriça a par-

tir da "experiência amazônica" do Arco Norte eram bastante limitadas, dadas as características peculiares dessa região. A transição para o Arco Central como foco da política de segurança fronteiriça nos anos 2010 trouxe não só uma mudança de enfoque, mas também um acréscimo significativo no potencial de difusão do modelo de segurança no âmbito fronteiriço e de conexão com os âmbitos metropolitanos centrais. Comparar os dois momentos e os dois contextos regionais nos permite observar o que está em jogo na construção de uma política de segurança nas fronteiras e como esta se conecta com os desdobramentos das políticas de segurança pública de modo geral.

No Arco Central, as dinâmicas da segurança urbana, a conexão com a rede urbana dos centros metropolitanos nacionais e a intensidade dos fluxos transfronteiriços, especialmente na fronteira paraguaia, associados a um perfil mais repressivo da atuação das forças policiais, constituíram o ambiente para a gestação de novas imbricações entre funções policiais e militares. Este processo ocorreu sincronicamente ao maior envolvimento das Forças Armadas na segurança pública em centros metropolitanos, principalmente no Rio de Janeiro, e à assimilação de novas tecnologias de segurança urbana. No entanto, considerar essa simultaneidade como resultado de um "efeito bumerangue" (FOUCAULT, 1976; GRAHAM, 2010) entre práticas securitárias da fronteira e das grandes cidades (HIRATA, 2016) seria uma conclusão genérica, se não se explicita que vínculos especificamente podemos encontrar entre os dois espaços.

Além disso, é preciso considerar o quadro geopolítico global, no qual os agentes estatais brasileiros reconfiguram a segurança das fronteiras e das grandes cidades fazendo uso de um repertório de práticas que circulam globalmente, seja nas cidades e eventos globais, seja nas áreas de conflito ao redor do mundo, recuperando o sentido original do "efeito bumerangue" de Foucault/Graham e o colocando em diálogo com conceitos como o de macrossecuritização (BUZAN; WEAVER, 2009) e o jogo de escalas e analogias entre situações de controle urbano e conflitos militares (KLEIN, 2007; MYTCHEL, 2010; REGO MONTEIRO, 2014).

Securitização, soberania e exceção

Para melhor enquadrar a argumentação, proponho em primeiro lugar fazer um acerto de contas com duas abordagens teóricas que contribuíram para

a pesquisa que tenho desenvolvido sobre a segurança fronteiriça no Brasil. A primeira é a contribuição do sociólogo francês Didier Bigo, a segunda é a teoria da securitização de Barry Buzan e Ole Weaver, da chamada Escola de Copenhagen, no campo das Relações Internacionais. As ideias de "construção social da ameaça" (BIGO, 1996) e de imbricação entre os âmbitos interno e externo da segurança (BIGO, 2001, 2005) foram fundamentais para a elaboração do argumento central da minha pesquisa de mestrado (REGO MONTEIRO, 2009). A posterior leitura da abordagem construtivista das Relações Internacionais encontra uma definição mais sintética no conceito de securitização de Buzan e Weaver, apropriada ao longo da pesquisa de doutorado (REGO MONTEIRO, 2014) e em apresentações posteriores sobre a segurança fronteiriça.[1] Ambos os aportes teóricos buscam superar uma visão objetivista ou essencialista das ameaças, abrindo caminho para se pensar nos processos sociais que dão origem às ameaças como construções sociais. Mas é preciso discutir as sutis diferenças entre os autores, sem amalgamá-las como uma só abordagem.

Segundo Buzan e Weaver, a securitização é um ato de fala "através do qual um entendimento intersubjetivo é construído dentro de uma comunidade política para tratar alguma coisa como uma ameaça existencial a um objeto referente valorizado, e para permitir uma demanda por medidas urgentes e excepcionais para lidar com a ameaça" (BUZAN; WEAVER, 2003, p. 491). Neste conceito, a ameaça aparece de duas formas distintas: primeiro, como um processo de construção que envolve um ator securitizante, uma comunidade política (ou uma audiência), um processo intersubjetivo (pois não é nem objetivo, nem subjetivo, mas depende da comunicação), um objeto referente (geralmente o Estado, mas em alguns casos grupos étnicos ou a "sociedade"); segundo, a ameaça como objeto de "medidas urgentes e excepcionais", sugerindo um tom mais dramático e menos afeito ao debate público. Para além da ideia de "ameaça real" ou mesmo de uma relativizada percepção da ameaça, a teoria da securitização sugere que a objetivação da ameaça não guarda relação necessária com o seu aspecto factual, mas, sim, com o proces-

1 "Segurança nas fronteira", apresentação no VI Seminário de Estudos Fronteiriços, Corumbá, 2017; "Conflitos e segurança no mundo contemporâneo", apresentação no III Congresso Brasileiro de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território, Niterói, 2018; "Veinte anõs de cambios en la seguridad fronteriza en Brasil", apresentação na Cátedra Imani, Letícia, 2018.

so intersubjetivo da concepção de ameaça. O ato de fala tem uma força performativa que legitima a ação enunciada para responder as ameaças, além de propor um sentido para esta ação.

Apesar das dificuldades de sua aplicação empírica (PEREIRA; VIANA; SILVA, 2018), esta proposição ganhou enorme repercussão nos estudos de segurança. Algumas críticas apontaram os limites da teoria de Buzan e Weaver e buscaram problematizar o conceito de securitização (HUYSMANS, 2002; WILLIAMS, 2003; BALZACQ, 2005; MCDONALD, 2008; GUZZINI, 2015).

McDonald (2008) aponta que a teoria é problematicamente estreita, pois assume os Estados como principais atores na construção da segurança e nos discursos; o ato geralmente se restringe ao momento da intervenção e não se leva em conta a própria variação nos significados do que é segurança nos atos de designação da ameaça (2008, p. 564). Sendo assim, a estrutura teórica tem implicações normativas problemáticas ao reificar vozes dominantes e discursos tradicionais sobre segurança (2008, p. 565). Guzzini (2015) chama atenção de que a securitização faz mais sentido como um processo do que como um ato ou evento singular, sendo o componente performativo uma parte de uma construção social contínua. Também nesse sentido, Balzacq (2005) afirma que a securitização é produto de um repertório de causas difícil de se desagregar. O autor também defende que, sendo a securitização um ato pragmático de segurança, o discurso só tem efeito se resultar em ação. Logo, o ato securitizador deve ser entendido como uma prática estratégica, e não como um discurso auto-referente ou de válido universalmente. As críticas colocam em destaque o caráter processual, a dimensão estratégica e o diferencial de poder que são intrínsecos à securitização.

As diferenças entre as proposições de Buzan e Weaver e Didier Bigo podem ser explicadas pela separação entre as duas faces da securitização: a construção social intersubjetiva e o disparador de medidas excepcionais. Em sua face mais explícita, a securitização se manifesta em documentos públicos, pode ser vocalizada num espaço comunicativo, intersubjetivo e político. Na face implícita, a securitização é produzida na sombra, pelos agentes em suas práticas cotidianas de triagens, varreduras e classificações, que se desviam do espaço público da política. Nesse sentido, a abordagem de Buzan e Weaver sobre a securitização enfoca ainda sua dimensão mais explícita, enquanto Bigo sugere tomar como ponto de partida a prática cotidiana dos agentes de segurança. Segundo Bigo, a construção da ameaça

é um resultado das práticas de gestão dos riscos, uma rotina que produz, através de múltiplos enquadramentos, as ameaças que se pretende controlar. Ao mesmo tempo, os agentes de segurança formam redes transnacionais de produção de informações e soluções técnicas que se autonomizam da esfera pública e do controle democrático (BIGO, 2006).

Estas observações vão ao encontro da maneira como esta pesquisa se apropriou do conceito de securitização e construção social da ameaça. Buscamos explorar o processo contínuo e reiterativo da construção das ameaças, porém nos focamos mais nas ações e nos discursos explícitos que as legitimam. Analisamos sobretudo documentos, leis e programas oficiais que configuram a passagem do discurso político à prática dos agentes estatais.

Resta ainda uma indagação sobre segurança e política: a securitização representa uma politização dos assuntos de segurança ou sua despolitização máxima? Apesar do construtivismo de Buzan e Weaver, a teoria da securitização está fundada, segundo Williams, num realismo clássico de influência schmittiana. Duas máximas de Carl Schmitt estariam associadas a essa vinculação: "o soberano é quem decide sobre o estado de exceção" (1922) e "a distinção amigo-inimigo é o critério do político" (1933). Numa visão schmittiana, exceção não seria questão de construção social, mas, sobretudo, de decisão. Então, seguindo a colocação de Williams, é como se a teoria da securitização tivesse que ser lida do final para o início, enfatizando as "medidas excepcionais" que, equiparadas ao estado de exceção schmittiano, colocariam a segurança no cerne da soberania. Decidir sobre o estado de exceção é também cindir o que se circunscreve à esfera da política, como norma, e o que é deslocado para sua margem como exceção. As "medidas urgentes e excepcionais", mais do que consequência de um processo de securitização, devem ser vistas como instauradoras de discursos de legitimidade que são por elas mesmas produzidos ou capturados a partir de demandas aparentemente difusas.

A leitura schmittiana da securitização, proposta por Williams, é uma chave possível de diálogo entre a proposta de Buzan e Weaver e a de Bigo. Enquanto para Schmitt a exceção era um fenômeno extremo e totalizante, o Ban-óptico de Bigo reinsere o excepcionalismo como uma forma de "governamentalidade do risco", distribuída no espaço-tempo cotidiano e operada pelos profissionais da gestão dos riscos. A banalização e a ubiquidade do Ban-óptico de Bigo, longe de homogeneizarem as práticas de controle, operam na produção de uma geografia desigual de espaços de controle e de exceção.

A irrupção de Carl Schmitt na análise da securitização pode ser interessante para ler a ênfase de Bigo nos agentes da segurança a partir de outra matriz conceitual. A polícia como "um golpe de estado permanente" (FOUCAULT, 1978, p. 457) e a ideia de "polícia soberana" (AGAMBEN, 1996, p. 97-98) são duas formulações que articulam exceção, soberania e segurança a partir da prática cotidiana da polícia, não dos discursos persuasivos dos governantes.

O que fica do debate é que, por mais que um processo de designação da ameaça num contexto institucional formal possa se desenvolver e ser explicitado no desenho político do Estado, as formas práticas que produzem esse contexto passam por articulações pouco visíveis, em que os agentes de segurança produzem e performam discursos sobre as ameaças que eles mesmos combatem. No limite, a própria violência estatal em ato é portadora de uma dimensão simbólica e discursiva, podendo a securitização se tornar uma operação retroativa de justificação *ad hoc* da violência estatal ou mesmo a violência se tornar uma mensagem, um sistema de comunicação, que se comporta "com o quase-automatismo de qualquer idioma" (SEGATO, 2005, p. 277), ou, ainda, um império de signos em que "a força também é um símbolo de força" (SAHLINS, 2006, p. 104).

Da experiência amazônica à fronteira paraguaia

O quadro abaixo sintetiza as mudanças ocorridas nos dois períodos aqui analisados. A segurança fronteiriça é um dispositivo tecnopolítico, discursivo, normativo e institucional, que varia ao longo do tempo, pontuado por eventos e situações de emergência, e se distribui de forma desigual no espaço, também cindido em espaços ordenados/desordenados e normais/excepcionais. Cada um desses elementos se desenvolve em diferentes temporalidades, mas o conjunto tende a adquirir alguma coerência dentro de um espectro temporal em que se pode identificar tendências dominantes. Também a geografia aqui importa, pois cada região impõe desafios próprios aos planos estatais, seja pelas dinâmicas sociais e territoriais preexistentes, seja pela inércia espacial de processos anteriores, seja pela ressignificação local dos discursos e práticas do Estado central, ou ainda pela mediação técnica das ações de controle sobre o espaço político.

Quadro 1. Comparação entre dois momentos da segurança fronteiriça no Brasil

	Anos 1990-2000	Anos 2010
Região-foco	Arco Norte (fronteira com a Colômbia)	Arco Central (sul do MS, fronteira com o Paraguai)
Discurso sobre ameaça	Crime transfronteiriço / Soberania na Amazônia	Crime transfronteiriço / Redes criminais internas
Políticas/Leis	Programa Calha Norte; Pelotões Especiais de Fronteira; Plano Amazônia Protegida Operação Cobra (DPF) Decretos nº 4.411 e 4.412 sobre TIs e UCs (2002); Lei do Abate (1997, 2004); Atribuições subsidiárias das FFAA (LC 117/2004; 136/2010)	Plano Estratégico de Fronteiras (2011); Operações Ágata; Sisfron; extensão do Calha Norte para MS e MT. Unidades especiais de Fronteira; Enafron (2012). Regulamentação interagências do EB (2013); Inclusão do Centro Oeste como preocupação junto com Amazônia no Livro Branco da Defesa Nacional (2012)
Tecnologias	Sivam (FAB); PEF (EB); bases fluviais móveis (DPF)	SISFRON; Sensoriamento; Infovias; Centros de Operações; Videomonitoramento; Radiocomunicação
Instituições	Ministério da Defesa; Forças armadas; início do uso de militares como polícia de fronteira; Polícia Federal	Proliferação de agentes na segurança fronteiriça (municipais - GM, estaduais - PM e P. Civil, federais - FNSP, PRF). Articulação interagências: GGIF (Senasp, GM, agentes estaduais, EB, PRF, RFB) e Centros de Operações (sediados nas unidades militares); hibridação de práticas (polícia como militares; militares como polícia)

Fonte: Elaboração do autor.

A experiência amazônica

O mapa de distribuição das organizações militares ao longo da faixa de fronteira brasileira demonstra que o Arco Sul ainda concentra a maior parte do contingente nacional, uma inércia de quase um século em que

a região platina foi imaginada como principal cenário de uma eventual guerra. Desde a redemocratização no Brasil (1985), no entanto, é notável o destaque da região amazônica nas preocupações estratégicas do País e o incremento relativo e absoluto das organizações militares nessa região.

Embora remonte ao período militar, a questão amazônica ganha contornos próprios ao longo dos anos 1980 e 1990, a partir de temas como a agenda ambiental, os direitos indígenas, a guerra às drogas e os conflitos armados nos países vizinhos. Mas é na virada dos anos 1990 para os anos 2000 que a fronteira Brasil-Colômbia passa a ganhar proeminência, por conta da implantação do *Plan Colombia* e dos efeitos estimados na Amazônia sul-americana. A maneira como a fronteira Brasil-Colômbia é marcada pelos assuntos de segurança e defesa foi analisada em trabalhos anteriores (REGO MONTEIRO, 2009, 2010, 2011). Retomar a questão permite uma síntese e uma comparação com o que vem a se suceder na década de 2010, no Arco Central. Além disso, a comparação entre os dois momentos e regiões permite individualizar os elementos que definem uma mudança de padrão.

O incremento do conflito colombiano e a entrada dos EUA através do *Plan Colombia* atualizam e radicalizam o dilema brasileiro em relação à Amazônia. Os países fronteiriços à Colômbia eram afetados de diferentes formas com o aumento de refugiados (CODHES, 2004). Havia expectativa de migração de cultivos ilícitos, considerando os efeitos da repressão aos plantios de coca na Colômbia (UNODC, 2008). Os impactos das fumigações aéreas atravessavam as fronteiras colombianas para o Equador (CCE, 2007). Os usos táticos e estratégicos dos espaços fronteiriços para refúgio, abastecimento ou intercâmbios ilegais dos atores armados eram apresentados como fonte permanente de insegurança (REGO MONTEIRO, 2007). As operações militares na fronteira eventualmente geravam situações críticas, como na tomada de Mitú, em 1999, que envolveu manobras dos militares colombianos em território brasileiro, e na invasão colombiana que resultou no assassinato de Raul Reyes em território equatoriano, em 2008. O Estado brasileiro se posicionou de forma ambivalente, adotando a nova agenda de segurança internacional e, ao mesmo tempo, afirmando a soberania territorial sobre a região amazônica ante a supostas ingerências externas.

A expectativa dos efeitos do *Plan Colombia* foi superestimada no Brasil, mas as ações e os discursos principalmente oriundos das Forças Armadas defendiam a necessidade de afirmar a capacidade estatal de proteger suas fronteiras e manter uma presença militar na região, atualizando o discurso de soberania territorial na Amazônia.

As mudanças nas políticas de segurança de fronteira na Amazônia seguiram uma abordagem tradicional de fechar fronteiras com o reforço militar, mas também introduziram novas práticas de segurança fronteiriça. A abordagem tradicional do controle territorial de fronteiras se expressou principalmente na infraestrutura e presença militar, nas mudanças regulatórias e nos programas e operações. A assimilação de modelos contemporâneos de controle das fronteiras, estimulada pelos desafios novos e urgentes surgidos na fronteira Brasil-Colômbia, se manifestaram na integração entre as agências dentro das forças armadas – operações das três forças sob comando único – e entre estas e outras agências estatais, com trocas de informações, apoio logístico e ação concertada; na cooperação internacional em matéria de política de segurança e defesa no nível regional, tanto em acordos binacionais quanto em intercâmbios interagências; e na negociação entre o governo central e os governos locais (REGO MONTEIRO, 2009, 2010, 2016).

Embora tenham sido o resultado de diferentes processos decisórios, essas políticas formaram um todo coerente, no qual o segmento de fronteira colombiana assumiu proeminência dentro da fronteira continental e da região amazônica. A influência do conflito colombiano aparece explicitamente nas referências às ameaças que justificam cada ação de controle, quando se discutem temas como o crime transnacional, o narcotráfico e a proximidade dos guerrilheiros colombianos. Além disso, há uma coincidência temporal entre a intensificação do conflito colombiano desde 2002 e as respostas do governo brasileiro no mesmo período.

A concepção de ameaça transnacional colombiana alimentou o discurso da transnacionalização dos esforços para combatê-la. As relações entre o governo colombiano e os países vizinhos assumiram dois comportamentos distintos: a cooperação bilateral no caso do Peru e do Brasil,[2] e a rivalidade explícita no caso da Venezuela e do Equador,

2 Apesar da postura colaborativa entre Brasil e Colômbia nos assuntos de segurança durante os governos do PT, o discurso predominante de parte da mídia no Brasil e de círcu-

especialmente pronunciada no segundo mandato do presidente Uribe (2007-2010). As políticas de segurança nas fronteiras da Colômbia nos anos 2000 se intensificaram com a implementação do Plano Colômbia (1999), que tinha como principal foco o departamento amazônico de Putumayo, na fronteira com o Equador e o Peru. Em 2002, o Plano de Segurança, Soberania nas Fronteiras e Desenvolvimento Social estabelece as bases do *Plano Fronteras* (2003) (RESTREPO, 2009), buscando vincular metas de desenvolvimento social e econômico e ações de segurança nacional. Essa perspectiva foi reforçada pela Consolidação da Política de Segurança Democrática, em 2007, que classificava as áreas de fronteira como um dos quatro tipos de zonas de segurança em que o modelo de reabilitação social pela recuperação militar dos territórios deveria ser aplicado.

Havia grandes expectativas de que os Acordos de Paz na Colômbia (2016) tivessem resultados efetivos nas fronteiras amazônicas, por terem sido as fronteiras um cenário recorrente do conflito colombiano (ZÁRATE, 2015, p. 91). Uma hipótese trazida por Zárate (2015), com a qual concordamos, é a de que uma paz efetiva possibilitaria redesenhar políticas de fronteira menos baseadas na força e na presença militar, por parte da Colômbia e de seus vizinhos. Seguindo a ideia, a diminuição da importância do conflito colombiano na orientação das políticas de segurança fronteiriça do Brasil ocorre ao mesmo tempo em que os acordos de paz na Colômbia evoluíram, entre 2012 e 2016. Mas o redesenho de políticas públicas mais integracionistas e cidadãs na fronteira Brasil-Colômbia não se confirmou, permanecendo o viés securitário predominante das políticas de fronteira nos dois países, como uma inércia do momento anterior.

As concepções de ameaça no Arco Central da fronteira

Enquanto a Amazônia apareceu desde os anos 1980 como uma região problemática e relevante politicamente no contexto da política externa brasileira, a transição para o Arco Central teve muito menos apelo re-

los militares conservadores era de que o governo brasileiro era conivente com as FARC. Esse discurso foi reforçado pelo próprio presidente colombiano Álvaro Uribe em 2010, quando fez declarações confrontando a posição de Lula, às vésperas das eleições presidenciais no Brasil (REGO MONTEIRO, 2010).

tórico. Um conjunto de ações mais ou menos articuladas se desdobrou no Arco Central como resposta às dinâmicas próprias da criminalidade e das políticas de segurança, mas essa direção estratégica não ficou tão evidente no discurso político. Seguimos o mesmo caminho adotado na análise do período anterior (década de 2000): o contexto histórico, os documentos oficiais, as mudanças regulatórias, os programas federais, o papel dos militares e da polícia, e as novas tecnologias, considerando a temporalidade dos eventos e a distribuição espacial do controle no território.

Em relação ao Arco Central, não há um foco de conflito externo como havia no caso da fronteira Brasil-Colômbia, nem um evento marcante, como o lançamento do *Plan Colombia* no país vizinho. Os militares executores do Sisfron apresentavam o contexto regional da fronteira paraguaia com o Mato Grosso do Sul como o principal motivo para a escolha deste segmento como região-piloto da implantação do Sisfron.

Um mapa apresentado por representantes do Exército Brasileiro[3] explicitava as ameaças concebidas: do lado paraguaio, ícones de folha verde, arma de fogo e bandeira vermelha e verde estavam distribuídos aleatoriamente na fronteira norte do Paraguai, identificando cultivos de *cannabis*, traficantes de drogas e o Ejército del Pueblo Paraguayo (EPP), cujas ações ganharam destaque nos anos de crise do governo Lugo e ao longo da década de 2010,[4] assumindo o lugar das Farc no imaginário militar sobre a persistência da violência política nos países vizinhos, também com a narrativa sobre a ligação com grupos criminosos brasileiros.[5] Do lado brasileiro, o mapa indicava ainda a localização das terras indígenas no

3 As entrevistas foram feitas em trabalho de campo realizado em 2014 em Brasília (DF) e Dourados (MS). O mapa apresentado só foi concedido em baixa resolução, o que dificultaria sua reprodução.

4 O EPP começou a aparecer a partir de 2009, logo no início do governo Lugo, com foco no norte do Paraguai (ABENTE, 2010, p. 187). Depois de tentativas de combater o EPP com decretos de estados de exceção em 2010 e 2011, uma lei antiterrorismo decretada em 2010, a dificuldade de conter a violência na região do norte paraguaio foi apresentada como uma das motivações para o golpe parlamentar no presidente Fernando Lugo em 2012. O EPP continuou em pauta nos anos seguintes, e, em 2013, uma lei de militarização (Lei nº 5.036/13) foi aprovada para autorizar uso de militares em ações internas sem a necessidade de se decretar estado de exceção (PARAGUAI, 2013).

5 DEFESANET. *BR-PY EPP ataca e mata brasiguaio*. 22 nov. 2018. Disponível em: http://www.defesanet.com.br/fronteiras/noticia/31220/BR-PY---EPP-%E2%80%93-Ataca-e--Mata-Brasiguaio/.

Mato Grosso do Sul (com os limites e iconizadas por cocares que ocupam mais espaço do que as próprias terras), as organizações militares, Polícia federal e Receita Federal situadas nessa fronteira.

Uma análise "psicotopológica" do mapa permite inferir a concepção de ameaça ali presente. Todos os elementos ilegais se encontram exclusivamente localizados no lado paraguaio da fronteira, enquanto do lado brasileiro estão as instituições com seus brasões. As instituições estão localizadas corretamente em suas cidades, mas os ícones das ilegalidades no lado paraguaio da fronteira estão distribuídos sem precisão alguma, o que sugere que a concepção precede e dispensa qualquer esforço de precisão cartográfica sobre o que é considerado ameaça.

O destaque às terras indígenas, com os limites e os cocares como ícone, parece ter um caráter ambíguo: estão só no lado brasileiro, junto com as instituições estatais, mas em maior número do que elas – o que pode dar uma falsa uma impressão de inferioridade dos poderes estatais em relação à presença indígena. Essa ambiguidade – em que as terras indígenas podem ser vistas como ameaça ou como valor a ser protegido - pode estar impregnada do discurso dominante localmente que enxerga nos índios um entrave ao agronegócio. Mesmo se verificando que o Mato Grosso do Sul possui 92% do território apropriado por terras privadas e apenas 2,2% de terras indígenas. A região possui uma grande quantidade de população indígena Guarani Kaiowá, Guarani Nhandeva, Terena e outras etnias, que, no entanto, ficam confinadas em terras indígenas de tamanho reduzido, com alta densidade demográfica, incursões de fazendeiros nas áreas rurais e violência na área urbana, num processo que redunda na "contenção territorial" e na emergência de "territorializações de exceção", conceitos discutidos por Haesbaert (2014), aprofundados no caso dos indígenas por Mondardo (2018). O resultado dos conflitos tem sido o mais alto índice de violência contra indígenas no Brasil, correspondendo a mais de 60% do total de homicídios de indígenas em 2011 e 2012, seguindo a média do período entre 2003 e 2012 (CIMI, 2013; BRASIL, 2016),[6] com diminuição absoluta e relativa em 2016 e 2017 (CIMI, 2018). O confinamento dos índios em terras pressionadas com hostilidade por parte de fazendeiros levou

6 A pesquisa sobre a violência contra indígenas na Faixa de Fronteira no diagnóstico socioeconômico e demográfico da Faixa de Fronteira foi elaborada pelo geógrafo Tomás Paoliello Pacheco de Oliveira (BRASIL, 2016).

o antropólogo Eduardo Viveiros de Castro a caracterizar o Mato Grosso do Sul como a "Faixa de Gaza do Brasil".[7]

Mas a situação da violência contra os indígenas não é destacada como uma questão evidente e preocupante para o Exército. Ao contrário, a questão indígena aparece como problema a partir de uma narrativa comum entre os militares de que os indígenas são instrumentalizados por ONGs internacionais e comprometem o desenvolvimento e a integridade do território nacional.[8]

Outra fonte importante para situar a concepção da ameaça no caso do Sisfron é a nota técnica de justificativa do projeto, que apontava que "o custo da violência no Brasil, em 2010, foi calculado como sendo de 5,09% do PIB, ou seja, da ordem de R$ 183,75 bilhões", sendo R$ 40 bilhões referentes à violência decorrente do narcotráfico. Assim, estimava-se que o retorno do investimento seria garantido por uma "efetividade mínima do Sisfron de apenas 2,97% por ano" na redução do narcotráfico através das fronteiras (SISFRON, 2013). Esse argumento consolida a ideia, já expressa no mapa, de que o principal foco do programa de maior investimento do Exército Brasileiro – cerca de R$ 10 bilhões – estava voltado ao combate ao crime.

Por fim, nas entrevistas realizadas na Senasp, era recorrente a referência ao poder do Primeiro Comando da Capital (PCC) e ao Comando Vermelho (CV) na fronteira sul-mato-grossense e ao uso do território paraguaio como resguardo, o que remete a um episódio que poderia ser tomado como marco para compreender o contexto em que o Arco Central aparece como problema de segurança nacional. As rebeliões lideradas pelo Primeiro Comando da Capital (PCC), em maio de 2006, se espalharam para além da capital e do interior de São Paulo, atingindo outros

7 "MATO Grosso do Sul é a Faixa de Gaza do Brasil", diz Viveiros de Castro. *Folha de S. Paulo*, 2 ago. 2014. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2014/08/1495061-mato-grosso-e-a-faixa-de-gaza-do-brasil-diz-viveiros-de-castro.shtml. A apropriação da máxima de Viveiros de Castro pelo compositor Ruspô em *Dourados State of Mind*, lançado em 2016, gerou os versos iniciais que dizem: "Jagunço de luxo cuidando da casa/ não é fácil morar na Faixa de Gaza, aqui, aqui/ Seguranças bem treinados/ tiro de ação reflexo, aqui […]/ Ruas feitas todas de flores/ (e um pouco de sangue)/ isso é Dourados/ Índio não entra no shopping/ Pois branco não gosta/ Isso é Dourados, Dourados" (RUSPÔ, 2016).

8 Essa narrativa pode ser acompanhada nas notícias de *sites* voltados para o público militar, como o www.defesanet.com.br.

estados do Brasil. No Paraná e no Mato Grosso do Sul, rebeliões ocorreram em Foz do Iguaçu (PR, tríplice fronteira com Paraguai e Argentina), Dourados (MS, próximo à fronteira paraguaia) e Corumbá (MS, na fronteira com a Bolívia).[9] O PCC era ainda pouco conhecido nacionalmente. As rebeliões de 2006 amplificaram a dimensão nacional da facção, com especial destaque para sua influência nos estados da fronteira com Paraguai (Paraná e Mato Grosso do Sul). Nos anos seguintes, notícias já davam conta de articulações internacionais do PCC, especialmente na fronteira paraguaia, mas também na fronteira boliviana (MANSO; DIAS, 2018; OLIVEIRA; KRÜGER, 2018). É a essa narrativa de difusão do fenômeno do PCC no âmbito do Arco Central da fronteira que os agentes de segurança envolvidos na execução do Sisfron e da Enafron buscaram se vincular.

Políticas de segurança nas fronteiras e o Arco Central

Numa perspectiva institucional, dois marcos que orientaram, em linhas gerais, a mudança de enfoque do Estado brasileiro na segurança foram o Plano Estratégico de Fronteiras (PEF) (2011) e o Livro Branco da Defesa Nacional (2012). No Livro Branco, chama a atenção a inclusão do Centro-Oeste juntamente com a Amazônia, como ênfase especial da Meta 5 de "vigiar e proteger o território brasileiro" (BRASIL, 2012, p. 24). É a primeira vez que o Centro-Oeste aparece com destaque, o que não aparecia na Política de Defesa Nacional (1996) nem na Estratégia Nacional de Defesa (2008), que enfatizavam a Amazônia.[10] O Plano Estratégico de

9 PRESOS de PR e MS fazem rebeliões "solidárias" ao PCC. *Folha de S.Paulo*, 14 maio 2006. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u121465.shtml.

10 Na Estratégia Nacional de Defesa, o Oeste aparece com destaque ao lado da Amazônia e do Atlântico Sul na diretriz 9, "adensar a presença de unidades do Exército, da Marinha e da Força Aérea nas fronteiras, mas há a diretriz 10, que é a única que especifica uma prioridade regional: "priorizar a Região Amazônica". Já no Livro Branco de Defesa Nacional (2012), ainda há um destaque maior para a Amazônia, principalmente na descrição das atividades do Exército, mas a única referência regional entre as seis metas do Plano Brasil 2022, presente na Meta 5, inclui lado a lado Amazônia e Centro-Oeste: "vigiar e proteger o território brasileiro, articulando adequadamente a Força Terrestre, com especial ênfase na Amazônia e no Centro-Oeste do País" (BRASIL, 2012).

Fronteiras, por sua vez, especificamente, introduz maiores mudanças no nível operacional, que vão se delinear através de dois programas: o Sisfron e a Enafron.

O Plano Estratégico de Fronteiras tem desdobramentos no Ministério da Fazenda, por conta da Receita Federal, na Defesa, com o Sisfron, principalmente, e na Justiça, com a atuação, por um lado, na Polícia Federal, e, por outro lado, na Senasp. Aqui enfocamos o papel das Forças Armadas e da Senasp, buscando identificar o que mudou em suas organizações a partir da nova política.

Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (Sisfron)

Nas Forças Armadas, a maior novidade foi a implantação do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (Sisfron), que possui uma espacialidade bem delimitada. Embora tenha a longo prazo o objetivo de se projetar sobre toda a Faixa de Fronteira, o plano-piloto do Sisfron estava centrado no Arco Central, especificamente no sul do Mato Grosso do Sul, tendo o município de Dourados (MS) como epicentro. O Sisfron possui um subsistema de sensoriamento, um de apoio à decisão e um de atuação operacional, voltado para o fortalecimento da presença e da capacidade de ação do Estado na Faixa de Fronteira. O subsistema de sensoriamento corresponde à coleta e transmissão de dados com o uso de sensores ópticos e optrônicos, radares de vigilância terrestre e de vigilância aérea de baixa altura, sensores de sinais eletromagnéticos, sistemas de aeronaves remotamente pilotadas (Sarp) e aeróstatos. Cada um desses sensores possui um alcance espacial próprio, variando de 20 km (ópticos) a 650 km ou mais (satelitais).[11] Essa abrangência se amplia através das rotas

11 Os sensores ópticos e optrônicos, as câmeras, os equipamentos de visão noturna e as comunicações das patrulhas se limitam a cerca de 20 km. Com alcance uma pouco maior, temos os sensores optrônicos, radares e câmeras, Sarp e os meios de deslocamento disponíveis em pelotões, companhias e batalhões. Com o alcance de 200 km, estão incluídos os Sarp e a vigilância aérea de baixa altura, com atuação prevista para as brigadas. Além da faixa de 200 km, os sistemas de mais longo alcance são as aeronaves de asa fixa, os aeróstatos e a vigilância eletrônica, e o nível da hierarquia militar são as divisões e comandos militares de área. Por fim, a escala mais abrangente envolve o sensoriamento por produtores de sensores satelitais. No projeto-piloto havia duas faixas de alcance para os sensores instalados, uma de 150 km e outra 650 km (REGO MONTEIRO, 2016).

de infovia, que permitem interligar os centros de comando e os postos de monitoramento. Outro aspecto importante é a cobertura do espaço aéreo, que passa a incluir o monitoramento de voos em baixa altitude, em faixas ainda não cobertas pelo Cindacta. Uma parte das informações fica restrita ao Exército, enquanto outra parte é compartilhada com os diversos órgãos públicos que alimentam os subsistemas de apoio à decisão e de atuadores, que pressupõem maiores graus de integração interagências (REGO MONTEIRO, 2016).

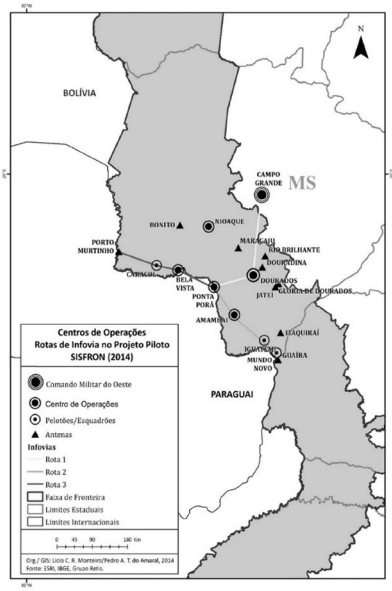
O subsistema de apoio à decisão atua na produção de conhecimentos para a realização de operações na faixa de fronteira. É neste subsistema que estão incluídos os centros de planejamento, coordenação, acompanhamento e controle de operações, programas (*softwares*) de apoio à decisão e infraestrutura de tecnologia da informação e comunicações (inclusive com infovias de longo alcance, dotadas de redes terrestres de micro-ondas e meios de comunicações por satélite). Por fim, o subsistema de atuadores envolve a realização de ações de defesa e segurança e de prevenção e repressão contra delitos transfronteiriços e ambientais na faixa de fronteira, com ênfase na atuação do Exército com as demais Forças Armadas (operações conjuntas) e com os órgãos federais, estaduais e municipais (operações interagências). Diversas unidades militares incrementaram a infraestrutura física e os equipamentos a partir dos aportes do SISFRON (REGO MONTEIRO, 2016).

Uma das principais tecnologias utilizadas pelo SISFRON são os Veículos Aéreos Não Tripulados (Vant) ou Aeronavaes Remotamente Pilotadas (ARP), ou, de forma mais resumida, drones. No Brasil, o uso tem sido intensificado desde 2010. Atualmente, os diversos usos de drones têm levantado questões sobre a regulamentação e segurança do espaço aéreo. Apesar de não termos (ainda) o uso de drones armados, o aumento do uso dos Vant na segurança pública e na defesa, tanto nas fronteiras quanto nas metrópoles, é um sintoma do que pode vir a surgir em nosso país. Os Vant do Sisfron (Hermes 450) foram comprados da Elbit Systems, empresa israelense, em 2010 e 2011. Posteriormente, a AEL, filial da Elbit no Brasil, formou um consórcio com as empresas brasileiras Embraer e Avibrás (consórcio Harpia, desfeito em 2016) para a produção dos Vant do Sisfron. A Elbit desenvolveu sistemas de vigilância na Faixa de Gaza desde os anos 2000 e introduziu o uso de drones para o monitoramento da fronteira sul dos EUA (MILLER; SCHIVO-

NE, 2015), em consórcio com a Boeing[12], contratada para construir o sistema de monitoramento de 7.500 km da fronteira EUA-México em 2006 (HAYES, 2009, p. 41). Da Faixa de Gaza original para a "Faixa de Gaza" sul-mato-grossense, passando pela fronteira entre México e EUA, o efeito bumerangue de Foucault e Graham (2011) dá suas voltas na difusão do novo modelo de segurança.[13]

12 O processo de implantação do Sisfron ocorreu paralelamente à tentativa de revitalização de uma base industrial de defesa brasileira, propugnada pela Estratégia Nacional de Defesa (2008). A Embraer era a principal exportadora de equipamentos militares do Brasil e foi a líder do consórcio ganhador da primeira fase do Sisfron, junto com a Avibrás e a AEL (filial da Elbit Systems). A principal concorrente foi a Odebrecht Defesa e Tecnologia - formada quando a Odebrecht adquire a Mectron (empresa de tecnologia aeroespacial e de mísseis) em 2011 - em consórcio com a europeia Cassidian. Todas essas empresas nacionais foram beneficiárias do Regime Especial Tributário para a Indústria de Defesa, instituído em 2012. Em poucos anos, no entanto, todo esse esforço retrocedeu. Em 2016, após as denúncias contra a Odebrecht iniciadas em 2014, foi encerrada a Odebrecht Defesa e Tecnologia com a venda da Mectron para a israelense Elbit Systems, enquanto em 2017 se iniciou a venda da Embraer para a Boeing, processo concluído em 2019 e que deixou de fora a parte militar da Embraer, que continuaria como uma empresa nacional.

13 Como analisamos em Rego Monteiro (2016), os Vant brasileiros estão integrados ao subsistema de sensoriamento do Sisfron e aos Centros de Operações, salas protegidas dentro de organizações militares onde a tomada de decisão pode ser efetuada a partir das informações remotamente adquiridas. Bem antes disso tudo, em 2004, o Brasil regulamentou a chamada Lei do Abate, aprovada em 1998, que permite abater aeronaves suspeitas principalmente em rotas utilizadas para tráfico de drogas. Juntando esses três dispositivos – cobertura de vigilância com Vant, centros de operações (distantes e protegidos da zona de combate) e direito de abater –, temos no Brasil o embrião de uma lógica de uso da violência pelo Estado bem próxima do drone armado voador analisada por Chamayou (2015).



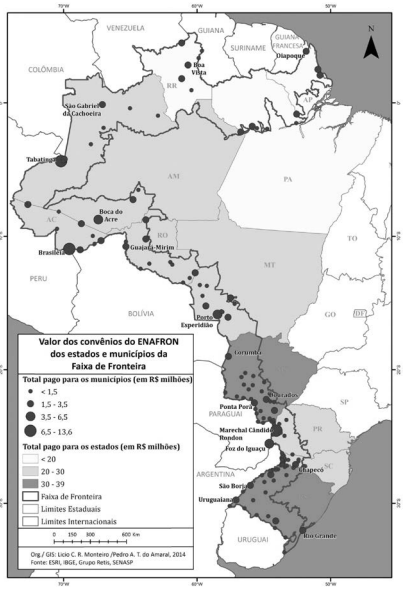


Figura 1: Centros de Operações e rotas de infovia no Projeto Piloto Sisfron (2014)
Figura 2: Valor dos convênios da ENAFRON nos estados e municípios da Faixa de Fronteira (2014)

Outros programas

Além do Sisfron, dois outros programas do Ministério da Defesa apontaram claramente para o Arco Central como novo atrator. O Programa Calha Norte, bastante importante no contexto amazônico, se ampliou em 2016 para incluir o Mato Grosso e o Mato Grosso do Sul. As sucessivas Operações Ágata, iniciadas em 2011, foram a face de maior visibilidade da atuação das Forças Armadas na fronteira. Embora sem uma concentração regional específica, pois variavam a cada ano, o segmento mais recorrente foi o da fronteira com o Paraguai, com oito participações em doze (entre 2011 e 2017).[14]

14 Informações de 2011 a 2016 estão disponíveis num mapa do *site* da Abin. Disponível em: http://www.abin.gov.br/atuacao/areas-prioritarias/seguranca-das-fronteiras/. A Operação Ágata 12, em 2017, está descrita em reportagens.

No caso da Senasp, o desafio era reunir e coordenar os órgãos estaduais de segurança dos estados da Faixa de Fronteira em ações e programas integrados com governo federal. A Enafron significou um esforço inédito de coordenação federal das polícias estaduais na fronteira. Até a década de 2010, a principal atuação federal na segurança pública ocorria através do Departamento de Polícia Federal, estrategicamente segregado das polícias estaduais, e cujas operações na fronteira ocorriam na maioria das vezes sem a participação das polícias estaduais, vistas como de pouca confiança. Em 2004, havia sido criada a Força Nacional de Segurança Pública, reunindo policiais cedidos das diferentes unidades da federação, sob comando unificado da Senasp, para operar em situações específicas (Ex.: cidades de fronteira, crises de violência urbana, greves de policiais militares, rebeliões de presídios etc). Entre 2009 e 2013, 17 municípios de fronteira receberam operações da Força Nacional (BRASIL, 2016).

Entre as ações programáticas da Senasp, uma das primeiras iniciativas foi o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci) – Fronteiras, iniciado em 2008, após experiências pioneiras realizadas no Rio Grande do Sul. Em 2009, teve início o Projeto de Policiamento Especializado de Fronteira (Pefron), que consistiu basicamente no incentivo à criação de grupos especializados dentro das polícias estaduais para atuarem, de forma preventiva e repressiva, nas regiões de fronteira. Os exemplos adotados foram as unidades especiais de fronteira das polícias do Mato Grosso do Sul – Departamento de Operações de Fronteira (DOF) – e do Mato Grosso – Grupo Especial de Segurança de Fronteira (Gefron). Entre 2009 e 2011, a cooperação com a Senasp se limitava a investimentos para aquisições diretas de bens (veículos, capacetes balísticos, armas de menor potencial ofensivo) via convênios com os estados fronteiriços, e o treinamento de cerca de 800 profissionais de segurança pública das polícias estaduais, feito pelo Departamento da Força Nacional de Segurança Pública para compor as unidades especiais de fronteira. Ainda no âmbito do Pefron, houve projetos para apoiar sistemas de comunicações na faixa de fronteira, no final de 2011 (NEVES; SILVA; REGO MONTEIRO, 2016).

Os lançamentos do Plano Estratégico de Fronteiras (2011) e da Enafron (2012) significaram, na prática, o encerramento do Pefron. A atuação do Ministério da Justiça na fronteira foi elevada a um novo patamar, tanto pelo aumento dos recursos quanto pelo planejamento e pela diversifica-

ção de atividades coordenadas no âmbito da Enafron. O incentivo para a criação de unidades de polícia militar especializadas de fronteiras, foco do Pefron, ainda se manteve, com a criação da Unidade Especializada em Fronteiras (Unesfron), em Rondônia, e do Batalhão de Polícia de Fronteiras (BPFron), no Paraná. Os mecanismos de cooperação instituídos entre a União e os estados em 2010 foram substituídos por novos termos e convênios com os 11 estados de fronteiras, orientados para o incremento de infraestrutura, aparelhamento e pessoal nos órgãos estaduais de segurança, além da articulação interinstitucional via Gabinetes de Gestão Integrada de Fronteira (GGIF). Coube à Senasp o papel de articulação entre os órgãos de segurança federais, estaduais e municipais, através da Enafron (Portaria nº 12, de 16/3/2012). O objetivo geral do programa foi o de "fortalecer a prevenção e repressão dos delitos transfronteiriços e dos delitos praticados na faixa de fronteira brasileira em parceria com Estados e municípios". Foram definidos seis eixos de atuação: 1) diagnóstico, acompanhamento e avaliação; 2) integração sistêmica e cooperação; 3) política nacional uniforme; 4) inovações tecnológicas; 5) política de pessoal e 6) inteligência de segurança pública[15] (NEVES; SILVA; REGO MONTEIRO, 2016).

Algumas ações da Enafron foram mapeadas com a finalidade de observar as áreas prioritárias de investimento e a distribuição espacial dos recursos disponibilizados a estados e municípios da Faixa de Fronteira. Foram definidos 178 municípios prioritários da Faixa de Fronteira,[16] habilitados para a aplicação dos recursos da Enafron – incluindo São Caetano de Odivelas (PA), Abaetetuba (PA) e Tefé (AM), que, apesar de não fazerem parte da Faixa de Fronteira, foram considerados estratégicos por

15 As ações inseridas no âmbito da Enafron foram: 1) Apoio ao Reaparelhamento dos Órgãos Estaduais de Segurança Pública; 2) Capacitação; 3) Procedimentos Operacionais de Atuação nas Fronteiras; 4) Grupo de Trabalho de Radiocomunicação Integrada; 5) Sistema de Radiocomunicação Digital; 6) Diretrizes da Política de Pessoal para os Profissionais de Segurança Pública que atuam na Fronteira (PNUD); 7) Pesquisa sobre Segurança Pública nas Fronteiras (UFRJ – NECVU e Grupo Retis); 8) Apoio a Estruturação Logística da Força Nacional para atuação nas Fronteiras; 9) Sistema de Videomonitoramento nas Fronteiras (Neves, Silva; Rego Monteiro, 2016).

16 Segundo os gestores da Enafron, a escolha dos municípios resultou inicialmente da leitura de relatórios e documentos de diversas fontes, como ABIN, Senasp, DPF, DPRF, Ministério da Integração, dentre outros. Foram incluídas todas as cidades-gêmeas de forma deliberada. Algumas cidades foram incluídas também a pedido das secretarias estaduais de segurança.

suas posições geográficas na circulação hidroviária. O mapa dos convênios recupera os dados de 2011 e 2012 por município, incluindo dados anteriores à delimitação dos 178 municípios da Enafron , em que aparecem mais 41 municípios como receptores de recursos da Senasp, considerando Pefron e Enafron, totalizando 219 municípios. O mapa seguinte indica os municípios que receberam recursos para reaparelhamento das forças de segurança pública, videomonitoramento e radiocomunicação, entre 2012 e 2013 (NEVES; SILVA; REGO MONTEIRO, 2016).

Juntamente com a mudança de enfoque regional, as políticas de segurança nas fronteiras apresentaram também mudanças organizacionais. A principal delas foi a articulação entre os níveis estadual e federal, em que a esfera estadual passa a ganhar atribuições de segurança de fronteiras. Embora essa função já fosse realizada, é a primeira vez que ocorre um planejamento e uma articulação nacional para a atuação das polícias estaduais nas fronteiras.

Os Gabinetes de Gestão Integrada de Fronteira (GGIF) se configuraram como um ambiente de articulação entre agentes estaduais (polícias), federais (sem a Polícia Federal, mas com Receita Federal, Polícia Rodoviária Federal e Exército Brasileiro) e, eventualmente, municipais e de países vizinhos. Os gestores estaduais planejavam operações e ações pontuais que envolviam esses agentes de diferentes organizações. Entre as agências, a Polícia Federal permaneceu de fora desse arranjo, pautando sua atuação de forma autônoma e estrategicamente desarticulada com as polícias estaduais.[17]

O Centro de Operações é a também uma estrutura onde se verifica a ação combinada entre os agentes estatais e a imbricação de funções militares e policiais. Corresponde a uma infraestrutura física situada no interior das unidades militares da fronteira (em sedes de comando, brigadas e regimentos), com salas altamente informatizadas, conectadas às redes

17 Por ocasião de um trabalho de campo realizado em 2013, pude acompanhar duas reuniões do GGIF do Mato Grosso do Sul, na ocasião o mais ativo entre todos os estados da Faixa de Fronteira (BRASIL, 2016). Em Corumbá (MS), foi uma reunião mais protocolar entre os diferentes agentes, inclusive com a participação da Polícia Nacional Boliviana; já em Ponta Porã (MS), o planejamento de uma operação para a apreensão de motocicletas irregulares que atravessavam a fronteira, da qual os agentes paraguaios não participavam, inclusive por conta da desconfiança no vazamento de informações. Em ambas as reuniões, houve participação de representantes do Exército Brasileiro.

de sensoriamento e ao comando das tropas, que servem como espaço de integração entre poder político e plano tático (atuadores) tanto para emprego em "ambiente de paz" - por exemplo, segurança pública, resposta a desastres, monitoramento ambiental – quanto para defesa militar. Enquanto o GGIF é um ambiente civil, do qual participam os militares, os Centros de Operações são uma infraestrutura militar, na qual os civis podem atuar.

Imbricação entre funções policiais e militares na fronteira e nas metrópoles

Observamos, por um lado, a aproximação das Forças Armadas das atividades rotineiras de segurança pública nas fronteiras, uma tendência já apontada nos anos 2000, em que os militares passavam a assumir funções típicas de polícia. Embora incluída nas leis complementares nº 117/2004 e 136/2010, a atuação das Forças Armadas com os órgãos de segurança pública foi regulamentada, no caso do Exército, somente em fevereiro de 2013, com o manual "Operações em Ambientes Interagências". Por outro lado, o reforço estrutural das polícias militares estaduais e sua especialização para atuar nas fronteiras através das unidades especiais de fronteira abrem caminho para uma atuação (ainda) mais militarizada das polícias, pois estas atuam em funções tradicionalmente atribuídas a militares, como o controle territorial das fronteiras.

A imbricação de funções policiais e militares, questão central em nossa abordagem sobre a securitização das fronteiras, se intensificou nos anos 2010 em contextos metropolitanos, como aponta Thiago Rodrigues (2016, p. 80), quando, com base em Bigo e Graham, fala de "um processo cruzado de *militarização das polícias* acompanhado da *policialização das forças armadas*", verificado em ações de "pacificação" no Rio de Janeiro. A imbricação ocorrida na fronteira estava, simultaneamente, sendo experimentada em diferentes contextos urbanos no Brasil na década de 2010: na intensificação das operações de garantia da lei e da ordem (GLO), agora regulamentadas pela Lei Complementar nº 136/2010, em diferentes pontos do território nacional, mas, especialmente, nas favelas cariocas, e na remodelagem da segurança nos principais centros metropolitanos do Brasil durante os anos próximos à Copa do Mundo de 2014. A realização dos megaeventos esportivos no Brasil (Copa do Mundo e Olim-

píadas) ajudou a difundir novas tecnologias, infraestruturas e arranjos organizacionais de segurança urbana, em que empresas de tecnologia de segurança passaram a participar de forma cada vez mais intensa na (re) arquitetura do Estado (CARDOSO, 2018).

Podemos explicitar alguns paralelos entre a modernização tecnológica da segurança na fronteira e no Rio de Janeiro por ocasião dos grandes eventos esportivos, tomando como referência, para o caso do Rio de Janeiro, a pesquisa de Cardoso (2013, 2018): 1) a instalação de Centros de Operações do Sisfron, nas organizações militares na fronteira, e os Centros Integrados de Comando e Controle, no Rio de Janeiro, dotados de infraestrutura tecnológica de informação e comunicação; 2) o uso de drones para a vigilância, na fronteira e durante os eventos; 3) a difusão do videomonitoramento nas cidades de fronteira com a Enafron e nas cidades-sede da Copa do Mundo; 4) a atuação do Exército em operações interagências em apoio à segurança pública nas fronteiras e nos grandes eventos; 5) a oportunidade de atender à demanda de reaparelhamento das forças de segurança e defesa nos dois contextos; 6) a apropriação operacional dos conceitos de comando e controle, atualizados para o C4I (Comando, Controle, Comunicação, Computação e Informação) e Interoperabilidade.

Espaços da exceção, o "tipo Gaza" e a emergência do Estado securitário

A preocupação com a segurança amazônica ainda expressava alguma ambiguidade do Brasil em relação às concepções de ameaça, pois pensar a situação do conflito colombiano implicava olhar tanto para os fluxos transfronteiriços ilegais quanto para uma eventual intensificação da presença militar e da influência norte-americana na Amazônia sul-americana[18]. O direcionamento para o Arco Central dispensa o in-

18 A recente batalha verbal entre os governos brasileiro e francês por conta das queimadas na Amazônia em meados de 2019 trouxe à tona novamente o discurso da ameaça de internacionalização da Amazônia. O presidente Bolsonaro e os generais de seu entorno questionaram a "mentalidade colonialista" por trás das críticas ao desmatamento, mas direcionando o ataque especificamente aos franceses, enquanto a presença dos Estados Unidos é considerada bem-vinda pelo governo.

conveniente de uma desconfiança explícita em relação aos norte-americanos, pois a pauta principal se tornou a transnacionalização das redes criminosas ao longo da fronteira brasileira, sem nenhum atrito com a Guerra às Drogas propalada pelos Estados Unidos. Nos anos 2010, fazer da segurança a principal pauta da política de fronteiras do Brasil comunicava aos países vizinhos uma contradição entre a prática securitária e o discurso integracionista. O Brasil investia em seu "muro virtual não físico, monitorado por drones e satélites", tal como reportagem do *The Economist* (2016)[19] caracterizou, de forma exagerada, o projeto do Sisfron. Outra contradição dos governos progressistas no Brasil foi a de direcionar os militares para agirem como polícia e ganharem campo de atuação na segurança pública, voltando armas aos concidadãos, seja nas favelas, seja nas fronteiras.

O engajamento permanente das Forças Armadas na segurança interna está diretamente relacionado ao empoderamento das Forças Armadas para a uma atuação cada vez mais ativa nos destinos da política nacional, prenunciada no governo Temer (2016-2018) e explicitada no governo Bolsonaro, iniciado em 2019. O que vivemos hoje pode ser uma inflexão que marca o fim de um grande ciclo de aparente normalização das relações civil-militares da Nova República pós-1985. Neste ciclo, os militares saíram da cena política principal nos anos 1980, se orientando para assuntos de defesa nacional, mas permanecendo ativos no âmbito interno em espaços específicos: no "reduto" amazônico, espaço de reinvenção da missão institucional das Forças Armadas, e nas fronteiras, onde a missão tradicional da defesa externa foi reformulada pelas novas dinâmicas da segurança. Enquanto isso, as operações de garantia da lei e da ordem eram decretadas em diferentes crises internas (greves de policiais, ocupações de favelas, ações em presídios até chegar às manifestações políticas em Brasília, em 2017) e a presença militar nas favelas se fazia presente em "pacificações" de territórios em conflito, trazendo o Exército de volta às ruas. Para completar o quadro, temos ainda a "experiência haitiana" e sua conexão com as operações militares no Rio de Janeiro, com aprendizado mútuo entre práticas de militarização urbana, como pontua Souza (2016).

19 MORE neighbours make more fences. *The Economist*, 7 jan. 2016. Disponível em: https://www.economist.com/blogs/graphicdetail/2016/01/daily-chart-5.

As "medidas excepcionais" aproximaram espaços geograficamente distintos e distantes no *continuum* de uma nova topologia espacial. Por um lado, o interno é projetado como um corpo social e territorial externo, como nas operações de "guerra" para a retomada dos territórios ilegais das favelas no Rio de Janeiro, por exemplo, na recente ocupação militar da área conhecida como Faixa de Gaza, na favela de Manguinhos, em operação que contou com 1.500 policiais e fuzileiros navais e o uso de seis blindados da Marinha,[20] e nas "Faixas de Gaza"[21] psicotopológicas da violência urbana que brotam sempre em uma nova esquina, cantadas nos raps proibidões de MC Orelha[22], ou a contenção territorial dos grupos indígenas no Mato Grosso do Sul, acuados em sua "Faixa de Gaza", contorno que se reduz em acampamentos e reservas como ilhas num mar ascendente de soja, cana e pasto e urbanização periférica.

20 POLÍCIA ocupa Faixa de Gaza no Rio. *Veja*, 18 dez. 2018. Disponível em: https://veja.abril.com.br/brasil/policia-ocupa-faixa-de-gaza-no-rio/.

21 Márcio José Mendonça (2017) tem aprofundado o conceito de militarização da cidade numa comparação entre práticas promovidas pelo exército israelense na Faixa de Gaza e por militares e polícias no Rio de Janeiro. Podemos sugerir aqui uma hipótese a ser desenvolvida a partir da análise da intervenção federal no Rio de Janeiro em 2018 e das eleições de Witzel e Bolsonaro no mesmo ano: o "tipo Gaza" emerge após o recente fracasso do modelo de ocupação e pacificação experimentados desde 2008 com o "tipo Colômbia" (REGO MONTEIRO, 2014) vigente no período das Unidades de Polícia Pacificadora (UPP). Essa diferença refletiria, guardadas as devidas proporções, a passagem do "controle pela presença contínua de exércitos de ocupação", avaliada como fracassada nos primeiros anos de ocupação do Afeganistão e do Iraque no contexto da Guerra contra o Terror, para o "controle à distância" resultante da experiência israelense em Gaza nos anos 2000 e adotado em diferentes contextos de conflito urbano e fronteiriço no mundo (GRAHAM, 2011, p. 319).

22 MC Orelha compôs o rap "Faixa de Gaza" em 2010, exaltando o Comando Vermelho, e "Faixa de Gaza 2", em 2015, alterando a letra para exaltar o Primeiro Comando da Capital. Na primeira letra, dizia: "Na Faixa de Gaza, só homem-bomba/ Na guerra é tudo ou nada/ Várias titânio no pente/ Colete à prova de bala/ […] Não somos fora da lei/ Pois a lei quem faz é nós". Já na versão de 2015, MC Orelha canta: "Já falei que na Faixa de Gaza só tem homem-bomba e geral sabe disso/ Alto poder de impacto e quem tá portando não brinca em serviço/ É tudo ou nada, a guerra declarada não dá pra saber quem vai ser salvo/ Caça vira caçador, atirador vira alvo/ […] E a lei que sempre acreditei é a lei do justo lá do céu/ Porque aqui a lei do homem não tá saindo do papel/ De um lado nós trajados, do outro os fardados/ E nesse conflito tá tudo mudado, o errado agindo pelo certo/ E o que era pra ser certo tá agindo errado/ […] Mantendo a razão em qualquer decisão/ Mente do vilão, terra desconhecida, inimigo número um/ Burro é o Estado que não acredita/ Enquanto o cifrão falar mais alto e fizer parte da autoestima/ Vai ter uma Faixa de Gaza sempre em uma nova esquina".

Por outro lado, o imaginário da ameaça externa se projeta sobre o ambiente interno, como a ideia de transbordamento dos efeitos do conflito colombiano nos anos 2000, as redes criminosas de origem brasileira que se resguardam nos países vizinhos e retornam ao Brasil fortalecidas ou as ameaças de guerrilheiros paraguaios a fazendeiros brasileiros no Paraguai nos anos 2010.

As clivagens que redefinem espaços internos e externos, legais e ilegais, ordenados e desordenados, se encontram nas situações extremas que materializam a ameaça à ordem social em territórios de exceção contornados pela contenção (Haesbaert, 2014) e pela negação. "Alguma coisa está fora da ordem", nas favelas, nos espaços fronteiriços, ou em reservas e acampamentos indígenas. No outro extremo, o contorno murado dos condomínios de alta renda, as "zonas verdes" em torno dos estádios dos grandes eventos esportivos, os espaços legítimos da exploração das terras do agronegócio, que se resguardam do mundo externo e avançam suas cercas apoiados pelos "jagunços de luxo".

Para além de nos questionarmos como um possível "efeito bumerangue" opera na circulação entre as práticas desempenhadas pelas forças de segurança nos espaços de exceção das grandes cidades e nas fronteiras, fica a pergunta sobre como as experiências produzidas nesses territórios de exceção ganharam centralidade na política nacional, num contexto em que os agentes estatais envolvidos mais diretamente na gestão dos riscos e da segurança assumem a preeminência na gestão do Estado e no controle da sociedade. Sempre "à espera dos bárbaros", o ponto a que chegamos foi o de inserir no centro do ordenamento da vida política nacional o medo, a insegurança e a proliferação dos mecanismos de vigilância e controle que se voltam em aproximações sucessivas para o conjunto da população, num emergente Estado securitário.

Referências

ABENTE, Diego. Paraguay, un escenario confuso y cambiante. *In:* MATHIEU, H.; GUARNIZO. *Anuario 2010 de la Seguridad Regional en América Latina y el Caribe*. Bogotá: Fescol, 2010.

AGAMBEN, Giorgio. Estado de exceção*: Homo Sacer II*, I. São Paulo: Boitempo, 2004 [2003].

_____. *Homo sacer*: o poder soberano e a vida nua. Belo Horizonte: UFMG, 2004 [1995].

_____. *Meios sem fim*: notas sobre política. Belo Horizonte: Autêntica, 2015 [1996].

BALZACQ, Thierry. The three faces of securitization: political agency, audience and context. *European Journal of International Relations*, v. 11, n. 2, 2005.

BIGO, Didier. The Möbius Ribbon of internal and external security(ies). *In:* ALBERT, Mathias; JACOBSON, David; LAPID, Yosef (Orgs.). *Identities, Borders and Orders*. Minneapolis: Minnesota University Press, 2001.

_____. *Globalized (in)security*: the field and the Ban-opticon. Conferences. Center for European Studies, Harvard, 2006. Disponível em: http://criticaltheoryindex.org/assets/bigo%2C-didier-globalized-(in)security-the-field-and-the-ban-opticon.pdf

_____. La mondialisation de l'(in)sécurité? Réflexions sur le champ des professionnels de la gestion des inquiétudes et analytique de la transnationalisation des processus d'(in)sécurisation. *Cultures & Conflits*, n. 58, 2005.

_____. Guerres, conflits, transnational et territoire. *Cultures & Conflits*, Paris, L'Harmattan, n. 21/21, 1996.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. *Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira*. Brasília: Ministério da Integração Nacional, 2005.

BRASIL. Ministério da Justiça. *Segurança Pública nas Fronteiras*: Diagnóstico Socioeconômico e Demográfico [Grupo Retis/UFRJ]. Brasília: MJ, SENASP, 2016.

BUZAN, Barry; HANSEN, Lena. *The evolution of international security studies*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

BUZAN, Barry; WEAVER, Ole. *Regions and powers*: the structure of international security. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

CARDOSO, Bruno. Estado, tecnologias de segurança e normatividade neoliberal. *In:* BRUNO, Fernanda *et al.* (Org.). *Tecnopolíticas da vigilância*: perspectivas da margem. São Paulo: Boitempo, 2018.

_____. Megaeventos esportivos e *modernização tecnológica*: planos e discursos sobre o *legado* em segurança pública. *Horizontes Antropológicos*, ano 19, n. 40, jul./dez. 2013.

CHAMAYOU, Gregoire. *Teoria do drone*. São Paulo: Cosac Naify, 2015.

CODHES – Consultoría para los Derechos Humanos y el Desplazamiento. *Cifras 1999-2005*. Disponível em: www.codhes.org.co. Acesso em: 19 maio 2006.

COLOMBIA. *Política de Consolidación de la Seguridad Democrática*. 2007. Disponível em: http://www.oas.org/dsp/documentos/politicas_publicas/colombia%202.pdf. Acesso em: 30 jun. 2011.

CCE – Comisión Científica Ecuatoriana. *El Sistema de Aspersiónes Aéreas del Plan Colombia y Sus Impactos sobre el Ecosistema y la Salud en la Frontera Ecuatoriana*. Quito, 2007. Disponível em: www.mamacoca.org. Acesso em: 30 ago. 2008.

GRAHAM, Stephen. *Cidades sitiadas*: o novo urbanismo militar. São Paulo: Boitempo, 2016 (2011).

GUZZINI, Stefano. *A dual story of securitisation*. DIIS Working Paper, 2015.

HAESBAERT, Rogério. *Viver no limite*: território e multi/transterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

HAYES, Ben. *NeoConOpticon*: the EU security-industrial complex. Amsterdam: TNI (Transnational Institute), Statewatch, 2009.

HUYSMANS, Jef. Defining social constructivism in security studies: the normative dilemma of writing security. *Alternatives*, v. 27, n. 1, 2002.

KLEIN, Naomi. *The shock doctrine*: the rise of disaster capitalism. New York: Metropolitan Books, 2007.

MACHADO, Lia Osorio. *Espaços transversos*: tráfico de drogas ilícitas e a geopolítica da segurança. Geopolítica das Drogas (Textos Acadêmicos). Rio de Janeiro: Fundação Alexandre de Gusmão; Brasília: MRE, 2011.

_____. Tráfico de drogas ilícitas e território: o caso do Brasil. *Revista Segurança, Justiça e Cidadania*, Dossiê "Fronteiras, Armas e Drogas", Ano 4, 2014, pp. 123-140

MANSO, Bruno P.; DIAS, Camila N. *A guerra*: a ascensão do PCC e o mundo do crime no Brasil. São Paulo: Todavia, 2018.

McDONALD, Matt. Securitization and the construction of security. *European Journal of International Relations*, n. 14, 2008.

MC ORELHA – FAIXA DE GAZA 2. [S.l.: s.n.], 2015. 1 vídeo (3 min 15 seg). Publicado pelo canal KondZilla. Disponível em https://www.

youtube.com/watch?v=rwgmgaR-nCc.

MENDONÇA, Márcio José. A cidade como espaço de batalha: de Gaza ao Rio de Janeiro. Geousp - Espaço e Tempo. V. 21, n. 3, 2017

MILLER, Todd; SCHIVONE, Gabriel. Gaza in Arizona: the secret militarization of the U. S. - Mexico border. *Salon*, 1 feb. 2015. Disponível em: http://www.salon.com/2015/02/01/gaza_in_arizona_the_secret_militarization_of_the_u_s_mexico_border_partner/. Acesso em: 16 fev. 2015.

MITCHELL, Katharyne. Ungoverned space: global security and geopolitics of broken windows. *Political Geography*, v. 29, 2010.

MONDARDO, Marcos. *Territórios de trânsito*: dos conflitos entre guarani e kaiowá, paraguaios e gaúchos à produção de multi/transterritorialidades na fronteira. Rio de Janeiro: Consequência, 2018.

NEVES, Alex J.;SILVA, José Camilo; REGO MONTEIRO, Licio Caetano. Mapeamento das políticas públicas federais na faixa de fronteira: interfaces com o Plano Estratégico de Fronteiras e a Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras. Brasil: SENASP, 2016

OLIVEIRA, Giovanni; KRÜGER, Carolina. As relações de reciprocidade e dívidas morais entre o presídio e a rua: a expansão e transnacionalização do Primeiro Comando da Capital (PCC) na fronteira Brasil-Bolívia. *DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, v. 11, n. 1, jan./abr. 2018.

PARAGUAY. *Revisión de la Ley de Defensa Nacional y Seguridad Interno*, 5.036/2013. Disponível em: http://www.dgaf.mil.py/wp-content/uploads/2014/01/Ley-N%C2%BA-1.337-De-Defensa-Nacional-y-de-Seguridad-Interna.pdf.

PEREIRA, Alessandro E.; SILVA, Caroline C. Viana e. Processo de securitização: uma análise sistêmica da aplicação do conceito de securitização em artigos internacionais. *In:* ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CIÊNCIA POLÍTICA, 11., 2018, Curitiba. *Anais* […]. Curitiba, 2018.

REGO MONTEIRO, Licio Caetano do. Brazilian security policies in the Amazon border and securitization of Colombian conflict (2001-2011). *Revista del Colégio Interamericano de Defensa*, v. 2, p. 81-99, 2016.

_____. Géopolitique de la sécurité en Amérique du Sud : le rôle du Brésil et les dilemmes d'une région en transition. *L'Espace Politique*, v. 31, p. 1, 2017.

_____. Novas territorialidades na fronteira Brasil-Colômbia: deslocamentos populacionais e presença de atores armados irregulares. *In:* ARAGON, L.; OLIVEIRA, J. A. *Amazônia no cenário sul-americano*. Manaus: UFAM, 2009.

_____. O curto voo da Lei do Abate. *Boletim do Tempo Presente*, 2008.

_____. O paradigma do drone armado voador. *Confins*, n. 31, 2017.

_____. *Políticas de segurança nas fronteiras da Amazônia*: uma comparação entre Brasil e Colômbia. Rio de Janeiro: CENEGRI, 2012.

_____. *Políticas territoriais na Amazônia brasileira e seus efeitos na fronteira Brasil-Colômbia*: controle territorial e ameaças transnacionais. Dissertação (Mestrado) – UFRJ, 2009, Rio de Janeiro.

_____. Programa Calha Norte: O Programa Calha Norte: redefinição das políticas de segurança e defesa nas fronteiras internacionais da Amazônia brasileira. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (ANPUR)* v. 13, p. 117-133, 2011.

_____. Rio de Janeiro "tipo Colômbia". *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 16, n. 2, 2014.

_____. Segurança na América do Sul: a construção regional e a experiência colombiana. Tese (Doutorado) – UFRJ, Rio de Janeiro, 2014.

_____. Dimensão amazônica do conflito colombiano e seus efeitos nas políticas de segurança continental e brasileira. *In:* TEIXEIRA DA SILVA, F.; CHAVES, D. (Orgs.). *Terrorismo na América do Sul*: uma ótica brasileira. Rio de Janeiro: Multifoco, 2010.

RESTREPO, César Andrés. *Colombia*: seguridad y defensa en las fronteras. Bogotá: Fundación Seguridad y Democracia, 2009.

RODRIGUES, Thiago. Narcotráfico, militarização e pacificações: novas securitizações no Brasil. *In:* PASSOS, R.; FUCCILLE, A. (Orgs.). *Visões do Sul*: crise e transformações do sistema internacional. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2016.

RUSPÔ. *Dourados state of mind*. 2016. Disponível em: https://ruspo.bandcamp.com/track/dourados-state-of-mind.

SOUZA, Marcelo Lopes de. Apresentação: cidades e militarização, de "Norte" a "Sul". *In:* GRAHAM, S. *Cidades sitiadas*: o novo urbanismo militar. São Paulo: Boitempo, 2016.

UNODC – United Nations Office on Drugs and Crime. *Coca Cultivation in the Andean Region. A survey of Bolivia, Colombia and Peru*. UNODC, 2008. Disponível em: http://www.unodc.org/unodc/en/crop-monitoring/index.html. Acesso em: 23 jun. 2009.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. Brasil, país do futuro do pretérito. *Aula inaugural do CTCH*, PUC, Rio de Janeiro, 14 mar. 2019.

WAEVER, Ole. Securitization and Desecuritization. *In:* LIPSCHUTZ, R. D. *On Security*. New York: Columbia University Press, 1995.

WILLIAMS, Michael. Words, images, enemies: securitization and international politics. *International Studies Quarterly*, n. 47, 2003.

ZÁRATE, Carlos G. Estado, militares y conflicto en la frontera amazónica colombiana. *Mundo Amazónico*, v. 6, n. 1, 2015.

CAPÍTULO 9

Por que é preciso falar de partidos políticos, de eleições e de democracia?

Iná Elias de Castro

Como contribuição ao debate proposto para a mesa redonda, este texto tem um triplo objetivo: analisar os limites da discussão sobre a representação política e participação na geografia humana no contexto da perspectiva ontológica assumida pelas correntes do pensamento crítico das ciências sociais, das quais a disciplina é caudatária. Paralelamente, demonstrar a importância de a geografia política dar atenção aos muitos espaços da política, especialmente àqueles da representação eleitoral como parte da relação Estado – sociedade que expressa o mundo real da política, no qual interesses, conflitos e participação constituem também expressões locais do sistema político. Pois, como bem defenderam Cox, Reynolds e Rokkan (1974:29), esse é também um sistema espacial, uma vez que a localização tem significância crítica para os conflitos locacionais e para as suas soluções. E, ainda, propor elementos para a análise sobre o modo como as mobilizações para defesa de interesses nos espaços públicos revelam quando as ruas se tornam espaços políticos e as possibilidades e os limites da democracia. A importância de considerar o espaço político encontra-se na sua condição de personificar a materialidade inerente à vida política que supõe pensar e falar como meios de persuasão e o agir como finalidade dos atores sociais e institucionais (CASTRO, 2012, 2016). O espaço político é então um lugar mobilizado para o confronto, onde os homens agem coletivamente com uma intenção, o lugar da defesa de interesses, da negociação e da disputa de poder sobre os acordos em relação às normas necessárias ao convívio pacífico entre diferentes visões de mundo.

Cada um desses propósitos define cada uma das três partes desta discussão. A primeira, tem como foco a análise dos partidos políticos no

contexto do debate sobre a democracia participativa e segue a pista dos argumentos apresentados por Clive Barnett (2013) sobre a relativa negligência da geografia humana no tema. Para ele, a disciplina tem dado mais importância aos movimentos sociais do que aos problemas institucionais da política, que afinal têm fortes evidências espaciais. A segunda, discute as muitas possibilidades da geografia eleitoral que expressa a territorialidade do voto e as questões que emergem a partir da decisão dos eleitores, distribuídos pelo território e estimulados por políticas públicas e estratégias partidárias. A terceira traz elementos para a análise de quando as ruas se tornam espaços políticos e os paradoxos da democracia, buscando um nexo conceitual e empírico entre as duas primeiras partes.

1. Porque os partidos políticos têm sido negligenciados na geografia humana

Pensar em partidos políticos envolve necessariamente considerar questões ainda em debate em torno da ideia democracia: definição, quais as expectativas e limites em torno da sua prática em diferentes países. Questão chave da democracia representativa, os partidos constituem a mediação entre a vontade do cidadão, expressa na escolha do seu representante, e as políticas públicas oferecidas pelo governo eleito. O debate começa neste ponto: para os que adotam a perspectiva *rousseauniana*, uma verdadeira democracia não pode ser representativa. O debate não será retomado aqui, uma vez que ele é longo e opõe escolas de pensamento muitas vezes opostas. Cada uma traz bons argumentos, porém algumas mais inspiradas em modelos teóricos fundados em ficções abstratas, muitas vezes utópicas, que dificultam análises mais objetivas da realidade política (MOUFFE, 2000).

São justamente esses modelos de análise que na geografia deixam pouco espaço para discussões mais substantivas de temas que pertencem ao campo da política e da democracia e, por consequência, dos partidos políticos. Neste sentido, a discussão feita por Clive Barnett no texto "Politics is ordinary, or, welcome to the party?" (2013) é exemplar e será aqui retomada. A atenção a este texto decorre da objetividade com que o autor analisa o cenário da geografia humana contemporânea. Para ele, a relativa negligência dos partidos na imaginação política da geografia humana

crítica pode ser um sintoma de um fechamento mais amplo em torno do que aparece como propriamente político neste campo. Quatro questões são destacadas em sua análise sobre a ausência de partidos no imaginário político da pesquisa geográfica: a primeira, como a mudança política é conceituada na literatura geográfica; a segunda indaga sobre o grau em que as características das teorias políticas mais aceitas pelos geógrafos podem ser constitutivamente cegas, não apenas para os partidos, mas para o mundo real do partidarismo, do agonismo e do conflito em geral; a terceira reflete sobre até onde os contrastes aceitos entre os agentes políticos centrais e aqueles da política nas margens podem não resistir ao exame mais minucioso dos estudos teóricos e empíricos; a quarta indaga sobre até que ponto é possível entender como a política dos movimentos sociais funciona sem considerar a estranha dinâmica da política partidária e das campanhas eleitorais, as práticas de voto etc. que se reproduzem nesses movimentos.

É verdade que os partidos políticos modernos são bons exemplos da "lei de ferro da oligarquia", como formulada por Robert Michels no início do século XX. Pioneiro na análise minuciosa e implacável dos fenômenos de poder dentro das organizações democráticas, sobretudo no movimento operário, nos partidos e nos sindicatos daquele período, na Alemanha especialmente, Michels identificou a tendência à oligarquização, que ele considerou inevitável como parte das "necessidades táticas e técnicas" dessas organizações (MICHELS, 1982). Apesar de seu ativismo e desgosto com os movimentos operários e os partidos terem-no levado a aderir ao fascismo italiano, as décadas subsequentes de prática da democracia representativa têm permitido aos seus defensores resistir bravamente a este desfecho, especialmente nas chamadas democracias maduras.

A crítica de Barnett resgata o efeito que a suspeição sobre esse aspecto da tendência à oligarquização dos partidos teve na geografia humana crítica. Essa desconfiança faz pensá-los como não democráticos e, consequentemente, valoriza o que seria uma esfera de mobilização social fora da política formal.

> If political parties are always already assumed to be usurpers of political authenticity and democratic energy, then social movements are often thought of as vehicles of political virtue, in principle if not always in practice. (BARNETT, 2013, p. 5).

Mas, se por um lado as teorias da democracia radical veem os movimentos sociais fora da arena da formalização política e agentes básicos da cultura política, elas subestimam o quanto esses movimentos se burocratizam e incorporam as rotinas da política formal, como já havia sido percebido por Michels e evidenciado em pesquisas recentes sobre diferentes situações desses movimentos (BARNETT, 2013; GERBAUDO, 2017; AZEVEDO, 2016; MACHADO FILHO, 2017).

Voltamos aqui às quatro questões de Barnett sobre a ausência dos partidos no imaginário político da pesquisa geográfica. A mudança política, problema da primeira questão, é conceituada na literatura da disciplina como necessariamente revolucionária, de acordo com o paradigma adotado da política deduzida da especulação filosófica, cujo exemplo mais importante é a elaboração de Marx que transfere o *ethos* político do Estado para a sociedade (SARTORI, 1981, p. 38). Nesta perspectiva, os partidos representam a continuidade do *status quo*, o que revela certa miopia da geografia humana crítica em relação ao processo de mudança ocorrido nas sociedades que adotaram o modelo de democracia representativa, como aquelas da Europa Ocidental, e ao debate sobre a questão da mudança subsumida na transformação.

A segunda questão aborda as limitações da influência do pensamento político das teorias sociais críticas aceitas pelos geógrafos. Estas privilegiam o consenso como base constitutiva da política para a formação da boa sociedade. Com duras críticas às sociedades capitalistas, não é considerado o quanto há de autoritário na ideia de consenso e de hegemonia, e o mundo real do conflito de interesses é ignorado, como se este é que estivesse errado. Neste sentido, ao apegar-se ao que a política deveria ser, esta perspectiva se afasta do mundo real e premia a demonstração teórica das possibilidades de mudanças como marca registrada da avaliação crítica (BARNETT, 2013, p. 3).

Na terceira questão proposta para sua discussão, Barnett aborda a ideia da ontologia política adotada pela geografia humana crítica, que identifica a genuína energia política fora do centro, ou seja, na margem do sistema. Assim, a política institucionalizada nos partidos é vista como rígida e voltada para a conservação do *status quo*, enquanto fora desses espaços institucionais encontram-se espaços produzidos pela sociedade, mais relacionais, mais flexíveis e mais criativos. Neste imaginário, a criatividade é sempre associada a eventos raros, como revoluções, rupturas,

reconstruções etc., e não na política, o que dificulta atribuir um peso adequado aos partidos no processo de mudança política (BARNETT, 2013, p. 4).

Ao desenvolver os argumentos para sua quarta questão, o autor chama atenção para o fato de que a ideia de serem os movimentos sociais os agentes primazes da cultura política subestima o quanto esses movimentos estão também incorporados às rotinas da política formal. Além disso, da mesma forma que os partidos políticos, a organização dos movimentos sociais tende a ser burocratizada e hierárquica, e

> they are also inevitably involved in a politics of representation, negotiating relationships between activists and wider constituencies and memberships. And nor do social movements operate only outside the established channels of political influence. The lesson of *political process* approaches is that social movements engage in various forms of interaction and engagement with powerful societal actors. (BARNETT, 2013, p. 6).

Na realidade, a ideia do autor é que não há uma clara divisão entre vício nos partidos, eleições e governo de um lado e virtude política nos movimentos, ativismo e protestos de outro. Considerar esta dicotomia não é a melhor forma de buscar explicação sobre o que acontece no campo político. Este será mais bem compreendido em termos de práticas de reivindicação que conecta esses diferentes atores e foca no grau em que mobilização e ativismo são inevitavelmente ligados às práticas da democracia representativa, competências do Estado, elaboração e implementação de políticas públicas. Neste sentido, superar o imaginário espacial de centros e margens, que supõe atores políticos autônomos, portadores de virtudes democráticas e energia radical, é necessário para compreender o status genuinamente político das formas de conflitos e partidarismos característicos dos partidos políticos.

O objetivo da revisão realizada pelo autor foi demonstrar como as teorias políticas críticas, de matriz filosófica e sociológica mais teórica do que empírica, que influenciaram a geografia humana afetaram a agenda da geografia política e obscureceram o partido político como questão para a disciplina. Em outros trabalhos, Castro (2005, 2012) argumentou também sobre o problema de a disciplina incorporar o pensamento dessas matrizes na compreensão da política e de seus processos, afastando-se

do debate da ciência política, muito mais fundamentado em pesquisas que, a partir de fundamentos conceituais, se propõem a investigar o mundo de interesses, conflitos e disputas de poder que estão na gênese da política, em qualquer lugar, em qualquer tempo.

2. As muitas possibilidades da geografia eleitoral

A geografia eleitoral, embora criada por um geógrafo francês, André Siegfried (1875-1959), com as obras pioneiras *Tableau politique de la France de L'Ouest* (1913) e *La Géographie de l'Ardèche sous la Troisième Republique* (1941), foi mais utilizada e difundida pela ciência política do que pela geografia, que só muito recentemente parece perceber a importância do campo, apesar das restrições impostas pelo imaginário crítico na geografia humana, como apontado na primeira parte deste texto. Lévy (2003, p. 841) chama atenção para os estudos pioneiros de Siegrifried sobre os partidos políticos e eleições e como foram ignorados pelos geógrafos devido à rejeição de qualquer geografia da política. Ele esboçou um modelo de comportamento eleitoral com base em relações entre estruturas agrárias, religião, urbanização, propriedades do solo e as atitudes políticas. Com grande aceitação nos estudos da ciência política, apenas a partir de 1980 os geógrafos passaram a relê-lo. Sanguin (2010, p. 84) ressalta em Siegriefied o cuidado na análise das dimensões espaciais dos comportamentos eleitorais e a preocupação com a perspectiva histórica em seus estudos nas relações do voto com a geografia.

A importância da geografia eleitoral está associada às condições da democracia representativa, na atualidade presente em um número cada vez maior de países. Mas são as condições de cada sociedade que definem os sistemas eleitorais, ou seja, o conjunto de regras, normas e leis que visam transformar voz (o voto do eleitor) em cadeiras nas casas legislativas e quem deterá durante o tempo definido nas legislaturas o comando do poder executivo. Neste sentido, o sistema de representação política confere aos representantes o poder de decisão sobre o bem público, isto é, a propriedade e o interesse do conjunto da sociedade, que pode ser uma coisa material ou um valor moral, ambos patrimônios públicos. Esse sistema foi a solução progressivamente elaborada e aprimorada para permitir que os conflitos de interesses nas sociedades modernas, de massa,

complexas, altamente diferenciadas e, em muitos casos, fortemente desiguais pudessem ser deslocados do interior dessas sociedades para a arena legal das casas legislativas. Sem deixar de considerar a importância de opor, sempre que necessário, o otimismo da vontade ao pessimismo da razão, como bem percebeu Maquiavel, mesmo que este sistema seja imperfeito e necessite de aprimoramento constante, ele tem desempenhado o papel de catalisador dos conflitos de interesses na maioria das sociedades que o adotaram (CASTRO, 2005, p. 142).

Duas proposições mais teóricas do que práticas podem ser destacadas das definições acima: na primeira, o corpo legislativo deve agir de acordo com as concepções particulares acerca do interesse dos seus constituintes, ou seja, seus eleitores de cujos interesses eles são fiadores; na segunda, as normas e leis elaboradas refletirão estas concepções particulares, porém, dentro dos limites impostos pelo interesse geral, ou seja, do bem público. A consequência imediata dessas proposições é que, quanto melhor for o sistema de representação, melhor será o corpo de representantes, e suas escolhas tenderão a refletir o corpo social que os elegeu. Daí a importância das legislações eleitorais, dos formatos dos distritos eleitorais, das plataformas partidárias etc. que afetam fortemente a relação entre o eleitorado e as cadeiras legislativas ocupadas. A contribuição da geografia para esta questão é evidente, cabendo-lhe a tarefa de demonstrar que os interesses, as normas e as leis deles derivados resultam das condições espaciais nas quais foram produzidos. Em outras palavras, trata-se de incorporar o espaço como variável explicativa necessária à compreensão das escolhas dos sistemas eleitorais e dos seus resultados: opções dos eleitores e composição da representação.

No entanto, há que considerar as distorções que o enunciado teórico sofre quando confrontado com a realidade histórica e social que se impõe *à prática política. Neste sentido, u*ma perspectiva da geografia é importante para compreender, de um lado, como os interesses no território resultam em estratégias para obtenção de respostas favoráveis à reprodução do sistema representativo e também manutenção dos representantes; por outro, identificar os modos pelos quais a organização do espaço pode afetar a decisão do eleitor. O voto pode então ser explicado também pelo espaço. A tradição da geografia eleitoral busca justamente esta compreensão (CASTRO, 2005, p. 143).

Como o espaço geográfico é arena de conflitos sobre normas de regulação para o seu controle, ele é consequentemente intrinsecamente político. E, nas sociedades modernas, a organização institucional das democracias representativas foi uma resposta às demandas e às lutas de categorias organizadas da sociedade civil, que, quanto mais organizada, maior a sua possibilidade de influenciar a agenda política através da representação. Neste sentido, nunca é demais ressaltar que dar atenção ao voto e a todas as implicações dos resultados das urnas supõe compreender os sistemas eleitorais e os partidos como construtos da própria sociedade e a democracia representativa como fundamento do processo eleitoral.

Não ignoramos aqui o debate sobre o distanciamento entre o otimismo da vontade e aquilo que a razão detecta como realidade, tanto no caso da democracia como naquele dos sistemas de representação carreados pelos partidos políticos, já discutidos na primeira parte deste trabalho. No entanto, duas objeções são aqui levantadas quanto ao pessimismo sobre a democracia e a representação política. A primeira refere-se ao problema da alternativa, que no caso da democracia, nos moldes em que ela foi pensada no século XIX e tem sido praticada desde o século XX, é o autoritarismo e a tirania. Ou seja, apesar da sua fragilidade, uma vez que os sistemas democráticos supõem liberdade de expressão, de organização e de ação até para afetar seus fundamentos, a humanidade ainda não inventou sistema melhor. Além disso, em ambientes democráticos há maior possibilidade de mobilização dos trabalhadores para melhorar suas condições sociais e qualidade de vida. A segunda refere-se ao problema das eleições e as distorções que interpõem sérios desvios no caminho entre a vontade do eleitor expressa no voto e o representante ou o poder executivo eleitos. Neste ponto há que considerar as gramáticas do poder, como bem analisadas por Nunes (1997), e os processos de formação histórica das sociedades, suas elites, suas preferências, bem como aquelas das camadas médias e classes de renda mais baixa. Há aqui uma defasagem entre os tempos sociais e aqueles dos processos eleitorais, o primeiro bem mais longo que o segundo. Essa defasagem traz desconforto e, muitas vezes, perigoso desencanto.

O Brasil da atualidade é um bom exemplo desse perigoso desencanto. O desenho do sistema de representação proporcional foi capaz, durante as últimas décadas, de incorporar todo o espectro de interesses de grupos, de minorias ou de tendências (NUNES; NOGUEIRA; TAFNER,

1995), além de expressar uma representação territorial que tem dado voz à periferia e tem permitido que suas demandas legítimas, e não apenas barganhas de interesses pessoais, cheguem ao centro de poder (CASTRO, 2005). No entanto, mudanças progressivas na legislação eleitoral e interpretações polêmicas da Constituição de 1988 aumentaram a distância entre a vontade do eleitor e a composição das casas legislativas (NICOLAU, 2017).

Há uma questão que deve ser observada na sociedade brasileira, como bem chamou a atenção Nicolau em suas análises desde 1982, sobre o descaso na votação de cargos proporcionais, ou seja, deputados federais, estaduais e vereadores. Essa desatenção do eleitor, que dificilmente lembra o nome do representante em quem votou nas últimas eleições, certamente traz consequências sobre a relativa facilidade com que leis eleitorais são aprovadas para favorecer o *status quo*. É bem verdade que nenhum legislador vota favoravelmente a uma lei que possa pôr em risco a possibilidade de renovar o seu mandato, mas daí isto ser suficiente para a deterioração e a atual crise aguda no sistema eleitoral vai uma certa distância. Além disso, os índices de renovação no Congresso Nacional têm variado de 62% em 1990 a 43% em 1998, com uma média de renovação de 1990 a 2015 em torno de 45% (BACKES, 2015, p. 6).

Na realidade, a condição da legislação eleitoral brasileira permite que haja uma ampla margem de apropriação indébita dos votos através de transferências não autorizadas. Na prática isto significa a manutenção de amplas margens de exclusão da vontade do eleitor em todas as unidades políticas da federação. Análises do processo eleitoral têm avaliado os efeitos perversos das legislações eleitorais brasileiras sobre a real proporcionalidade entre as escolhas do eleitorado e a composição da representação. Santos (1995) indica que determinados aspectos da legislação eleitoral brasileira – tais como o sistema de listas abertas e a prática de coligações eleitorais em eleições proporcionais – distorcem acentuadamente os princípios da representação proporcional enquanto tal. Também Lessa (1996), em sua pesquisa no Rio de Janeiro sobre os desvios dos votos e, consequentemente, da vontade do eleitor possibilitados pela legislação, indica o caráter rarefeito e distorcido da representação e o alcance real da exclusão de cidadãos do processo de manufatura desta representação.

Em trabalho recente, Nicolau (2017) faz uma síntese sobre o sistema eleitoral brasileiro e aponta as progressivas mudanças na legislação desde

os anos 1990 que configuram reformas progressivas no sistema. Para ele, o tema da reforma política retorna sempre à agenda política porque esta se concentra no sistema eleitoral, que não ocorre, apesar de o plenário da Câmara dos Deputados ter votado, em menos de uma década, cinco propostas diferentes, que foram derrotadas: lista fechada e lista mista (2007); distrital misto, lista fechada e distritão (2015). Em sua participação em duas décadas nos debates sobre reforma política, o autor identificou desinteresse por parte da elite parlamentar, a ausência de propostas detalhadas formuladas pelos partidos e o desinteresse também dos eleitores, na medida em que mudanças no sistema eleitoral comportam uma dimensão técnica que dificulta a sua extensão para o debate em fóruns menos especializados. É neste quadro de um sistema eleitoral cada vez mais permissivo em favor dos eleitos e com eleitores cada vez mais críticos ao parlamento que novas eleições serão realizadas em outubro e que persiste a dúvida sobre que mapas eleitorais sairão delas.

Os mapas eleitorais são recursos-chave na interpretação dos votos a partir da sua localização. Em trabalho também recente, Almeida (2018) analisa o que ele considera um padrão de escolha eleitoral no Brasil para presidente da República, que se consolidou desde 2006. Para ele, esta eleição consagrou um novo e permanente padrão de votação no país que diferencia o voto das regiões mais ricas, menos dependentes do Estado, daquele das regiões mais pobres, que dependem mais de políticas públicas sociais e econômicas. Independentemente dos riscos de simplificações e reducionismo que correm trabalhos que se propõem previsibilidade a partir de análises estruturais gerais para períodos de tempo curtos, o mapeamento das eleições presidenciais de 2006, 2010 e 2014 possibilitou uma análise sobre as possíveis causas da decisão do eleitor nas suas condições sociais e regionais, uma prática importante na ciência política desde Siegfried. O autor traz ainda uma análise comparativa com a distribuição do voto em áreas pobres e ricas em outros países. Deve ser observado que a clivagem riqueza – pobreza na decisão eleitoral não é tão simples, e geógrafos e cientistas políticos já identificaram outros fatores, como vizinhança, religião, identidade étnica, campanha etc. (COX; REYNOLDS, 1974; AMES, 2003).

No Brasil, se o mapeamento das eleições majoritárias merece atenção dos analistas, o mesmo não tem ocorrido com as eleições proporcionais. Estas, no entanto, abrem um importante campo de investigação

para a geografia política e são bem mais sensíveis aos fatores locacionais, como moradia e efeito de vizinhança. Trago aqui dois exemplos de pesquisas em geografia eleitoral no Rio de Janeiro, realizadas para elaboração de dissertação de mestrado em 2008 sobre o voto evangélico e em 2013 sobre o voto em candidatos financiados pela milícia e pelo tráfico de drogas. Problemas ainda hoje muito atuais e que merecem atenção, especialmente nas condições de eleições com menos recursos, como veremos.

A primeira teve como objeto a Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), no município do Rio de Janeiro, tendo em vista a sua relevância política frente aos grupos pentecostais brasileiros (BRAGA, 2008, 2013). Com o objetivo de identificar as estratégias territoriais desta organização religiosa para sua crescente conquista de fiéis e eleitores, o mapa dos eleitos vinculados à IURD revelou uma eficiente distritalização, ou seja, a delimitação de territórios estratégicos para esse voto no município. A pesquisa procurou identificar as causas para o crescimento da IURD e seu êxito eleitoral, o que possibilitou uma discussão a respeito da organização territorial da Igreja e da natureza territorial de suas atividades e localização dos templos, o que permitiu identificar o padrão espacial do voto evangélico. A geografia eleitoral dos votos *iurdianos* no ano de 2002 (ano em que a IURD obteve maior êxito eleitoral, com 54 deputados estaduais e federais eleitos, sendo 12 pelo estado do Rio de Janeiro, mais um senador, também pelo estado), no município do Rio de Janeiro, traçou um cenário que ajuda a compreender a maneira como essa igreja efetiva seus objetivos políticos por intermédio de sua atuação no território. Na tradição da geografia eleitoral, o papel da vizinhança e a influência das crenças religiosas na decisão do eleitor não são uma novidade, mas a pesquisa demonstrou, por meio do mapeamento dos votos, algo não esperado, ou seja, uma clara divisão do território do município do Rio de Janeiro em distritos eleitorais da IURD.

O segundo trabalho, a geografia eleitoral dos grupos criminosos na cidade do Rio de Janeiro, trouxe um preocupante padrão eleitoral no qual candidatos com suspeita de ligação com grupos criminosos vêm obtendo um grande número de votos nas localidades onde estes grupos mantêm influência (JUWER, 2013). A cidade do Rio de Janeiro possui uma complexa dinâmica de controle territorial por grupos criminosos. O estado, que já tinha nas facções criminosas de tráfico de drogas um grave pro-

blema, viu-se diante de um novo agente que passou a controlar diversos espaços do território carioca: as "milícias".

As chamadas "milícias" vêm crescendo de importância, dominando áreas cada vez maiores e impondo seus métodos de controle e lucro. Segundo o relatório final de 2008 da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), criada pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ) para investigar o assunto, as milícias são grupos armados compostos por agentes do Poder Público e pessoas cooptadas nas comunidades, inclusive ex-traficantes, que usam a força e o terror para dominar uma determinada região e explorar, de maneira ilegal, diversas atividades. As milícias, assim como o tráfico de drogas, se instalam em comunidades carentes, como favelas, assentamentos ilegais e invasões, provocando constantes confrontos com facções do tráfico na disputa por novos pontos de controle. Porém, além dos problemas de segurança causados pela ação desses dois agentes (milícias e tráfico), a concentração de votos em candidatos com ligações com o crime organizado é um novo e preocupante fenômeno que passou a ser notado nas áreas onde estes dois grupos mantêm influência (JUWER, 2013a).

Uma das localidades onde pôde ser observado este padrão foi a comunidade de Rio das Pedras, na Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro. No distrito eleitoral, delimitado pelo TSE, do qual a comunidade faz parte e naqueles que se localizam imediatamente em seu entorno, o mapeamento de votação em candidatos apoiados pela milícia revelou forte concentração de votos nas oportunidades em que se candidatou. Nessa pesquisa foi possível compreender como o controle territorial por parte de grupos criminosos pode refletir em um padrão de votação particular, que ajudaria a eleger candidatos suspeitos de pertencimento a estas organizações.

Mudanças na legislação eleitoral sobre o financiamento de campanhas reduziu os recursos disponíveis para as eleições tanto majoritárias como proporcionais em 2018. Este é um cenário que impõe o barateamento do custo do voto e que tende a beneficiar candidatos identificados com grupos religiosos, e, no caso dos candidatos vinculados a grupos criminosos, recursos financeiros ilícitos são colocados à disposição. Trata-se de um voto não identificado com programas partidários ou demandas sociais mais amplas, mas que favorece pautas conservadoras, no caso evangélico, e pautas que tendem a tornar a legislação de uso do solo urbano e anticorrupção mais frágeis, no caso das milícias e do tráfico.

3. A democracia e o paradoxo das ruas

Eventos contemporâneos no Brasil e no mundo apresentam duas facetas que não podem ser ignoradas: as mobilizações de interesse político que utilizam recursos das mídias virtuais e a materialidade das ruas e praças, onde manifestações, marchas, passeatas, ocupações etc. se tornam visíveis e por isso mesmo produzem consequências. Neste sentido, mesmo que o ativismo nas redes sociais esteja na ordem do dia como recurso contemporâneo do debate político, supostamente relegando ao segundo plano os espaços tradicionais da ação, deve ser argumentado que, "enquanto uma proporção cada vez maior da comunicação política utiliza meios digitais, as coisas que são comunicadas envolvem pessoas reais que ocupam, partilham e contestam no espaço físico"[1] (PARKINSON, 2012).

Este parece ser o paradoxo que envolve a visibilidade da democracia na atualidade. Pois, paralelamente às ruas e praças, espaços públicos onde se dão as mobilizações para pôr fim a regimes autoritários, à demanda pelo voto em eleições livres, como um recurso de libertação para muitas sociedades, há o desencanto com os mecanismos de deliberação política e críticas às bases institucionais das democracias contemporâneas (DAHL, 1989; INNERARITY, 2017; TRONQUOY, 2010). Nesse sentido, o debate em torno do papel das mobilizações políticas nos espaços públicos e as questões que elas levantam para as instituições representativas e deliberativas na vida democrática continuam em pauta.

Neste ponto, a discussão sobre o silêncio ou o barulho das ruas é interessante. O silêncio das ruas pode ser defendido como uma marca do perfeito equilíbrio entre as demandas sociais, atendidas através dos canais da representação legislativa e outros disponíveis entre a sociedade e seus representantes. No entanto, esse silêncio pode ser uma advertência sobre a perfeita opressão de um poder autoritário e a negação da liberdade. Este silêncio não é então evidente por si mesmo. Da mesma forma, o barulho das ruas tanto pode revelar um recurso democrático, para fazer com que governos ampliem sua agenda de políticas públicas, como pode

1 Original : "while a growing proportion of political communication uses digital means, the things that are communicated envolve real people who take up, share, and contest physical space".

se apresentar, sim, contra o próprio sistema de poder, seja uma tirania, seja uma democracia.

As ruas, portanto, constituem tanto o lugar privilegiado do cotidiano social como podem se abrir às manifestações políticas momentâneas dos mais diferentes tipos, tornando-se espaços políticos abertos (CASTRO, 2017) ou efêmeros (CORNWALL; COELHO, 2007), com poder de dar voz a demandas que tanto podem ser difusas e muito abrangentes como específicas e de direção clara, o que pode ser visto como característica da própria democracia, cujas instituições garantem o direito à liberdade de expressão e de contestação. Imaginar, portanto, que ruas e praças tomadas por manifestações representam sempre uma crítica, ou pior, uma ameaça à democracia representativa, é ter uma visão idealizada da representação como um espaço político perfeito, capaz de responder com eficiência a todas as demandas da sociedade, ou imaginar o contrário, que a democracia representativa é por princípio uma impossibilidade de legitimidade, como propunha Rousseau, e, neste caso, todas as manifestações políticas revelam uma crítica à democracia representativa e a negação das suas instituições.

Essas possibilidades, e o próprio paradoxo que as ruas tomadas por atos políticos representam, aliás há muito tempo, fazem delas um campo de ação e de reflexão importante para a geografia política, que já começa a ser explorado por aqui (OLIVEIRA, 2014; MACHADO FILHO, 2017; BORGES, 2017; AZEVEDO, 2016). Antropologia, sociologia, ciência política, além do jornalismo, reconheceram nelas potencial analítico para seus campos de conhecimento e de atuação.

No Brasil, 2013 foi um marco na história recente da democracia do país. Duas questões emergem: a primeira, por que o espanto e o desconforto naquele momento, por parte de alguns segmentos políticos e sociais, com as ruas tomadas por manifestações? A segunda, o que elas efetivamente significaram: ameaça à democracia ou signo da capacidade de a sociedade fazer-se ver e ouvir?

Mas pensar a democracia e as possibilidades que as ruas oferecem como recurso para a ação política requer considerar o ambiente político, econômico e social do sistema. Nesta perspectiva, novas questões se colocam. Por que as ruas estiveram tão silenciosas entre 2002 e 2013? Por que se tornaram tão barulhentas a partir daí? E, neste ano de 2018, pleno de ativismos virtuais, eleitorais e corporativos, de insatisfações sociais de

todos os tipos, de recrudescimento da violência, as ruas estão cada vez mais ativas. Qual o limite do paradoxo e qual o seu significado? Em que ponto o barulho das ruas soa como um hino à democracia ou o alarme sobre dias sombrios e de riscos para sua sobrevivência? Onde ocorrem as mobilizações, que forma assumem, quais seus efeitos? Estas são perguntas necessárias para a geografia política contemporânea.

O debate sobre as mobilizações contemporâneas está bem estabelecido na pesquisa de Paolo Gerbaudo (2017) sobre as manifestações nas ruas e praças nas últimas décadas em diversos países, tendo sido apresentadas evidências sobre a diferença entre a horizontalidade e a verticalidade como condição do caráter mais e menos político das manifestações. Segundo esse autor, houve duas fases nas mobilizações políticas que sacudiram diferentes sociedades nas últimas décadas, antes e depois de 2011. A primeira fase foi marcada basicamente pelas ocupações de praças, com um modo de organização que primava por relações horizontais, de cooperação e solidariedade entre os ativistas, inspirada em vertentes ideológicas mais libertárias, autonomistas e anarquistas. Estas negavam a política e sua verticalidade, o que contribuiu para o rápido esgotamento dessas mobilizações, uma vez que não foi possível ampliar esta horizontalidade para além dos limites dos espaços ocupados pelos ativistas. A segunda fase, ao contrário, buscou estabelecer canais de comunicação com as instituições políticas para reclamar suas pautas. A verticalidade foi formalizada e assumida por líderes publicamente reconhecidos que buscavam integração com esferas institucionais, inclusive criando novos partidos políticos, como ocorreu na Espanha e na Grécia. A democracia representativa e os partidos políticos, como mediação entre o voto e o parlamento, não eram negados, mas vistos como uma condição necessária da política contemporânea a ser aprimorada e resgatada das mãos de oligarquias políticas e econômicas.

Ruas e praças são, pois, espaços públicos do cotidiano social urbano e tornam-se espaços políticos quando invadidos por fenômenos da política, como aqueles desencadeados por mobilizações sociais, que transformam temporariamente suas rotinas e seus públicos usuais, muitas vezes ativados a partir das redes virtuais. O fato não é novo, e, ao longo da história, rupturas ocorreram na esteira de "distúrbios" desencadeados por movimentos decorrentes da insatisfação popular. Na atualidade, no entanto, a recorrência do fenômeno e a possibilidade de mobilizações on-line, bem como a sua visibilidade midiática, fazem revisitar um campo

de interesse que vem sendo tratado bem mais por cientistas políticos, antropólogos e sociólogos do que por geógrafos. No entanto, um olhar mais atento sobre as imagens desse fenômeno é capaz de perceber que o espaço é tomado como recurso estratégico, tornando-se ele mesmo um problema que deve ser considerado para identificar a efetividade desses movimentos que brotam nas ruas das cidades.

Aqui é possível estabelecer a diferença substancial entre o espaço público e o espaço político. O primeiro é caracterizado por relações sociais horizontais em seu cotidiano, um espaço que, segundo Berdoulay, Gomes e Lolive (2004), remete à existência de códigos legais estabelecidos sobre a urbanidade e sobre as maneiras adequadas de utilizar esse espaço urbano, que é, acima de tudo, um espaço social, e o segundo é o espaço transformado pelas manifestações políticas, onde as relações transitam verticalmente entre atores sociais e as instituições do sistema político como canais de encaminhamento das demandas vocalizadas por essas mobilizações (GERBAUDO, 2017). Neste sentido, há relações moldadas pela sociabilidade no primeiro e aquelas definidas pela política no segundo. No caso das ocupações que se fundamentam na horizontalidade e na solidariedade de base entre os atores, o espaço é utilizado como recurso estratégico de protesto com o objetivo de emitir uma mensagem política, no entanto o formato da sua organização é não político. Há uma diferença essencial entre ambos.

Em pesquisa sobre as mobilizações, Cornwall (2002, p. 2) percebeu que "o ato de participação pode ser visto dando vida a espaços, bem como esculpindo novos espaços e criando novas formas sociais com seu próprio domínio e ímpeto". Esses espaços estão associados a arenas políticas e à governança, cuja função é abrir canais de comunicação com o poder político institucionalizado com o objetivo de ampliar o atendimento às demandas sociais por voz e inclusão. Frente às possibilidades e complexidade das formas de participação e dos espaços escolhidos e moldados para isto, a autora organiza uma tipologia de espaços políticos com base em critérios de: relação entre participantes e instituições; efemeridade, ou seja, espaços que se abrem com propósitos particulares e se fecham novamente; espaços escolhidos; espaços abertos das manifestações. Estas são algumas formas que assumem os espaços de ação de atores sociais e institucionais com objetivo de mudança, ou de conservação. Para a autora, diferentes possibilidades de participação e do envolvimento público na governança reforçam a cidadania e legitimam esses espaços. Ou seja,

a questão central, subsumida nas suas reflexões conceituais e na pesquisa empírica, é analisar de que modo os espaços políticos forjados pela sociedade, em aliança ou em confronto com as instituições, adquirem funcionalidades e formatos diferenciados, o que vem ao encontro dos argumentos que procuramos aqui apresentar.

O espaço político é então o lugar onde a sociedade pode, de modos variados, fazer ouvir sua voz, ou seja, onde política e democracia adquirem visibilidade. A política como um campo de ações estratégicas para governar, ou seja, o poder que define as regras do jogo institucional, diferente da ideia que a vê a política diluída nas relações sociais, e a democracia como a forma mais bem acabada da política de controle do poder pela sociedade. O cerne do conceito de espaço político reside na ideia de este ser um espaço de ação das políticas públicas e palco de demandas sociais frente às instituições políticas. Esta perspectiva remete à necessidade de espaços e fóruns para a efetivação e legitimidade social da vida política e ao campo intelectual que consolidou a discussão e as pesquisas sobre espaços políticos nas ciências sociais (YOUNG, 2000). Estes são categorizados, de modo mais geral, como espaços de lutas, de mobilizações por direitos, envolvimento dos cidadãos na governança, de reivindicações, de protestos etc. (DANIEL, 2002; KOEBEL, 2011; HOLSTON, 2013; CORNWALL, 2002, 2007; BROCKETT, 2015). Estes espaços podem ser também aqueles das redes virtuais, sem materialidade, mas importantes por conectar movimentos em diferentes lugares do globo ou por facilitar a conexão entre o espaço virtual e o espaço concreto das mobilizações (CASTELLS, 2015; SMITH, 2015; DEANGELIS, 2015).

O espaço político é então um tipo de espaço de disputa sobre interesses conflitantes, cujos acordos revelam a capacidade de algumas vontades se imporem sobre outras. Não se trata aqui, portanto, de abstração, mas de prática social, visível e acessível, que personifica a materialidade inerente à vida política que supõe pensar e falar como meios de persuasão e agir como finalidade dos atores institucionais (CASTRO, 2012, 2018). O espaço político é, pois, um lugar mobilizado pelo conflito de interesses, onde os homens agem coletivamente com uma intenção: o lugar da negociação e da disputa de poder sobre os acordos em relação às normas necessárias ao convívio pacífico entre diferentes visões de mundo. Há, pois, na ação no espaço político, uma dimensão instituinte, ou seja, uma conexão com o poder decisório governamental, qualquer que seja a sua escala.

Conclusão

Partidos políticos, eleições e mobilizações são partes essenciais do sistema democrático, que é um modo institucionalizado de resolução de conflitos. Negar a afirmação de que o conflito deve ser eliminado em nome do consenso ou da hegemonia de um poder, por ser fator disjuntivo da sociedade, conduz fatalmente ao autoritarismo e à tirania. Mas convém considerar que o sistema democrático requer condições necessárias para o seu processo de consolidação e mesmo de duração, bem como suscita apoiadores e detratores, que o fragilizam consciente ou inconscientemente.

Nesta perspectiva, as sociedades contemporâneas enfrentam o desafio da escolha entre a eterna vigilância, como o preço da liberdade, premissa de Thomas Jefferson, um dos autores da declaração de independência (1776) dos Estados Unidos, ou a premissa hobbesiana de alienar sua liberdade ao soberano como garantia de não ter morte violenta. A democracia está na primeira escolha, e a obediência a um poder absoluto está na segunda. As estratégias e capacidades de diferentes atores que utilizam os espaços políticos para dar substância às democracias formais e ao próprio processo de transformação da democracia (STOKKE, 2009, p. 740) são questões recorrentes. No entanto, há que considerar o paradoxo de, na intenção de tornar a democracia mais democrática, reduzir seus espaços de liberdade em nome de uma vontade geral ou de um pretenso bem comum consensual.

Ser vigilante e participativo é condição *sine qua non* das democracias modernas, no entanto, nas sociedades plurais e mais complexas da atualidade, a multiplicidade de grupos de interesses e de atores com poder de veto (AMES, 2003), bem como as dificuldades de compreensão e controle das decisões muito técnicas dos governantes, são obstáculos cotidianos nas democracias contemporâneas. Problema agravado nas democracias mais jovens, com o falso dilema entre liberdade e igualdade, ou democracia e justiça social, que esconde a dificuldade de enfrentar problemas mais estruturais da história de elitismo e exclusão dessas sociedades. Estes, sim, são as verdadeiras origens das injustiças e mesmo dos problemas da democracia nessas sociedades.

Referências

ALMEIDA, C. A. *O voto do Brasileiro*. Rio de Janeiro, São Paulo: Record, 2018.

AMES, Barry. *Os entraves da democracia no Brasil.* Rio de Janeiro: FGV, 2003.

AZEVEDO, D. A. *A democracia participativa como um sofisma*: uma interpretação geográfica da democracia. Tese (Doutorado) – UFRJ, Rio de Janeiro, 2016.

BACKES, A. L. *A 55ª Legislatura (2015-2018)*. Brasília: Câmara dos Deputados, Consultoria Legislativa, 2015.

BARNETT, C. Politics is ordinary, or, welcome to the party? Annual Conference of the Royal Geographical Society with the Institute of British Geographers, August 30th 2013, London.

BERDOULAY, V. ; GOMES, P. C. C.; LOLIVE, J. *L'espace public à l'épreuve*: régressions et émergences. Pessac: Maison des sciences de l'homme d'Aquitaine, 2004

BORGES, T. L. S. *Os meios de comunicação e a formação de esferas públicas*: o caso das rádios comunitárias de Varre-Sai e Copacabana. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, UFRJ, Rio de Janeiro, 2017.

BRAGA, D. F. *Pentencostalismo e política*: uma geografia eleitoral dos candidatos ligados à Igreja Universal do Reino de Deus no Município do Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

BRAGA, D. F. Geografia eleitoral e as estratégias territoriais da Igreja Universal do Reino de Deus. Rio de Janeiro. In: CASTRO, I. E.; RODRIGUES, J. N.; RIBEIRO, R. W. (Orgs.). *Espaços da democracia*. Para a agenda da geografia política contemporânea. Rio de Janeiro: Bertrand, 2013. p. 147-181.

BROCKETT, C. D. The repression/protest paradox in Central America. Cambridge: Cambridge University Press, 2015. p. 363-369.

CASTELLS, M. The egyptian revolution. *In:* GOODWIN, J.; JASPERS, J. M. (Eds.). *The social movements reader*. Cases and concepsts. 3. ed. New Jersey: Wiley Blackwell. 2015. p. 45-52.

CASTRO, I. E. *Geografia e política*. Território, escalas de ação e instituições. Rio de Janeiro: Bertrand, 2005.

CASTRO, I. E. O espaço político limites e possibilidades do conceito. *In:* CASTRO, I. E. GOMES, P. C. C.; CORREA, L. (Orgs.). *Olhares geográficos*. Rio de Janeiro: Bertrand, 2012. p. 43-72.

CASTRO, I. E. Espaços políticos e novos desafios da relação Estado-sociedade no Brasil. *In:* SPOSITO, E. S.; SILVA, C. A.; SANT'ANNA, J. L.; MELAZZO, E. S. (Orgs.). *A diversidade da geografia brasileira*. Rio de Janeiro: Consequência, 2016. p. 95-112.

CASTRO, I. E. Espaço político. *Revista GeoGraphia*, Niterói, UFF, v. 20, n. 42, p. 120-126, 2018.DAHL, R. Democracy and its critics. New Haven: Yale University Press, 1989.

CORNWALL, Andrea. Making spaces, changing spaces: situation participation in development. *IDS Working Papers* 170, October, Brighton, 2002.

CORNWALL, A.; COELHO, V. S. Spaces for change? The politics of participation in new democratic arenas. In: CORNWALL, A.; COELHO, V. S. (Eds.). *Spaces for Change*? London: Zed Books, 2007.

COX, K.; REYNOLDS, D. R. Locational approaches to power and conflict. In: COX, K.; REYNOLDs, D. R.; ROKKAN, S. (Eds.). *Locational approaches to power and conflict*. New York: Sage Publications, 1974. p. 19-41.

COX, K. Location and public problem. Chicago: Maaroufa Press, 1979.

COX, K. Classes, localisations et territoires. In: LEVY, J. (Org.). *Géographies du politique*. Paris: Presses de F.N.S.P. EspacesTemps, 1991. p. 161-173.

DANIEL, Justin. L'espace politique aux Antilles françaises. *Révue Ethnologie Française*, v. 32, p. 589-600, 2002.

DE ANGELIS, E. L'espace politique virtuel avant et aprés la chute de Moubarak. Une critique des réseaux sociaux en Egypte. *Egypte: Monde Arabe*, n. 12, p. 195-227, 2015.

GERBAUDO, P. *The mask and the flag*: populismo, citizenism and global protest. Oxford University Press, 2017.

HOLSTON, J. *Cidadania insurgente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013. INNERARITY, D. *A política em tempos de indignação*. Rio de Janeiro: LeYa, 2017.

JUWER, V. V. A *geografia eleitoral dos grupos criminosos territorializados na cidade do Rio de Janeiro*. Dissertação (Geografia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

KOEBEL, M. Décentralisation et autonomie de l'espace politique local. *Révue Savoir*, Agir, n. 15, p. 39-47, 2011.

LESSA, R. A sombra da representação. *Monitor Público*, Rio de Janeiro, ano 3, n. 10, p. 11-20, 1996.

LÉVY, J.; LUSSAULT, M. *Dictionnaire de la géographie et de l'espace des sociétés*. Paris: Belin, 2003.

MACHADO FILHO, G. *Espaços da política*: a relação entre o espaço político das Assembleias e o espaço político das ruas no contexto das manifestações políticas brasileiras contemporâneas. Dissertação (Mestrado) – UFRJ, Rio de Janeiro, 2017.

MICHELS, R. *Sociologia dos partidos políticos*. Brasília: Editora UNB, 1982.

MOUFFE, C. *The deocratic paradox*. New York: Verso, 2000.

NICOLAU, J. *Representantes de quem?* Os (des)caminhos do seu voto da urna à Câmara dos Deputados. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.

NUNES, E. *A gramática do poder no Brasil*. Clientelismo e insulamento burocrático. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

NUNES, E.; NOGUEIRA, A.; TAFNER, P. Economia política do poder e modernização da democracia brasileira. *In:* VELLOSO, J. P. *et al.* (Coords.). *Governabilidade e Reformas.* Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1995.

OLIVEIRA, C. P. *O brado retumbante das ruas*. Monografia (Graduação) – Departamento de Geografia, UFRJ, Rio de Janeiro, 2014.

PARKINSON, J. R. *Democracy and Public Space*: the physical sites of democratic performance. Oxford: Oxford University Press, 2012.

SANGUIN, A,-L. *André Siegfried, un visionnaire humaniste entre géographie et politique*. Paris: L'Harmattan, 2010.

SANTOS, F. G. M. Microfundamentos do clientelismo político no Brasil: 1959-1963. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 38, n. 3, p. 459-495, 1995.

SARTORI, G. *A política*. Brasília: Editora UNB, 1981.

SMITH, J. The transnational network for democratic globalization. *In:* GOODWIN, J.; JASPERS, J. M. (Eds.). *The social movements reader*. Cases and concepsts. 3. ed. New Jersey: Wiley Blackwell, 2015. p. 184-195.

STOKKE, K. Human geography and the contextual politics of substantive democratization. *Progress in Human Geography*, v. 33, n. 6, p. 739-742, 2009.

TRONQUOY, P. (Dir.). Les démocraties ingouvernables? *Cahiers Français*, La Documentation Française, Paris, n. 356, 2010.

YOUNG, I.M. *Inclusion and democracy*. Oxford: University Press, 2000.

CAPÍTULO 10

O espaço da eleição: a regionalização do voto como evidência informacional

Glauco Peres da Silva

Introdução

A ciência política tratou da identificação dos estímulos provocados pelas regras eleitorais sobre o comportamento dos candidatos. O entendimento é o de que determinadas diretrizes fomentariam certo tipo de conduta dos políticos, sejam representantes eleitos, sejam candidatos. A interpretação institucionalista convencional é a de que estes estímulos seriam suficientes para explicar as ações dos políticos. No que tange à espacialização[1] do voto, os incentivos eleitorais direcionariam os deputados a concentrar seus votos regionalmente e a prover recursos especificamente para o seu eleitorado. Haveria, assim, uma troca de serviços públicos por votos.

Deste modo, o desafio empírico essencial estava em evidenciar a regionalização do voto. As primeiras formas de mensurá-la se voltavam à avaliação de percentuais do voto municipal que um deputado tinha obtido. Composições destas porcentagens foram aplicadas com intuito de identificar o fenômeno. Estava colocado, porém, o obstáculo da consideração da heterogeneidade populacional dos municípios brasileiros. Com novas técnicas que consideram o componente populacional na avaliação da espacialização, pesquisas têm promovido observações interessantes. A mais importante está na existência de alguns padrões na espacialização da votação, mesmo para candidatos distintos em pleitos distintos.

1 Neste texto, espacialização, regionalização, territorialização ou distribuição do voto são termos que se referem indistintamente ao fenômeno da observação do voto ao longo do território.

Para além das questões quanto a mensurações que corrigissem a variabilidade de população, em conjunto com a análise diacrônica do fenômeno, surgiram explicações teóricas alternativas que também davam conta das mesmas evidências, ressaltando a insuficiência em se considerar apenas os incentivos eleitorais formais como explicação para os resultados observados. Surge assim a segunda interpretação para a regionalização. Esta incorpora a maneira como ocorreria a coordenação entre os candidatos durante a disputa eleitoral. Esta coordenação tem várias dimensões possíveis. Uma delas é partidária. Teoricamente, sabe-se que a regionalização do resultado eleitoral decorre da forma como a lista de candidatos é produzida por cada partido. Candidatos vetam-se e suportam-se, ponderando também as regiões nas quais consideram serem aquelas nas quais são mais fortes eleitoralmente. Além disto, ainda na lógica partidária, os candidatos ao legislativo firmam acordos com lideranças locais, como os prefeitos, para que estes façam campanhas em seu nome. Porém, estes líderes não precisam estar vinculados ao seu partido e podem "vender" seu apoio para os candidatos, criando uma outra dimensão de coordenação. As lideranças locais funcionam como *brokers* – intermediários na relação com o eleitorado. Ou seja, se no primeiro movimento explicativo a regionalização dos votos era resultado de uma ação deliberada dos políticos e ainda implicava um certo tipo de relação com o eleitorado, as novas evidências ampliam as possibilidades em relação aos elementos atuantes que produzem os resultados observados.

Até aqui, a espacialização do voto dependeria da ação deliberada, coordenada ou não, dos políticos. Uma região de concentração de votos decorre apenas da intenção dos candidatos. O eleitor não só possui um rol limitado de alternativas dentre os candidatos para escolher, como ou reage aos recursos recebidos pelos deputados ou aceita as recomendações que as lideranças locais – partidárias ou não – lhe fazem durante a campanha. Seu papel é bastante reduzido nestas interpretações.

Entretanto, incorporar o argumento de que os cidadãos fazem uma escolha em uma eleição e que, em processos desta natureza, a informação é aspecto central de sua decisão modifica e amplia as explicações vistas até aqui. O eleitor precisa receber informação sobre quem é o candidato antes de realizar sua escolha. As campanhas servem para isso, inclusive, para lembrar o eleitor de que determinado deputado foi o responsável por determinada obra ou que o prefeito de sua cidade apoia certo can-

didato. Ou seja, incorporar a informação torna as abordagens anteriores casos particulares. Outra vantagem desta abordagem está no fato de que ela dá conta do padrão estável de votação regional dos candidatos a deputado federal.

Assim, com o intuito de apresentar estas abordagens que lidam com o papel do espaço em uma eleição, a primeira seção deste texto trata das questões metodológicas de evidenciação do fenômeno. Em seguida, o texto discorre sobre as duas abordagens institucionalistas que não colocam a informação como ponto central, para, na terceira seção, tratar da importância teórica da informação. Na seção seguinte, apresento algumas explorações empíricas que têm o intuito de evidenciar as possibilidades desta nova abordagem, para encerrar com uma seção de considerações finais.

Evidenciação do fenômeno

Como explicar a distribuição territorial dos votos de um candidato a um cargo eletivo? Em particular para o caso das eleições para deputado federal no Brasil, o que está por trás de padrões regionais de votos que são observados em todas as eleições?

A natureza do fenômeno parte de um questionamento anterior e fundamental: A distribuição de voto pelo território decorre de um aspecto eminentemente regional? A pergunta se sustenta porque qualquer fenômeno político pode ser circunscrito espacialmente. Eleições ocorrem no território e estão relacionadas ao território. A representação política é regional. É bastante trivial atualmente, com as ferramentas disponíveis, georreferenciar os resultados de uma eleição. Mas disto não decorre que o resultado gerado em um processo assim seja explicado a partir de teorias que mobilizem argumentos regionais.

Historicamente, alguns trabalhos voltaram-se para tratar do resultado das eleições para deputado federal no Brasil, considerando que a lógica de concentração/dispersão dos votos no território teria implicações para a representação política produzida pelo nosso sistema eleitoral que poderiam ser resumidas na contraposição entre "o voto local – mais 'conservador' e relacionado à pobreza e aos baixos níveis de urbanização – ao voto 'nacional' (mais 'ideológico' e urbano) que deveria representar as prefe-

rências de eleitores dispersos no distrito" (AVELINO; BIDERMAN; SILVA, 2016, p. 1094). Constatações como esta, que podem ser classificadas como mais associadas à uma abordagem da sociologia política, ressaltam a explicação da distribuição do voto como um evento determinado por características sociais e econômicas, seja dos eleitores, seja dos políticos. A perspectiva institucionalista, entretanto, mobiliza outros argumentos analíticos. Mas, ainda assim, a existência de áreas de concentração de votos "mostraria que o sistema proporcional brasileiro não só seria incapaz de dar voz a interesses dispersos geograficamente, como estaria sendo subvertido pelos interesses locais que imporiam uma 'distritalização' não regulada – ou, no dizer dos autores, 'informal' – da representação política" (AVELINO; BIDERMAN; SILVA, 2016, p. 1094-1095). Um problema fundamental da representação estaria caracterizado na avaliação da distribuição regional do voto. As abordagens institucional e da sociologia política, no que tange à definição prática do fenômeno, inicialmente partiram de um mesmo conjunto de dados ou de instrumentos analíticos.

Para se entender, porém, a caracterização realizada por estes trabalhos de como a dispersão dos votos pelo território era identificada, é possível considerar as evidências trazidas nestas pesquisas. Como regra, a avaliação se dava a partir de percentuais de votos, medidos tanto pelo total de votos do candidato quanto através de alguma zona de agregação qualquer: seção ou zona eleitoral, município ou estado. Este tipo de informação constituía o material de análise básico. Diante dos avanços tecnológicos, foi possível a representação destes resultados em mapas, tais como os indicados na figura 1.

Figura 1. Mapas com percentuais de votos de candidatos a deputado federal (1994)

Fonte: Ames (1995, p. 410-411)

A partir de manchas como as formadas nestes mapas, os pesquisadores trabalhavam a interpretação das eleições brasileiras. No caso particular destes mapas, as manchas são formadas a partir de composição de percentuais de votos como forma de conjugar aspectos teóricos distintos. Para efeitos deste trabalho, basta considerar que a base analítica aqui se dá com o percentual de votos de um município que um deputado obteve em uma eleição.

Como os atuais 5.570 municípios brasileiros variam imensamente em termos populacionais – de menos de mil habitantes em algumas cidades a quase 12 milhões em São Paulo –, observar o percentual de votos que um deputado obteve em uma cidade gera distorções em termos analíticos. Afinal, 70% dos votos em uma cidade de 5 mil habitantes têm significados analítico e político distintos em relação à obtenção de 70% em uma cidade de 350 mil habitantes. Neste sentido, era preciso buscar indicadores que controlassem esta dimensão do fenômeno para que apenas as variações políticas fossem consideradas.

Deste modo, foram propostos indicadores que considerassem o tamanho relativo das populações na unidade de agregação considerada. Indicadores provenientes da economia regional prestaram-se a este papel, tais como I-Moran, G, Quociente Locacional (QL), Horizontal Cluster (HC) (AVELINO; BIDERMAN; SILVA, 2011; SILVA; DAVIDIAN, 2013). Estas medidas, quando aplicadas sistematicamente a todos os candidatos, mesmo os derrotados, permitiram uma outra avaliação a respeito das distribuições dos votos pelo território. Na Figura 2 é possível notar manchas de votos de candidatos ao cargo de deputado federal em São Paulo considerando o QL. O mapa laranja é de 2002 (Telma de Souza, candidata pelo PT), o verde é de 2006 (Beto Mansur, candidato pelo PP; e Márcio França, candidato pelo PSB) e o amarelo é de 2010 (novamente, Marcio França, pelo PSB). Apesar de serem pessoas diferentes disputando a eleição em anos diferentes, seus mapas de votação são muito semelhantes.

Figura 2. Mapas com Quociente Locacional para candidatos a deputado federal em São Paulo

Fonte: Elaborado pelo autor.

Este exemplo, que se repete para outras regiões, e não só de São Paulo, traz um questionamento a respeito de qual seria a interpretação teórica capaz de dar conta deste fenômeno. Dentro da abordagem teórica institucionalista, é possível encontrar avaliações a respeito do fenômeno, sem que se tenha chegado a uma resposta definitiva sobre o tema.

Duas abordagens institucionais: o lado da oferta

A concentração de votos, então, pode ser entendida teoricamente como tradicionalmente é feito pela literatura institucionalista no caso brasileiro, por meio da pressuposição de que o comportamento político individual seria sua causa primordial, sendo um resultado dos incentivos emanados do sistema eleitoral nacional – institucional, portanto. Esta visão parte de uma noção estratégica individual dos políticos em uma interação que considera as forças regionais de cada um deles e a busca pela criação e manutenção de um vínculo bastante específico. Uma possibilidade de explicação complementar seria considerar que estes incentivos eleitorais sejam eles próprios os provocadores da regionalização do voto, dispondo da intencionalidade do político no cultivo de certos vínculos que resultassem em padrões de dispersão de votos. Neste caso, a dimensão partidária teria mais relevância na avaliação da formação de áreas de concentração de votos.

A abordagem institucionalista tradicional das eleições no Brasil enfatiza a importância do sistema, se majoritário ou proporcional (CAREY; SHUGART, 1995). Em um sistema majoritário (*plurality*), há apenas uma cadeira disponível. Haverá apenas um ganhador nesta eleição. Em um sistema proporcional, entretanto, há várias cadeiras em disputa, e, assim, mais de um candidato se elegerá. O primeiro caso incentiva que os candidatos busquem atingir o eleitor mediano (DOWNS, 1957) a fim de aumentar suas chances. É preciso fazer a maioria na eleição. Já no segundo caso, os candidatos não se veem diante desta necessidade; ao contrário, podem fazer campanha para segmentos específicos do eleitorado e ainda assim obterão sucesso.

Sendo a eleição para o legislativo no Brasil baseada no voto proporcional, estamos diante do segundo caso. A literatura, assim, preconiza que eleições baseadas no sistema proporcional, em que as listas de candidatos dos partidos não fossem previamente ordenadas, a chamada lista aberta, ainda incentivaria o voto pessoal (CAIN; FEREJOHN; FIORINA, 1987). Este conceito fundamental dos estudos eleitorais se contrapõe à ideia de voto partidário, no qual o eleitor identificado com algum partido privilegiaria seus candidatos no momento da escolha. Uma lista aberta incentivaria a disputa intrapartidária na busca pelo voto, já que obter mais votos significaria aumentar a chance de se eleger. Características pessoais, portanto, seriam a chave para entender o resultado da eleição. Ou seja, o candidato pode se voltar aos interesses de apenas uma parcela do eleitorado e ainda basear essa relação através de características pessoais.

Dentre os diferentes traços pessoais individuais importantes, alguns autores (p.ex. AMES, 1995) enfatizam a capacidade do político em atender interesses localizados de seus eleitores. São atividades conhecidas como *pork barrel* e *constituence service* cuja importância aqui se associa à atenção localista das atividades do político. Este tipo de atitude implicaria uma troca entre eleitor e representante: este proveria determinada região com recursos públicos ou atendendo a interesses localizados, e os eleitores retribuiriam este trabalho com seus votos. Formaria um ciclo conhecido como conexão eleitoral (MAYHEW, 1974).

Neste contexto, a concentração regional de votos seria entendida como a formação das áreas de interesse de atuação do político eleito. Ao longo de seu mandato, seu comportamento se daria a partir da constatação destas áreas e com vistas a estreitar o vínculo ou a expandi-lo. Por

exemplo, os deputados federais têm prerrogativa na destinação de emendas ao orçamento público. Há diversos trabalhos que buscam identificar se esta decisão se pauta pelo resultado da eleição (MESQUITA, 2008; SILVA, 2005; MESQUITA *et al.*, 2014, BAIÃO; COUTO, 2017; FIRPO; PONCZEK; SANFELICE, 2015), com resultados controversos em boa medida. Neste sentido, a interpretação que se faz dos mapas, tais como os da Figura 1, é a de que a votação de um parlamentar cria uma área de atuação clara – a *constituence* do político. Por conseguinte, estabelece-se um determinado tipo de vínculo entre representante e representado: aquele pautado na troca entre recursos públicos por voto, considerado o apelo de características individuais do representante. É, assim, uma questão estratégica de atuação do político: há custos proibitivos em fazer campanha por todo o território, o que o leva a concentrar esforços tanto no momento da busca pelo voto, como também durante a sua atuação como parlamentar. Tal cadeia de ações implicaria um esforço menor pela reeleição em um pleito subsequente.

Deve-se chamar atenção aqui para alguns aspectos que fazem com que esta explicação não seja perfeitamente convincente atualmente. O primeiro é que as taxas de renovação do Congresso brasileiro são relativamente altas – da ordem de 50% (SILVA, 2017); depois, não se encontra resultado satisfatório definitivo quanto ao efeito das emendas orçamentárias sobre o total de votos que o deputado que busca a reeleição consegue. Por exemplo, Baião e Couto (2017) mostram que há efeito no voto, sim, mas seu incremento é da ordem de 2% apenas; outra razão é que os eleitores no Brasil esquecem rapidamente em quem votaram, o que dificulta muito sustentar que há um vínculo estável entre político e eleitor; ademais, nesta explicação os partidos estão completamente ausentes. Não há outros atores políticos envolvidos, a não ser os próprios candidatos a deputado, em sua disputa por fechar seu eleitorado cativo aos interesses dos demais. A incorporação dos partidos na explicação sobre o resultado eleitoral é um passo relevante que tem guiado algumas pesquisas.

A necessidade teórica de incorporação dos partidos é gerada pela compreensão de que a elite política é capaz de se coordenar. Cox (1997) apresenta um modelo formal a respeito da coordenação dos políticos com vistas a obter o maior número de cadeiras possível. Este passo é vital para a sobrevivência dos próprios partidos. No caso brasileiro, ainda deve-se destacar o fato de que não é possível candidatar-se sem a permissão

partidária, que possibilita a adoção de estratégias nas disputas eleitorais (CARNEIRO, 2009). Nestes termos, seria esperado que os partidos buscariam evitar a competição intrapartidária, o que seria feito através da dimensão regional, evitando que a canibalização de votos – disputa por candidatos de um mesmo partido por eleitores de uma mesma região – ocorresse.

Esta dimensão partidária implicaria supor que um candidato com um vínculo em determinada região busca dentro de seu partido evitar que outros nomes compitam pelo voto nesta mesma região. Não é preciso supor a existência de uma liderança que organize o processo. Mesmo em uma suposição de completa descentralização, estaríamos diante de um jogo de coordenação em que os indivíduos se apresentariam como candidatos e buscariam desincentivar concorrentes locais a entrarem na disputa. Nesta situação, a possibilidade de interferência seria maior dentro do próprio partido. Em relação ao lançamento de outros candidatos na mesma região por outros partidos, seria muito menor a capacidade de influência para evitar a competição. Primeiros resultados com relação a esta avaliação sugerem que, de fato, os partidos de maior destaque na eleição são aqueles que conseguem um resultado de coordenação satisfatório (SILOTTO, 2016). Latner e McGann (2005) mostram que a formação das listas de candidatos por um partido geraria resultados regionalizados exatamente por se voltarem a alcançar o maior número de eleitores possível, sem negligenciar áreas do distrito eleitoral. Esta estratégia produziria as votações espacialmente distribuídas.

Outra forma de assumir a existência de alguma coordenação entre políticos na disputa eleitoral prescinde dos partidos em algum grau, na medida em que apresentam o papel dos *brokers*. Lideranças locais seriam capazes de mobilizar eleitores e entrariam em acordo com os partidos ou candidatos (NOVAES, 2018). Denotaria a fraqueza do partido em manter relações estáveis com os eleitores, pois dependeriam eles próprios de intermediários para atingir os cidadãos durante uma campanha.

Há aqui, então, duas maneiras de explicar a regionalização de votos: a estratégia individual e aquela em que há algum nível de coordenação, seja partidário ou não. Em ambas, está evidente a centralidade da decisão dos atores políticos envolvidos em uma eleição. Pode-se dizer, assim, que se trata do lado da oferta em um pleito, da oferta de candidatos à disposição do eleitor para que este direcione seu voto.

Entretanto, estas duas abordagens teóricas não consideram os desdobramentos da existência de uma relação de um político com determinado local. Explicitamente, apenas a primeira delas se volta ao tema, atribuindo para uma ação estratégica deliberada o cultivo do vínculo com determinada região a partir do atendimento às necessidades de recursos pela localidade. Entretanto, de acordo com a literatura que lida com voto pessoal, a localidade de referência de um político seria uma característica pessoal importante, pois é identificado com esta cidade ou região. Ames (1995) já havia feito menção a esta possibilidade, mas atribuía apenas à intencionalidade do político a manutenção do laço. A relação de um político com o território, intencional ou não, depende, em última instância, da maneira como os eleitores se comportam diante das opções que lhe são colocadas em um pleito. Este *link* explicativo ainda estava ausente até aqui, surgindo apenas quando os eleitores retribuíam recursos recebidos do governo federal através da proposição orçamentária feita pelo deputado de sua região.

Concepções mais contemporâneas a respeito do processo decisório de um eleitor consideram que este depende primordialmente das informações à sua disposição. Como em qualquer processo de escolha, o eleitor precisa ter informações a respeito dos candidatos que estão em disputa. Como dizem Lau e Redlawsk (2006, p. 17), "voting is about information". Uma vez a elite política tendo se coordenado e estabelecido as listas de candidatos, as opções estão restritas para a escolha dos eleitores. Este rol limitado de alternativas forma o universo possível em um processo de decisão. Porém, as alternativas possíveis são muitas ainda – que, no caso brasileiro, está na casa das centenas, quando não dos milhares de candidatos –, e esta proposição teórica permite que se atribua um papel mais ativo ao eleitor ou que se identifique a dinâmica à qual está submetido como parte importante da explicação do resultado eleitoral. Para além dos debates sobre como estes processos de escolha são feitos (MORAL; ZHIRNOV, 2018; STEENBERGEN; WILLI, 2018), a consideração sobre o fluxo informacional é crucial para a análise da distribuição espacial do voto e do resultado da eleição.

Uma abordagem informacional da espacialização do voto

Dois componentes-chave precisam ser articulados aqui em termos informacionais: o primeiro é a consideração do local de referência de um

político. Este local é um aspecto pessoal que pode ser entendido como um ativo mobilizado pelo candidato no momento de sua campanha: é a região onde é conhecido previamente, é onde o vínculo com os políticos locais é mais forte etc. (GÓRECKI; MARSH, 2014). O segundo aspecto é que o fluxo de informação pelo território é tendencioso (SILVA; SILOTTO, 2018). O mercado de mídia (*mídia market*) estabelece regiões nas quais as informações sobre os políticos são mais difundidas do que outras (BOWLER; DONOVAN; SNIPP, 1993). Outra maneira de avaliar a tendenciosidade do fluxo informacional se dá pela abordagem típica da geografia política (AGNEW, 1996). O fluxo diário de pessoas é um dos condicionantes que criam os meios pelos quais a informação flui e, portanto, tornam as probabilidades de se obter determinada informação distintas entre as pessoas.

A combinação destes dois elementos possibilita expandir a avaliação sobre a regionalização do voto em um sistema proporcional de lista aberta com distritos de larga magnitude como os brasileiros. Se a localidade de referência de um político é um ativo importante valorizado pela lógica do voto pessoal, a questão está em saber qual é essa localidade. No Brasil, o passo evidente é considerar a cidade como a referência local do político. Seja o município onde nasceu, seja onde sua carreira política foi estabelecida, esta seria a localidade na qual o político seria mais conhecido e, portanto, obteria maiores ganhos eleitorais. Nos termos de Bowler *et al.* (1993), seria o município onde os eleitores apresentariam probabilidade superior de votar neste político, já que o custo para aquisição de informação a seu respeito seria o menor.

Apesar da inovação quanto à consideração da localidade específica de um político como seu ativo pessoal, ainda permanece a consideração sobre como o voto se espraia pelo território. A decorrência do fluxo informacional seria a de que o custo de campanha é menor para um candidato nos locais onde a informação a seu respeito flua de maneira mais fácil ou natural através de meios estabelecidos previamente. Tem-se aqui, então, diversas possibilidades de avaliação, a partir de considerações do *mídia market*, do fluxo populacional diário, entre outras.

Neste mesmo sentido, como uma *proxy* possível do viés informacional, é interessante considerar a pesquisa realizada pelo IBGE chamada Região de Influência das Cidades (Regic). Seu objetivo é "de conhecer os relacionamentos entre as cidades brasileiras com base na análise dos

fluxos de bens e serviços" (IBGE, 2008, p. 8). Com esta pesquisa, "pretende-se subsidiar o planejamento estatal e as decisões quanto à localização das atividades econômicas de produção, consumo privado e coletivo, bem como prover ferramentas para o conhecimento das relações sociais vigentes e dos padrões espaciais que delas emergem" (IBGE, 2008, p. 8, grifo meu). Pode-se considerar que esta rede de relacionamento entre as cidades brasileiras forma um meio pelo qual a informação transita de maneira tendenciosa, pois é formada pelos muitos elementos do contato social, como o fluxo comercial, de trabalho, de jornais e revistas etc. A consideração da hierarquia entre as cidades brasileiras possibilita a criação de uma *proxy* para a avaliação do fluxo informacional a respeito de um político não apenas durante sua campanha, mas ao longo de seu mandato também: a notícia a respeito de sua disposição à disputa e sua plataforma não atinge a todos os eleitores de maneira igual – mesmo que o político conte com o amplo apoio de seu partido – e também não tem o mesmo efeito sobre os eleitores, considerando que há informação prévia sobre os políticos circulando ao longo dos intervalos entre as disputas eleitorais. A coordenação política ou a ação estratégica se dá em um ambiente em que a informação é tendenciosa territorialmente. Cabe à classe política lidar com isto.

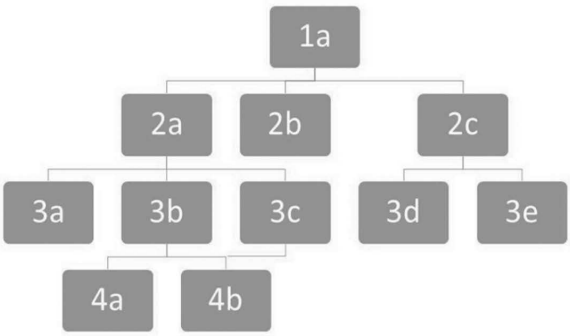
Diante desta hipótese teórica e desta possibilidade empírica, é possível estabelecer os diferentes núcleos de informação que compõem um distrito eleitoral brasileiro. Há alguns trabalhos recentes caminhando nesta direção que merecem ser destacados aqui em conjunto com as possibilidades que estes dados trazem na avaliação da regionalização do voto.

Dimensão empírica

A partir dos dados da Regic, pode-se, então, criar uma rede de relacionamento das cidades brasileiras. As cidades são associadas a níveis diferentes que vão de 1 a 5, com subdivisões em vários destes níveis, de acordo com a quantidade de bens e serviços oferecidos – as cidades no nível 1 oferecem a maior quantidade; as no nível 5, a menor. Cada cidade é associada às demais a partir das relações estabelecidas entre os seus habitantes em suas atividades diárias. Esta rede de relacionamento permite a criação de uma estrutura que simularia o meio por onde se cria um fluxo

de informação estruturado a despeito das disputas políticas; ao contrário, seria um meio através do qual a relação política ocorreria. A Figura 3 apresenta um esquema desta relação e a possibilidade de identificação de relacionamento entre as cidades brasileiras.

Figura 3 – Representação da hierarquia de cidades a partir da Regic-IBGE

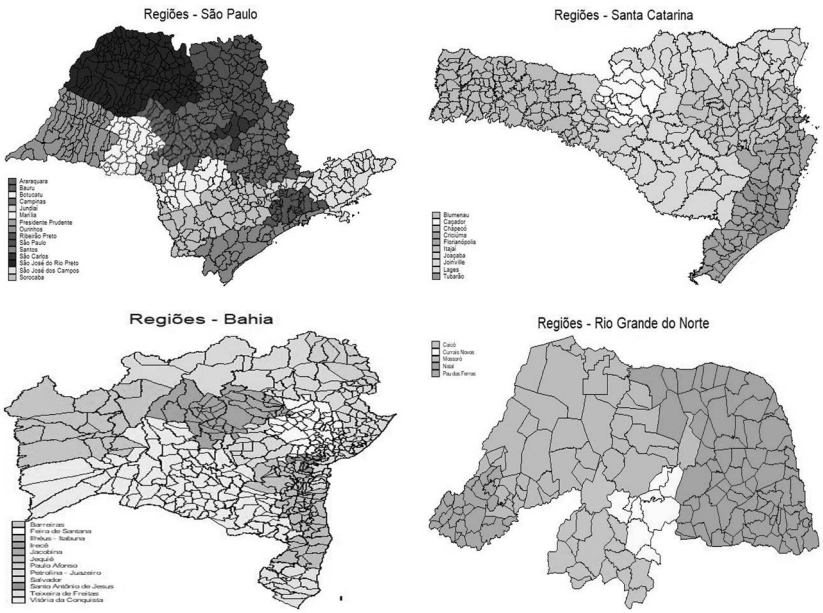


Fonte: Elaboração do autor.

A partir desta estrutura, é possível construir mapas para representar as regiões em que o distrito se divide e que formariam a *proxy* para o fluxo informacional tendencioso. Em cada estado, a rede tem a capital como a cidade de maior importância. Para identificar sub-regiões no estado que respondem a outros municípios, foram separadas cidades de níveis maiores, imediatamente abaixo das capitais, como polos regionais que são aqui consideradas como núcleos irradiadores de informação – os elos centrais da rede. Estão associados à capital apenas municípios que não tenham nenhuma outra cidade associada a ele. Desta forma, foi possível criar mapas em que são apresentadas as regiões que formam cada estado. Na Figura 4, estão apresentados alguns destes mapas.[2]

2 Para acesso a todos os mapas, acesse: https://drive.google.com/drive/folders/1wXol-69MW-nhHXCRW13Vn2PMFV15_GyyN?usp=sharing.

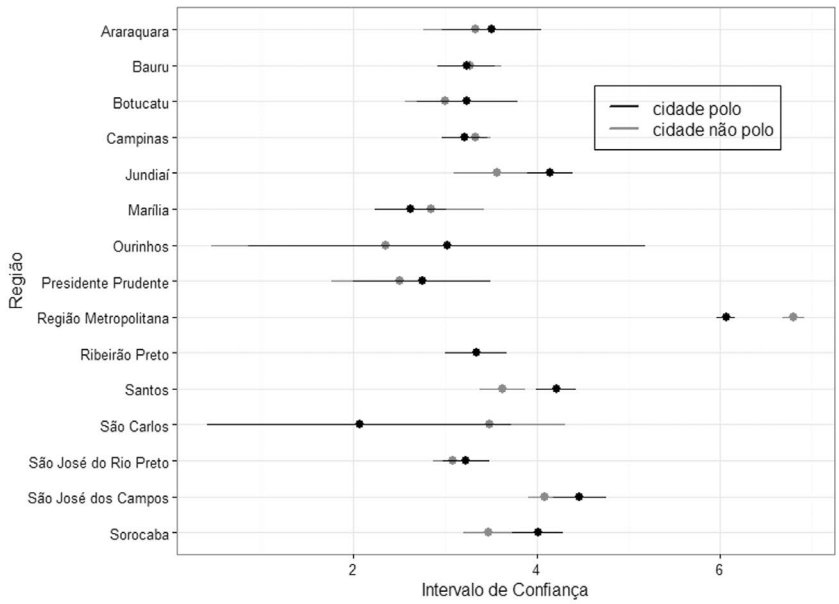
Figura 4. Mapas com as sub-regiões de difusão de informação em cada estado



Fonte: Regic-IBGE. Elaboração do autor.

Em uma pesquisa que avaliava o caso paulista, utilizando a abordagem informacional e a organização das cidades baseada na Regic, Silva e Silotto (2018) encontram resultados que mostram a relação entre esta estrutura informacional do estado e os mapas de concentração de votos para os candidatos a deputado federal. É interessante destacar aqui dois gráficos deste trabalho para ilustrar as possibilidades que esta perspectiva traz. No primeiro, os autores apresentam, para cada região do estado de São Paulo, quanto votos a mais um candidato recebe em sua região se comparado com as demais. Considera-se aqui o efeito tanto para as cidades-polo da região como para as não polo.

Gráfico 1. Intervalos de confiança estimados de Z nas regiões de referência para cidades-polo e não polo

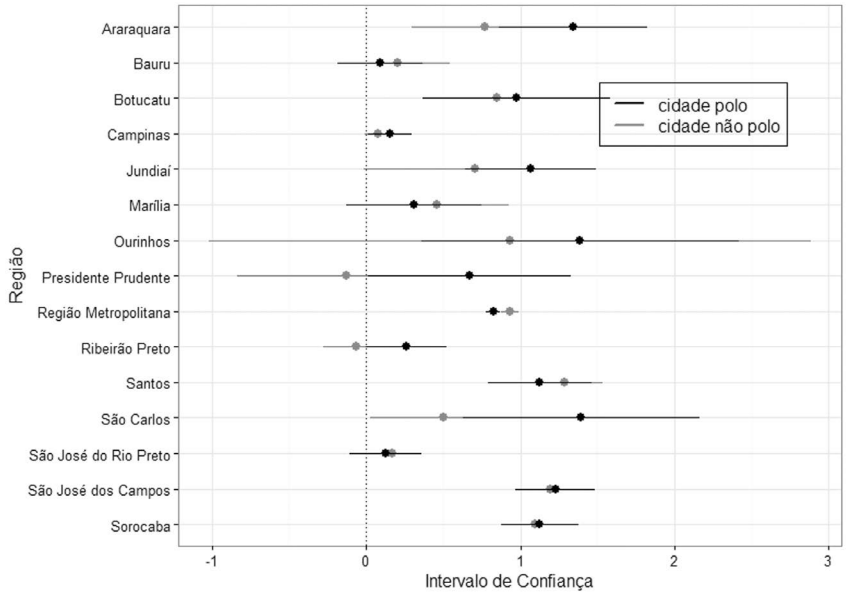


Fonte: Silva e Silotto (2018, p. 26)

O eixo x está medido em termos de desvios-padrão. Isto significa dizer que é da ordem de quatro desvios-padrão o aumento na votação de uma pessoa nos municípios de sua região. É importante ressaltar que os autores avaliam todos candidatos, inclusive os não eleitos ou aqueles que se candidatavam pela primeira vez. Tal procedimento reforça a ideia de que há uma estrutura que independe das ações dos políticos e sugere que estes interajam com este suporte.

No gráfico seguinte, os autores consideram o incremento de votação nas cidades das regiões contíguas à sua.

Gráfico 2. Intervalos de confiança estimados de Z nas regiões vizinhas à referência para cidades-polo e não polo



Fonte: Silva e Silotto (2018, p. 28)

Aqui os resultados apresentam maior variação entre as regiões, mas o incremento em votos é da ordem de 1 desvio-padrão.

Considerações finais

A interpretação do espaço como um fenômeno político não é nova na ciência política brasileira. Desde a abordagem da sociologia política, que vigorava de forma mais premente até meados dos anos 1980, os estudos eleitorais já utilizavam noções como rural e urbano para avaliar a distribuição de votos e suas consequências sobre a representação política. A abordagem institucionalista também privilegiou a dimensão espacial em suas avaliações sobre as eleições, embora com origens e consequências distintas.

A introdução do fluxo informacional como uma dimensão de mediação da relação entre político e eleitor amplia as possibilidades analíticas sobre o caso brasileiro por permitir outras características do contato en-

tre representante e representado. Se o político faz *credit claiming* por suas obras, se o *constituence service* é o principal foco de sua atuação ou ainda se procura estabelecer um contato próximo com os prefeitos de seu partido, não se excluem outras alternativas que conduzam o eleitor a reagir no momento de decidir seu voto.

Tal passagem analítica tem consequências importantes. A principal delas é a de que as variáveis institucionais não são exclusivamente as únicas a serem consideradas na avaliação de uma eleição e particularmente da dispersão dos votos pelo território. No caso, há um processo interativo com a dimensão informacional. Esta, por sua vez, está associada a questões geográficas, econômicas e sociais. Evidentemente, a ciência política voltará sua atenção para as variáveis políticas, mas é preciso considerar a relevância da dimensão informacional como um aspecto essencial na busca pela importância das variáveis políticas. Se não fazem parte do aparato teórico convencional sobre eleições, devem ser controladas, então.

Mais pesquisas nesta área ainda são necessárias. Expandir para outros estados, explorar mais as relações oferecidas pela Regic e considerar a regionalização dos votos para deputado estadual, por exemplo, são passos interessantes e que permitiram entender melhor como o meio político responde às condicionantes informacionais. Estas não serão idênticas em cada distrito, e, ainda que as regras eleitorais sejam as mesmas e produzam determinados incentivos, não se pode concluir que seus efeitos serão idênticos em todos os estados do país. Condicionantes informacionais precisam ser considerados para que o fenômeno seja decomposto em suas parcelas mais relevantes.

Referências

AGNEW, J. Mapping politics: how context counts in electoral geography. *Political geography*, v. 15, n. 2, p. 129-146, 1996.

AMES, B. Electoral Strategy under Open-List Proportional Representation. *American Journal of Political Science*, v. 39, n. 2, p. 406-433, 1995.

AVELINO, G.; BIDERMAN, C.; SILVA, G. P. da. A Concentração Eleitoral no Brasil (1994-2014). *Dados - Revista de Ciências Sociais*, v. 59, n. 4, 2016.

AVELINO, G.; BIDERMAN, C.; SILVA, G. P. da. Electoral concentration in the São Paulo elections: indicators and applications. *Dados - Revista de Ciências Sociais*, v. 54, n. 2, p. 319-347, 2011.

BAIÃO, A. L.; COUTO, C. Pork barrel efficacy: the importance of budgetary amendments and allied mayors in the election of deputies. *Opinião Pública*, v. 23, n. 3, p. 714-753, 2017.

BOWLER, S.; DONOVAN, T.; SNIPP, J. *Local Sources of Information and Voter Choice in State Elections: Microlevel Foundations of the "Friends and Neighbors" Effect*, 1993. Disponível em: https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/1532673X9302100405. Acesso em: 11 dez. 2018.

CAIN, B.; FEREJOHN, J.; FIORINA, M. *The personal vote:* Constituency service and electoral independence. [S.l.]: Harvard University Press, 1987.

CAREY, John M.; SHUGART, Matthew Soberg. Incentives to cultivate a personal vote: a rank ordering of electoral formulas. *Electoral Studies*, v. 14, n. 4, p. 417-439, 1995.

CARNEIRO, A. R. *Processo de seleção de candidatos ao cargo de deputado federal no estado do Rio de Janeiro*: organizando as "peças" do "quebra-cabeça". 2009. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

COX, G. W. *Making Votes count*: strategic coordination in the world's electoral systems. [S.l.]: Cambridge University Press, 1997.

DOWNS, A. An Economic Theory of Political Action in a Democracy. *Journal of Political Economy*, v. 65, n. 2, p. 135-150, 1 abr. 1957.

FIRPO, S.; PONCZEK, V.; SANFELICE, V. *The relationship between federal budget amendments and local electoral power* – ScienceDirect. Disponível em: https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0304387815000577. Acesso em: 10 dez. 2018.

GÓRECKI, M.; MARSH, M. *A decline of 'friends and neighbours voting' in Ireland? Local candidate effects in the 2011 Irish 'earthquake election" – ScienceDirect'*. Disponível em: https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0962629814000286. Acesso em: 11 dez. 2018.

IBGE. *Regiões de influência das cidades*: 2007. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

LATNER, M.; MCGANN, A. *Geographical representation under proportional representation:* the cases of Israel and the Netherlands - ScienceDirect. Disponível em: https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0261379405000247. Acesso em: 11 dez. 2018.

LAU, R. R.; REDLAWSK, D. P. *How voters decide: information processing in election campaigns*. [S.l.]: Cambridge University Press, 2006.

MAYHEW, D. R. *Congress*: the electoral connection. [S.l.]: Yale University Press, 1974. V. 26.

MESQUITA, L. Emendas ao orçamento e conexão eleitoral na Câmara dos Deputados Brasileira. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

MESQUITA, L. *et al*. Emendas individuais e concentração de votos: uma análise exploratória. *Teoria e Pesquisa*, v. 23, n. 2, p. 82-106, 2014. Disponível em: http://www.teoriaepesquisa.ufscar.br/index.php/tp/article/viewFile/397/268.

MORAL, M.; ZHIRNOV, A. *Issue Voting as a Constrained Choice Problem* - Moral - 2018 - American Journal of Political Science - Wiley Online Library. Disponível em: https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/ajps.12342. Acesso em: 11 dez. 2018.

NOVAES, L. *Disloyal Brokers and Weak Parties* - Novaes - 2018 - American Journal of Political Science - Wiley Online Library. Disponível em: https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1111/ajps.12331. Acesso em: 11 dez. 2018.

SILOTTO, G. C. *A dimensão regional das estratégias partidárias em eleições proporcionais de lista aberta no Brasil*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

SILVA, G. P. da. Mesmas instituições, mesmos resultados? Comparando o efeito da competição eleitoral sobre os níveis de concentração de votos. *Opinião Pública*, v. 23, n. 3, p. 682-713, dez. 2017.

SILVA, G. P. da; DAVIDIAN, A. Identification of areas of vote concentration: evidences from Brazil. *Brazilian Political Science Review*, v. 7, n. 2, p. 141-155, 2013.

SILVA, G. P. da; SILOTTO, G. Preparing the terrain: conditioning factors for the regionalization of the vote for federal deputy in São Paulo. *Brazilian Political Science Review*, v. 12, n. 2, 2018.

SILVA, G. *Uma discussão acerca das regras eleitorais do sistema político brasileiro e dos incentivos ao comportamento parlamentar.* Disponível em: https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/4653. Acesso em: 10 dez. 2018.

STEENBERGEN, M.; WILLI, T. *What consideration sets can teach us about electoral competition:* a two-hurdle model - ScienceDirect. Disponível em: https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S026137941730450X. Acesso em: 11 dez. 2018.

CAPÍTULO 11

A sustentabilidade e os descaminhos de um debate

Henri Acselrad

O debate ambiental ganhou visibilidade no espaço público nos últimos quarenta anos. Ele pôs em questão o modo como a sociedade se apropria dos recursos do planeta. Mas os termos deste debate foram desde o início bem variados. Por um lado, as críticas formuladas vinham de movimentos sociais que questionavam o sentido pelo qual nos apropriamos do mundo material: é para produzir arados que ajudam a matar a fome ou para produzir armas que servirão a fazer a guerra? O foco era posto, assim, nas relações sociais que orientam o uso dos recursos, seu modo de uso e suas finalidades – problematizava-se o consumismo e o militarismo. Propunha-se uma reflexão sobre os sentidos de um modo de vida marcado pela acumulação ilimitada de bens materiais. Outros, por sua vez, formulavam o problema com base na ideia de uma ameaça geral às condições da vida na Terra: uma possível ruptura estaria ameaçando a continuidade de nossa existência – colocava-se o foco nas quantidades utilizadas de matéria e energia, no risco geral de escassez de água, ar puro etc., sem destacar, porém, as lógicas e motivações sociais que justificam o uso crescente destes recursos materiais. A proposta subjacente é a de economizar recursos e evitar o desperdício. Nesta perspectiva, a discussão sobre os sentidos dos usos ou sobre a distribuição desigual do acesso aos recursos não ganha lugar. Uma terceira vertente chamava também a atenção para os riscos de um colapso, mas especificamente para aquele que estaria ameaçando a continuidade da acumulação de riqueza, quer dizer, a ameaça de escassez de insumos materiais requeridos pela produção capitalista. Por certo, esta diversidade de modos de construção da questão sugere também modos de intervenção muito distintos.

No entanto, a forma como a grande imprensa tem tratado a questão ambiental não tem ajudado a opinião pública a identificar estas diferenças de concepção. Isso se reflete num certo empobrecimento do debate ambiental e, notadamente, na dificuldade do entendimento de seu forte conteúdo político, do caráter estratégico das escolhas frente às quais ele coloca os distintos atores sociais. Não se trata apenas de escolhas técnicas, mas políticas. Uma certa educação ambiental, por exemplo, estimula nossas crianças a economizar água e a motivar suas mães a fechar as torneiras. Só que 90% do consumo de água é destinado a fins industriais e agrícolas. Caberia, portanto, difundir esta informação essencial para que nossas crianças, assim como suas mães e pais, saibam a quem pressionar por economia de água. Só que a grande imprensa tende a tratar a questão na seção de ciência, como se não estivessem implicados todos os múltiplos pontos de vista da sociedade – trabalhadores industriais, moradores das cidades, agricultores e povos tradicionais, além de representantes dos saberes técnico-científicos e empresariais, estes últimos recebendo espaço privilegiado na mídia.

A formulação contida no relatório Brundtland – Nosso Futuro Comum, de 1987, teve um papel retórico – manifesta intenções relativas aos compromissos desejáveis das gerações presentes com as gerações futuras. Mas o que isto implica em termos de políticas e práticas? Procurando bem no capítulo referente a esta noção, o relatório esclarece: trata-se de continuar o crescimento econômico, economizando matéria e energia através de tecnologias mais eficientes. Ambas as ações – crescer produzindo bens de consumo e economizar recursos produzindo máquinas e equipamentos – são a resposta ideal para o mundo dos negócios, mas certamente não darão conta do problema público. Este tem a ver com a concentração do poder sobre os recursos por parte de um pequeno número de grandes corporações. Isto porque o caráter expansivo da ocupação dos espaços e crescentemente intensivo da transformação físico-química dos materiais é próprio da lógica do capitalismo oligopólico que conhecemos. O período inaugurado pelas reformas neoliberais só fez aumentar essa concentração de poder em detrimento de outras formas de apropriação dos recursos. Conforme sustenta o geógrafo Erik Swyngedouw, da Universidade de Manchester, a questão da sustentabilidade é fundamentalmente a questão política de determinar quem ganha e quem perde nos processos de mudança socioecológica. Por isso, a definição genérica do

Relatório Brundtland, infelizmente, não "resolve o entrave" a que se refere – de certo modo, ela o encobre.

1. O campo da ciência

A noção de sustentabilidade, como conceito, surge no âmbito das ciências biológicas. Segundo historiadores como Donald Worster, ela foi pensado com a intenção de determinar quanto de biomassa seria possível utilizar sem comprometer a capacidade de reprodução de um ecossistema. Eis que, sugestivamente, mesmo em sua concepção ecológica, esta noção é fruto de uma leitura econômica dos processos da natureza: trata-se de uma representação da "produtividade da economia da natureza", da capacidade dos solos, florestas e estoques pesqueiros produzirem excedentes. Este procedimento de "economização" da natureza se inscreve em uma conhecida linha de interação entre as ciências sociais e as ciências ecológicas, caracterizada por um movimento de culturalização da natureza e de naturalização da cultura. Desde que Hobbes colocou a sociedade burguesa de seu tempo num suposto "estado de Natureza", concebida à imagem do sistema de mercado, a natureza foi utilizada para explicar a ordem social humana e vice-versa.

Verificamos, paralelamente, uma espécie de migração de conceitos entre diferentes disciplinas. Só que nem sempre esses termos migrantes são utilizados efetivamente com a força de um conceito, como parte de uma teoria, dado o caráter relativamente vago observado em determinados usos. Por isso, tenho preferido dizer aos nossos estudantes que "sustentabilidade" é a categoria pela qual, a partir da última década do século XX, as sociedades têm problematizado as condições materiais da reprodução social, discutindo os princípios éticos e políticos que regulam o acesso e a distribuição dos recursos ambientais. Por condições materiais da reprodução social, refiro-me aqui à forma histórica de duração dos elementos necessários à realização das práticas dos diferentes grupos socioculturais. Pois temos que reconhecer que os processos socioecológicos são intrinsecamente conflituais. Trata-se de discutir e arbitrar, por exemplo, se vamos assegurar a reprodução das águas de um rio como meio de sobrevivência de ribeirinhos ou como meio de produção de energia hidrelétrica. Não se trata, pois, de considerar a sustentabilidade de um rio em abstrato, mas,

sim, as práticas sociais e espaciais que lhe dão sentido. Assim, variando conforme os atores sociais e as respectivas situações conflituais, a pergunta-padrão que se aplica ao caso que mencionamos deveria ser: vamos sustentar as práticas de apropriação do rio pelos pescadores ou as práticas propugnadas pelo setor elétrico?

O filósofo Gaston Bachelard (1988) nos mostra como as metáforas da duração, da continuidade são sinônimos de um bem, de um dom. A noção de sustentabilidade surge marcada por essa "benignidade". Dar sustentação no tempo aos recursos ambientais de que necessitamos – ar, água, sistemas vivos – é dar-lhes durabilidade... e isso é, por certo, considerado algo bom. O sentido do termo foi, porém, deslizando, passando a ser usado gradualmente como sinônimo de "tudo de bom". E isto se deu às custas de ir se tornando cada vez menos explícito em seu sentido, cada vez mais ambíguo e, consequentemente, cada vez mais passível de ser apropriado para fins publicitários – de propaganda enganosa, em particular. Seguindo certas estratégias comerciais pouco louváveis, esta palavra passou a servir para apresentar como duráveis e sustentáveis as práticas as mais suspeitas de serem "não duráveis", irreprodutíveis no tempo, seja por degradarem as bases materiais de sua própria realização, seja por destruírem as bases materiais de reprodução de outras atividades e outros grupos sociais.

Novamente, segundo Bachelard (1988), só uma pluralidade pode durar: um processo homogêneo, diz ele, não é jamais evolutivo. Neste sentido, a "ecologia" das práticas espaciais – dos modos de uso dos recursos ambientais – teria grande potencial democratizante: pois só uma combinação diversa e compatível de práticas espaciais pode se reproduzir no tempo – à condição, por certo, de que umas não sacrifiquem as demais. O devir de uma pluralidade, lembra o filósofo, é polimorfo. A reprodutibilidade das práticas espaciais – é o que poderíamos acrescentar de nossa parte – só se pode dar numa combinação apropriada e simbiótica – compatível – de diferentes modos de uso do espaço e de seus recursos. Ou seja, exatamente o contrário do que temos visto acontecer na América Latina contemporânea – onde, em nome da competitividade internacional das economias, monoculturas substituem áreas ocupadas por pequenos agricultores que sempre cuidaram da diversidade de sementes, a grande mineração compromete a presença de povos e comunidades tradicionais em suas localidades inundadas por lama tóxica, indústrias sujas compro-

metem a moradia em condições saudáveis de trabalhadores urbanos que residem em suas proximidades.

2. O campo do desenvolvimento

O modelo de desenvolvimento em vigor no país e em outros países da América Latina vem demonstrando ter como sujeitos privilegiados os agentes fortes no mercado mundial. A força destes agentes reside na "chantagem locacional" pela qual os grandes investidores envolvem, quando não submetem a todos aqueles que buscam o emprego, a geração de divisas e a receita pública a qualquer custo. No plano nacional, se não obtiverem vantagens financeiras, liberdade de remessa de lucros, estabilidade etc., os capitais internacionalizados ameaçam se "deslocalizar" para outros países. No plano subnacional, se não obtiverem vantagens fiscais, terreno de graça, flexibilização de normas ambientais, urbanísticas e sociais, também se "deslocalizam", penalizando, consequentemente, os estados e municípios onde é maior o empenho em se preservar conquistas sociais e ambientais. Ao mesmo tempo, ao escolher o espaço mais rentável onde se relocalizar (ou seja, aqueles locais onde conseguem obter vantagens fiscais e ambientais), acabam premiando com seus recursos estados e municípios onde é menor o nível de organização da sociedade e mais débil o esforço em assegurar o respeito às conquistas legais. Ou seja, neste quadro político-institucional, os capitais conseguem "internalizar a capacidade de desorganizar a sociedade", punindo com a falta de investimentos os espaços mais organizados, e premiando, por outro lado, com seus recursos, os espaços menos organizados. É neste contexto adverso que vemos, assim, constituírem-se sujeitos coletivos que exigem amplo acesso às informações relevantes sobre o uso dos recursos ambientais e capacidade autônoma de decidir sobre seus territórios, pretendendo acesso justo e equitativo aos recursos ambientais do país – evocando notadamente demandas por justiça ambiental em lugar de privilégios para as corporações que exportam intensivamente os recursos naturais e comprometem as condições de vida da população em geral e das comunidades e povos tradicionais em particular.

Há, pois, fortes sinais de que o meio ambiente não tem sido considerado uma questão de Estado – que põe em causa a estabilidade dos sistemas políticos, como o é a dívida pública ou o equilíbrio da balança comercial. Isto é

o que ocorre em boa parte dos países, e no Brasil em particular: conferências mundiais que se reduzem a um ambientalismo-espetáculo (como foi o caso da Rio+20); legislações ambientais flexibilizadas e desfeitas (vide o Código Florestal); responsáveis por regulação do meio ambiente afirmando que "os grandes empreendimentos licenciados 'agilmente' fornecerão recursos para que os mangues sejam bem protegidos como nunca foram" – aderindo hoje ao argumento mais primitivo do ultraliberalismo econômico frente aos que propugnam a necessidade de políticas ambientais e controle social.

Há fortes sinais de que o meio ambiente não é tampouco uma questão para o capital. É visível o fato de que os capitais sempre operaram em seu benefício os espaços comuns das águas e da atmosfera: contaminação química e assoreamento de rios e lagoas, emissões gasosas lançadas na atmosfera etc. Os espaços não mercantis do ar, das águas e dos sistemas vivos sempre funcionaram como uma espécie de equipamento usado gratuitamente pelos grandes interesses econômicos. Isto porque o capitalismo gera dois tipos de produtos, uns vendáveis e outros invendáveis, e estes últimos são impostos como consumo forçado à população. A propósito, estas práticas configuram, inclusive, desrespeito aos direitos individuais. Ninguém é consultado a respeito do material particulado, dos metais pesados etc. que se é obrigado a aspirar, dado o exercício de uma dominação de fato dos negócios privados sobre o modo de uso dos espaços comuns. Mas as grandes corporações costumam resistir às evidências. Exemplo disto é o caso recente da morte maciça de abelhas no mundo. Um grupo de pesquisadores franceses pôs em evidência o efeito deletério da associação de dois inseticidas (o fipronil e o thiaclopride) com um parasita (Nosema ceranae): a sinergia entre estes dois fatores mostrou-se ser a causa da alta taxa de mortalidade (entre 71 e 82%, conforme o inseticida) destes animais. A pesquisa conclamava a "um reexame das autorizações das moléculas fitossanitárias". As empresas agroquímicas, porém, reagiram fortemente, negando as evidências e recusando a suspensão preventiva da venda, embora nos países em que isso foi feito as abelhas tenham parado de morrer.

3. Considerações finais

Cabe colocar a pergunta: por que o meio ambiente não se teria constituído até aqui como uma questão de Estado e tampouco como uma questão

para o capital – não teria sido levado a sério nem por um nem por outro? Uma explicação plausível é a de que os grandes interesses econômicos conseguem impor a terceiros – os mais despossuídos – os danos ambientais que produzem (expropriando recursos a montante da produção e contaminado os espaços comuns a jusante), gerando, portanto, desigualdade ambiental – concentrando os benefícios do desenvolvimento para poucos e impondo às maiorias despossuídas a concentração dos danos. O Estado, por sua vez, tem se mostrado refém da chantagem de localização dos empreendimentos. Após a liberalização das economias, aqueles que têm o poder de investir e gerar divisas tendem a impor as condições institucionais e regulatórias ideais para a implantação de seus negócios. Exigem favores fiscais, flexibilização de normas legais, regressão de direitos, licenciamentos manipulados etc. sob a ameaça de relocalizar seus investimentos em outro país ou região (ACSELRAD; BEZERRA, 2010). Em síntese, exigem que os Estados lhes ofereçam condições para que contaminem ou expropriem o ambiente dos que têm menos poder de se fazer ouvir na esfera política. É por essas razões, exatamente na contramão da perspectiva de Estados e grandes corporações, que, para os movimentos sociais, a questão ambiental é central – porque a questão ambiental é eminentemente política; não se trata do "Homem", em geral, ou do "planeta" supostamente comum, embora muito desigualmente apropriado. Trata-se da sobrevivência de práticas espaciais de que dependem trabalhadores em geral, assim como comunidades camponesas e povos tradicionais. As condições de trabalho e de moradia de todos esses grupos sociais são permanentemente comprometidas pela privatização, de fato, do espaço não mercantil das águas, ares e sistemas vivos por grandes projetos hidrelétricos, industriais, minerários e agroindustriais. A "questão ambiental", portanto, não diz respeito, como pretende o senso comum – despolitizado –, à racionalidade mais ou menos "ecológica" das escolhas técnicas, mas, sim, à disputa entre diferentes formas de apropriação e uso dos recursos ambientais – das terras, águas, atmosfera e sistemas vivos –, por um lado, fonte de sobrevivência para os povos, e, por outro, fonte de acumulação de lucros para as grandes corporações.

Alguns perguntam, nesse contexto, o que se pode esperar de Estados e sociedade civil. Evidentemente, isso depende do ponto de vista de quem espera algo. Se considerarmos o ponto de vista dos sujeitos sociais que perceberam na questão ambiental uma dimensão central da crise do

capitalismo, estes esperam, das grandes corporações, que não façam da crise ecológica uma oportunidade a mais de ampliação de seus lucros e mercados. Dos Estados nacionais, espera-se que parem de flexibilizar as leis e normas conquistadas e interrompam os processos de privatização de fato dos espaços formalmente não mercantis formados pelo ar, pelas águas e pelos sistemas vivos. Pois são fortes as evidências de que estes espaços foram transformados em base técnica para o lançamento gratuito dos produtos invendáveis da atividade dos agentes fortes no mercado – os chamados resíduos sólidos, efluentes líquidos e gasosos. Das organizações da sociedade civil, espera-se que percebam que o meio ambiente é uma questão política, atinente à construção de futuros comuns pela superação da desigualdade ambiental, ou seja, pelo combate aos processos que concentram os benefícios do desenvolvimento em poucas mãos e concentram os danos ambientais sobre os mais despossuídos.

O termo sustentabilidade, quando aplicado correntemente às cidades, por exemplo, parece pretender realizar, nelas, tudo de bom e desejável. Ou seja, associa-se o termo ao conjunto de traços que sintetizariam tudo de supostamente positivo que se poderia esperar de uma cidade. Bastaria assim enumerar os males urbanos a serem enfrentados – especulação imobiliária, segregação socioespacial, poluição atmosférica e sonora, excesso de automóveis e trânsito engarrafado, falta de saneamento, de coleta de lixo e de segurança. Sim, mas, se quisermos ser mais precisos, teríamos que esclarecer que a noção de sustentabilidade aplicada às cidades sugere uma discussão sobre o que se quer sustentar numa cidade – o que se quer nela fazer durar ao longo do tempo e de que modo.

Que atividades e relações mostram-se duráveis e podem ser reproduzidas ao longo do tempo? Ou, ao contrário, que atividades e relações mostram-se irreprodutíveis no tempo? Dada a densidade de ocupação e os efeitos de proximidade que caracterizam as cidades, cabe perguntarmo-nos: em que medida as atividades e relações urbanas são compatíveis entre si ou comprometem reciprocamente sua permanência no tempo? A moradia de famílias trabalhadoras em condições saudáveis, por exemplo, não é compatível com a sua proximidade com fábricas poluentes. O número de acidentes de trânsito e a má qualidade do transporte coletivo em deslocamentos longos e inseguros mostram que a mobilidade, tal como hoje está posta, não é reprodutível no tempo. Um modelo de desenvolvimento baseado no incentivo à venda de veículos individuais é incompa-

tível com condições de mobilidade urbana aceitáveis e reprodutíveis ao longo do tempo – seja para as condições de vida das pessoas, seja para a própria performance da economia.

O que está em jogo, portanto, é a compatibilidade ou a incompatibilidade entre as distintas práticas espaciais – as formas de uso e apropriação da cidade e dos recursos urbanos, em particular aqueles que são comuns, como o espaço das ruas e parques, a atmosfera, os rios e os sistemas vivos. A transformação da cidade em lugar de consumismo e de consumismo de lugar – vide a invenção de lugares para atrair investimentos internacionais a qualquer custo – favorece a transformação das cidades em um mero espaço de realização de negócios privados, de ganhos especulativos com a terra urbana e de privatização de fato dos recursos comuns. Apesar disso, as virtudes da privatização do espaço público são assumidas cada vez mais explicitamente pelos agentes econômicos e políticos que veem a cidade como uma empresa. São muitos os exemplos: decisões de alocar campo de golfe em área de proteção ambiental; estacionamento em lugar do antigo Museu do Índio etc.

Eis que a disseminação do imaginário mercantil está a se acelerar como nunca, na perspectiva de homogeneizar espaços e modos de vida ao sabor de ganhos privados. Nesse contexto, a noção de sustentabilidade tem sido apropriada como um meio de forjar imagens de marca de cidades pensadas como empresas em competição com outras cidades para atrair investimentos internacionais e negócios a qualquer custo, mesmo que seja ao custo de aumentar a desigualdade social, intensificar os engarrafamentos e favorecer a implantação de empreendimentos poluentes.

Esse parece ser hoje o risco – usar-se a noção de sustentabilidade como uma marca publicitária a ser colada nas cidades, ao mesmo tempo em que, para atrair concretamente os investidores, recorre-se à flexibilização das normas urbanísticas, concorrendo para a destruição do que há de público e comum em benefício de atividades dos que veem no espaço urbano mero meio de obtenção incontrolada de lucros privados. Chegamos, assim, mais claramente aos termos do debate: queremos que cidades públicas se tornem duráveis no tempo – lugares de convívio de culturas, experiências e debates sobre a construção de um mundo comum – ou fazer nelas durar em prioridade a rentabilidade dos negócios privados?

Isso porque "sustentabilidade" é a categoria pela qual, a partir da última década do século XX, as sociedades têm problematizado as condições

materiais da reprodução social, discutindo os princípios éticos e políticos que regulam o acesso e a distribuição dos recursos ambientais – entendendo por recursos ambientais aqueles através dos quais são transmitidos os impactos recíprocos das distintas práticas espaciais, sem a mediação do mercado e por condições materiais da reprodução social, a forma histórica de duração social das coisas que, não sendo objeto de propriedade privada, são necessárias à manutenção, no tempo, das práticas espaciais próprias aos diferentes grupos socioculturais.

Referências

ACSELRAD, H.; BEZERRA, G. Desregulação, deslocalização e conflito ambiental: considerações sobre o controle de demandas sociais. *In:* ALMEIDA, A. W. B. *et al. Capitalismo globalizado e recursos territoriais*: fronteiras da acumulação no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Lamparina, Rio de Janeiro, 2010. p. 179-210.

BACHELARD, G. *A Poética da duração*. Rio de Janeiro: Ática, 1988.

SWYNGEDOUW, E.; HEYNEN, N. Urban political ecology, justice and the politics of scale. *Antipode*, p. 899-918, 2003.

WORSTER, D. The Shaky Ground of Sustainability. *In:* SACHS, W. (Ed.). *Global Ecology*. London: Zed Books, 1993. p. 132-148.

CAPÍTULO 12

Os Pivôs da Discórdia e a Digna Raiva: uma análise dos conflitos por terra, água e território em Correntina/BA[1]

Carlos Walter Porto-Gonçalves
Samuel Britto das Chagas

> "Todos os meus meios são racionais,
> Só os meus objetivos é que são loucos".
> Capitão Ahab, em *Moby Dick*,
> de Hermann Melville.

Conflito nas fazendas do grupo Igarashi – A gota d'água

No dia 2 de novembro de 2017, feriado de finados na tradição católica, o município de Correntina, no oeste da Bahia, foi palco de um conflito que ganhou o noticiário nacional e repercussão internacional. O evento envolveu entre 600 e mil pessoas numa ação em duas fazendas do grupo Igarashi, onde foram destruídos equipamentos de transmissão de energia, galpões, bombas hidráulicas, tubulações, tratores e pivôs de irrigação.

Vários desdobramentos se seguiram ao evento: 1) a repressão do governo do estado da Bahia, enviando a Correntina um contingente de mais de 100 homens das polícias militar e civil, além de carros, ônibus, helicóptero e uma tropa de choque; 2) as agressivas manifestações de ideólogos e veículos de comunicação que saíram em defesa da empresa, diga-se de passagem, uma das estrelas do agronegócio; 3) o surpreendente apoio popular àquela ação de aberta violência com uma manifestação de que

1 Este artigo é uma versão resumida do ensaio com o mesmo título publicado em livro pela CPT e pelo CESE em 2019. A versão completa também pode ser lida em: https://drive.google.com/file/d/1OrQYAUuDicWFw7KahytxU3OkK8msetB7/view.

participaram aproximadamente 12 mil pessoas nas ruas de Correntina no dia 11 de novembro de 2017, ao que se seguiu; 4) uma audiência pública realizada em 1 de dezembro de 2017, convocada pelo Ministério Público do Estado da Bahia, alegando situação de urgência diante da gravidade da situação para que a sociedade debatesse e encaminhasse alguma solução publicamente concertada.

Considerando-se a história da formação política da região, marcada pela dominação tradicional das oligarquias latifundiárias, com seu legado de mandonismo, atualizada nos últimos 50 anos por uma sucessão de violências desencadeadas a partir da ditadura empresarial-militar (1964-1985) cujo bloco de poder, como veremos nesse artigo, jamais deixou o oeste da Bahia, é de chamar a atenção não só que cerca de 600 a mil pessoas tenham ocupado uma fazenda para destruir equipamentos, mas também que 12 mil pessoas, mais de 1/3 da população do município de Correntina, manifestassem publicamente seu apoio àquela ação. E, mais, que um mês depois da ação, em 1 de dezembro, quando convocados pelo Ministério Público do Estado da Bahia para uma audiência pública, tenham comparecido mais de três mil pessoas.

Tudo indica que um debate que, até aqui, vinha se fazendo entre técnicos e, de certa forma, restrito aos meios acadêmicos sobre eventuais ou reais contradições do processo de desenvolvimento autodenominado por seus ideólogos como agronegócio, tenha deixado os gabinetes dos especialistas e passado a ganhar as ruas. Essa, talvez, tenha sido uma das novidades dessa sucessão de eventos que vieram a público no município de Correntina a partir do dia 2 de novembro de 2017. Ali, um Brasil Profundo emergiu à cena política nacional, rompendo a invisibilização que inviabilizava a vida de populações que habitam tradicionalmente a região e que, pela primeira vez e sem mediações de técnicos ou representantes, à escala nacional, apresentavam sua visão forjada na experiência sentida contra o contraditório processo de desenvolvimento em curso, ainda que, para isso, tivessem que lançar mão da violência.

Independentemente das posições em conflito, nossa análise tomará como objeto de estudo e reflexão justamente a riqueza que o próprio conflito nos oferece. O conflito é um fenômeno empiricamente verificável e, como conceito, capta um momento privilegiado do ponto de vista epistemológico, pois nos indica que sobre um determinado problema que

está sendo objeto de questionamento existem, no mínimo, duas ou mais visões ou leituras distintas. Além disso, o conflito nos mostra, de modo prático, as contradições da sociedade em um determinado momento e lugar e, assim, nos libera de análises que se reivindicam dialéticas, mas que ignoram as contradições tal e como os próprios interessados as manifestam.

Numa sociedade como a brasileira, em que as oligarquias conservadoras têm sido fortes o suficiente a ponto de inscrever um lema positivista na própria bandeira – Ordem e Progresso –, os conflitos são, via de regra, malvistos. Na tradição de pensamento positivista, o conflito aparece como desordem, e os que os protagonizam são vistos como desordeiros que atrapalham o progresso, sendo, pois, coisa de gente atrasada. Na verdade, essa ideologia esconde o profundo autoritarismo que marca as relações sociais e de poder sob a dominação das oligarquias conservadoras que nos governam há 500 anos!

Entretanto, há diferentes correntes de pensamento nas ciências sociais que oferecem outras perspectivas de análise do conflito. Se os leitores nos permitirem uma analogia, diremos que o conflito está para a sociedade assim como a dor está para a cura de eventual doença do nosso corpo. Afinal, a dor é um sintoma fundamental para se tomar em consideração para a cura. Se não sabemos identificar a dor, nada podemos informar ao médico, ou a quem nos cure, para que possa nos ajudar a saná-la. Assim, o conflito está para a sociedade como a dor para nosso corpo se curar.

É através do conflito que as contradições da sociedade vêm à luz, vêm a público. Embora se possa dizer que toda sociedade se faz conformando consensos, esses consensos se forjam a partir de conflitos que sinalizam suas contradições, e, assim, o dissenso é fundamental para que se construa um consenso denso, que possamos chamar verdadeiro. Enfim, se ignoramos o conflito, ignoramos as dores da sociedade. O conflito nos mostra os gritos daqueles que, assim, expõem suas dores. É, portanto, um momento de tensão e luz, como o parto.

Esse parece ter sido o entendimento que comandou a iniciativa do Ministério Público do Estado da Bahia quando, diante da gravidade dos fatos e do clima de tensão que se agravara com a ação nas fazendas do grupo Igarashi, convocou uma audiência pública para o dia 1 de dezembro de 2017, em Correntina, para que houvesse um debate público. Não

foi esse, no entanto, o entendimento das entidades representativas do agronegócio e dos agronegociantes, nem do governo do estado da Bahia. Embora a convocação tenha sido pública e o governo tenha sido convocado formalmente para a audiência, as autoridades governamentais preferiram não se fazer presentes, alegando ser necessário um prazo de 90 dias para avaliar a situação e oferecer alguma proposta mais completa. No entanto, logo após o ato nas fazendas do grupo Igarashi, pressionado por várias entidades ligadas ao agronegócio, o governo estadual enviou forças policiais para a região.

Na Audiência Pública de 1/12/2017, vários depoimentos denunciaram a invasão pela polícia de escolas rurais em busca de eventuais lideranças que teriam sido responsáveis pela ação nas fazendas do grupo Igarashi. É importante que se registre que várias das investidas da polícia se fizeram contando com o apoio de carros da Associação de Produtores de Algodão da Bahia (Abapa), numa proximidade no mínimo não recomendável, até porque os interesses dos grandes proprietários ligados ao agronegócio estavam implicados no próprio conflito, prática que nos remete ao caráter patrimonialista da sociedade-Estado brasileiro. Tudo faz crer que, naquele contexto de extrema tensão, esse fato tenha contribuído ainda mais para aumentar a indignação da população.

Essa prática está longe de ser excepcional; ao contrário, parece ser a regra, o que estaria sendo um dos principais motivos para alimentar a indignação da população, conforme a audiência pública registrou. Assim, os diferentes protagonistas do conflito se manifestaram, ainda que a partir de lugares distintos. As oligarquias empresariais não deixaram de se manifestar e o fizeram, sobretudo, através da grande mídia local, estadual e nacional, tanto escrita como televisada, a que têm acesso e patrocinam, nas redes sociais e também nos parlamentos estadual e federal que dominam amplamente. As populações em situação de subalternização se manifestaram, em especial, na audiência pública, que, para elas, foi uma conquista, ainda que não poucos camponeses e camponesas acusassem, com pesar, que fosse necessária não só a ação direta no dia 2 de novembro de 2017 nas fazendas do grupo Igarashi, como também a grande manifestação do dia 11 de novembro de 2017, para que o Ministério Público do Estado da Bahia e a sensibilidade da Dra. Luciana Khoury pudessem convocar tão importante audiência.

As narrativas do conflito – as (di)visões ou as visões distintas

> "Na guerra, a verdade é a primeira vítima".
> Ésquilo

A violência, seja física ou simbólica, é da própria natureza dos conflitos. O conflito é uma tensão, uma medida de força. Foram extremamente agressivos os discursos e as narrativas de validação ou não das demandas entre as partes. Esse carregar nas tintas nos discursos não nos deve fazer perder o foco na análise, pois decifrar esses discursos nos abre pistas para sua compreensão, considerando as vozes dos próprios interlocutores que protagonizam o conflito. Passemos, pois, a palavra aos interessados, ainda que de modo sucinto. Vale a pena para a análise dessa verdadeira batalha discursiva que se seguiu ao conflito com/contra as fazendas do grupo Igarashi desde 2 de novembro de 2017.

A Reação *a posteriori* do agronegócio e dos agronegociantes

Em nota de repúdio publicada no dia 4 de novembro de 2017, a empresa do grupo Igarashi declarou:

> Invasores promoveram um ato de vandalismo injustificável e criminoso, ferindo, inclusive, um de seus colaboradores. […] todas as atividades desenvolvidas possuem as autorizações ambientais, que, por sua vez, percorreram toda tramitação perante os órgãos ambientais competentes, sendo que somente foram iniciadas as atividades após regular conclusão de todos os processos de autorizações e licenças com seus estudos, inspeções, vistorias e conclusões. […]
>
> Na produção de alimentos consumidos diretamente pela população do estado da Bahia e região Nordeste, com papel fundamental para a mesa da família brasileira – produzindo e fornecendo batata, cenoura, feijão, tomate, alho, cebola e outros, tudo para consumo interno, sob rigorosos padrões de conservação ambiental e forte investimento em tecnologia, que possibilita o uso sustentável dos recursos naturais (IGARASHI, 2017).

Já a Associação de Agricultores e Irrigantes da Bahia (Aiba) classificou o ato como "extremista" e "sem embasamento técnico-científico, onde os participantes atribuem o baixo volume dos rios exclusivamente aos pivôs utilizados na irrigação das lavouras, desconsiderando estudos recentes sobre a disponibilidade hídrica da região, fatores climáticos e o próprio ciclo da natureza".

Em nota oficial, a Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária (CNA, 2017):

> […] lamenta ações de vandalismo ocorridas em propriedade rural de Correntina (BA) [e] espera dos governos federal e estadual uma sinalização clara de que não compactuam com a violência no campo, assegurando aos produtores rurais brasileiros o respeito aos ditames do Estado de Direito para que possam continuar a produzir com liberdade e segurança.

A Associação Baiana dos Produtores de Algodão (ABAPA, 2017), por seu lado, observou:

> Antes de serem levados ao ato de destruição, os representantes do movimento deveriam avaliar de forma objetiva qual o verdadeiro uso das águas para a Irrigação, […] o rio Arrojado está com a vazão normal para este período do ano e nunca teve riscos de seca.

Dois dos principais *think tanks* do agronegócio brasileiro reagiram imediatamente aos acontecimentos em pronunciamento, por meio de artigos em jornais de grande circulação nacional. O Sr. Roberto Rodrigues (2017), depois de caracterizar a ação como "inaceitável", argumentou na mesma linha do pronunciamento das entidades acima arroladas:

> Os proprietários da área, produtores profissionais competentes, tomaram todas as providências legais, técnicas e institucionais para procederem à irrigação de suas culturas, que são: alho, batata, cebola, cenoura, feijão, milho, soja e tomate (60% da batata consumida no Nordeste do Brasil seria produzida na região) […]. (RODRIGUES, 2017).

E insistiu:

> Todas as licenças ambientais foram concedidas, as outorgas de água também, sempre com projetos meticulosamente avaliados pelos exigentes órgãos ambientais do Estado e sob critérios técnicos rigorosos quanto ao volume de água que pode ser usado sem prejuízo de abastecimento de cidades, vilas, aglomerações ou ribeirinhos. Assim, não é verdade que faltaria água. (RODRIGUES, 2017).

O Sr. Roberto Rodrigues também não poupou adjetivos desqualificadores aos que protagonizaram aquela ação: "Que interesses reais convenceram boa parte dos inocentes agressores que se somaram a bandidos da pior espécie para essa agressão inaceitável? Que objetivos tinham os financiadores do vandalismo?". O Sr. Roberto Rodrigues arrolou argumentos vários quanto à eficiência no uso da água por parte da empresa, afirmando: "Foram observados critérios técnicos rigorosos quanto ao volume de água que pode ser usado sem prejuízo de abastecimento de cidades, vilas, aglomerações ou ribeirinhos", e que, "assim, não seria verdade que faltaria água".

Outro *think tank* do mundo do agronegócio, o Dr. Xico Graziano (2017), chega ao paroxismo de afirmar já no título de um artigo publicado em outro jornal de grande circulação nacional que o "MST promove verdadeiro terrorismo no campo", antes mesmo que houvesse sido concluída qualquer investigação sobre os fatos e sem que o MST tivesse reivindicado sua participação no ato. E avança:

> Por que aquela turba raivosa invadiu e destruiu as instalações produtivas da Fazenda Igarashi, comandada por uma família de japoneses no distrito de Rosário, em Correntina? Não se sabe ao certo. Em sua narrativa, comparada facilmente pelos jornalistas descuidados, diziam defender os recursos hídricos da região. Balela.

E, tal como um mantra, volta à mesma linha de argumentação das entidades, como acima transcrevemos, bem como no pronunciamento do Sr. Roberto Rodrigues.

> Não são comprovados tecnicamente os aludidos impactos ambientais, como a suposta morte de nascentes e pequenos córregos. Nem o rio Arrojado, que serve à fazenda, teve sua vazão ameaçada. Suas águas, com a

> devida autorização pública, abastecem 32 pivôs de irrigação capazes de molhar 2.530 hectares de lavouras, incluindo soja, milho, batata, cenoura, feijão, tomate, alho e cebola. Comida básica, arrasada pela insanidade humana. (GRAZIANO, 2017).

Essas narrativas revelam uma estratégia discursiva bem orquestrada entre entidades de classe e seus *think tanks* e que vêm sendo brandidas de modo coordenado e sistemático. Nessa estratégia discursiva, podemos identificar alguns eixos de argumentação, a saber:

1- A desqualificação dos que protagonizaram a ação nas fazendas do grupo Igarashi, como "vândalos", "baderneiros", "bandidos agrários", "turba raivosa", "terroristas", "inocentes agressores", como chamaram os defensores dos agronegociantes acima mencionados, que ainda afirmaram que estes estariam sendo manipulados, "arrebanhados", de forma a criminalizar eventuais/reais responsáveis pela ação;

2- O autoelogio do agronegócio e dos agronegociantes que teriam as suas ações apoiadas na melhor ciência e na melhor tecnologia;

3- As práticas das empresas do agronegócio estavam devidamente amparadas legalmente e

4- Ainda, uma confiança raramente expressa publicamente nas instituições do Estado, como se vê em afirmações de que as licenças e outorgas são "meticulosamente avaliadas pelos exigentes órgãos ambientais do Estado".

A reação *a posteriori* das organizações populares, entidades e movimentos sociais aos fatos ocorridos nas fazendas do grupo Igarashi

Em nota publicada quatro dias após a ação nas fazendas do grupo Igarashi, isto é, em 6 de novembro de 2017, sob o título "Cansado do descaso das autoridades, o povo de Correntina reage em defesa das águas", 35 entidades[2] saíram em apoio à indignada ação nas fazendas do grupo Igarashi. Já no título indicam o que, segundo as organizações populares,

2 A nota está disponível na página do grupo de pesquisa Geografar (UFBA), com a assinatura de diversas entidades, em https://geografar.ufba.br/nota-cansado-do-descaso-das-autoridades-o-povo-de-correntina-reage-em-defesa-das-aguas

entidades e movimentos sociais que assinam a nota, seriam as verdadeiras causas da indignação da população: 1º) o descaso das autoridades e 2º) a defesa das águas por parte dos que protagonizaram a ação. Argumenta a nota, contextualizando, que "os conflitos [são] causados, desde os anos 1970, pela invasão da agropecuária [nos] territórios tradicionais das comunidades que habitam o Cerrado [e que] têm sido pauta de uma intensa discussão e de dezenas de audiências públicas".

Registram, ainda, que:

> A ação do povo de Correntina não é de agora. Assistindo à sequência de morte de suas águas essenciais, diante do silêncio das autoridades, ações do tipo e outras vêm sendo feitas há mais tempo. Em 2000, populares entupiram um canal que pretendia desviar as águas do mesmo rio Arrojado agora ameaçado pelas fazendas no distrito de Rosário.

Responsabilizam o Estado em suas escalas estadual e federal. Segundo eles, agem

> […] como incentivador e promotor, é insuficiente ou omisso nas fiscalizações e tem sido conivente com a sua expansão por meio da concessão de outorgas hídricas e licenças ambientais para o desmatamento, algumas sem critérios bem definidos. […] O Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – INEMA concedeu à Fazenda Igarashi, por meio da Portaria nº 9.159, de 27 de janeiro de 2015, o direito de retirar do rio Arrojado uma vazão de 182.203 m/dia, durante 14 horas/dia, para a irrigação de 2.539,21 ha.

As entidades que firmam a nota avançam argumentos técnicos comparativos que, segundo creem, ajudam a entender a indignação dos que protagonizaram a ação, pois:

> Este volume de água retirada equivale a mais de 106 milhões de litros diários, suficientes para abastecer por dia mais de 6,6 mil cisternas domésticas de 16.000 litros na região do Semiárido. […] A água consumida pela população de Correntina, aproximadamente 3 milhões de litros por dia, equivale a apenas 2,8% da vazão retirada pela referida fazenda do rio Arrojado.

A nota alega, ainda, serem "flagrantes as contradições do processo de desenvolvimento" em curso na região, e que carece de fundamento o argumento

> […] de que é muito maior a área preservada de Cerrado em relação à explorada. Omite-se que as áreas de Reserva Legal das fazendas do Oeste da Bahia estão sendo regularizadas por meio da "grilagem verde" sobre os territórios das comunidades tradicionais, e que a função ecológica cumprida pelas Áreas de Preservação Permanente – APPs, ao longo dos cursos d'água, nas áreas de descarga, são diferentes das funções ecológicas que cumprem os chapadões responsáveis pelo abastecimento do aquífero Urucuia, áreas de recarga, que já foram dizimadas pelo agronegócio.

Enfim, a nota é taxativa ao afirmar que "a ganância do agronegócio e as conveniências dos que representam o Estado são os responsáveis pelo desespero do povo". E, mais adiante, "Não há como evitar a pergunta: os equívocos dos processos para outorgas hídricas e licenciamentos ambientais e a falta de fiscalização eficiente dos órgãos responsáveis são garantias para a legalidade e legitimidade do agronegócio?".

Finalizam a nota dizendo que:

> […] diante da notória crise hídrica, somada à irresponsabilidade arrogante do agronegócio e à incompetência do Estado, tal cenário coloca o povo em descrença e desespero, ao ver o rio Arrojado, base para sua convivência e modo de vida, com tamanhos sinais de morte, assim como inúmeros riachos, nascentes, veredas e rios da região. E, então, partem para alguma reação concreta, que chame a atenção dos responsáveis públicos e privados. Não há palavras para descrever o sentimento coletivo que tomou conta do povo de Correntina, que num ímpeto de defesa agiu para defender-se, pois sabe que se não mudar o modelo de "desenvolvimento", baseado no agronegócio, estarão comprometidas as garantias de vida das populações atuais e futuras.

No dia 11 de novembro, 7 dias após a publicação dessa nota, cerca de 12 mil pessoas, segundo os organizadores, ocuparam as ruas de Correntina, na maior manifestação jamais havida na região em apoio aos que protagonizaram a indignada ação nas fazendas do grupo Igarashi.

É de se destacar duas consignas que parecem resumir bem o sentimento de indignação da população: "Não somos TERRORISTAS, somos DEFENSORES dos NOSSOS RIOS" e "SE O GOVERNO SE OMITE, O POVO AGE" (os grifos são dos próprios manifestantes). Nelas estão inscritas não só as questões-chave do conflito – a defesa das águas e a ação parcial das autoridades (que deveriam ser) públicas –, como também estão resumidos os termos que os protagonistas ligados ao mundo dos agronegociantes escolheram para o debate através das redes sociais e da grande mídia, a saber, "terroristas", "vândalos", "bandidos", "turba raivosa", e o modo como a população em manifestação massiva se pronunciou em relação a essas acusações.

A fila do povo sem mediações

Cerca de um mês após a ação nas fazendas do grupo Igarashi, e diante do clima de tensão que tomou conta da região, o Ministério Público da Bahia convocou uma audiência pública, realizada no dia 1 de dezembro de 2017. Mais uma vez, surpreende a ampla participação da população, com uma presença avaliada em cerca de três mil pessoas. E tudo faz crer que as acusações de "bandidos", de "terroristas", de "turba raivosa" e de "baderneiros" calaram fundo nos corações e mentes do povo Correntino. Do ponto de vista de nossa pesquisa, essa audiência se revela de enorme importância, por nos permitir ouvir a voz de muitas pessoas comuns sem a mediação das organizações que, via de regra, falam em seu nome, como vimos acima nas entidades que se pronunciaram em nome dos agronegociantes e nos seus críticos que atuam em apoio às comunidades camponesas e do meio ambiente.

Comecemos pela fala de uma camponesa que, logo no início, faz referência ao assassinato de Zeca de Rosa, ocorrido em 28 de outubro de 1983: "Eu já nasci no meio do conflito. Foram feitas várias tentativas de diálogo, como a audiência pública de 2015, e nada foi encaminhado! Logo, gritamos. Não somos bando, não somos bandidos. Estamos defendendo a vida".

Revelavam uma relação ambígua, pois, ao mesmo tempo em que se sentiam orgulhosos – "Correntina hoje é um exemplo para o Brasil" –, sentiam-se também envergonhados ao verem a sua cidade na televisão

com manifestações de rua e ainda apoiando uma ação que era vista como coisa de "bandido". "É um misto de tristeza e alegria [com essa manifestação]. O povo está acordando". Vários outros depoimentos insistiram em recusar as acusações de "bandidos" ou de "terroristas", mostrando-se indignados. "Tenho 60 anos e nunca fui preso. Mas, se for preso por defender as águas, eu vou feliz. Fico satisfeito". Ou ainda, "Se terrorista é defender o rio, então eu sou terrorista".

A compreensão de que havia cumplicidade das autoridades com os grandes capitalistas do agronegócio foi amplamente explicitada em vários momentos da audiência pública do dia 1 de dezembro: "Por que os pequenos agricultores não existem para o governo se foi esse povo que construiu essa cidade?". A frase já anotada na manifestação de 11 de novembro também se fez ouvir na audiência: "Se o governo se omite, o povo age".

Também se fez pública a desconfiança da população local com relação ao saber técnico brandido com frequência como argumento de autoridade, como se a população local não tivesse conhecimento capaz de avaliar sua situação com recursos cognitivos próprios. Além da desconfiança contra o saber técnico, mostrou-se em público não só o conhecimento tradicionalmente consagrado, como também o conhecimento da população local a respeito das contradições do chamado conhecimento técnico, como se vê nos pronunciamentos que seguem: "A reserva [ambiental] tem que ser na própria fazenda, e não comprar um morro qualquer em qualquer lugar para dizer que é reserva dela [da fazenda]", "A tecnologia diz saber fazer tudo, mas não sabe fazer água", "Nasci na beira do rio e hoje tenho que andar mais de três quilômetros para ter água. Eu sei quantos rios foram matados [*sic*]. Por que a partir dos anos 1980 nossos rios começaram a secar? Mais de 60 córregos morreram no nosso município!".

As indagações da Promotora de Justiça Luciana Khoury foram ratificadas em intervenções de lideranças locais na audiência: "Sem garantir as áreas de recarga, não dá", "Cadê o plano de bacia? Qual critério é usado para conceder as outorgas?", "Cadê o estudo do Aquífero Urucuia?".

E, além de assinalarem que a razão técnica está sendo usada contra eles e elas, principalmente como argumento de autoridade, e não como um diálogo de saberes, os camponeses e as camponesas explicitaram na audiência pública que, mais que argumento de autoridade, havia uma cumplicidade entre as autoridades (que deveriam ser) públicas e os in-

teresses das oligarquias empresariais, aliás, como a ausência tanto do governo como de representantes das entidades ligadas aos agronegociantes na audiência, de certa forma ratificava.

Enfim, com isso, os camponeses e camponesas mostraram que têm uma clara convicção de que as autorizações de desmate e das outorgas de água estão sendo concedidas sem que se tenha um conhecimento mais preciso da disponibilidade de água e da complexa relação da vegetação dos Cerrados com a água, e, consequentemente, com a vida. E, como vimos acima, a leitura que fazem os camponeses e camponesas do contraditório processo de desenvolvimento em curso na região vai ao encontro de muitas informações e análises técnicas e científicas disponíveis, pois são muitos os indícios de que se está diante de profundas alterações sociometabólicas, em que a água está no centro do debate agrário, não se reduzindo, portanto, a um debate hídrico ou climático.[3]

O que as populações camponesas e demais setores populares expressaram de modo contundente na audiência pública de 1 de dezembro de 2017 foi que a ação na Fazenda Igarashi era uma ação legítima. Como disse uma camponesa, "Nós estamos encurralados, e, quando a gente está encurralado, a gente arrebenta o curral". E mais: encurralados por gente que vem de fora e que os ignora e os desqualifica: "Vem gente de todo lugar do Japão, dos Estados Unidos, da China, da Holanda, da Alemanha, do Rio Grande do Sul, mas nós daqui do lugar estamos encurralados". Enfim, "Esse grito não é de violência. É de socorro!".

De outro modo, e com argumento bem elaborado, uma camponesa nascida na região trouxe outro horizonte de sentido para o que estava implicado no conflito:

> Somos vítimas de um processo de desenvolvimento que não nos considera, que não nos respeita. Que os nossos filhos, e os filhos que ainda vamos ter, tenham acesso aos gerais, que possam ir passear e ver as veredas, catar pequi, comer mangaba, comer puçá, que possam ter a vida que nós tivemos, a infância que nós tivemos. O que nós queremos é isso. Que respeitem nosso povo!

3 Sobre esse ponto, consultar o apartado *4 - Da Questão Hídrica/Questão Agrária - Do uso das Terras e do uso das Águas* da versão completa do artigo.

Assim, o que se vislumbra no conflito, na perspectiva das populações que tradicionalmente ali habitam, é outro horizonte de sentido para a vida, onde ter "acesso aos gerais", "passear e ver as veredas", "catar pequi, comer mangaba, comer puçá" seja respeitado como um modo próprio de viver bem – no mundo andino, se diz bem-viver.

Revisitando o conflito com as fazendas do grupo Igarashi como síntese de múltiplas determinações

Como se vê, os conflitos envolveram, de um lado, as populações tradicionalmente em situação de subalternização, cada vez mais mobilizadas, e, de outro lado, as instituições do Estado, por sua cumplicidade com os interesses privados. No entanto, uma análise mais atenta dessa indignada ação nas fazendas do grupo Igarashi, no dia 2/11/2017, nos revela algo diferente, que, todavia, ratifica o que até aqui analisamos.

Comecemos por notar que essa ação não se fez ocupando a sede de algum órgão público, ou contra uma mediação pública mal encaminhada, como nos casos das audiências públicas questionadas e acima analisadas,[4] nem mesmo ocupando as vias públicas, como nas manifestações havidas desde o ano 2000. Não, esse episódio ocorreu numa ação direta contra o capital, com a destruição dos equipamentos de uma empresa-modelo, segundo as entidades ligadas aos agronegociantes e seus intelectuais/ideólogos comentaram.

Tudo indica que a violenta ação nas fazendas do grupo Igarashi em 2/11/2017 tenha se dado, justamente, porque também fora identificada como uma fazenda-símbolo pelos que a protagonizaram; símbolo não do êxito dos agronegociantes, mas, sim, símbolo de todo o processo de ocupação recente do espaço regional, sobretudo pós-anos 1970-1980, com toda a violência que caracteriza esse processo contra as populações que a ocupam tradicionalmente e por seus efeitos metabólicos.

Enfim, a empresa não teria sido escolhida somente por ser modelo, no sentido como pensam os ideólogos ligados aos agronegociantes, mas também por simbolizar práticas políticas típicas das tradições mais per-

4 Consultar o apartado 5. O Difícil Espelho, o Estado como imagem invertida da sociedade na versão completa.

versas do mandonismo das elites locais, como a grilagem de terras. Segundo Ebraim Moreira,

> Essa área que a Igarashi ocupa, por exemplo, faz parte de uma área de mais de 600 mil hectares que são do governo da Bahia. São terras devolutas, e por isso eu nem considero que houve uma invasão nas fazendas que a empresa diz ser dela. Muitos empresários do agronegócio aqui simplesmente invadiram as terras do estado da Bahia e grilaram (Correio, 11 nov 2017).

E, mais, não se trata de um conflito clássico capital-trabalho, já que não foram os trabalhadores da empresa que protagonizaram a ação. Embora as circunstâncias não nos tenham permitido uma análise da composição social dos que protagonizaram a violenta ação direta, os vídeos que circularam nas redes sociais davam conta da presença de vários veículos transportando os manifestantes, cujo número varia de 600 a mil pessoas implicadas na ação, segundo avaliação dos diferentes lados que se manifestaram.

Tudo indica que uma situação-limite teria se apresentado e que as formas tradicionais de expressarem suas contrariedades com relação ao contraditório processo de desenvolvimento sob hegemonia dos agronegociantes com a cumplicidade dos órgãos (que deveriam ser) públicos, segundo a compreensão dos que protagonizaram a ação e dos que a apoiaram amplamente em manifestações subsequentes, deveria ser superada através de uma ação inovadora, como foi a indignada e violenta ação nas fazendas do grupo Igarashi em 2/11/2017.

Como nos ensina o antropólogo James Scott em seu livro *Los Dominados y el Arte de la Resistencia*, o que ganhara dimensão pública numa espécie de discurso público era algo que já se fazia amplamente enquanto discurso oculto no cotidiano das comunidades rurais e, a julgar pelo amplo apoio que veio na grande manifestação pública de Correntina em 11/11/2017, também no dia a dia das diferentes camadas das populações urbanas dos diferentes municípios da região que para ali se deslocaram para manifestar seu desagravo aos ativistas que praticaram aquela ação violenta. Enfim, uma massiva manifestação pública de caráter pacífico para apoiar uma ação abertamente violenta. Não é com uma ação policial que se resolve esse imbróglio.

Em suma, não se mobiliza tanta gente para uma ação de caráter abertamente violento se não houver um sentimento profundo de indignação arraigado na população. Não é suficiente que haja gente organizando a ação, como sugeriram várias entidades ligadas aos agronegociantes e seus intelectuais. Isso, por si só, não explica a ação, sobretudo pelo caráter aberto de violência contra aqueles que se encontram em posições de poder na região. Tudo indica que a indignação superou o medo, e que um sentimento muito próximo à digna raiva começou a vicejar.

Outra leitura possível do ocorrido é que os mecanismos de mediação por meio do Estado haviam se esgotado, como a análise anterior demonstra com os diversos questionamentos (1) às audiências públicas tidas como viciadas; (2) às diversas ordens judiciais em aberto apoio (3) à grilagem de terras e (4) aos interesses dos agronegociantes e o sentimento de injustiça dos grupos sociais em situação de subalternização. Tudo indica que esses diversos mecanismos de mediação, assim como as formas de luta que até ali estavam sendo postas em ação, não estavam mais sendo suficientes para que fossem ouvidos e ouvidas. Ao lançarem mão da ação direta contra uma empresa, e não uma empresa qualquer, o ato sinaliza que identificam no capital o verdadeiro protagonista do contraditório processo de desenvolvimento em curso, e que o Estado está a seu serviço, e não a serviço de um pretenso interesse público.

A "injustiça" é, para Barrington Moore Jr. (1987), não um determinado ordenamento social que se pode descrever "como as coisas são" numa situação "injusta", mas, sim, uma espécie de orientação, aquilo que as pessoas tematizam nesse ordenamento social como não correto e, desse modo, indicando como esse ordenamento "deveria ser" (MOORE JR., 1987, p. 20). Enfim, descrever "como as coisas deveriam ser" significa também o que é legítimo, o que justificaria a obediência, e o que é ilegítimo, o que ensejaria a revolta. Com isso, o termo "injustiça", tal como sugere Barrington Moore Jr., identifica o que está em questão nos diferentes calendários e geografias.

É interessante observar nesse conflito de Correntina o que Barrington Moore Jr. elege como dimensões que desencadeiam sentimentos de injustiça, como a autoridade e o desafio à autoridade. Qualquer ordem social apresenta conflitos de interesses individuais que, em determinadas circunstâncias, podem levar os indivíduos a não aceitarem de forma tranquila as normas estabelecidas pelo contrato social vigente. Medeiros

e Januário (2017), inspirados em B. Moore Jr., nos dizem que esses conflitos revelam "lógicas da desigualdade social que podem tornar-se fonte da ira moral e da recusa do sofrimento e da opressão, fomentando assim o senso de injustiça social".

Barrington Moore Jr. nos abre, assim, boas pistas analíticas das motivações tanto da obediência quanto da revolta. Nesse sentido, os momentos de "crise" – ou seja, quando a "obediência" passa a ser questionada – são particularmente importantes, pois são os momentos em que as pessoas articulam situações consideradas "injustas" a partir de suas motivações morais.

Outro autor, Alex Honneth (2009), também nos auxilia a entender as origens sociais desse sentimento de indignação que pode levar ao desrespeito social, como se viu em Correntina, na ação nas fazendas do grupo Igarashi. Honneth sugere que as lutas sociais e os conflitos políticos motivados por diferentes razões constituem, na verdade, uma ruptura ou violação das condições positivas básicas, ou seja, geram formas de desrespeito social. Para Honneth, os conflitos mais interessantes

> […] são os conflitos que têm origem em experiências de desrespeito social, que são capazes, por si mesmos, de provocar a luta social. A luta teria então como objetivo restaurar as relações de reconhecimento violadas pelo desrespeito, ao mesmo tempo que possa ser "generalizada", ou seja, que outras pessoas também se vejam afetadas por tal desrespeito. É na luta por reconhecimento que seria possível detectar a força moral que faz com que haja avanços no desenvolvimento social, político e institucional. As relações de reconhecimento mútuo podem ser explicadas a partir de processos sociais no interior da práxis social: são as lutas moralmente motivadas de grupos sociais, sua tentativa coletiva de estabelecer institucional e culturalmente formas ampliadas de reconhecimento recíproco, aquilo por meio do qual vem a se realizar a transformação normativamente gerida das sociedades. (HONNETH, 2009, p. 256 *apud* MEDEIROS; JANUÁRIO, 2017).

Segundo Medeiros e Januário (2017), ainda com base em Honneth:

> Não se trata de tornar um desrespeito pessoal, individual, em luta social sem mais, sem que o desrespeito tenha sido experienciado por mais pes-

> soas, sem que tenha sido possível "generalizá-lo": […] uma luta só pode ser caracterizada de "social" na medida em que seus objetivos se deixam generalizar para além do horizonte das intenções individuais, chegando a um ponto em que eles podem se tornar a base de um movimento coletivo. (HONNETH, 2009, p. 256).

Enfim, o desrespeito só pode se tornar o desencadeador de uma luta social quando é capaz de ser generalizado no interior do horizonte normativo de outras pessoas, para além de idiossincrasias psicológicas e individuais, segundo Alex Honneth. É dessa natureza específica da generalização do desrespeito que se pode falar numa "gramática moral dos conflitos sociais", o que significa afirmar que há uma "semântica coletiva" em torno dessa gramática:

> O surgimento dos movimentos sociais depende da existência de uma semântica coletiva que permita interpretar as experiências de desapontamento pessoal como algo que afeta não só o eu individual, mas também o círculo de muitos outros sujeitos. (HONNETH, 2009, p. 190).

Ou seja, isso significa afirmar que o desrespeito, quando articulado numa linguagem comum que expressa uma semântica, pode motivar as lutas sociais.

Assim, o conflito em curso nos convoca a um debate teórico-político profundo. Afinal, o elemento que se irrigou nos corações e mentes das gentes comuns da região foi justamente a água, um bem comum que está sendo objeto de apropriação privada e, conforme afirmaram as entidades ligadas aos agronegociantes e seus *think tanks*, sempre segundo autorização dos órgãos (que deveriam ser) públicos. E, mais grave ainda, uma apropriação privada da água que está reproduzindo, com relação a esse bem comum, a enorme concentração fundiária que acompanha o contraditório processo de desenvolvimento dominado pelo complexo de poder nacional-transnacionalizado do agronegócio e dos agronegociantes.

Mas a água, diferentemente da terra pela qual se pode lutar para conquistá-la amanhã num acampamento à beira da estrada, não nos pode faltar no dia a dia, inclusive no acampamento. Aqui, dizer que sem água não há vida é mais que um *slogan* vazio, como soe acontecer num ambientalismo domesticado, mas uma questão de vida e, como tal, de morte.

Como diz o dito popular, "Água não se nega a ninguém" é o grito profundo que vem das comunidades e das gentes comuns urbanas com fortes tradições rurais na região.

E, mais, há todo um direito consuetudinário que faz respeitar esse princípio e, assim, antes de ser regulada como bem público ou privado pelo Estado, conforme a tradição liberal, é algo partilhado em comum pelas gentes comuns, segundo regras outras que precisam ser consideradas. Assim, o metabolismo da relação sociedade-natureza requer que se desvendem as relações sociais, culturais e de poder para que possamos compreender as contradições em curso. Talvez por isso tenha calado tão fundo a palavra de ordem: "Ninguém vai morrer de sede nas margens do rio Arrojado".

Conclusões em aberto... como o conflito, como a política

> "A fé na ciência não é ciência: é fé".
> Carlos Walter Porto-Gonçalves

Por trás da violência simbólica das narrativas dos implicados nos conflitos analisados subjaz uma verdadeira luta epistêmica, cognitiva. E ontológica. Não pode ser diferente, afinal, cada qual invoca seus argumentos com base nos conhecimentos de que dispõe. Entre as entidades ligadas aos agronegociantes e seus intelectuais, como vimos com os Srs. Roberto Rodrigues, Xico Graziano e Alécio Maróstica, a ciência e a técnica foram, como diria Michel Foucault, seu regime de verdade. O mesmo se pode notar nos argumentos da promotora de Justiça, representante do Ministério Público do Estado da Bahia, e na nota das 35 entidades que analisaram as ações nas fazendas do grupo Igarashi sobre outras perspectivas. Na audiência pública, pudemos ouvir outro regime de verdade fundado na tradição vernácula.

É importante observar que invocar a ciência como fonte de verdade, independentemente do que signifique o conhecimento científico como tal, é uma estratégia discursiva e de poder característica da sociedade moderna. No conflito, ao se invocar a ciência e a técnica, procura-se levar ao mundo não acadêmico uma certeza que está longe de vigorar no mundo acadêmico. Entre os cientistas, as polêmicas, as controvérsias e

as dúvidas são parte do seu mundo, por mais que haja paradigmas que, em determinados momentos, se afirmem hegemônicos. Intelectuais tão diferentes, como René Descartes (1596-1650), com sua dúvida metódica, e Karl Marx (1818-1883), com seu "duvide de tudo", sabiam disso.

Observa-se entre os litigantes um discurso em que ciência e técnica se sobrepõem e aparecem, muitas vezes, como se fossem a mesma coisa. A ciência foi invocada particularmente no debate específico sobre a questão da água. Não faltaram gráficos e tabelas apelando ao olhar, à visão, à lógica das formas, como nos ensinou o físico-filósofo Gaston Bachelard. No entanto, outra matriz de racionalidade emergiu entre os confrontantes inspirada na experiência da vida cotidiana no curso de um largo período ancestral-histórico do mundo camponês, indígena e quilombola. Não se trata de um conhecimento melhor, antecipemo-nos aos maniqueísmos que costumam grassar nessas horas.

Trata-se, como também nos ensinou o físico-filósofo Gaston Bachelard, de um conhecimento fundado na lógica material, no tato, no contato. Essa lógica materialista (Bachelard), sensualista, recupera um sentido que a língua portuguesa no Brasil parece estar perdendo, em que se sabe também pelo sabor, pelo tato, pelo contato, onde se sabe se algo é arenoso, argiloso, pastoso, duro, sólido, líquido, etéreo, doce, salgado, azedo ou acre, e outros sentires através dos quais, criativamente, as culturas representam o mundo simbolicamente. Embora queiramos conter o mundo nas palavras, nos discursos, nas teorias ou nas teologias, não nos enganemos: a palavra água, assim como nenhuma teoria/teologia sobre ela, não mata a sede de ninguém! A água nos escapa ao mesmo tempo em que o nosso corpo; a vida, enfim, não pode existir sem ela.

Por isso, todos os implicados nos conflitos nas fazendas do grupo Igarashi têm conhecimento sobre/com a água. Assinalamos ao longo deste artigo que a ocupação do espaço ao longo de toda a formação social da geografia da região e que a cartografia do povoamento são a própria cartografia da água. É ancestral o conhecimento das veredas e das chapadas, as duas unidades indivisíveis da paisagem tal e como formulada pelas populações tradicionais. E leve-se a sério a ideia de unidade dessas duas paisagens, pois são complementares na vida desses grupos/classes sociais.

Tanto os agronegociantes como as populações que tradicionalmente ocupam a região desenvolveram práticas/técnicas adequadas a seus objetivos, e, por isso, afirmamos anteriormente que nenhuma era melhor que

a outra, mas que ambas eram adequadas aos fins a que se propuseram. E aqui vemos a importância de se distinguir ciência e técnica. Francis Bacon (1561-1626), o grande formulador e inspirador da universidade ocidental, tal como a conhecemos no mundo moderno, sabia distinguir a ciência, preocupada com a verdade, da tecnologia, preocupada com a eficácia. E a eficácia, que nos remete ao mundo da técnica, diz respeito à adequação dos meios aos fins, como assinalamos. É de Francis Bacon o uso pela primeira vez da expressão tecnociência.

Essa distinção nos ajuda a esclarecer os conflitos nas fazendas do grupo Igarashi; na verdade, o novo padrão de conflitos que passa a caracterizar a região, principalmente depois da expansão/invasão do agronegócio. Isto porque a água disponível está sendo apropriada desigualmente entre os agronegociantes e as populações que tradicionalmente ocupam a região. Ainda que haja uma diminuição das chuvas desde a década de 1970 até os dias atuais, vimos que a vazão/descarga dos rios do Oeste Baiano caiu numa proporção muito maior do que as chuvas aportam anualmente aos lençóis freáticos e aos aquíferos. Assim, o conflito que aparece como conflito hídrico é mais que isso: diz respeito à mudança no uso da terra, que, como sabemos, não pode ser usada sem água. Enfim, terra e água não podem ser separadas, e, deste modo, é da questão (da reforma) agrária que se trata. Afinal, são os usos da terra/água ou, para retomarmos as reflexões acima anunciadas, são os fins que estão comandando as práticas, e seus meios técnicos de adequação dos usos da terra/água, que estão em conflito. Não vai ser tratando da água isoladamente que vai ser possível resolver o conflito. A rigor, não há conflito específico por água, mas, sim, pelas condições materiais de reprodução metabólica da vida (terra+água+vida/flora-fauna).

Tal e como os agronegociantes e seus intelectuais autoproclamam abertamente, suas práticas são conduzidas como negócio que, como tal, mede a riqueza como uma cifra, um cifrão que não se funda no metabolismo da biocenose-biota que é atravessado/percolado em toda sua dinâmica pela água. Para aqueles cujas práticas são movidas pelo negócio, isto é, pela acumulação de capital, os limites biogeofísicos, assim como a afirmação da dignidade pelos grupos sociais em situação de subalternização, são limites às suas pretensões de crescimento infinito. Ao reivindicarem a eficácia de suas práticas, na verdade, estão nos dizendo que os seus meios técnico-científicos estão adequados a seus fins. Por isso, nos

falam de recursos naturais. Para eles, a natureza é recurso, e, como tal, é um meio para se atingir um fim que lhe é externo, o lucro. No caso de uma sociedade capitalista, esse fim é sem limite, paradoxalmente sem fim – permita-nos os dois sentidos da palavra fim.

Afinal, buscar eficiência técnica é adequar os meios aos fins, e, numa sociedade capitalista, o fim último é o lucro, o que implica privilegiar o valor de troca – abstrato –, e não o valor de uso – concreto. Deste modo, práticas concretas movidas por um objetivo abstrato, no caso quantitativo (dinheiro), que não tem limites, ensejam tensões e alterações maiores ou menores na dinâmica concreta bem-limitada geograficamente em seus efeitos sociometabólicos, enfim, pelas implicações biocenóticas em suas biotas, como também nos territórios.

Robert Triffin (1911-1993) reconhece que as teorias da economia têm pouco a contribuir para esclarecer esse conceito, pois estão fundadas no conceito de escassez, que é justamente o contrário da riqueza (TRIFFIN *apud* CAPORALLI, 1995). Afinal, riqueza é abundância, é fruição, é usufruto. A escassez é o fundamento epistêmico da mercadoria, pois, se algo abunda, não pode ser mercantilizado, como aqueles que confundem economia com economia mercantil. A mitologia grega registra a maldição de Midas, que entrou em desespero ao ver aquilo que acreditara ser uma bênção, o fato de tornar ouro tudo o que tocava, se transformou num drama, pois se viu sem poder se alimentar e quitar a sede, pois, tocados, a comida e a água tornados ouro, não matavam a fome e a sede. Enfim, a riqueza é a comida e a água, e não sua expressão simbólica, seja o ouro ou o dinheiro. Invocar o discurso da ciência e da técnica, independentemente do que elas possam implicar enquanto discurso é uma forma de hierarquizar conhecimentos. E, deste modo, se mostra um discurso/uma prática colonial e de classe, pois tende a desqualificar outras formas de conhecimento e seus portadores/criadores. O conhecimento técnico-científico moderno tem sido uma forma de saber adequada aos objetivos do aumento da produção e subordinado à acumulação de capital. Tem demonstrado sua enorme eficácia com um potencial transformador proporcional à sua potência destrutiva dos circuitos metabólicos, daí a necessidade de valores éticos para avaliar seus limites. E não olvidemos que, para os gregos, limite é o cerne da Política, com P maiúsculo. Enfim, esses mundos marcados por diferentes matrizes de racionalidades se encontram em tensão no Oeste Baiano.

De violência e de sua legitimidade

> "A violência não é o caminho,
> mas no caminho vai ter violência".

Vivêssemos uma democracia, em suas múltiplas dimensões social, cultural e política, para além da eleitoral, nas diversas escalas geográficas da sociedade brasileira, e, com toda certeza, uma ação como essa, envolvendo cerca de mil pessoas numa clara manifestação de violenta indignação, não teria ocorrido. Entretanto, não demonizemos a princípio a violência, deixando escapar tudo que ela pode nos ensinar.

Segundo o antropólogo Pierre Clastres, em seu livro *Arqueologia da Violência*, a violência é constitutiva das sociedades, seja ela qual for. O que devemos recusar, isso sim, é uma perspectiva etnocêntrica que vê violência nas sociedades primitivas que seria superada pelo processo civilizatório, sempre escrito no singular, e cuja marca maior desse caráter civilizatório teria sido a invenção do Estado, conforme Pierre Clastres. No entanto, quanta violência foi/é praticada em nome do Estado nas diversas geografias e calendários! Não seria necessário lembrar dos crimes do nazismo e do processo colonial para nos mostrar que não é abaixo da linha do Equador, ou na África, ou na Ásia ou nas Américas que os indígenas a praticam. Mas cuidemo-nos e não invertamos os papéis, ainda segundo os ensinamentos de Pierre Clastres, vendo "bons selvagens" que viveriam em paz e harmonia antes do pecado original trazido pela civilização ocidental.

Não, insistimos, a violência é constitutiva das relações sociais e de poder em qualquer latitude, e o que varia é o modo como os diferentes povos e culturas inventam modos próprios de lidar com ela, tornando-a legítima ou não. E, nesse sentido, a herança colonial nos impediu de conhecer outras racionalidades no trato dessa questão tão central para as sociedades contemporâneas. Para aqueles e aquelas que ainda alimentam dúvidas quanto a esse caráter instituinte da violência, consideremos que a própria sociologia convencional – melhor seria chamá-la, com Florestan Fernandes, sociologia da ordem – reivindica para o Estado o monopólio da violência legítima, o que expõe que, mesmo sendo legítima, é de violência que se trata. E como a legitimidade não é algo que simplesmente se decrete, há que se conformarem consensos que a legitimem. Gramsci

nos ofereceu o conceito de hegemonia para dar conta dessa complexa problemática.

Considerados os pressupostos teóricos acima explicitados, existem as especificidades brasileiras no trato da violência. De início, devemos registrar o caráter capitalista e colonial de nossa formação territorial. Portanto, há uma violência histórica originária que nos conforma, onde a constituição de nossa estrutura de classes traz as marcas do racismo que subjaz e sobrevive à escravidão mercantil. E, na especificidade regional da região do Além São Francisco/Oeste da Bahia, e que hoje as modernas (e coloniais) oligarquias chamam Mapitoba, esse caráter ganha as marcas do coronelismo ancorado no latifúndio e o que nele está implicado de mandonismo, clientelismo e jaguncismo consubstanciado num Estado patrimonialista onde o (que deveria ser) público e o privado têm uma fronteira porosa. Embora tenhamos identificado diferentes períodos nas formas regionais da formação territorial brasileira, há continuidade na descontinuidade da violência das relações sociais e de poder que conformam essa geografia.

O fato de o Estado, segundo a tradição liberal, reivindicar para si a legitimidade do monopólio da violência indica justamente que há uma violência instituída, insistimos. Assim, a violência é parte do Estado, e, como nos ensinou Antonio Gramsci, com seu conceito de hegemonia, não pode ser exercida exclusivamente pela força. Necessita da persuasão, do convencimento. A violência, enfim, necessita se apresentar como legítima, como vimos também com Pierre Clastres.

Toda a análise conduzida até aqui sugere que os discursos que procuram justificar o avanço/invasão das monoculturas em grandes latifúndios empresariais não estão sendo capazes de dar conta dos processos de profundas alterações sociometabólicas em curso, sobretudo depois dos anos 1980 e intensificado nas últimas duas décadas. E não só isso. Há também todo um acervo de conhecimentos acumulados de larga data no processo de territorialização de diferentes grupos sociais até aqui em situação de subalternização que vem sendo sistematicamente ignorados pelas autoridades.

Foram esses grupos que se sublevaram na ação com/contra as fazendas do grupo Igarashi no último dia 2/11/2017 por meio de uma violência que também se reivindica legítima. Os discursos acima analisados, tanto das autoridades (que deveriam ser) públicas como das entidades

corporativas dos agronegociantes e de seus *think tanks*, como Roberto Rodrigues, Xico Graziano e Alécio Maróstica, invocaram uma legalidade que deveria ser respeitada, clamando pela criminalização dos que protagonizaram a ação nas fazendas do grupo Igarashi, mas ignoraram a perda de legitimidade da ação do Estado justamente por sua estreita relação em benefício dos seus interesses corporativos. Legalidade e legitimidade: uma pode ser formalizada, decretada, mas a outra, a legitimidade, necessariamente deve calar fundo nos corações e mentes. Como vimos, com a ajuda de Barrington Moore Jr., a "injustiça" é uma espécie de orientação, aquilo que as pessoas tematizam nesse ordenamento social como não correto e, deste modo, indicando como esse ordenamento "deveria ser" e não um determinado ordenamento social que se pode descrever "como as coisas são" numa situação "injusta" (MOORE JR., 1987, p. 20).

Afirmações como a do Sr. Roberto Rodrigues, ex-presidente da Abag e ex-ministro da Agricultura no governo Lula da Silva (2003-2006), de que "todas as licenças ambientais foram concedidas, as outorgas de água também, sempre com projetos meticulosamente avaliados pelos exigentes órgãos ambientais do Estado, e sob critérios técnicos rigorosos", no contexto específico do Oeste Baiano, vêm sendo interpretadas pela grande maioria da sociedade – os números dos participantes nas ações nos autorizam a dizê-lo – como cumplicidade entre as autoridades (que deveriam ser) públicas e os interesses corporativos, o que contribui, inclusive, para a indignação da população. A promotora de Justiça do Ministério Público do Estado da Bahia, Dra. Luciana Khoury, coordenadora do Núcleo de Defesa do São Francisco (Nusf), ao convocar a audiência pública para o dia 1/12/2017, reconheceu publicamente, no sentido estrito e amplo da palavra, que havia um descompasso entre as instituições, enfim, entre a legalidade e a legitimidade. Para aproximar esses dois lados, convocava uma audiência para que o dissenso pudesse produzir algum consenso.

A violência da ação nas fazendas do grupo Igarashi se mostra, assim, como violência legítima do ponto de vista social e político, como *Digna Rabia*, como se diz em espanhol – e que, portanto, deveria ser tratada com argumentos, e não com repressão; com política, e não polícia. E a indignação que já se podia sentir há anos encontrou na audiência pública o espaço democrático para se fazer ouvir, embora, para isso, tivessem que lançar mão de uma ação tão marcadamente violenta. A promotora Dra. Luciana Khoury bem resumiu em três questões aquilo que nossa

análise pode constatar: 1) que há uma questão fundiária a ser tratada devidamente; 2) que não se pode continuar a conceder outorgas antes de se ter um Plano de Bacia e 3) que deve ser concluído o estudo do Aquífero Urucuia, aliás, como já havia sido recomendado às autoridades (que deveriam ser) públicas.

Diferentes Brasis se encontram/se confrontam: inspirações...

Estamos diante de um conflito territorial que, tal como um fractal, replica-se em diferentes escalas, e daí sua relevância transcender as escalas local, estadual e regional, aliás, como vimos repercutir com pronunciamentos de técnicos e ideólogos como os dos senhores Roberto Rodrigues, Xico Graziano e Alécio Maróstica, e nos meios de comunicação de alcance nacional, em pronunciamentos no Congresso Nacional e de entidades de caráter científico e religioso de alcance nacional, além de eventos de caráter internacional, como o SINGA-2017 e no FAMA-2018.

Toda a análise anterior nos permite afirmar que há uma tensão de territorialidades na qual operam tempos de distintas durações. Há um tempo de larga duração ancestral e histórico com as marcas da ocupação indígena, camponesa e quilombola, que, de certa forma, geografou a ocupação das terras com a disponibilidade das *águas superficiais* em suas nascentes, veredas, riachos, lagoas e rios. Não podemos olvidar que a formação territorial brasileira, a partir da invasão colonial, se fez ancorada em cinco pilares, a saber: 1) do latifúndio, 2) da monocultura, 3) da escravidão, 4) do racismo e 5) do patriarcado. E, assim, sob relações sociais e de poder marcadas pela exploração e opressão, as r-existências sempre se fizeram sentir, e uma das mais significativas em nossa formação sociogeográfica foi a busca de territórios seguros e livres, do que, talvez, os quilombos sejam sua melhor expressão, mas não a única. Canudos, por exemplo, está vivo, inclusive na memória das comunidades da região nos Fundos e Fechos de Pasto, como se pode ver em Rio Formoso!

Assim, um Brasil Profundo foi se forjando rigorosamente à margem da lei ao longo de nossa história, na medida em que a lei era indigna, pois consagrava a escravidão, o latifúndio, o racismo e o patriarcado. A concentração de terras continua sendo um pilar da injusta estrutura de poder de nossa formação territorial, que, desde o período colonial, ins-

trumentaliza o Estado com a concessão de sesmarias aos fidalgos – corruptela de filhos de alguém: fi'd'algo –, o que demonstra que a parceria público-privada entre nós vem desde o período colonial. Enfim, rótulos novos para garrafas velhas.

Grupos sociais vários, sobretudo camponeses, indígenas e negros ocuparam o território brasileiro à revelia do Estado, fugindo do latifúndio-monocultura-escravidão-racismo-patriarcado, pois não podiam contar com nenhuma ajuda oficial que consagrasse essa estrutura. E, mais, se viram obrigadas a tirar o máximo proveito das condições de reprodução da vida, isto é, da terra, do subsolo, da topografia (relevo), da água, da fauna e da flora, enfim, daquilo que Enrique Leff chamou de produtividade biológica primária (LEFF, 2006). Enfim, exploravam as potencialidades da natureza para garantir a reprodução das condições da vida de que dependia a sua segurança, a sua liberdade e sua autonomia. Sua agricultura de autossustentação oferece um enorme acervo de conhecimentos e práticas, de saberes e fazeres, como fontes de inspiração para quem queira pensar a sustentabilidade considerando a diversidade de povos, suas culturas e seus conhecimentos. E como é das tradições camponesas, sempre abertas ao diálogo para a troca de sementes, de saberes e de sabores.

Muitas dessas populações chegam aos nossos dias sem a titularidade formal de suas terras e se defrontam com uma estrutura jurídica que não consegue sequer abrigar as diferentes formas de apropriação das condições de reprodução da vida, enfim, de suas múltiplas territorialidades, inclusive, pela limitação epistêmica derivada da colonialidade que se revela, inclusive, no plano da formação acadêmica jurídica dos que vão julgá-los e que não conseguem pensar além da propriedade privada e do direito romano que inspira a tradição liberal e sua base na propriedade privada individual.

A região do extremo oeste da Bahia é rica dessas outras formas de apropriação que conformam múltiplas territorialidades, como se vê nas comunidades de Fundo de Pasto, de Fecho de Pasto, de Quilombos, de Ribeirinhos, de Geraizeiros e outras formas de uso comum das condições de reprodução da vida (e não só da terra). Em suma, o conflito com/contra o grupo Igarashi está longe de constituir um fato isolado e um simples conflito por terra, mas, sim, de territorialidades.

As perguntas lançadas durante a audiência pública de 1/12/2017: "Cadê o Plano de Bacia?" e "Cadê o estudo sobre o Aquífero Urucuia?",

assim como a referência à necessidade de 1) garantir as áreas de recarga – "Sem área de recarga não dá" e 2) contemplar as demandas fundiárias dos camponeses e quilombolas e seus territórios de uso comum, como os Fundos de Pastos e Fecho de Pasto, foram amplamente apoiadas com enfáticos aplausos dos presentes na audiência pública. Enfim, como se afirmou durante a audiência, o conflito nas fazendas do grupo Igarashi foi a "ponta do *iceberg*" e longe está de ser um mero episódio.

Ao contrário, Correntina expressa um conflito estrutural entre um Brasil Profundo que parece estar acordando, como também foi verbalizado na audiência e, tal como um fractal, se manifesta em múltiplos lugares, colocando diferentes brasis frente a frente. Talvez o que se esteja revelando como limite dessas múltiplas ações em diferentes lugares seja não ter sido, até aqui, capaz de dar um salto escalar em movimento. Afinal, um território se conforma não só pelos lugares, embora nunca possa abrir mão deles. No entanto, as relações sociais e de poder se mostram tanto mais eficazes quanto mais conseguem articular escalas geográficas de poder distintas, ou, mais, por serem capazes de instituir outras escalas e outras relações escalares. Afinal, o poder (as relações de) não está em nenhuma escala especificamente, mas em todas, haja vista que as escalas se fazem por meio dos grupos/classes sociais que por meio delas se realizam, conformando-as. A escala local, inclusive, das propriedades dos estabelecimentos capitalistas não pode prescindir do Território do Estado moderno, que, para isso, impôs o império de uma lei negando o pluralismo jurídico que existe de fato. Enfim, colonialidade interna aos Estados, aos países, às sociedades, e não só nas relações centro-periféricas do sistema mundo capitalista.

A digna raiva

O sentimento de indignação, de "Já Basta!" mesmo, é o que se viu expressar concretamente no conflito nas fazendas do grupo Igarashi. E foi uma ação abertamente violenta e de gente que, até aqui, era mantida sob relações marcadas pela opressão do mandonismo, jaguncismo, coronelismo. Durante a ditadura civil-militar (1964-1985), uma nova correlação de forças articulou a violência tradicional entre as oligarquias locais/regionais com as corporações nacionais-transnacionalizadas. As relações do

Sr. Ronald Levinsohn com a ditadura,[5] com as oligarquias tradicionais da Bahia e com a modernização nas relações sociais e de poder por meio da tecnologia da revolução verde/agronegócio, são um caso emblemático e, como tal, estão longe de ser exceção, ao contrário, caracteriza o novo bloco de poder que o conflito nas fazendas do grupo Igarashi pôs em xeque.

Precisamos fazer com a violência o mesmo que Sigmund Freud (1856-1939) fez com a sexualidade, que Nicolau Maquiavel (1469-1527) fez com o poder e Josué de Castro (1908-1973) com a fome, isto é, superar o tabu que envolve a questão. Não será nos negando a refletir sobre a violência que seremos capazes de tratá-la, como sugere Pierre Clastres. O que se viu em Correntina, nos conflitos nas fazendas do grupo Igarashi, foi um "Já Basta" a uma violência que nega a vida e que promove injustiça e devastação. Sim, ali houve violência, mas uma violência que também se quer legítima e que reivindica um lugar no mundo da política, invocando a dignidade dos que vivem do seu trabalho e defendem a vida. E não foi uma violência que se fez no vazio, ao contrário, forjou-se com/contra a violência instituída e que já não se legitima, não se mostra digna!

Parece que, em Correntina, na Bahia, diante dos pivôs (autorizados) da discórdia, com a captura das instituições (que deveriam ser) públicas pelo agronegócio e seus agronegociantes, não teria havido outra saída aos grupos sociais em situação de subalternização a não ser agir com a sua Digna Raiva em sua luta pela vida, pela dignidade e por territórios. O conflito, como soe acontecer, ampliou o conhecimento da sociedade sobre o contraditório processo de desenvolvimento em curso por suas implicações sociometabólicas e, tudo indica, que abriu as possibilidades para um diálogo político que amplia o sentido da democracia para além dos seus procedimentos formais, o que só a fortalece. Afinal, outras vozes se fizeram ouvir, pondo em xeque a legitimidade do monopólio da violência pelo Estado, que, tudo indica, não soube honrar essa prerrogativa, como nossa análise procurou demonstrar. E o fez deslegitimando a violência do Estado e oferecendo outros horizontes de sentido com sua violência material e simbólica. Nenhuma vida foi ceifada na ação. A ampla adesão da população de Correntina e região é uma demonstração da legitimidade da ação. A grande presença popular na audiência pública

5 Vide apartado 3.3. Espaço-tempo da modernização-conservadora na ditadura da revolução verde/agronegócio ao momento atual na versão completa o artigo.

foi outra demonstração de que são buscadas outras mediações legítimas e democráticas.

Enfim, é de uma digna raiva que se trata, e "não se trata de uma raiva cega, nem de um afã de vingança por parte dos excluídos, mas de um sentido de justiça".[6]

Referências

ABAPA. *Nota de Repúdio da Abapa conta ato de vandalismo em fazenda de Correntina*. 2017. Disponível em: http://abapa.com.br/noticias/nota-de-repudio-da-abapa-conta-ato-de-vandalismo-em-fazenda-de-correntina/.

ABENSOUR, Miguel. *El Espíritu de las Leyes Salvajes*: Pierre Clastres o una nueva antropología política. Buenos Aires: Del Sol, 2007.

AIBA. NOTA de REPÚDIO. Barreiras, 2017. Disponível em: https://aiba.org.br/wp-content/uploads/2017/12/informaibababa_novembro_17.pdf.

ALIMONDA, Hector. *Políticas Públicas Ambientais Latino-americanas*. Brasília: Flacso, 2005.

ARENDT, Hannah. *A Condição Humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

BACHELARD, Gaston. *A Formação do Espírito Científico*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

BARBOSA, A. S. Peregrinos do cerrado. *Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, v. 5, p. 159-193, 1995.

_____. *A complexa teia hídrica que brota do Cerrado está ameaçada*. Entrevista. São Leopoldo: IUH-ADITAL, 2014. Disponível em: http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/536664-a-complexa-teia-hidrica-que-brota-do-cerrado-esta-ameacada-entrevista-especial-com-altair-sales-barbosa. Acesso em: 18 jan. 2018.

CASTELLS, Manuel. *Redes de indignação e esperança*: movimentos sociais na era da internet. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

6 Depoimento de duas jovens gregas em seminário realizado em 2009 no México e que vai no mesmo sentido das análises de Barrington Moore Jr. Ver em La Digna Rabia (2009).

CAMPOS, Nazareno José de. *Terras de uso comum no Brasil*: abordagem histórico-espacial. Florianópolis: Ed. da USFC, 2011.

CARVALHO, José Murilo. Prefácio à 7ª edição. *In:* LEAL, Vitor Nunes. *Coronelismo, Enxada de Voto*. São Paulo: Cia das Letras, 2012.

CASTRO, Josué de. *Sete Palmos de Terra e um Caixão*. São Paulo: Brasiliense, 1967.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago. *La hybris del punto cero:* ciencia, raza e ilustración en la Nueva Granada (1750-1816). Bogotá: Editorial Pontifícia Universidad Javeriana, 2005.

CAVALCANTI, Luitgarde. *Derradeira Gesta*: Lampião e Nazarenos guerreando nos Sertões. Rio de Janeiro: Mauad, 2000.

CAPORALLI, Renato. *Da Riqueza das Nações à Ciência da Riqueza*. São Paulo: Loyola, 1995.

CHAGAS, Samuel Britto das. Conflitos socioambientais da Bacia do São Francisco. *In:* EQUIPE FPI. *Velho Chico*: a experiência da fiscalização preventiva integrada na Bahia. Salvador: Ministério Público da Bahia e Órgãos Parceiros do Programa FPI, 2014.

CORREIO. *Protesto em defesa de rio em Correntina reúne milhares de pessoas.* 11 nov 2017

CNA. *Nota oficial*: CNA lamenta ações de vandalismo ocorridas em propriedade rural de Correntina (BA). Brasília: Diretoria da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil, 2017. Disponível em: http://www.cnabrasil.org.br/notas-oficiais/cna-lamenta-acoes-de-vandalismo-ocorridas-em-propriedade-rural-de-correntina-ba.

CPT. *Nota pública*: cansado do descaso das autoridades, o povo de Correntina reage em defesa das águas. Goiânia: CPT, 2017. Disponível em: https://www.cptnacional.org.br/publicacoes/noticias/acoes-dos-movimentos/4101-nota-publica-cansado-do-descaso-das-autoridades-o-povo-de--correntina-reage-em-defesa-das-aguas. Acesso em: 18 jan. 2018.

CUNHA, Tássio Barreto. *Do oculto ao visível*: terra-água-trabalho e o conglomerado territorial do agrohidronegócio no Oeste da Bahia. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Unesp, Presidente Prudente, 2017.

CLASTRES, Pierre. *Arqueologia da Violência*. São Paulo: Cosac Naify, 2004.

DAYRELL, C. A. *Geraizeiros e biodiversidade no norte de Minas*: a contribuição da agroecologia e da etnoecologia nos estudos dos agroecossis-

temas tradicionais. La Rábida: Universidade Internacional Andalucia, 1998.

DUARTE, Nestor. *Ordem privada e organização nacional*. Rio de Janeiro: Editora Nacional, 1966.

EQUIPE FPI. *Velho Chico*: a experiência da fiscalização preventiva integrada na Bahia. Salvador: Ministério Público da Bahia e Órgãos Parceiros do Programa FPI, 2014.

FAZENDA IGARASHI. *Nota de Esclarecimento sobre o ato de vandalismo em Correntina/BA*. Disponível em: https://www.scotconsultoria.com.br/imprimir/noticias/47226. Acesso em: 7 nov. 2017.

FERRARO Jr., Luiz A. *Entre a invenção da tradição e a imaginação da sociedade sustentável*: estudo de caso dos fundos de pasto na Bahia. Tese (Doutorado) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

GALIZONI, Flávia Maria. *A Terra Construída.* Família, Trabalho, Ambiente e Migrações no Alto Jequitinhonha, Minas Gerais. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – USP, São Paulo, 2000.

GASPAR, Mª Tereza Pantoja. *Sistema Aquífero Urucuia*: caracterização regional e propostas de gestão. Tese (Doutorado) –Instituto de Geociências, Universidade de Brasília, 2006.

GEÓGRAFOS de esquerda fazem moção de apoio à invasão de fazenda em Correntina/BA. *Notícias Agrícolas*, Barreiras, 9 nov. 2017. Disponível em: https://www.noticiasagricolas.com.br/noticias/meio-ambiente/202211-geografos-de-esquerda-fazem-mocao-de-apoio-a-invasao-de-fazenda-em-correntinaba.html#.Wp6dUejwYdV.

GERMANI, G. I. Reforma agrária: ações públicas e movimentos sociais. *Cadernos de Geociências*, Salvador, v. 1, n. 6, p. 11-211, nov. 2001.

GRAZIANO, Xico. MST Promove Verdadeiro Terrorismo no Campo. *Poder 360*, 2017. Disponível em: https://www.poder360.com.br/opiniao/brasil/mst-promove-verdadeiro-terrorismo-no-campo-escreve-xico-graziano/. Acesso em: 18 jan. 2018.

GRUPPI, Luciano. *O Conceito de Hegemonia em Gramsci*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

HAESBAERT, Rogério. *Des-territorialização e identidade: a rede "gaúcha" no Nordeste*. Niterói: Eduff, 1997.

HONNETH, Axel. *Luta por reconhecimento*: a gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: Ed. 34, 2009.

IGARASHI Lavoura e Pecuária. Nota de Esclarecimento, 2017 Disponível em https://aiba.org.br/wp-content/uploads/2017/12/informaibababa_novembro_17.pdf

KOLLING NETO, Arthur. *Alterações Hidrológicas no Regime de Vazões da Bacia do Rio Grande/BA*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Engenharia Sanitária e Ambiental) – Universidade Federal do Oeste da Bahia, Barreiras, 2017.

LA DIGNA RABIA. Primer Festival Mundial de la Digna Rabia. Miradas, Ecos y Reflejos de la Digna rabia. Espanha: Ed. EZ-6, 2009. Disponível em: www.eurozapatista.org.

LEAL, Vitor Nunes. *Coronelismo, Enxada de Voto*. São Paulo: Cia das Letras, 2012.

LEFF, Enrique. *RACIONALIDAD AMBIENTAL*. La reapropiación social de la naturaliza. Petrópolis Vozes, 2006.

MARÓSTICA, Alécio. IRRIGO Goiás. Entrevista telefônica ao site Notícias Agrícolas. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=dGoEnju7ymA. Acesso em: 1 mar. 2018.

MATURAMA, Humberto; VARELLA, Francisco. *A árvore do conhecimento*: as bases biológicas da compreensão humana. São Paulo: Palas Athena, 2001.

MAZZETTO SILVA. C. E. *Os Cerrados e a Sustentabilidade*: territorialidades em tensão. Tese (Doutorado) – UFF, Niterói, 2006.

MEDEIROS, Jonas; JANUÁRIO, Adriano. Desrespeito, indignação ou injustiça: o que motivou os secundaristas paulistas a ocuparem suas escolas? *In:* CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 18., 2017, Brasília. *Anais* […]. Brasília, 2017.

MINISTÉRIO PÚBLICO DA BAHIA. Ata de Audiência Pública. *Inquérito Civil nº 676.0.219381/2015*. Correntina, 01 de dezembro de 2017.

MIRANDA, Evaristo E. de; MAGALHÃES, Lucíola A.; CARVALHO, Carlos A. de. *Proposta de Delimitação Territorial do Matopiba*. Campinas: GITE/EMBRAPA, 2014.

MOORE JR., Barrington. *Injustiça*: as bases sociais da obediência e da revolta. Trad. João Roberto Martins Filho. São Paulo: Brasiliense, 1987.

MOREIRA, Tiago de Almeida. *Riscos ambientais e modernização agrícola*: o caso da depleção dos recursos hídricos em Barreiras/BA. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

MST desmente MBL e nega "invasão" e destruição de fazenda em Correntina, na Bahia. *Brasil de Fato*, São Paulo, 7 nov. 2017.

OLIVEIRA, Fernando R. de; ALMEIDA, Leonardo. Gestão integrada de recursos hídricos superficiais e subterrâneos: Sistemas aquíferos Urucuia e Bambuí. *In:* Reunião Plenária do Comitê da Bacia Hidrográfica do rio São Francisco, 29., 2016, Aracaju. Coordenação de Águas Subterrâneas SIP/ANA, Aracaju, 2016.

POLANYI, Karl. A subsistência do Homem e ensaios correlatos. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

PORTO-GONÇALVES, C. W. Água não se nega a ninguém (a necessidade de ouvir outras vozes). *In:* ALIMONDA, Hector. *Políticas Públicas Ambientais Latino-americanas*. Brasília: Flacso, 2005.

RIGONATO, Valney Dias. Por Uma Geografia de/em Transição: r-existência e (re)habitação dos Geraizeiros no Médio Vale do Rio Guará, São Desidério/BA. Tese (Doutorado) – Instituto de Estudos Socioambientais, Goiânia, 2017.

RODRIGUES, Roberto. Inaceitável. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 2017.

ROSA, João Guimarães. *Grande Sertão*: veredas. São Paulo: Nova Aguilar, 1994.

SANTOS, Ana C. Silva. Alterações hidrológicas da Bacio Hidrográfica do Rio de Janeiro-BA. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado (Graduação em Engenharia Sanitária e Ambiental) – Universidade Federal do Oeste da Bahia, Barreiras, 2017.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *A crítica da razão indolente*: contra o desperdício da experiência. São Paulo: Cortez, 2000.

SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço*. Técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

SCOTT, James. *Los Dominado y el Arte de la Resistencia*: discursos ocultos. México, D.F.: Problemas de México & Ediciones Era, 2000.

SINGA. *Moção de apoio à população de Correntina (BA) Diante do conflito hídrico no Cerrado do Oeste da Bahia*. Curitiba: SINGA, 2017. Disponível em: https://singa2017.wordpress.com/2017/12/19/mocao-de-apoio-a-populacao-de-correntina-ba-diante-do-conflito-hidrico-pela-agua-no-cerrado-no-oeste-da-bahia/.

SIQUEIRA, Ruben. Comunidades Tradicionais da Baia do São Francisco. *In:* EQUIPE FPI. *Velho Chico*: a experiência da fiscalização preventiva integrada na Bahia. Salvador: Ministério Público da Bahia e Órgãos Parceiros do Programa FPI, 2014.

_____. Do Riacho Grande a Areia Grande: 30 anos de resistência à grilagem de terras e aos agrocombustíveis. Salvador, 2008. *In:* FERRARO Jr., Luiz A. *Entre a invenção da tradição e a imaginação da sociedade sustentável*: estudo de caso dos fundos de pasto na Bahia. Tese (Doutorado) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

THOMPSON, Edward P. *Costumes em comum*: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

WALLERSTEIN, Imannuel. *O fim do mundo como o concebemos*: ciência social para o século XXI. Rio de Janeiro: Revan, 2002.

ZIBECHI, Raúl. *Movimientos y Emancipaciones*: del desborde obrero de los '60 al "combate a la pobreza". Montevideo: Alter Ediciones, 2010.

SOBRE AS AUTORAS E OS AUTORES

Juliana Nunes Rodrigues é professora do Departamento de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFF. Doutora em Geografia pela Université Jean Moulin Lyon 3, França. Tem mestrado e graduação em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Atualmente, coordena o Núcleo de Pesquisas sobre Pactos Político-Territoriais e Desenvolvimento (UFF). Seus principais temas de pesquisa são: federalismo brasileiro e território, escalas políticas, políticas públicas, participação política, governança e cooperação territorial.

Licio Caetano do Rego Monteiro é professor Adjunto de Geografia Humana do Departamento de Geografia e Políticas Públicas (UFF-Angra). Doutor em Geografia na Universidade Federal do Rio de Janeiro. É coordenador do Grupo de Estudos da Baía da Ilha Grande (GEBIG/UFF) e pesquisador do Grupo Retis/UFRJ. Atua no Programa Escolas do Território, na educação escolar de comunidades tradicionais, em Paraty, e no curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Gestão de Territórios e Saberes. Atualmente pesquisa: limites e fronteiras internacionais na América do Sul; segurança na América do Sul e conflitos territoriais na Baía da Ilha Grande.

André Reyes Novaes é professor do Departamento de Geografia Humana da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Possui graduação, mestrado e doutorado em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Já atuou como professor visitante nos Departamentos de Geografia da Royal Holloway University of London e da University of Nottingham. Desde 2016, é membro da comissão de História da Geografia na UGI. Pesquisa atualmente história da cartografia e exploração do território, imaginação geográfica e imprensa, geopolítica e metodologias visuais.

Carlos Walter Porto-Gonçalves é doutor em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1998). Atualmente é Professor Titular

da Universidade Federal Fluminense e Coordenador do Laboratório de Estudos de Movimentos Sociais e Territorialidades (LEMTO). Atua na área de Geografia Social, principalmente com os temas: Geografia dos Conflitos Sociais, Geografia e Movimentos Sociais, Justiça Territorial e Ecologia Política. Publicou diversos livros em português e castelhano, o mais recente "Amazônia, encruzilhada civilizatória"(2017).

Glauco Peres da Silva é professor do Departamento de Ciência Política da USP, colaborador do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP) e pesquisador associado do Centro de Estudos da Metrópole (CEM). Doutor em Administração Pública e Governo pela Fundação Getulio Vargas - SP (2009), com período sanduíche no Massachusetts Institute of Technology (MIT). Tem experiência na área de Ciência Política, com ênfase em Política Comparada, atuando principalmente nos temas Geografia Eleitoral, Institucionalismo e Metodologia da Ciência Política.

Henri Acselrad é doutor em Planejamento, Economia Pública e Organização do Território pela Université Paris 1 (Panthéon-Sorbonne) (1980). Atualmente é Professor Titular do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR/UFRJ). Tem experiência na área de Planejamento Urbano e Regional, atuando principalmente nos seguintes temas: Modelos de desenvolvimento e conflitos ambientais; Ecologia política da sustentabilidade; Política e regulação ambiental; Apropriações sociais da sustentabilidade urbana; Movimentos sociais, desigualdade e justiça ambiental; Cartografia social.

Heriberto Cairo Carou é professor titular de Ciência Política e da Administração e decano da Facultad de Ciencias Políticas y Sociología da Universidad Complutense de Madrid (UCM). Doutor em Ciências Políticas e da Administração, com uma tese sobre a construção social do conflito argentino-britânico no Atlântico Sul. Presidente do Comitê de Investigação "Geografía Política e Cultural", da Associação Internacional de Ciência Política (IPSA-AISP). Diretor do Grupo de Investigación sobre Espacio y Poder. Diretor da Revista Geopolítica(s).

Iná Elias de Castro é professora titular do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Coordena o Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Política e Território - GEOPPOL. Desenvolveu estudos sobre o discurso político e o regionalismo na Região Nordeste.

Atualmente pesquisa as relações entre o sistema político-institucional e o território, com foco nas escalas políticas e na democracia como problema conceitual e espacial. Autora de "O mito da Necessidade" (1992) e "Geografia e Política" (2005).

Ivaldo Gonçalves de Lima é doutor em Geografia pela Universidade Federal Fluminense (2005), com pós-doutorado na Universitat Autònoma de Barcelona (UAB, 2012-2013). É professor adjunto da Universidade Federal Fluminense. Tem experiência na área de Geografia Humana, com ênfase em Geografia Política, atuando principalmente na investigação dos seguintes temas: geopolítica, geografia política da Amazônia, redes políticas, justiça territorial, globalização do mundo contemporâneo, políticas públicas e governança territorial, geografia legal crítica, geografia política e gênero, ensino e avaliação de geografia.

Perla Zusman é doutora em Geografia Humana pela Universidad Autónoma de Barcelona. Pesquisadora independente do CONICET, com sede no Instituto de Geografia da Universidad de Buenos Aires, onde é professora titular da Facultad de Filosofía y Letras. Membro da Comissão de História da Geografía da UGI. Co-editou os livros Geografías Culturales. Aproximaciones, Intersecciones y Desafíos (FFyL, UBA, 2011) e La institucionalización de la Geografía en Córdoba (UNC, 2012). Tem como temas de pesquisa: história do pensamento geográfico, os processos de formação territorial e as geografias culturais.

Rogério Haesbaert é professor titular do Departamento de Geografia da Universidade Federal Fluminense. Doutor em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo. Professor do Curso de Pós-Graduação em Políticas Ambientales y Territoriales da Universidade de Buenos Aires. Atuou como professor visitante em universidades da Inglaterra (Open University), França (Toulouse Le Mirail e Paris-St. Denis), México (UNAM-CRIM e Cátedra Elisée Reclus do Colégio de Michoacán) e Argentina (Univ. Tucumán). Publicou "O Mito da Desterritorialização" (2004), "Regional-Global" (2010) e "Viver no limite" (2014), dentre outros.

Samuel Britto das Chagas é engenheiro agrônomo pela Universidade Federal de Lavras (2006), com aperfeiçoamento em Georreferenciamento de Imóveis Rurais pela PUC-GO/ITCO (2013). Atua como Educador Social da Comissão Pastoral da Terra do Centro Oeste da Bahia, com foco

em assessoria e articulação a movimentos sociais, organizações populares, povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares. Desde 2012 é Sócio-Diretor da Empresa ASTECA, onde atua com Prestação de Serviços a comunidades rurais, sindicatos e associações.

Virginie Mamadouh é professora associada do Departamento de Geografia, Planejamento e Desenvolvimento Internacional da Universidade de Amsterdã e filiada ao Centre for Urban Studies e ACCESS EUROPE. É editora do periódico Geopolitics e está envolvida com uma série de publicações sobre Geografia Política, como The Arab World Geographer, Geojournal e Political Geography. Os seus interesses de pesquisa incluem geopolítica e globalização; transnacionalismo e novas mídias; migrações e identidades territoriais; geografia eleitoral e movimentos sociais urbanos.

Vladimir Montoya Arango é antropólogo, doutor em Antropologia Social e Cultural pela Universidade de Barcelona. Professor da Universidad de Antioquia, em Medellín, onde atua como diretor do Instituto de Estudios Regionales. Tem como principais temas de estudo Cultura e Espaço Público, Memória, Conflito e Território, Geopolítica e Saberes Situados e, mais recentemente, Espaço e Poder, uma linha de pesquisa do Grupo de Estudios del Territorio.

Esta obra foi produzida no Rio de Janeiro pela Consequência Editora em setembro de 2020. Na composição foram empregadas as tipologias Minion e Helvetica.